

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS**

LEANDRO TEIXEIRA DOS SANTOS

**O REBALANCEAMENTO DOS IMPULSIONADORES DO CRESCIMENTO DA
CHINA E OS SEUS EFEITOS ECONÔMICOS PARA O BRASIL, A RÚSSIA,
A ÍNDIA E A ÁFRICA DO SUL (2001-2015)**

Porto Alegre

2018

LEANDRO TEIXEIRA DOS SANTOS

**O REBALANCEAMENTO DOS IMPULSIONADORES DO CRESCIMENTO DA
CHINA E OS SEUS EFEITOS ECONÔMICOS PARA O BRASIL, A RÚSSIA,
A ÍNDIA E A ÁFRICA DO SUL (2001-2015)**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação
em Estudos Estratégicos Internacionais da
Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS,
como requisito parcial para obtenção do título de
Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Milan

Porto Alegre

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Santos, Leandro Teixeira dos

O rebalanceamento dos impulsionadores do crescimento da China e os seus efeitos econômicos para o Brasil, a Rússia, a Índia e a África do Sul (2001-2015) / Leandro Teixeira dos Santos. -- 2018. 199 f.

Orientador: Marcelo Milan.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. China. 2. Crescimento. 3. Desequilibrado e Rebalanceado. 4. Efetado. 5. BRICS. I. Milan, Marcelo, orient. II. Título.

LEANDRO TEIXEIRA DOS SANTOS

**O REBALANCEAMENTO DOS IMPULSIONADORES DO CRESCIMENTO DA
CHINA E OS SEUS EFEITOS ECONÔMICOS PARA O BRASIL, A RÚSSIA,
A ÍNDIA E A ÁFRICA DO SUL (2001-2015)**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação
em Estudos Estratégicos Internacionais da
Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS,
como requisito parcial para obtenção do título de
Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 13 de julho de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marcelo Milan – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Marcos Ferreira da Costa Lima – Examinador
UFPE

Profa. Dra. Jacqueline Angélica Hernández Haffner – Examinadora
UFRGS

Prof. Dr. Diego Trindade D'avila Magalhães – Examinador
UFG

*Aos meus pais João Teixeira dos Santos Neto e
Neci Capitulino dos Santos.*

*Aos meus irmãos Leonardo, Rafael, Rafaela,
Jaqueline e Jaílson.*

*Aos meus avós (in memoriam) José Capitulino
dos Santos, Maria José Urbano dos Santos,
João Teixeira dos Santos Filho e Maria das
Dores dos Santos.*

*Aos meus Profs. Drs. Marcelo Milan e
Jacqueline Angélica Hernández Haffner.*

A todos os oprimidos do mundo.

AGRADECIMENTOS

A Deus por tudo o que Ele tem feito por mim.

Aos meus avós, pais e irmãos por serem os verdadeiros heróis de minha vida.

À Maria Estela da Silva pelo amor, apoio, paciência e compreensão.

Ao meu orientador e profissional de distinta e elevada inteligência, Prof. Dr. Marcelo Milan, pelos conselhos, confiança, força e, sobretudo, paciência.

Aos membros da banca examinadora, Profs. Drs. Marcos Ferreira da Costa Lima, Jacqueline Angélica Hernández Haffner e Diego Trindade D'avila Magalhães, pelos comentários e sugestões valiosas a esta pesquisa.

A todos os professores do Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) por serem excelentes profissionais, especialmente, Analúcia Danilevicz Pereira, André Luiz Reis da Silva, André Moreira Cunha, Camilo Pereira Carneiro Filho, Eduardo Ernesto Filippi, Érico Esteves Duarte, Hélio Henkin, Henrique Carlos de Oliveira de Castro, Jacqueline Angélica Hernández Haffner, Lígia Mori Madeira, Luiz Augusto Estrella Faria, Marcelo Milan, Marco Aurélio Chaves Cepik, Paulo Gilberto Fagundes Visentini e Rodrigo Stumpf González. Eu sempre serei grato pela excelente formação que todos vocês me concederam.

A todos os demais funcionários do PPGEEI e do PPGCP pelo apoio.

A todos os brasileiros e brasileiras que, através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), concederam-me bolsa de estudos durante parte do período de realização desta tese.

A todos os amigos com quem eu tive o privilégio de conviver durante o doutorado e que foram importantes nesta minha trajetória, entre os quais Adriano Pires, Arcenio Cuco, Arnaldo Timóteo, Bruno Jubran, Carolina Fagundes, Diego Magalhães, Guilherme Ziebell, Jamile Tajra, José Silvestre, Jefferson Viana, Júlio Rodrigues, Kaline Zeni, Larissa Dal Piva, Léo Santos, Mamadou Alpha Diallo, Marcos Reis, Marília Capinzaiki, Nádia Menezes, Nilton Cardoso, Rafael Pinto, Ricardo Ossagô, Robson Valdez, Rodolfo Marques, Sérgio Leusin, Tamiris Pessoa e Viviane Bischoff. Em especial, eu agradeço a Anselmo Otávio por ter se tornado um irmão, um exemplo de superação e fonte de inspiração. Valeu, grande mente!

Aos amigos de longa data Davidson Silva, Edilene França, Edmilson França, Geovana Marques, Gilberto Marques, Gilmar Marques, Givaldo Marques, Glayson Santos, Josenildo França, Mariana Lyra, Matilde França, Oberdan Fellyphy, Paulo Gadelha, Petrus Tavares, Renata Alves, Ricardo França e Ronaldo Amorim por serem exatamente quem são.

“Quem rejeita a mudança é o arquiteto da decadência. A única instituição humana que rejeita o progresso é o cemitério.” (WILSON, p. 7, 1967)

RESUMO

A China tem mudado de um modelo de crescimento econômico desequilibrado para um modelo de crescimento gradativamente mais rebalanceado do ponto de vista de seus impulsionadores. Em razão do modelo de crescimento rebalanceado ter uma estrutura de demanda diferente daquela do modelo de crescimento desequilibrado, esta tese questiona: como o rebalanceamento tem afetado a demanda chinesa por produtos e por IEDs provenientes dos demais Estados do BRICS? O objetivo geral é estudar o rebalanceamento econômico da China e os objetivos específicos são identificar quais as mudanças na economia chinesa que indicam o rebalanceamento dos elementos impulsionadores de seu crescimento e a partir de que momento elas apareceram; apresentar os principais impactos econômicos externos desse processo de mudança estrutural; e pesquisar os seus efeitos sobre a demanda chinesa por bens, por serviços e por IEDs provenientes dos demais Estados do BRICS e se estes Estados têm sido impactados conforme as suas respectivas posições na divisão internacional do trabalho (DIT). Na pesquisa se utiliza a abordagem qualitativa-quantitativa e o método indutivo. As fontes de dados são a literatura acadêmica e os bancos de dados e documentos de instituições internacionais e nacionais. Como resultado, a hipótese de que o rebalanceamento tem diminuído a procura chinesa por produtos e por IEDs provenientes dos demais Estados do BRICS mais associada à demanda dos investimentos e elevado aquela mais associada à demanda do consumo privado, impactando esses Estados conforme a posição de cada um na DIT, foi confirmada.

Palavras-chave: China. Crescimento. Desequilibrado e Rebalanceado. Afetado. BRICS.

ABSTRACT

China has been shifting from an unbalanced economic growth model to a growth model that is gradually more rebalanced from the point of view of its drivers. Due to the rebalanced growth model has a demand structure different from that of the unbalanced growth model, this thesis asks: how has the rebalancing affected Chinese demand for products and FDIs from other BRICS States? The general objective is to study China's economic rebalancing, and the specific objectives are: to identify which changes in the Chinese economy indicate the rebalancing of the drivers of its growth and from which moment they appeared; to present the main external economic impacts of this process of structural change; and to investigate its effects on Chinese demand for goods, services and FDIs from other BRICS States and whether these States have been impacted according to their respective positions in the international division of labor (IDL). In the research uses the qualitative-quantitative approach and the inductive method. The data sources are the academic literature and the databases and documents of international and national institutions. As a result, the hypothesis that the rebalancing has reduced the Chinese demand for products and FDIs from other BRICS States more associated with the demand of the investments and it has increased that one more associated with the demand of the private consumption, impacting these States according to the position of each in the IDL, was confirmed.

Keywords: China. Growth. Unbalanced and Rebalanced. Affected. BRICS

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Políticas internas e externas para a implementação do MCELDD	37
Quadro 2 - Distribuição geográfica dos estoques de IEDs do Brasil, da Rússia e da Índia em 2015, % do total	54
Gráfico 1 - FBCF do BRICS em % do PIB, 1978-2015	68
Gráfico 2 - FBCF da China e de outros países/grupos de países em % do PIB, 1978-2015	68
Gráfico 3 - Despesas de consumo final das administrações públicas do BRICS em % do PIB, 1978-2015.....	69
Gráfico 4 - Despesas de consumo final das administrações públicas da China e de outros países/grupos de países em % do PIB, 1978-2015.....	70
Gráfico 5 - Gastos de consumo final das famílias do BRICS em % do PIB, 1978-2015.....	70
Gráfico 6 - Gastos de consumo final das famílias da China e de outros países/grupos de países em % do PIB, 1978-2015	71
Gráfico 7 - Exportações líquidas do BRICS em % do PIB, 1978-2015.....	72
Gráfico 8 - Exportações líquidas da China e de outros países/grupos de países em % do PIB, 1978-2015.....	72
Gráfico 9 - Estrutura da demanda chinesa em % do PIB, 1978-2015	73
Gráfico 10 - Valor adicionado da agricultura do BRICS em % do PIB, 1978-2015.....	74
Gráfico 11 - Valor adicionado da agricultura da China e de outros países/grupos de países em % do PIB, 1978-2015	74
Gráfico 12 - Valor adicionado da indústria do BRICS em % do PIB, 1978 - 2015.....	76
Gráfico 13 - Valor adicionado da indústria da China e de outros países/grupos de países em % do PIB, 1978-2015	76
Gráfico 14 - Valor adicionado do setor de serviços do BRICS em % do PIB, 1978-2015	77
Gráfico 15 - Valor adicionado do setor de serviços da China e de outros países/grupos de países em % do PIB, 1978-2015	78
Gráfico 16 - Valor adicionado da agricultura, da indústria e dos serviços da China em % do PIB, 1978-2015	78
Gráfico 17 - Proporções da renda disponível das empresas, do governo e das famílias chinesas, 1992-2013.....	79
Figura 1 - Políticas de promoção do consumo privado através do aumento da renda disponível	89
Gráfico 18 - População da China e de outros países/blocos na classe média em milhões	102

Gráfico 19 - Estrutura de classes da população chinesa.....	103
Gráfico 20 - Participação percentual da China e de outros países/blocos no gasto da classe médica global	104
Gráfico 21 - Consumo privado chinês e de outras economias em 2015, e seu crescimento absoluto esperado de 2015 a 2020*.....	105
Gráfico 22 - Consumo anual por habitante na China por categoria, % *	106
Gráfico 23 - Consumo anual das famílias urbanas por categoria, % *	107
Gráfico 24 - Posição da China, dos EUA e da Alemanha no ranking mundial de importadores de bens de 1988 a 2015	109
Gráfico 25 - Composição das importações chinesas de 1992 a 2015 por estágio de processamento dos bens, %	110
Gráfico 26 - Exportações chinesas de bens de consumo por níveis de qualidade 2000-2014, em US\$ bilhões	111
Gráfico 27 - Importações chinesas de bens de consumo por níveis de qualidade 2000-2014, em US\$ bilhões	112
Gráfico 28 - Balança comercial chinesa de bens de consumo por níveis de qualidade 2000 - 2014, em US\$ bilhões	112
Gráfico 29 - Principais exportadores de bens de consumo para a China de 2000 a 2014, % do total.....	113
Gráfico 30 - Comércio chinês de serviços de 2000 a 2015, US\$ em bilhões.....	114
Gráfico 31 - Posição da China, dos EUA e da Alemanha no ranking mundial de importadores de serviços de 2000 a 2015	114
Gráfico 32 - Importações chinesas de serviços de viagens em % do total de serviços importados pelo país de 2005 a 2015	115
Gráfico 33 - IEDs na China realmente utilizados por indústria, em US\$ bilhões.....	116
Gráfico 34 - Médias simples (em %) das taxas tarifárias aplicadas a todos os produtos importados pelos países selecionadas em 2001 e em 2015	117
Gráfico 35 - Medidas não tarifárias* que entraram em vigor de 2001 a 2015 em cada integrante do BRICS	118
Gráfico 36 - Índice de Restritividade ao Comércio de Serviços	119
Gráfico 37 - Comércio brasileiro de bens com a China de 2001 a 2015.....	132
Quadro 3 - Classificação dos principais bens brasileiros exportados para a China de 2001 a 2015 nas classes básicas de bens no SCN	133

Quadro 4 - Empresas brasileiras e chinesas no ranking das 100 maiores EMNs de 2010 a 2015	139
Gráfico 38 - Estoques de IBDs na China de 2001 a 2015 e de investimentos chineses diretos (ICDs) no Brasil de 2010 a 2015 – modalidade participação no capital.....	140
Gráfico 39 - Comércio russo de bens com a China de 2001 a 2015.....	144
Quadro 5 - Classificação dos principais bens russos exportados para a China de 2001 a 2015 nas classes básicas de bens no SCN	145
Gráfico 40 - Comércio russo de serviços com a China de 2002 a 2015*	148
Gráfico 41 - Fluxos anuais de IRDs para a China de 2007 a 2015	151
Quadro 6 - Empresas russas no ranking das 100 maiores EMNs de 2010 a 2015	151
Gráfico 42 - Comércio indiano de bens com a China de 2001 a 2015	153
Quadro 7 - Classificação dos principais bens indianos exportados para a China de 2001 a 2015 nas classes básicas de bens no SCN	155
Gráfico 43 - Comércio indiano de serviços com o mundo de 2001 a 2015	157
Gráfico 44 - Fluxos de IIDs para a China de 2007 a 2015	160
Quadro 8 - Empresas indianas no ranking das 100 maiores EMNs de 2010 a 2015.....	161
Gráfico 45 - Comércio sul-africano de bens com a China de 2001 a 2015.....	166
Quadro 9 - Classificação dos principais bens sul-africanos exportados para a China de 2001 a 2015 nas classes básicas de bens no SCN	167
Gráfico 46 - PIB da África do Sul e número de turistas chineses no país.....	172
Gráfico 47 - Estoques acumulados de ISADs na China e de ICDs na África do Sul de 2001 a 2012.....	174
Quadro 10 - Empresas sul-africanas ranking das 100 maiores EMNs de 2010 a 2015.....	175
Quadro 11 - Quadro-síntese do capítulo.....	176

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Percentagens dos países desenvolvidos (PDs), dos países em desenvolvimento (PEDs) e dos países em transição (PETs) no comércio e nos IEDs mundiais, anos selecionados	53
Tabela 2 - Percentagens do comércio de mercadorias intra e extragrupo de países, anos selecionados	53
Tabela 3 - Salário por hora em economias selecionadas	56
Tabela 4 - Saldo em conta corrente da China e de outros países/grupos de países em % do PIB, 1982-2015	80
Tabela 5 - Indicadores socioeconômicos do 10º, do 11º e do 12º planos quinquenais	88
Tabela 6 - Número de vezes que cada item político aparece como o maior contribuinte para o STRIndex nos 22 setores considerados em 2015	120
Tabela 7 - Índice de restritividade regulatória dos IEDs	121
Tabela 8 - Evolução da China como destino para as exportações (Exp.) e como origem das importações (Imp.) dos demais Estados do BRICS	125
Tabela 9 - IVCRs do Brasil e da China nos principais bens brasileiros exportados para os chineses de 2001 a 2015	133
Tabela 10 - Principais bens brasileiros exportados para a China de 2001 a 2015, em US\$ milhares	134
Tabela 11 - IVCRs do Brasil e da China nos principais bens de consumo brasileiros exportados para os chineses	134
Tabela 12 - Principais bens de consumo brasileiros exportados para a China, em US\$ milhares	135
Tabela 13 - IVCRs do Brasil e da China em grupos de serviços, anos selecionados	136
Tabela 14 - Outros serviços empresariais exportados pelo Brasil para a China de 2014 a 2016	138
Tabela 15 - Estoques de IEDs na China pelos setores de atividades econômicas de 2007 a 2015, em US\$ milhões	140
Tabela 16 - IVCRs da Rússia e da China nos principais bens russos exportados para os chineses de 2001 a 2015	145
Tabela 17 - Principais bens russos exportados para a China de 2001 a 2015, em US\$ milhares	146
Tabela 18 - Principais bens de consumo russos exportados para a China, em US\$ milhares	147

Tabela 19 - IVCRs da Rússia e da China nos principais bens de consumo russos exportados para os chineses	147
Tabela 20 - IVCRs da Rússia em grupos de serviços, anos selecionados	149
Tabela 21 - Exportações de serviços russos para a China de 2002 a 2015* por categorias EBOPS 2002**, em US\$	150
Tabela 22 - IVCRs da Índia e da China nos principais bens indianos exportados para os chineses de 2001 a 2015	154
Tabela 23 - Principais bens indianos exportados para a China de 2001 a 2015, em US\$ milhares	155
Tabela 24 - IVCRs da Índia e da China nos principais bens de consumo indianos exportados para os chineses	156
Tabela 25 - Principais bens de consumo indianos exportados para a China, em US\$ milhares	156
Tabela 26 - IVCRs da Índia em grupos de serviços, anos selecionados	158
Tabela 27 - Distribuição geográfica das exportações indianas de serviços de softwares de 2007/8 a 2015/16, valores percentuais	159
Tabela 28 - Empresas indianas com subsidiárias no exterior e suas vendas por atividade em 2015-16, valores percentuais e em bilhões de rúpias (₹)	162
Tabela 29 - Número de operações de investimentos e valores somados dos IIDs na China de 2007 a 2015 por atividades econômicas	163
Tabela 30 - IVCRs da África do Sul e da China nos principais bens sul-africanos exportados para os chineses de 2001 a 2015	167
Tabela 31 - Principais bens sul-africanos exportados para a China de 2001 a 2015, em US\$ milhares	168
Tabela 32 - IVCRs da África do Sul e da China nos principais bens de consumo sul-africanos exportados para os chineses	169
Tabela 33 - Principais bens de consumo sul-africanos exportados para a China, em US\$ milhares	170
Tabela 34 - IVCRs da África do Sul em grupos de serviços, anos selecionados	171
Tabela 35 - Destinos dos estoques de investimentos sul-africanos diretos (ISADs) em 2012, % do total	173

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BEC	- Broad Economic Categories
BPM	- Balance of Payments Manual
BRF	- Brasil Foods
BRICS	- Agrupamento político-diplomático formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CASS	- Chinese Academy of Social Science
CFA	- Crise Financeira Asiática
CFG	- Crise Financeira Global
CIG	- Comércio Intragrupo
CNOOC	- China National Offshore Oil Corporation
CNPC	- China National Petroleum Corporation
CRM	- Comércio com o Resto do Mundo
CTG	- Comércio Total do Grupo
CVM	- Comissão de Valores Mobiliários
DCR	- Desvantagem Comparativa Revelada
DES	- Direitos Especiais de Saque
DIT	- Divisão Internacional do Trabalho
EPE	- Empresas de Propriedade Estatal ou Entidades de Propósitos Específicos dependendo do caso
EPI	- Economia Política Internacional
FBCF	- Formação Bruta de Capital Fixo
FMI	- Fundo Monetário Internacional
GATT	- General Agreement on Tariffs and Trade
IBD	- Investimento Brasileiro Direto
ICD	- Investimento Chinês Direto
IED	- Investimento Externo Direto
IID	- Investimento Indiano Direto
IRD	- Investimento Russo Direto
ISAD	- Investimento Sul-Africano Direto
ITC	- International Trade Centre
IVCR	- Índice de Vantagem Comparativa Revelada
MCELE	- Modelo de Crescimento Econômico Liderado pelas Exportações

MCELDD	- Modelo de Crescimento Econômico Liderado pela Demanda Doméstica
MOFCOM	- Ministry of Commerce of the People's Republic of China
NBD	- Novo Banco de Desenvolvimento
NBS	- Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e outras Operações que produzam Variações no Patrimônio
NDRC	- National Development and Reform Commission of the People's Republic of China
NPI	- Novos Países Industrializados
OECD	- Organisation for Economic Co-operation and Development
OMC	- Organização Mundial do Comércio
PCC	- Partido Comunista Chinês
PED	- Países em Desenvolvimento
PET	- Países em Transição
PD	- Países Desenvolvidos
PIB	- Produto Interno Bruto
PPP	- Paridade do Poder de Compra
PQ	- Plano Quinquenal
PRMS	- Países de Renda Média Superior
PTF	- Produtividade Total dos Fatores
RMB	- Renminbi
RPC	- República Popular da China
SCC	- Saldo da Conta Corrente
SH	- Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias
STRIndex	- Services Trade Restrictiveness Index
UNCTAD	- United Nations Conference on Trade and Development
URSS	- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VCR	- Vantagem Comparativa Revelada

LISTA DE SÍMBOLOS

\$	- Dólar
₹	- Rúpias
¥	- Yuan

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	18
2	INTERPRETANDO O CRESCIMENTO CHINÊS E COMO AS SUAS MUDANÇAS ATINGEM OUTROS PAÍSES.....	26
2.1	INTERPRETANDO O CRESCIMENTO CHINÊS.....	26
2.1.1	Gerschenkron e as Vantagens do Atraso para o Crescimento Econômico: uma Explicação para o Crescimento Chinês?	26
2.1.2	O Crescimento Econômico Impulsionado pelas Exportações	31
2.1.3	Alcançando o Crescimento Liderado pela Demanda Doméstica	36
2.1.4	China: do Crescimento Econômico Liderado pela Exportação ao Liderado pela Demanda Doméstica?	38
2.2	A TRANSMISSÃO DOS EFEITOS DAS MUDANÇAS ESTRUTURAIS NA ECONOMIA CHINESA	49
2.2.1	A Interdependência Econômica Como Meio de Transmissão dos Efeitos das Mudanças na China	49
2.2.2	A Evolução da Divisão Internacional do Trabalho.....	50
2.2.3	Definindo a Posição na DIT.....	56
2.2.4	A China na DIT.....	58
2.3	CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	61
3	O REBALANCEAMENTO DA ECONOMIA CHINESA: CARACTERIZAÇÃO GERAL E RECONHECIMENTO GOVERNAMENTAL.....	62
3.1	DESEQUILÍBRIOS ECONÔMICOS E O REBALANCEAMENTO DA ECONOMIA CHINESA	63
3.2	O RECONHECIMENTO DOS DESEQUILÍBRIOS PELAS AUTORIDADES CHINESAS.....	81
3.3	CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	90
4	DESEQUILÍBRIO <i>VERSUS</i> REBALANCEAMENTO: QUAIS OS IMPACTOS PARA A ECONOMIA MUNDIAL?	92
4.1	IMPLICAÇÕES GERAIS DO CRESCIMENTO DESEQUILIBRADO	92

4.2	IMPLICAÇÕES DO REBALANCEAMENTO?	94
4.2.1	A Classe Média Chinesa e a Demanda por Consumo	97
4.3	EVIDÊNCIAS DOS EFEITOS DOS MODELOS DE CRESCIMENTO DA CHINA SOBRE AS SUAS RELAÇÕES ECONÔMICAS	108
4.4	CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	121
5	OS EFEITOS DO REBALANCEAMENTO DA CHINA SOBRE A DEMANDA DO PAÍS POR PRODUTOS E IEDS DOS DEMAIS ESTADOS DO BRICS ...	123
5.1	RELAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE A CHINA E OS DEMAIS BRICS: METODOLOGIAS DE SELEÇÃO E ANÁLISE DE DADOS.....	123
5.2	OS EFEITOS DO REBALANCEAMENTO SOBRE AS EXPORTAÇÕES E SOBRE OS INVESTIMENTOS BRASILEIROS QUE SEGUEM PARA A CHINA.....	130
5.3	OS EFEITOS DO REBALANCEAMENTO SOBRE AS EXPORTAÇÕES E SOBRE OS INVESTIMENTOS RUSSOS QUE SEGUEM PARA A CHINA	142
5.4	OS EFEITOS DO REBALANCEAMENTO SOBRE AS EXPORTAÇÕES E SOBRE OS INVESTIMENTOS INDIANOS QUE SEGUEM PARA A CHINA	152
5.5	OS EFEITOS DO REBALANCEAMENTO SOBRE AS EXPORTAÇÕES E SOBRE OS INVESTIMENTOS SUL-AFRICANOS QUE SEGUEM PARA A CHINA	164
5.6	CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	175
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	178
	REFERÊNCIAS.....	182

1 INTRODUÇÃO

Esta tese estuda o rebalanceamento econômico da China. Ela se concentra, principalmente, em investigar como ele tem afetado a demanda do país por produtos e por IEDs provenientes do Brasil, da Rússia, da Índia e da África do Sul (doravante demais Estados do BRICS).

O rebalanceamento representa a culminação de um processo histórico de rápidas transformações na economia chinesa. No final da década de 1970, a China iniciou um período de forte crescimento econômico que, de tão intenso, foi denominado de milagre (LIN; CAI; LI, 1995; PETTIS, 2013a; 2016; HUANG, 2014). O PIB per capita do país saiu de aproximadamente US\$ 156¹ em 1978 para US\$ 8 mil em 2015 (WORLD BANK, ©2016).

No entanto, esse inédito desempenho econômico foi alcançado com a criação de riscos estruturais à economia do país, ameaçando as suas perspectivas de crescimento de longo prazo (HUANG, 2014; LARDY, 2012; PETTIS, 2013a). A China cresceu com base em um modelo de crescimento desequilibrado, ou seja, excessivamente baseado nas exportações, nos investimentos e na repressão do consumo privado, pela ótica dos gastos agregados; no setor industrial, pela ótica da produção; na repressão da renda familiar disponível, pela ótica da renda; e na geração de superávits em conta corrente, pela ótica da poupança e investimentos nacionais.

Como se observa, principalmente no capítulo 3, esses desequilíbrios se mostraram insustentáveis, obrigando as autoridades do país a resolvê-los. Nesse sentido, o rebalanceamento consiste em tornar o crescimento chinês mais baseado no consumo privado, pela ótica dos gastos agregados; nos serviços, pela ótica da produção; no crescimento da renda familiar disponível, pela perspectiva da renda; e em uma geração de menores superávits em conta corrente, na perspectiva da poupança e investimentos nacionais.

O período de crescimento desequilibrado foi mais visível na década de 2000, sobretudo, de 2002-2003 a 2008-2009, a partir de quando o rebalanceamento começou a apresentar alguns de seus primeiros sinais. Como se evidencia também no capítulo 3, eles compreenderam ao crescimento da participação do consumo privado, do setor serviços e da renda familiar disponível como percentagem do PIB, por um lado, e a diminuição do superávit em conta corrente, por outro lado.

¹ US\$ em valores correntes.

Conforme exposto no capítulo 4, o modelo de crescimento econômico que tem se conformado na China tem começado a impactar a economia mundial, como seria de se esperar, diferentemente de como o modelo anterior impactou. No caso do modelo desequilibrado ou extensivo, como Lardy (2006) o chamou, os impactos resultaram do crescimento econômico acelerado chinês baseado nos investimentos, nas exportações e na produção na industrial. Eles abrangeram a transformação do país em superpotência econômica, a ampliação de sua capacidade de investimentos, o aumento dos desequilíbrios na economia mundial e as modificações dos termos de troca em favor de algumas commodities e em desfavor de algumas manufaturas.

No caso do modelo rebalanceado que está se formando, os impactos resultam da menor taxa de crescimento da China e da progressiva dependência deste crescimento do consumo privado. Eles englobam os efeitos derivados da redução do superávit do país em conta corrente, o aumento mais lento ou a diminuição dos preços internacionais de certas commodities e a constituição de um grande mercado chinês para bens consumidos principalmente pelas famílias.

Esta tese investiga os efeitos resultantes do rebalanceamento, especialmente, aqueles sobre a demanda chinesa por produtos e por IEDs provenientes dos demais Estados do BRICS. Como se constata no capítulo 5, o modelo de crescimento rebalanceado em conformação tem uma estrutura de demanda diferente daquela do modelo de crescimento desequilibrado.

Nessa perspectiva, tem-se a seguinte questão de pesquisa desta tese: como o rebalanceamento tem afetado a demanda chinesa por produtos e por IEDs provenientes dos demais Estados do BRICS? Tem-se como hipótese que ele a tem afetado reduzindo a necessidade por produtos e por IEDs mais associada à demanda dos investimentos e elevando aquela mais associada à demanda do consumo privado, impactando os demais Estados do BRICS conforme a posição de cada um na divisão internacional do trabalho (DIT)².

O objetivo geral é estudar o rebalanceamento econômico da China. Os objetivos específicos são três: (i) identificar quais as mudanças na economia chinesa que indicam o rebalanceamento dos elementos impulsionadores de seu crescimento e a partir de que momento elas apareceram; (ii) apresentar os principais impactos econômicos externos desse processo de mudança estrutural; e (iii) pesquisar os seus efeitos sobre a demanda chinesa por

² Em razão de o fenômeno estudado ser pouco conhecido, hipóteses rivais, que poderiam ou não reforçar a validade da hipótese testada, não foram elaboradas. O presente estudo se constitui em um esforço inicial em entendê-lo e, em princípio, a hipótese testada foi confirmada.

bens, por serviços e por IEDs provenientes dos demais Estados do BRICS e se estes Estados têm sido impactados conforme as suas respectivas posições na DIT.

Adota-se como delimitação temporal o período de 2001 a 2015. O ano de 2001 constitui aquele de entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), acontecimento que permitiu ao país registrar maior crescimento de suas relações econômicas com o mundo e vice-versa (PERMANENT MISSION OF CHINA TO THE WTO, 2011; WANG, 2012). O ano de 2015 foi escolhido porque ele foi o ano mais recente para o qual existiam dados econômicos consolidados disponíveis sobre a China e sobre os demais Estados do BRICS quando se começou a escrever esta tese.

A temática da presente pesquisa é nova e, por isso, precisa-se expandir o conhecimento sobre ela. Ademais, o seu debate se justifica tanto pela China hoje ser um centro gravitacional da economia mundial (SALLY, 2011), o que faz com que as transformações pelas quais ela passa reverberem pelo mundo através da interdependência causada pela globalização, quanto pelo adensamento de suas relações bilaterais, principalmente comerciais, com os demais Estados do BRICS nos primeiros anos desse século. O estreitamento de tais relações torna cada país mais sensível aos efeitos de mudanças que acontecem em seus parceiros.

Metodologicamente, esta pesquisa possui uma abordagem quali-quantitativa. Inicialmente, a partir da aplicação do método indutivo, seguindo a lógica de sair do nível micro de análise para outros níveis superiores, usou-se a estrutura utilizada por Lardy (2012) para identificar os desequilíbrios e a conformação do rebalanceamento da economia chinesa a partir de quatro abordagens: a abordagem dos gastos agregados, a abordagem da produção, a abordagem da renda, e a abordagem da poupança e investimentos nacionais. Em seguida, identificou-se o reconhecimento governamental do desequilíbrio e da necessidade de rebalanceamento. Logo após, enfatizaram-se os principais impactos de cada modelo de crescimento para a economia mundial.

Tudo isso ofereceu as condições básicas para estudar como o rebalanceamento tem impactado a procura chinesa por produtos e por IEDs oriundos dos demais Estados do BRICS. Desse modo, para testar a hipótese da pesquisa, primeiro foram recolhidas as informações sobre as exportações para e sobre os IEDs destes países na China no período entre 2001 e 2015.

Nas exportações, algumas amostras dos produtos vendidos pelos demais BRICS para a China foram selecionadas. No caso dos bens, dois grupos representativos foram considerados. Inicialmente, foram selecionados aqueles bens no nível de 6 dígitos no sistema harmonizado

(SH) e que não sofreram modificações com as revisões de 2002, de 2007 e de 2012 dessa classificação de produtos que estiveram entre os 10 (dez) mais exportados por cada país para a China em, pelo ao menos, 8 (oito) anos no período de 2001 a 2015.

Após selecionada essa amostra, calculou-se o índice de vantagem comparativa revelada (IVCR) do bem tanto para o país que o exportou quanto para a China para medir a competitividade internacional de cada ator em seu comércio, identificar complementariedades comerciais entre eles e, principalmente, detectar as suas respectivas posições na DIT. Como se observa no capítulo seguinte, tal índice mede o desempenho comercial de um determinado país em um produto particular ou conjuntos destes em relação ao mundo, sendo o seu valor maior do que 1 indicativo de vantagem comparativa revelada (VCR) e menor do que 1 indicativo de desvantagem comparativa revelada (DCR) do país na exportação do produto em questão.

Subsequentemente, os bens selecionados foram classificados de acordo com o seu principal uso final em bens de capital, bens intermediários e bens de consumo, ou seja, eles foram classificados em uma das três classes básicas de bens no Sistema de Contas Nacionais (SCN). Para tanto, duas correspondências foram realizadas. Inicialmente, foi feita a correspondência dos bens selecionados no SH para a classificação por grandes categorias econômicas, 4ª revisão (em inglês, lê-se: classification by broad economic categories, revision 4 – BEC). Em seguida, foi realizada a correspondência dos bens na BEC para as classes básicas de bens no SCN.

Admite-se nesta pesquisa que a procura por bens de capital e por bens intermediários está mais associada à demanda gerada pelo crescimento desequilibrado e a procura por bens de consumo está mais associada à demanda gerada pelo crescimento rebalanceado. Estas associações são estabelecidas considerando os principais consumidores desses bens e para que eles os usam.

Os bens de capital e os bens intermediários são, principalmente, utilizados pelas empresas em seus processos de produção e, como se observa no capítulo 3, a produção industrial elevada é um dos principais indicadores do crescimento desequilibrado. Por conseguinte, a maior procura chinesa por esses bens pode ser reflexo da demanda gerada pelo crescimento desequilibrado.

Os bens de consumo são consumidos, principalmente, pelas famílias para satisfazerem as suas necessidades ou desejos. Também como se observa no capítulo 3, o maior consumo das famílias é um indicador do crescimento rebalanceado em formação. À vista disso, a maior

procura chinesa por bens de consumo pode ser reflexo da demanda gerada por esta forma de crescimento.

Após todos esses procedimentos, uma segunda amostra de bens foi selecionada, pois a primeira identificou que os principais bens brasileiros, russos, indianos e sul-africanos exportados para a China eram bens intermediários, isto é, eram bens consumidos, principalmente, pelas empresas. Tal fato já era esperado, dado o crescimento desequilibrado chinês e a posição dos demais Estados do BRICS na DIT como ofertantes de produtos mais associados à demanda dos investimentos.

Consequentemente, foi necessário que a segunda amostra fosse composta por bens de consumo, haja vista a necessidade de estudar o comportamento da demanda chinesa por aqueles adquiridos a partir dos demais Estados do BRICS, principalmente, durante o período de conformação do rebalanceamento. Nesse sentido, selecionaram-se todos os bens de consumo no nível de 6 dígitos do SH e que não sofreram alterações com as revisões de 2002, de 2007 e de 2012 dessa classificação internacional de produtos entre os 100 principais bens vendidos por cada país a China em 2015. Naqueles casos em que o número de bens na amostra foi inferior a cinco, ampliou-se o universo de identificação dos mesmos até atingir essa quantidade, *ceteris paribus*.

Cabe destacar que, além dos bens que sofreram modificações nas revisões de 2002, de 2007 e de 2012 do SH, também não foram considerados em ambas as amostras selecionadas os bens que na BEC foram identificados como pertencentes às subcategorias “combustíveis para veículo a motor”, “veículos de passageiros” e “bens não especificados em outros lugares”. Os bens pertencentes a cada uma delas possuem uso final múltiplo, ou seja, eles podem ser classificados em mais de uma classe básica de bens no SCN.

No caso dos serviços, devido à baixa disponibilidade de dados desagregados, analisaram-se as exportações de grupos de serviços dos demais Estados do BRICS para a China. Nesse sentido, primeiro se calcularam os IVCRs para os grupos de serviços exportados por cada integrante do agrupamento BRICS, conforme a classificação da 5ª e da 6ª edição do Manual de Balanço de Pagamentos (em inglês, lê-se: Balance of Payments Manual, doravante BPM5 e BPM6 conforme a edição). Depois, escolheu-se o grupo de serviços em que o país obteve as maiores VCRs e analisaram-se as suas exportações para a China naqueles anos para os quais havia dados disponíveis dentro do intervalo de tempo de 2001 a 2015. Tal opção permitiu estudar os efeitos do rebalanceamento sobre o grupo de serviços em que cada país é mais competitivo internacionalmente, ou seja, sobre aquela categoria em que ele está mais bem posicionado na DIT e, por isso, em melhores condições de suprir a demanda do mercado

chinês, exceto nos casos em que haja distorções no mercado ou pouca/nenhuma complementariedade comercial entre os parceiros em questão.

No caso dos investimentos, criou-se um índice para identificar a especialização de cada país na realização de IEDs e verificar se ela foi condizente com a demanda chinesa por tais inversões. Esse indicador é constituído pela distribuição industrial das empresas multinacionais (EMNs) presentes no ranking da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (United Nations Conference on Trade and Development – UNCTAD) das 100 maiores EMNs não financeiras das economias em desenvolvimento e das economias em transição classificadas por ativos (doravante ranking das 100 maiores EMNs), no mínimo, em dois anos entre 2010 e 2015, exceto 2013, ano para o qual os dados não foram encontrados.

Após tudo isso, procedeu-se a análise dos efeitos do rebalanceamento sobre a necessidade chinesa por produtos e por IEDs procedentes dos demais Estados do BRICS. Para se comprovar a hipótese desta tese duas evidências devem ser encontradas. A primeira é que as exportações de bens e de serviços dos demais Estados do BRICS para a China, assim como os seus investimentos no país, tenham ocorrido conforme a posição de cada um na DIT, posição esta que é identificada pelo IVCR e pelo ranking das 100 maiores EMNs. A segunda é que a partir do início do rebalanceamento enquanto a parte desses fluxos mais associada à demanda dos investimentos e que, por isso, ampliou-se durante o período de crescimento desequilibrado passou a diminuir, aquela parte mais associada à demanda do consumo privado passou a aumentar.

O aporte teórico e conceitual para a construção do marco analítico tem como base as contribuições das teorias do crescimento econômico, da economia internacional e da economia política internacional (EPI). Das teorias do crescimento são usados, principalmente, os ensinamentos do historiador econômico Alexander Gerschenkron (2015) sobre as vantagens do atraso econômico, assim como as contribuições de Thomas I. Palley (2002; 2005; 2011) sobre o modelo de crescimento econômico impulsionado pelas exportações e aquele impulsionado pela demanda doméstica, para entender a trajetória de crescimento chinês e os seus principais impulsionadores.

Da economia internacional é utilizado o conhecimento sobre a estrutura da DIT e sobre a globalização econômica. A estrutura da DIT serve para identificar a posição de cada país na economia mundial em termos do que exporta e do perfil de seus IEDs. Já a globalização econômica é usada para entender como os países estão interdependentes e, por

isso, acontecimentos na China podem ser sentidos em economias tão distantes geograficamente quanto o Brasil.

Da EPI é utilizada a sua capacidade de interpretar aspectos relacionados à temática desta tese por meio do uso conjunto da economia e da política internacionais. O crescimento de um país, sua posição na DIT e suas implicações para a economia mundial não ocorrem estritamente por razões econômicas internas e/ou externas. O rebalanceamento chinês é um processo político-econômico inicialmente doméstico, mas que depois extrapola as fronteiras nacionais, influenciando e sendo influenciado por reações políticas em outros países. Ademais, o próprio BRICS é uma concertação político-econômico-diplomática. E, não menos importante, segundo Gonçalves (2005), o comércio internacional e os IEDs estão entre os principais temas do campo de estudos da EPI.

As fontes de dados para tese são, principalmente, a literatura acadêmica (livros e artigos) e os bancos de dados e documentos de instituições internacionais e nacionais. Entre estas instituições estão o Banco Mundial (World Bank), o Centro de Comércio Internacional (International Trade Centre - ITC), a OMC, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD), as Nações Unidas (United Nations), a UNCTAD e alguns ministérios e bancos centrais dos Estados do BRICS.

Esta tese está dividida em cinco capítulos além dessa introdução. O capítulo 2 apresenta o marco teórico e analítico. Inicialmente, ele identifica os pontos essenciais do modelo de crescimento baseado no atraso econômico, assim como dos modelos de crescimento impulsionado pelas exportações e pela demanda doméstica, e os emprega ao caso chinês. Em seguida, ele expõe como as posições dos países na DIT são determinadas e como a globalização econômica os torna mais interdependentes.

O capítulo 3 identifica, caracteriza e conceitua o desequilíbrio e o rebalanceamento dos impulsionadores do crescimento chinês. Para tanto, as abordagens dos gastos agregados, da produção, da renda e da poupança e investimentos nacionais são aplicadas. Logo após, o capítulo aborda o reconhecimento governamental do crescimento desequilibrado e da necessidade de rebalanceamento.

O capítulo 4 apresenta os impactos econômicos de cada modelo de crescimento da China sobre a economia mundial. Inicialmente, alguns impactos do modelo de crescimento desequilibrado são expostos. Em seguida, são apresentados aqueles do modelo de crescimento rebalanceado que está se formando. O capítulo termina destacando evidências dos efeitos desses modelos sobre as importações chinesas e sobre as entradas de IEDs no país.

O capítulo 5 identifica e analisa os efeitos resultantes do rebalanceamento sobre a procura chinesa por produtos e por IEDs procedentes dos demais Estados do BRICS. Para isso, as exportações e os IEDs brasileiros, russos, indianos e sul-africanos que seguiram para a China de 2001 a 2015 são analisados conforme metodologias específicas. O capítulo 6 apresenta as considerações finais.

2 INTERPRETANDO O CRESCIMENTO CHINÊS E COMO AS SUAS MUDANÇAS ATINGEM OUTROS PAÍSES

O presente capítulo se constitui no referencial teórico e conceitual desta tese. Os principais argumentos e conceitos teóricos que ajudam a entender o objeto de pesquisa em análise são expostos e empregados simultaneamente com a intenção de oferecer ao leitor as associações entre teoria e realidade desde o início de sua leitura.

O capítulo começa expondo e aplicando algumas interpretações teóricas que ajudam a entender o crescimento chinês, a saber, o modelo de crescimento gerschenkroniano e os modelos de crescimento liderado pelas exportações e pela demanda doméstica. Esses modelos lançam luz sobre o crescimento da China enfatizando as suas conquistas, os seus empecilhos e as suas mudanças.

A outra parte do capítulo destaca o meio de transmissão dos efeitos das mudanças supramencionadas, ou seja, do rebalanceamento econômico da China e como os parceiros econômicos do país são afetados por ele. Sugere-se que a interdependência econômica proporcionada pela globalização funciona como o canal de transmissão dos efeitos do rebalanceamento e que os parceiros econômicos chineses são afetados por ele de acordo com a posição de cada um na DIT.

2.1 INTERPRETANDO O CRESCIMENTO CHINÊS

Ainda nessa parte do capítulo se apresentam os meios usados para identificar o papel dos países na DIT em nível de comércio e de investimentos. Por fim, lança-se luz sobre a mudança do papel da China nessa estrutura e como isso influencia as suas relações econômicas externas, em especial com os demais Estados do BRICS.

2.1.1 Gerschenkron e as Vantagens do Atraso para o Crescimento Econômico: uma Explicação para o Crescimento Chinês?

Desde o final da década de 1970 a China tem registrado elevado ritmo de crescimento econômico. Até recentemente, como se discute no próximo capítulo, esse crescimento foi impulsionado pelos investimentos e pelas exportações, do lado da demanda agregada, e pelo setor industrial, do lado da produção. Essa estrutura segue, ao menos em parte, o que se

convencionou chamar de modelo de crescimento econômico de Gerschenkron (YAO et al., 2014; PETTIS, 2013a).

Gerschenkron foi um historiador econômico ucraniano que dedicou boa parte de sua vida ao estudo da história industrial da Europa, principalmente oitocentista (FISHLOW, 2003; GWYNNE, 2006; BASTOS; MAZAT, 2015). Seu principal postulado, as vantagens do atraso econômico, partiu de duas observações. A primeira foi que, na Europa do século XIX, encontravam-se países com diferentes graus de atraso econômico. A segunda foi que, mesmo com diferentes graus de atraso, alguns desses países deram início a processos de industrialização repentina e acelerada. A Alemanha e, principalmente a Rússia, foram os focos de seus estudos (BASTOS; MAZAT, 2015).

A principal ideia defendida pelo autor é que os países seguem diferentes caminhos para alcançar o desenvolvimento industrial e não um conjunto de etapas comuns que todos devem cumprir, como proposto pelo modelo do “etapismo” de Rostow (1961). Essa originalidade varia em função dos diferentes graus de atraso econômico¹ em que os países se encontram em relação à industrialização inglesa, o caso original. Segundo ele “[...] em aspectos importantíssimos, o desenvolvimento de um país atrasado, em virtude de seu próprio atraso, pode ser muito diferente de um país adiantado” (GERSCHENKRON, 2015, p.69).

Inicialmente, Gerschenkron (2015) se preocupa com a condição dentro do país antes do começo do processo de desenvolvimento industrial. Segundo ele, o impulso para a industrialização tem como origem a tensão causada pela disparidade entre a situação em que o país se encontra e aquela que ele almeja alcançar, como a elevação do padrão de vida ou o aumento do poder nacional, como era de interesse chinês no fim da década de 1970. Essa tensão induz esforços bem-sucedidos na construção da indústria nacional, ou seja, ela consegue fazer com que o Estado seja capaz de reunir forças para vencer o atraso e promover a industrialização sobrepujando os obstáculos que a impede. Ademais, acrescenta o autor, “[a]lguns acontecimentos políticos significativos – como a unificação nacional, ou reformas judiciais ou administrativas completas – puderam multiplicar repentinamente as oportunidades existentes e, em certas ocasiões, desencadear a grande arrancada” (p. 210).

A abertura econômica e as reformas conduzidas pelos líderes chineses, a partir de 1978, serviram a esse propósito de liberar as forças desencadeadoras do processo de

¹ O “atraso econômico” se refere ao “atraso” de determinado país (país retardatário) no processo de desenvolvimento industrial em relação à industrialização de referência, a qual é constituída pela industrialização inglesa, considerada o “caso original de industrialização”. Essa condição de “atraso econômico relativo” é determinada pela verificação da existência ou da inexistência no processo de industrialização do país retardatário de características presentes no caso inglês (GERSCHENKRON, 2015).

industrialização. Primeiro, a mudança de uma economia planejada para uma economia mista buscou desenvolver as forças produtivas do país (XIAOPING, 1994). Segundo, as reformas implicaram mudanças significativas na agricultura, na propriedade e na organização das empresas estatais, no desenvolvimento da propriedade privada, no comércio exterior, no sistema de formação de preços, no setor bancário e na infraestrutura social (CHOW, 2004), sendo, praticamente, todas importantes para a industrialização. Terceiro, como se expõe no próximo capítulo, foi apenas a partir do final da década de 1970 que se começou a reduzir a opressão ao desenvolvimento da classe média (XIAOHONG; CHEN, 2010), segmento importante para o consumo (MURPHY; SHLEIFER; VISHNY, 1989). Quarto, a reforma política permitiu a institucionalização do partido comunista chinês (PCC) no poder, condição importante para a criação de um ambiente previsível e, conseqüentemente, favorável ao desenvolvimento industrial. De acordo com Yao et al. (2014, p. 986-987, tradução nossa):

No caso da China, a institucionalização do PCC tem sido definitivamente um dos principais impulsionadores-chave das políticas do governo chinês de aumento do crescimento. Na era Mao, as decisões do governo eram aleatórias, dependendo muito das preferências pessoais de Mao, que mudavam frequentemente. Quando as reformas começaram, uma das mudanças mais importantes que Deng Xiaoping trouxe para o partido foi a institucionalização. A tomada de decisão do governo foi simplificada e os direitos de decisão foram delineados. A comissão permanente do departamento político [*political bureau, no original*] do comitê central foi estabelecida como o principal órgão de decisão. O culto pessoal foi eliminado e a liderança coletiva foi instalada. Um regime de aposentadoria obrigatória e um limite de prazo implícito foram impostos aos principais líderes. Uma regra de sucessão foi estabelecida para permitir que os líderes da próxima geração sejam selecionados pelos líderes atuais e os líderes aposentados juntos. Além disso, uma trindade de poder se formou para outorgar os três principais cargos, o secretário do partido, o presidente, o presidente do comitê militar, a uma pessoa, assim o poder é consolidado e os conflitos experimentados na era Mao podem ser evitados. Ideologicamente, o PCC despediu-se do seu passado revolucionário e transformou-se em um partido de todo o povo.

Ainda nessa lógica das condições iniciais, a dotação de recursos naturais de cada país é um fator importante na determinação do tamanho das oportunidades oferecidas pela industrialização (GERSCHENKRON, 2015). Nesse sentido, o país retardatário que dispõe de recursos naturais suficientes e consegue remover os principais empecilhos à industrialização se beneficia das oportunidades inerentes a ela na proporção direta do atraso econômico em que se encontra.

Desse modo, o país em condições de atraso econômico se beneficia da quantidade de tecnologia que ele pode “tomar de empréstimo” e com isso “pular” estágios de desenvolvimento que países com economias avançadas passaram em seu processo de industrialização (GERSCHENKRON, 2015). Assim, quanto maior for a reserva de progresso

tecnológico a que o país retardatário tem acesso, mais promissora é a sua industrialização. Como se observa no capítulo 4, a intenção chinesa de exercer controle sobre as entradas de IEDs no país serve exatamente ao objetivo de ter acesso ao conhecimento, ao *know-how* e às inovações estrangeiras, com vistas a acelerar o seu processo de industrialização (YAO, 2006).

Em razão das pré-condições industriais específicas, das pressões pela industrialização e do acesso à reserva de inovações tecnológicas desenvolvidas pelos países avançados, os países retardatários iniciam o processo de industrialização com grande impulso. Conforme Gerschenkron (2015, p. 112) “[a] principal afirmação que podemos fazer a respeito dos países assim classificados é que, quanto mais atrasado o desenvolvimento industrial de um país, mais explosiva foi a grande arrancada de sua industrialização, se e quando ela chegou”. No caso chinês, a contribuição da indústria para o seu PIB, a preços correntes, saiu de 8,3% em 1952 para 33,5% em 1978 e para 51,8% em 2003 (MADDISON, 2007).

Esse crescimento dos países retardatários está estruturado na redução do consumo privado e no aumento do investimento (GERSCHENKRON, 2015), dentro de uma perspectiva dos gastos agregados. Reduz-se esse consumo através de mecanismos que diminuem a renda disponível das famílias e transfere parte delas para as empresas. Isso é exatamente o que tem acontecido com a China, como se observa nos dados apresentados no próximo capítulo. Conforme Pettis (2013a), o crescimento chinês tem sido fortemente intensivo em capital, uma das taxas mais elevadas do mundo. O modelo funciona tributando implicitamente a renda familiar através do crescimento salarial abaixo da produtividade dos trabalhadores, da redução do valor da moeda doméstica, da degradação ambiental, da deterioração da rede de segurança social, das vendas de terras subvencionadas e, principalmente, da repressão financeira. Esses mecanismos “confiscam” parte da renda familiar e a transfere a custo baixo para produtores, exportadores e investidores, subsidiando o aumento feroz do crescimento. O autor expõe que:

Essas estratégias de crescimento projetadas por Pequim obrigaram as famílias a subsidiar o investimento e a produção, assim gerando rápido crescimento econômico e do emprego em detrimento do crescimento da renda familiar. É o crescimento em atraso da renda familiar, [...], que tem limitado o consumo das famílias (PETTIS, 2013a; p. 79, tradução nossa).

Dentro dessa lógica, quanto mais atrasada for a economia, maior é a pressão exercida sobre os níveis de consumo e maior também é papel desempenhado por fatores institucionais especiais usados para aumentar a oferta de capital necessária ao desenvolvimento industrial (GERSCHENKRON, 2015). Nos países avançados o suprimento de capital vem,

principalmente, das empresas; nos moderadamente atrasados vem dos bancos; e nos mais atrasados vem principalmente do Estado, o que é mais provável de ser o caso chinês, dado que o seu setor empresarial privado é relativamente fraco comparado com outras economias com nível similar de renda, como o Brasil, e o setor bancário é subdesenvolvido.

Como supramencionado e como se observa mais detalhadamente abaixo, a repressão financeira imposta pelo Estado chinês é o principal mecanismo de subsídio à industrialização e para tal fim faz uso do sistema bancário (PETTIS, 2013a). O Estado chinês também atua favorecendo a industrialização, entre outras coisas, investindo em capital humano, criando as infraestruturas físicas necessárias, concedendo subsídios à produção, fazendo compras preferenciais aos produtores domésticos e protegendo as indústrias nacionais, nesse último caso fazendo uso de mecanismos como o controle de importações e de entradas de investimentos estrangeiros no país.

Os países que seguem o modelo gerschenkroniano tendem a registrar elevadas taxas de crescimento econômico. No entanto, à medida que eles se desenvolvem e se aproximam da fronteira tecnológica, eles conseguem se beneficiar menos desse modelo e ajustes estruturais nos impulsores do crescimento passam a ser necessários. Em termos de crescimento do PIB, a partir de 1978 a China começou a viver o seu período de “milagre econômico” (YAO et al., 2014). Todavia, esse milagre econômico foi resultado de um processo que criou desequilíbrios econômicos estruturais, os quais ameaçam as expectativas futuras de crescimento do país. Para Pettis (2013a, p.89-90, tradução nossa):

De fato, os países submetidos ao processo descrito por Gerschenkron foram capazes de gerar aumentos bastante substanciais de riqueza por longos períodos de tempo - como claramente aconteceu na China, pelo menos durante os primeiros quinze ou vinte anos desde as reformas de 1978. Mas o caso da China, e todos os outros casos de um milagre de crescimento impulsionado por investimento, sugere que o modelo não pode ser sustentado porque há pelo menos duas restrições. A primeira tem a ver com a restrição do investimento com dívida e a segunda com a restrição da conta externa, e uma ou ambas as restrições sempre acabaram descarrilhando o modelo de crescimento.

Como já pontuado, estruturalmente o crescimento chinês ocorreu até recentemente por meio da redução do consumo privado, induzida pelo Estado, através de mecanismos que tributam implicitamente as famílias e, com isso, desviam parte da renda desse grupo para produtores por meio da oferta subsidiada de capital (PETTIS, 2013a). Esse *modus operandi* permitiu a contribuição incomum dos investimentos para o PIB. Os produtores e outros atores (mutuários locais, provinciais e centrais) têm acesso ao capital subsidiado através de

empréstimos. Sendo assim, dívidas são geradas e existem limites da capacidade de endividamento.

Desse modo, o crescimento econômico não pode ser infinitamente sustentado pelo investimento financiado por dívidas (PETTIS, 2013a). Isto porque após ultrapassado o estágio em que os recursos desviados das famílias foram aplicados e geraram aumento da infraestrutura e da capacidade produtiva, pela razão da relativa facilidade de encontrar investimentos produtivos em um ambiente em que o investimento era inexistente ou muito baixo, segue-se um período em que a sua aplicação cria uma situação de sobreinvestimento, gerado pelo acesso fácil ao capital e pela sua acumulação na economia. Sendo assim, os retornos sobre as inversões tendem a diminuir, o que torna mais difícil rolar a dívida.

Adicionalmente, o modelo de crescimento seguido pela China criou restrições externas e foi impactado negativamente pela crise financeira global de 2008 (CFG) (PETTIS, 2013a), como se vê mais detidamente na próxima subseção. A política de transferência implícita da renda familiar teve como consequência um crescimento mais rápido da produção do que do consumo. Isso gerou excesso de produção que precisou ser exportado, o que explica a grande participação das exportações no PIB do país, notadamente de 2005 a 2008. Parte dela vinha sendo consumida pelo mundo, favorecida pela boa condição da economia mundial. No entanto, a capacidade importadora de parceiros importantes da China foi reduzida bastante devido à crise, a qual também acentuou as críticas ao enorme superávit comercial do país.

2.1.2 O Crescimento Econômico Impulsionado pelas Exportações

Como mencionado no início da subseção anterior, o crescimento chinês tem sido fortemente impulsionado pelos investimentos e pelas exportações, ao menos, até recentemente. A forte dependência do país do mercado externo conduziu autores como Palley (2005) e Yao et al. (2014) a argumentarem que a China seguiu um modelo liderado pelas exportações.

O modelo de crescimento econômico liderado pelas exportações (MCELE) domina a política de desenvolvimento econômico desde o final da década de 1970. Palley (2011, p.3, tradução nossa) o define como “[...] uma estratégia de desenvolvimento voltada para o aumento da capacidade produtiva focando nos mercados externos”.

O MCELE foi primeiro usado pela Alemanha e pelo Japão nas décadas de 1950 e 1960 e ganhou destaque no final da década de 1970, sucedendo o paradigma de substituição de importação, modelo usado por vários países, sobretudo, na região latino-americana.

Conforme Palley (2011), ele evoluiu em quatro estágios, devido à algumas alterações tanto nas circunstâncias globais quanto nas condições individuais de cada país que o adotou.

O primeiro estágio da evolução ocorreu entre 1945 e 1970, quando o modelo foi pioneiramente adotado pela Alemanha e pelo Japão. Nele, tanto os alemães quanto os japoneses possuíam bases industriais domésticas próprias, e o crescimento das exportações se deu basicamente por dois motivos: o câmbio subvalorizado e a ajuda norte-americana na reconstrução pós-II Guerra Mundial.

O segundo estágio se deu de 1970 a 1985 e compreendeu a fase em que o modelo foi adotado pela Coreia do Sul, por Taiwan, por Hong Kong e por Cingapura, grupo de países que ficou conhecido como os quatro “tigres asiáticos”. Esses países também possuíam bases industriais próprias e promoveram as exportações via desvalorização de suas moedas domésticas. Mas eles foram mais dependentes de tecnologias estrangeiras do que os países do estágio I.

No estágio III os países também usaram o mecanismo de desvalorização do câmbio para promover a exportação. Todavia, em contraste com os estágios I e II, eles não possuíam bases industriais próprias. O modelo que tem o México, das duas últimas décadas do século passado como exemplo, caracterizou-se pela transformação dos países em plataformas de exportações. De uma forma geral, os países que o adotaram tentaram se mostrar atrativos aos investimentos, subvalorizando a moeda nacional (o peso mexicano no caso do México) e também reduzindo salários e padrões sociais. De acordo com o autor:

Esta terceira fase do crescimento liderado pelas exportações representa o início da era moderna da globalização corporativa, e uma característica crítica é que o crescimento impulsionado pelas exportações não é mais uma estratégia puramente nacional. Em vez disso, ela é uma parceria entre os países em desenvolvimento, as corporações multinacionais e os países desenvolvidos. Os governos e as multinacionais promoveram o novo sistema usando a linguagem tradicional do livre comércio e alegaram que o objetivo era a criação de um mercado global. No entanto, o objetivo real não era promover o comércio tradicional, mas sim criar uma zona de produção global na qual as empresas poderiam estabelecer plataformas de produção de exportação que exportariam para os mercados dos países desenvolvidos (PALLEY, 2011, p.9, tradução nossa).

O quarto e último estágio da evolução identificada por Palley (2011) deriva e amplia o anterior e é aquele seguido pela China nos anos 2000. Comparada ao México, a China impõe tarifas maiores sobre as importações. O país também usa os controles de capitais para manter a subvalorização administrada do Renminbi (RMB) em relação ao dólar, e tem construído uma base tecnológica nacional forçando o compartilhamento de tecnologia através da constituição de *joint-ventures* como modo de entrada dos IEDs e mesmo se apropriando

ilegalmente de tecnologia. Complementarmente, o governo investe na própria capacidade nacional de adaptar ou desenvolver novas tecnologias. O mercado chinês exerce um grande poder atrativo sobre as empresas multinacionais, e o governo as faz se adequarem às exigências de entradas no país. O seu cumprimento funciona como um “preço de entrada” que as empresas pagam visando auferir lucro no futuro, explorando um mercado potencial de mais de 1,3 bilhão de pessoas. No entanto, embora essa capacidade chinesa de impor condicionalidades às entradas dos IEDs, as exportações do país são muito dependentes das empresas multinacionais estrangeiras, conseqüentemente tornando o modelo chinês diferente dos estágios I e II.

Os países têm adotado o MCELE porque ele tem boa aceitação entre economistas, políticos e empresas multinacionais, principalmente devido aos resultados econômicos que pode entregar. Conforme o mesmo autor (2011, p.3, tradução nossa), o modelo “[f]az parte de um novo consenso entre os economistas sobre os benefícios da abertura que se manifestaram nos anos de 1970”.

Os argumentos que sustentam esse suposto consenso sobre os benefícios da abertura são três. O primeiro consiste nos ganhos obtidos com o comércio exterior derivados das diferentes dotações de fatores entre os países. O segundo é que a abertura pode ajudar a controlar as atividades de *rent-seeking*². Terceiro, ela pode beneficiar o país elevando a sua produtividade por meio da difusão tecnológica e dos transbordamentos do conhecimento. O autor (2011, p. 4, tradução nossa) expõe que:

O crescimento impulsionado pela exportação representa um ramo subsidiário dentro deste novo consenso que se aplica aos países em desenvolvimento. O argumento é de autoconhecimento político centrado na ideia de que os mercados externos ajudam a capturar os benefícios econômicos da abertura para os países em desenvolvimento, incentivando a adoção de melhores práticas; promovendo o desenvolvimento de produtos; e expondo empresas à concorrência. O sucesso das quatro economias Tigres do Leste Asiático (Coreia do Sul, Hong Kong, Cingapura, e Taiwan) pareceu fornecer apoio empírico para essas alegações.

Esses possíveis impactos positivos do modelo foram suficientes para convencer vários países a adotá-lo e, assim, disseminar o seu uso. Para as EMNs essa nova estrutura da produção global também é conveniente, por exemplo, permitindo-lhes tirar proveito das vantagens de se estabelecer em zonas de produção voltadas para a exportação, como as estabelecidas nos principais países emergentes. O modelo também foi disseminado com a

² Rent-seeking ou “[a] busca de renda é uma cultura em que a trajetória principal para a riqueza não é criar riqueza, mas tomar posse ou se beneficiar da riqueza criada por outros” (KAY, 2018).

ajuda de instituições internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

Palley (2011) também expõe as críticas ao MCELE. A primeira é a crítica conhecida como “empobrecer o vizinho” (*beggar-thy-neighbor*). Quando um país induz o aumento das exportações em relação às importações, ele provoca aumento do emprego doméstico e também dos gastos dos trabalhadores recém-contratados. Mas, esse comportamento gera problemas para outros países, “os vizinhos”. Isto porque o aumento das exportações ocorre à custa da queda nas exportações de outros países. Isto provoca reações dos “vizinhos empobrecidos”. Como afirma Robinson (1947, p. 156 e 157, tradução nossa), “assim que um país conseguir aumentar sua balança comercial à custa do resto, outros retaliarão”. Adicionalmente, “[a]s considerações políticas, estratégicas e sentimentais que acrescentam combustível ao fogo e as chamas do nacionalismo econômico aumentam cada vez mais”. Dentro dessa lógica é possível entender o aumento das acusações de que a China tem agido deslealmente no comércio internacional.

A segunda crítica reside nos termos de troca, os quais podem ser entendidos como os preços das exportações em relação aos preços das importações. Para Palley (2011), à medida que os países foram adotando o MCELE eles fizeram com que o processo de deterioração dos termos de troca mudasse das *commodities* para os produtos manufaturados de baixo valor agregado.

A terceira e última crítica, porém, não menos importante, é conhecida como a crítica keynesiana estrutural. Ela denuncia que o MCELE promove crescimento econômico de baixa qualidade e desenvolvimento superficial. Os países que o adotam tendem a construir uma estrutura econômica com poucas ligações com o restante da economia, como as zonas de processamento de exportação. Além disso, a disputa acirrada dos Estados por investimentos externos resulta na “corrida para o fundo”.

Ainda segundo o autor, o MCELE atualmente é uma estratégia de crescimento esgotada, basicamente “[...] devido à alteração das condições nos ME [*mercados emergentes, inclusão do autor*] e nas economias desenvolvidas” (2011, p. 19, tradução nossa). Antes de apresentar as razões do esgotamento, cabe destacar que o modelo não entregou grandes resultados em todos os países em que foi implantado. Os números da China sobre crescimento do PIB, da produtividade do trabalho e da produtividade total dos fatores (PTF) foram muito melhores do que aqueles registrados pelo México.

Quanto às razões do esgotamento, destaca-se inicialmente o enfraquecimento da demanda das economias avançadas, especialmente a norte-americana. Os consumidores

estadunidenses estão sobrecarregados de dívidas e agora estão mais reticentes ao consumo. Isto representa uma grande perda para o modelo que precisa que sua produção seja absorvida para funcionar.

O tamanho grande dos países emergentes é outro problema. Segundo o autor (2011, p.13, tradução nossa) eles “[...] se tornaram parte tão grande da economia global que suas exportações estão agora impulsionando um buraco nas economias industrializadas e sabotando a recuperação dessas economias”.

A terceira razão já foi parcialmente apresentada na segunda crítica ao modelo. A questão aqui é o declínio relativo dos termos de troca dos produtos manufaturados de baixa tecnologia. A adoção do MCELE por muitos países resultou na elevação da oferta desses produtos, conseqüentemente reduzindo os seus preços. Como se expõe no capítulo 4, esse é um dos fenômenos provocados pela ascensão da China na economia mundial.

A quarta razão para o esgotamento também já foi citada anteriormente nas críticas ao modelo. Trata-se dos impactos negativos do fenômeno conhecido como “corrida global para o fundo” ou dinâmica competitiva destrutiva. Conforme os Estados disputam os investimentos externos através de medidas como a diminuição salarial, a redução das proteções trabalhistas, ambientais e regulatórias, e da deterioração de outras condições sociais locais, eles criam uma espécie de jogo cujo resultado é negativo para eles mesmos: a “corrida para o fundo”. Geralmente, os únicos atores que têm ganhos relevantes com essa disputa são as EMNs.

A outra principal razão para o declínio do MCELE é o impacto de sua adoção pela China. Certamente para o próprio país ele tem entregado resultados relevantes, funcionando como um indutor importante do crescimento. No entanto, os impactos positivos não têm sido iguais para todos. De acordo com autor (2011, p.16-17, tradução nossa):

[...]. Porque a força de trabalho da China é tão grande e seus salários tão baixos, e porque a perspectiva de produzir para o grande mercado interno da China é tão comercialmente atraente, a China está desviando o IED e a demanda de outras economias de mercados emergentes. Isso está minando sua industrialização e desenvolvimento. O surgimento da China coloca dois problemas para outras economias emergentes e em desenvolvimento. Primeiro, seu tamanho bloqueia o acesso à escala tradicional de desenvolvimento para os recém-chegados. Em segundo lugar, a sua entrada no cenário global fez a concorrência Sul-Sul se aproximar da concorrência Norte-Sul. Isso explica por que os benefícios do crescimento liderado pelas exportações têm sido tão limitados para os países no estágio III como o México.

2.1.3 Alcançando o Crescimento Liderado pela Demanda Doméstica

Dadas às patologias supramencionadas, Palley (2002; 2011) defende que os países que adotaram o modelo de crescimento econômico liderado pelas exportações mudem para o modelo de crescimento econômico liderado pela demanda doméstica (MCELDD). Isso não significa abandonar as exportações completamente, pois elas funcionam como fontes das divisas que os países precisam para custear suas importações e empréstimos, e também servem para contrabalancear a condição de insuficiência dos mercados internos.

O MCELDD possui quatro pilares, a saber: a melhor distribuição de renda, a boa governança, a estabilidade financeira com a política de estabilização anticíclica, e a oferta de financiamento para o desenvolvimento (PALLEY, 2002)³. Os países interessados em adotá-lo precisam promover de forma equilibrada a distribuição de renda e o poder político; realizar reformas e criar regulações adequadas da arquitetura financeira; e garantir acesso ao financiamento necessário ao desenvolvimento.

Os países devem reforçar os direitos trabalhistas e democráticos, pois eles podem contribuir tanto com a distribuição de renda quanto com a promoção do poder político equilibrado (PALLEY, 2002). O estabelecimento ou o reforço de normas trabalhistas de qualidade e a existência de democracia servem como mecanismos que promovem e protegem as instituições que resguardam direitos dos trabalhadores. Nesse sentido, os sindicatos dos trabalhadores desempenham um papel fundamental que pode resultar em melhor distribuição de renda. Eles buscam, por exemplo, equilíbrio de poder nas negociações entre empregados e empregadores na luta por melhores salários.

As normas trabalhistas também podem promover a boa governança e a redução da corrupção (PALLEY, 2002). A existência e o fortalecimento da liberdade de associação e dos sindicatos podem contribuir com o aumento da transparência, da prestação de contas e da boa governança, combatendo assim a alocação equivocada dos recursos públicos e os governos desonestos, contribuindo, em última análise, para o desenvolvimento. As normas laborais também podem tornar os países menos suscetíveis a crises financeiras, facilitar a gestão da crise econômica, bloquear a corrida para o fundo, etc. (elementos que não compete aqui aprofundar, dadas as delimitações da tese).

Do mesmo modo, os países devem empreender reformas e regulações apropriadas da arquitetura financeira (PALLEY, 2002). Aqueles em desenvolvimento precisam adotar

³ Esses pilares defendidos por Palley (2002) são mais propositivos (sugestões) do que empíricos (derivados da experiência de países).

medidas que estabilizem os fluxos de entrada e de saída de capital, e também empreender reformas financeiras internas que possam, entre outras coisas, aumentar o crédito no setor empresarial e desenvolver o mercado de hipotecas no setor familiar.

Para alcançar o último pilar do MCELDD, isto é, a oferta adequada e razoável de financiamento ao desenvolvimento, há a necessidade de um conjunto de medidas (PALLEY, 2002). Primeiro, cabe destacar que os países do Grupo dos Sete (Estados Unidos, Alemanha, Canadá, França, Itália Japão e Reino Unido) devem continuar como importantes fontes de demanda para os países em desenvolvimento, sendo que se exige da Alemanha e do Japão maior contribuição nesse sentido, tendo em vista as dificuldades apresentadas pela economia norte-americana. Isso por si só não é suficiente. Os países em desenvolvimento precisam de outras fontes de ajuda ao desenvolvimento, caso em que se destaca o alívio de suas respectivas dívidas, o aumento da ajuda externa e a expansão das facilidades dos direitos especiais de saque (DES).

Algumas ações mais específicas da estratégia de crescimento econômico baseada na demanda doméstica estão objetivamente agrupadas no quadro 1. Esse quadro é importante porque ele fornece uma estrutura de análise para identificar, ao menos no nível doméstico, as políticas adotadas pela China que indicam que o país está mudando de crescimento impulsionado pelas exportações para impulsionado pela demanda doméstica, como se observa na subseção seguinte.

Quadro 1 - Políticas internas e externas para a implementação do MCELDD

Políticas no âmbito doméstico	Políticas no âmbito externo
Construir redes de segurança social que diminuam a necessidade de poupanças preventivas	Acabar com taxas de câmbio subvalorizadas e adotar um sistema de taxas de câmbio administradas, com o objetivo de evitar os desequilíbrios globais no comércio
Aumentar salários e conectá-los ao crescimento da produtividade, implementando um salário mínimo, melhorando as proteções trabalhistas, e elevando a negociação coletiva via sindicatos	Acabar com as políticas de competição internacional por mão de obra por meio da aplicação de padrões laborais globais
Aumentar o investimento em infraestrutura pública e satisfazer as oportunidades de investimentos públicos acumuladas	Implementar padrões ambientais e sociais globais que bloqueiem a competição internacional abaixo desses limites
Elevar a prestação de serviços públicos – como cuidados com a saúde e a educação	Limitar incentivos para atrair IEDs orientados para exportação
Reequilibrar as estruturas fiscais aumentando os impostos sobre os grupos de renda mais alta e reduzindo-os em grupos de renda baixa	

Fonte: Elaborado pelo autor com base na transcrição das políticas indicadas por Palley (2011, p. 18).

Para que o MCELDD seja implementado, alguns obstáculos políticos e estruturais devem ser superados (PALLEY, 2011). No âmbito político, há a necessidade de contornar o

receio dos governantes das economias em desenvolvimento de mudar de MCELE para MCELDD enquanto o primeiro ainda está funcionando, isto é, entregando resultados satisfatórios.

Os países em desenvolvimento também temem mudar porque ainda possuem um nível de renda per capita relativamente baixo, quando comparados com os países avançados (PALLEY, 2011). Ademais, um país individualmente se recusa a fazer a mudança porque receia que seja o único a executá-la e, assim, sair perdendo com a decisão.

Os obstáculos continuam no âmbito estrutural (PALLEY, 2011). Nesse nível há apoio à continuidade do modelo por atores que fazem oposição à mudança, como as indústrias orientadas para a exportação. Durante o desenvolvimento do MCELE eles conseguiram se inserir nas estruturas políticas existentes e acumular poder, tornando-se aptos a usá-lo sempre que seus interesses particulares forem contrariados. Parte dessa resistência pode ser considerada o que atores como Pettis (2013a; 2013b; 2016) destacam em seus estudos como a resistência oferecida por grupos de interesses escusos, que têm dificultado a execução de medidas mais profundas de promoção do rebalanceamento da economia chinesa. Esse ponto é visto no final do capítulo 4 com mais detalhes.

2.1.4 China: do Crescimento Econômico Liderado pela Exportação ao Liderado pela Demanda Doméstica?

Palley (2005) dedicou atenção especial ao caso chinês. Como se observa mais claramente no capítulo 3, o país foi fortemente dependente das exportações durante parte da década de 2000. À época, o autor passou a chamar a atenção para a insustentabilidade desse modelo de crescimento e a recomendar mudanças.

A crítica de Palley (2005) residiu basicamente no fato de o país não ter conseguido desenvolver o lado da demanda de sua economia a contento. Ele identificou que a grande capacidade produtiva chinesa estava inundando a economia mundial e essa não tinha a capacidade de absorvê-la.

Basicamente, o modelo de crescimento chinês sofria com uma contradição: o seu sucesso minou a economia dos seus principais consumidores, notadamente os Estados Unidos e, em menor proporção, a União Europeia (PALLEY, 2005). A transformação da China em

uma potência mundial na produção manufatureira gerou déficits comerciais e enfraqueceu o setor industrial norte-americano⁴.

Esses déficits comerciais têm sido prejudiciais aos norte-americanos. Eles geraram ameaças à estabilidade financeira e dificuldades para o setor manufatureiro do país, impedindo-o que tivesse uma recuperação impulsionada pelo investimento. Referindo-se à situação difícil da economia estadunidense no início do século, como prevendo a crise financeira global de 2008, o autor destacava já em 2005 que:

No momento, graças ao gasto continuado financiado pela dívida das famílias americanas, o impacto desfavorável da China não foi rigoroso sobre a economia norte-americana. A China tem crescido apesar da fraca recuperação dos EUA da recessão. Porém, existem razões para acreditar que a economia norte-americana é crescentemente frágil [...]. A recuperação tem sido financiada pela apreciação dos preços dos ativos, especialmente no setor imobiliário, o que tem fornecido garantias para empréstimos hipotecários e outros empréstimos aos consumidores usados para manter o gasto. Isto significa que a economia dos EUA está crescentemente sobrecarregada por dívida que poderia brevemente levar a economia para a recessão. Uma vez em recessão, com os balancetes do setor privado obstruídos com dívida assumida a baixas taxas de juros correntes e refinanciamento fechado, os EUA poderiam não ter recursos para outra recuperação baseada em empréstimos ao consumidor e na inflação do preço da moradia (PALLEY, 2005, p. 16, tradução nossa).

Os tomadores de decisão, incluindo aqueles na China, tendem a ter dificuldade em compreender cenários complexos como este, onde os danos à China são indiretos, operando através de recessão nos Estados Unidos. Agora que ela se tornou uma potência manufatureira global, o modelo de crescimento manufatureiro da China impulsionado pela exportação está exercendo fortes tensões sobre a economia global. Até agora, a China tem sido capaz de pegar carona na demanda agregada global. A estratégia funcionou quando a manufatura chinesa era pequena, porém não pode continuar a funcionar agora que ela é tão grande. A dificuldade é persuadir os tomadores de decisões da China para a necessidade de mudar agora, quando o modelo ainda parece estar funcionando e o colapso ainda não chegou (PALLEY, 2005, p. 16, tradução nossa).

À época, esse cenário impunha à China a necessidade de mudança do MCELE para o MCELDD, embora houvesse resistência oferecida pelos líderes chineses, como exposta mais a frente. Para tanto, ainda segundo Palley (2005, p.16, tradução nossa), “[o] povo chinês precisa ter renda e instituições que lhes permitirão consumir uma parcela muito maior do que eles produzem”.

⁴ O saldo da balança comercial de um país mensurado em termos brutos é diferente daquele mensurado em termos de valor agregado. Nesse sentido, o déficit comercial dos EUA com a China é menor em termos de valor agregado comparado com o medido em termos brutos (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2015). Consequente, podem existir interpretações diferentes das Palley (2005) sobre esse saldo negativo, haja vista que o autor considera em sua análise o seu valor bruto.

Para Palley (2005), o crescimento estável sustentado da demanda doméstica é possível através da criação de instituições, estruturas, e relações econômicas que viabilizem o consumo. Por um lado, ele sugeriu que os recursos deveriam ser alocados de forma eficiente, de modo que se tenha adequada taxa de retorno. Por outro lado, a renda gerada deve ser distribuída adequadamente de forma que aumente o poder de compra das famílias. Essa distribuição deve ocorrer de forma que preserve os incentivos de trabalho e de produção.

Nesse sentido, o autor propõe reformas no mercado de trabalho, particularmente porque é nesse espaço onde os salários são definidos. Aqui, os sindicatos independentes desempenham um papel importante, como supramencionado. Eles agem a favor do aumento dos salários, combatendo o desequilíbrio existente nas negociações salariais entre empregadores e empregados, e ajudando a aplicar normas que estabelecem o salário mínimo. Todavia, o autor reconhece as limitações de tais instituições no país.

Observa-se ainda assim que a China tem adotado medidas que objetivam realizar a mudança de modelo de crescimento em conformidade com o apontado na subseção anterior. Entre elas estão a melhor distribuição de renda, a promoção da urbanização, a ampliação e melhoria da rede de segurança social, as mudanças na governança das empresas, a flexibilização financeira, o aumento salarial e o desenvolvimento do setor de serviços⁵.

A concentração de renda na China preocupa. Nos últimos anos, o país experimentou quedas no Índice Gini, que mede o grau de concentração de renda em uma escala de 0 (situação de plena igualdade) a 1 (situação de desigualdade extrema). O Índice de Gini de renda per capita do país saiu de 0,29⁶ em 1981, estágio invejável de igualdade, para 0,48 em 2010. E esse número pode ser muito maior, situando-o entre os países que possuem uma das maiores desigualdades de renda do mundo (YAO et al., 2014). No entanto, o índice tem se estabilizado e mostra tendência de melhora, ao menos segundo estatísticas oficiais, o que para Huang (2014) já é um sinal do rebalanceamento.

⁵ Algumas medidas que visam alcançar o rebalanceamento podem aprofundar problemas internos enfrentados pela China. Por exemplo, a partir de uma compreensão sistêmica, a expansão da urbanização pode afetar negativamente a saúde do povo chinês 1) provocando mudanças no uso/cobertura da terra que levam a redução da superfície cultivada podendo, assim, gerar insegurança alimentar, a qual pode resultar em deficiência nutricional; 2) mudando o meio ambiente urbano por meio do aumento das construções, dos automóveis, das indústrias e dos depósitos de lixo, aumento esse que intensifica a poluição do ar, da água, do solo e a poluição sonora criando, conseqüentemente, um subestado de saúde e doenças humanas, como defeitos de nascença, doenças hepáticas, câncer, doenças reprodutivas, diabetes, hipertensão, doenças mentais, etc.; e 3) alterando o estilo de vida através da redução da atividade física e do aumento da ingestão de comidas altamente calóricas levando ao sobrepeso ou a obesidade, e através do estilo de vida corrido, causando doenças mentais (LI, 2016). Existem outros efeitos deletérios das medidas relacionadas ao rebalanceamento, todavia eles não são de interesse desta pesquisa.

⁶ Em nível de comparação, em 1981 a China possuía um Índice de Gini melhor do que o da Alemanha em 2012: 0,29 contra 0,3 (YAO et al., 2014; WILDAU; MITCHELL, 2016).

Em maio de 2012, a China apresentou uma proposta para a nova estrutura de distribuição de renda do país. Entre os pontos destacados estava a ideia de reduzir os impostos cobrados por diferentes níveis de governo. Para Yang Yipong, à época diretor do Instituto de Pesquisa em Desenvolvimento Social, "[s]e as famílias de renda baixa não puderem pagar um padrão de vida digno, as famílias ricas não terão qualquer noção de segurança. Esse é um problema para o mundo, não apenas para a China" (LAN, 2012, tradução nossa).

Conforme o 12º plano quinquenal (PQ) (CHINESE NATIONAL PEOPLE'S CONGRESS, 2011) e Hedrick-Wong (2011), acelerar a urbanização constitui uma política-chave no processo de correção da evolução desequilibrada da economia chinesa, devido aos seus impactos multifacetados e positivos. Para o último autor, acelerar a urbanização combate o subemprego, o excesso de investimento no setor industrial e o fraco consumo das famílias.

Especificamente, a urbanização resolve o problema do desequilíbrio interno por vários meios. Primeiro, as famílias urbanas são mais propensas ao consumo do que as famílias rurais, principalmente de bens discricionários. Segundo, nas cidades os salários são mais elevados do que no campo. Terceiro, a economia urbana é mais propícia ao crescimento do setor de serviços. Quarto, a urbanização reduz a necessidade de poupanças preventivas. E quinto, ela reduz a disparidade de renda (HEDRICK-WONG, 2011).

No 12º PQ o governo mostrava como pretendia promover a urbanização (CHINESE NATIONAL PEOPLE'S CONGRESS, 2011). Ele visava aperfeiçoar a configuração e a formação das áreas urbanas, melhorar a sua gestão e elevar constantemente a sua qualidade. Para isso, previa estabelecer a configuração estratégica das cidades, aumentar a sua capacidade de suporte e facilitar a autorização de residência.

A flexibilização da autorização de residência urbana é considerada uma das principais ações do governo chinês no sentido de usar a urbanização como forma de maximizar o crescimento do consumo privado. A China possui um sistema de registro de domicílio conhecido como *hukou* (户口), que consiste em um sistema de classes de dois níveis que impede a migração de chineses domiciliados no campo para as áreas urbanas. Ele foi estabelecido para cumprir objetivos políticos, econômicos e sociais do país, por exemplo, servindo como meio de ofertar mão de obra a baixo custo da agricultura para indústria, como fez da década de 1970 à década de 2000 (MARSHALL, 2013).

No entanto, esse mecanismo passou a ser visto como um entrave à urbanização e, conseqüentemente, ao aumento do consumo privado. Os residentes do campo têm menor renda, poupam mais e possuem uma taxa de propriedade de imóveis muito menor comparados aos residentes nas áreas urbanas. A maior condescendência do sistema de registro, facilitando

o estabelecimento em áreas urbanas, tem mudado esse quadro, e torna aqueles mais parecidos com estes em termos de condições de vida, conseqüentemente elevando o consumo.

A flexibilização no *hukou* tem sido anunciada. Em 2016, Li Keqiang divulgou que será concedido o registro de domicílio urbano a 100 milhões de trabalhadores migrantes até 2020 (XINHUA, 2016). Dado o número elevado de residentes rurais, a quantia não é a ideal, principalmente considerando que a concessão do registro urbano será feita de forma gradual. Todavia, a atitude se constitui em uma grande iniciativa.

A atuação na expansão e na melhoria da qualidade da rede de segurança social tem a intenção de reduzir as poupanças preventivas, que são aquelas resultantes de restrições aos empréstimos, das incertezas sobre a renda, da falta de segurança social e do aumento do preço da habitação (YAO et al., 2014). Em 2014, a taxa de poupança das famílias chinesas foi de 20% do seu rendimento disponível, bem maior do que a taxa média de 10 a 12% registrada em outros países da região. A lógica é que o aumento do bem-estar é inversamente proporcional à taxa de poupança preventiva. Nesse sentido, em meados da década passada, Wen Jiabao, ex-primeiro-ministro da China, afirmou:

O objetivo final de nossa reforma e esforço de desenvolvimento é atender as crescentes necessidades materiais e culturais do povo. Assim, o bem-estar das pessoas necessita ser melhorado. Essa questão diz respeito à vida diária das pessoas. A coisa mais importante que deveríamos fazer agora é promover a igualdade de oportunidades na educação, continuar a política pró-ativa de emprego, diminuir a diferença de renda e construir um sistema de segurança social que inclua as áreas urbanas e rurais (JIABAO, 2007, tradução nossa).

Ao abordar questões relacionadas com o bem-estar das pessoas, o foco dos nossos esforços deve estar nos grupos desfavorecidos, porque esses grupos são muito grandes, especialmente nas zonas rurais. A velocidade de uma frota não é determinada pelo navio mais rápido, mas pela daquele mais lento. Apenas se o bem-estar dos grupos desfavorecidos for melhorado, o bem-estar de toda a sociedade também o será (JIABAO, 2007, tradução nossa).

No relatório de trabalho de 2014 do governo chinês, os líderes chineses reforçaram a necessidade de melhorar o desenvolvimento da educação, da saúde, da cultura e de outros programas sociais e apresentaram conquistas importantes (KEQIANG, 2014). Por exemplo, as matrículas de estudantes de áreas rurais pobres em faculdades e universidades cresceram 8,5% em 2013 em relação ao ano anterior, em grande parte graças à política do governo de incentivar o aumento da entrada de jovens com esse perfil no ensino superior. Na saúde foi implantado globalmente o projeto nacional de prestação de serviços básicos de saúde pública.

As mudanças regulatórias na governança das empresas estatais também contribuem para o rebalanceamento da economia. Elas agora são obrigadas a pagar dividendos e, em alguns casos, *royalties* ao governo. Isso aumenta as receitas públicas, parte das quais é investida na ampliação da rede de cobertura social e na melhoria da prestação de serviços (HEDRICK-WONG, 2011).

Outras políticas visam à flexibilização financeira, permitindo maior atuação das forças do mercado nesse campo (WANG, 2014; LARDY, 2012; PETTIS, 2013a, 2013b; CHINESE NATIONAL PEOPLE'S CONGRESS, 2011). Entre as principais medidas, o governo tem relaxado os limites das taxas de juros pagas sobre a poupança, aumentando a rentabilidade dos poupadores e, por consequência, a renda disponível para o consumo. Fazendo isso, ele também torna os empréstimos mais caros aos produtores, servindo assim como mais um mecanismo que pode desestimular a excessiva formação bruta de capital, contribuindo para reduzir o desequilíbrio no lado da produção, como se expõe no próximo capítulo.

Igualmente, as políticas de aumento dos salários são outra forma de ajudar a impulsionar o consumo privado. Na China isso é muito importante porque a renda familiar é predominantemente derivada do trabalho (HUBBARD; HURLEY; SHARMA, 2012). Nesse sentido, o 12º PQ estabeleceu um aumento salarial anual de 13% para o período de 2011-2015 (CHINESE NATIONAL PEOPLE'S CONGRESS, 2011). Para Keqiang (2015, tradução nossa) “[a]s políticas para aumentar os salários e os benefícios da segurança social têm um impacto sobre um grande número de pessoas; sua aplicação pelos governos em todos os níveis deve ser completamente satisfatória”.

Os salários no país têm aumentado. Como consequência, o país está perdendo a sua vantagem na montagem de produtos de baixo valor agregado, como é visto mais adiante neste capítulo. O aumento do salário também serve ao desenvolvimento da classe média, outro elemento importante para o rebalanceamento, como se discute no capítulo 4. Estudo realizado por Murphy, Shleifer e Vishny (1989) indicou a importante relação do grupo com o consumo. Os autores chegaram a essa conclusão pesquisando a industrialização via mercado doméstico, em contraposição àquela via mercado externo. Para que o primeiro caminho funcione é necessário que existam a geração e a distribuição de renda de tal forma que criem um mercado interno cujo tamanho permita que as vendas sejam altas o suficiente para cobrirem os custos fixos de instalação. A renda advém da agricultura ou das exportações, e, se posta nas mãos da classe média, cria os clientes potenciais da indústria nacional, pois ela é o consumidor natural de bens manufaturados sendo “[...] o segmento da população mais provável a gastar a renda incremental com itens caracterizados pelo alto potencial para gerar

demanda doméstica" (HARBISON, 1970 apud. MURPHY; SHLEIFER; VISHNY, 1989, p. 539, tradução nossa).

2.1.4.1 Impulsionando o consumo privado através do desenvolvimento do setor de serviços

Adicionalmente, o consumo privado pode ser impulsionado pelo desenvolvimento do setor de serviços, como as autoridades chinesas têm acreditado. A partir da ótica da produção, espera-se que transformações estruturais ocorram na participação dos setores econômicos na produção total dos países em função de mudanças na demanda do consumidor e na produtividade relativa do trabalho (EICHENGREEN; GUPTA, 2009). Soubbotina e Sheram (2000, p. 50, tradução nossa) fazem uma analogia esclarecedora sobre isso:

Tudo o que cresce também muda a sua estrutura. Assim como uma árvore em crescimento muda constantemente a forma, o tamanho e a configuração de seus ramos, uma economia em crescimento muda as proporções e as interrelações entre seus setores básicos – a agricultura, a indústria e os serviços e entre outros setores - rural e urbano, público e privado, orientado domesticamente ou para exportação [...].

Como se observa no próximo capítulo com o caso chinês, a partir da perspectiva da produção, qualquer economia está estruturalmente organizada em três setores principais, a saber: a agricultura, a indústria e os serviços⁷. Inicialmente, na trajetória de crescimento econômico, a agricultura é o setor que mais contribui para o PIB. No entanto, ele é ultrapassado primeiro pelo setor industrial e depois pelo setor de serviços, conforme a renda per capita cresce.

O crescimento da renda per capita tende a aumentar o consumo privado e sofisticar a sua estrutura, saindo de produtos necessários, passando por seminecessários até chegar aos discricionários. A transição da agricultura para indústria como principal setor produtivo da economia ocorre porque a renda per capita alcança o ponto que faz com que o consumo de produtos agrícolas pelas pessoas, principalmente alimentos, atinja o seu limite natural, e aumente a demanda por produtos industriais. Some-se a isso o aumento da produtividade no campo causada pela adoção de novas técnicas e máquinas agrícolas, resultando em menor

⁷ Justifica-se a escolha da estrutura setorial tradicional da economia (setor primário, setor secundário e setor terciário) ao invés de sua versão mais atualizada, a estrutura setorial ampliada (setor primário, setor secundário, setor terciário, setor quaternário e setor quinário), em razão da sua aceitação relativamente mais estável no pensamento econômico convencional, haja vista que o seu uso no nível teórico e prático da pesquisa setorial é facilitado pela delimitação consolidada das atividades que compõem cada setor e o acesso aos seus respectivos dados estatísticos é mais fácil. Para conhecer mais sobre o assunto, ler Kenessey (1987), Turečková e Martinát (2015) e Rosenberg (2018).

necessidade de mão de obra e na redução dos preços do que produz (SOUBBOTINA; SHERAM, 2000).

Como resultado das mudanças supramencionadas, reduz-se a participação relativa da agricultura na produção total enquanto aumenta a do setor industrial. Esse também se torna o maior responsável pela geração de empregos. Com o tempo, a produtividade industrial também é melhorada pela introdução de novas técnicas e maquinários no processo produtivo que, como no caso anterior, reduz a necessidade de mão de obra e os preços dos seus produtos (SOUBBOTINA; SHERAM, 2000).

Novamente, outras mudanças na estrutura do consumo são registradas devido ao aumento da renda per capita. Os consumidores passam a gastar mais com produtos discricionários, como viagens internacionais, lazer, etc. Porém, a produtividade do trabalho no setor de serviços cresce em ritmo menor do que aquele registrado na agricultura e na indústria, pois algumas de suas atividades são relativamente mais difíceis de beneficiarem-se do progresso tecnológico. Em função disso, geralmente o setor demanda mais mão de obra, paga salários melhores, e os preços do que se produz tendem a ser mais elevados. Por isso que, “[e]ventualmente, o setor de serviços substitui o setor industrial como o principal setor da economia” (SOUBBOTINA; SHERAM, 2000, p. 52, tradução nossa), como aconteceu de 2011 para 2012 na China, como se destaca no próximo capítulo.

Conseqüentemente, os serviços contribuem relativamente mais com o crescimento do consumo privado em razão dos seus efeitos multiplicadores maiores para a economia⁸ (HEDRICK-WONG, 2011). Por exemplo, com o mesmo aumento de demanda do setor exportador, o setor de serviços urbanos consegue criar 45% mais empregos em média. Mais trabalhadores empregados, recebendo salários relativamente maiores do que aqueles pagos na agricultura e na indústria, tendem a consumir mais. O governo chinês reconhece esses benefícios e, por isso, ele tem buscado desenvolver o setor de serviços como um meio para alcançar o rebalanceamento dos impulsores do crescimento do país.

Conforme Eichengreen e Gupta (2009) existem duas ondas de crescimento do setor de serviços em relação à renda per capita. Na primeira, a participação do setor no PIB começa a crescer de níveis relativamente baixos de renda per capita até aproximadamente US\$

⁸ O desenvolvimento do setor de serviços também gera menor pressão sobre o meio ambiente quando comparado à agricultura e à indústria, pois depende menos de capital natural (SOUBBOTINA; SHERAM, 2000). Isto parece ser importante para o processo de crescimento da China, que vem sendo acusado de ser altamente predatório.

1.800,00⁹, quando começa a se estabilizar. Na segunda, a participação volta a crescer quando a renda per capita alcança o valor de aproximadamente US\$ 4.000,00 até que se estabilize novamente¹⁰.

Os autores subdividem o setor de serviços em três, a saber:

- a) tradicionais, compostos pelo comércio atacadista e varejista, pelos transportes e armazenagem, e pela administração pública e defesa;
- b) híbridos, quando incluem tanto serviços tradicionais quanto modernos, constituídos por educação, hotéis e restaurantes, saúde e trabalho social, e outros serviços sociais comunitários e pessoais; e
- c) modernos, formado pela computação, pelas postagens/correios e telecomunicações, e pelos serviços legais, técnicos e publicitários, intermediação financeira e outros serviços empresariais.

A divisão é importante porque na primeira onda predominam os serviços tradicionais e na segunda os modernos. Esses últimos são mais receptivos à aplicação das tecnologias da informação e são cada vez mais transacionáveis através das fronteiras. Consequentemente, faz sentido o investimento do governo chinês no desenvolvimento dos serviços modernos, ainda mais considerando que a China até o final da década de 1970 era uma economia planejada.

Conforme Soubbotina e Sheram (2000), a participação do setor de serviços no PIB varia conforme o sistema econômico vigente no país, sendo menor nas economias planejadas em relação às economias de mercado. Essa é uma das razões para a baixa participação dos serviços na produção total chinesa, observável durante um longo período da segunda metade do século passado. De acordo com os autores (2000, p. 53, tradução nossa):

Nas antigas economias planejadas, o setor de serviços era anteriormente subdesenvolvido porque os governos controlavam a oferta e não conseguiam responder à crescente demanda por serviços. Além disso, muitos serviços modernos que desempenham um papel importante nas economias de mercado – tais como serviços financeiros, negócios e serviços imobiliários – não eram necessários no socialismo. Durante a transição destes países para economias de mercado, seus setores de serviços cresceram rapidamente para atender à demanda previamente não satisfeita e às necessidades do emergente setor privado.

⁹ Tanto na primeira quanto na segunda onda os valores estão em dólares americanos medidos em paridade do poder compra no ano 2000.

¹⁰ Eichengreen e Gupta (2009) destacam que a segunda onda tem começado a acontecer em alguns países a partir de níveis menores de renda per capita, isto é, abaixo da média de US\$ 4.000,00. Todavia, isso é mais comum em países com regimes democráticos, em países que são mais abertos ao comércio, e naqueles que estão relativamente próximos a grandes centros financeiros internacionais.

Há pelo ao menos mais duas razões para a baixa participação do setor de serviços na economia chinesa. O país priorizou o setor industrial como base para o crescimento econômico, como observado acima. E, como em outros países asiáticos em desenvolvimento, a produtividade do setor no país é baixa.

Estudo conduzido por Noland, Park e Estrada (2013) afirma que apesar da relevância do setor de serviços dos países asiáticos em desenvolvimento em termos de produção, empregos e crescimento, a produtividade do trabalho está bem aquém da registrada nos países avançados. No geral, ela é inferior a um décimo da produtividade dos membros da OCDE. Essa diferença é em grande parte resultado da menor participação relativa das atividades de serviços modernos na composição do setor terciário dos países asiáticos. Por exemplo, enquanto atividades como informação e comunicação, finanças e serviços profissionais para as empresas representam de 17% a 25% da economia em países como a França, o Japão e os EUA, na China, na Indonésia, em Taiwan (China) e na Tailândia o valor médio é de 8% a 12%.

Isso indica que o setor ainda precisa ser desenvolvido para se transformar (e em alguns países se consolidar) no verdadeiro motor do crescimento econômico da região, em especial na China. Para tanto, é necessário torná-lo mais produtivo, eficiente e inovador (NOLAND; PARK; ESTRADA, 2013). Com a conclusão da transição da indústria para os serviços, principalmente os modernos, como impulsionadores do crescimento, mais benefícios serão gerados para toda a economia, pois a tendência é de que essa tenha a sua produtividade elevada, beneficie-se de milhões de empregos gerados e alcance um crescimento mais inclusivo¹¹.

Uma razão especial pela qual os países asiáticos, em especial a China, devem promover o desenvolvimento do setor de serviços é que esse tem a capacidade de compensar a perda de dinamismo no crescimento econômico impulsionado pelas exportações, resultante da CFG de 2008. Noland, Park e Estrada (2013, p. 4, tradução nossa) expõem que:

A crise financeira global [...] elevou a urgência para rebalancear as economias (ADB 2009) à medida que seus efeitos pronunciados sobre as exportações e sobre o crescimento destruíram qualquer esperança de que a Ásia tenha se dissociado dos ciclos de negócios das economias avançadas. Mais fundamentalmente, ela destacou os riscos da dependência desproporcional sobre as exportações e uma necessidade correspondente de fortalecer a demanda doméstica. Como um resultado do

¹¹ Conforme Noland, Park e Estrada (2013) o desenvolvimento do setor de serviços gera relativamente mais empregos quando comparado à agricultura e à indústria, os quais são mais facilmente ocupados por mulheres, em parte, porque são menos exigentes fisicamente, levando a uma situação de maior equidade de gênero. O desenvolvimento do setor também proporciona a redução da pobreza e o crescimento menos agressivo ao meio ambiente.

crescimento forte e sustentado, milhões de chineses, indianos, indonésios, e muitos outros asiáticos estão se juntando às fileiras da classe média a cada ano. Isto implica considerável potencial de crescimento para o consumo privado e para a demanda doméstica. Em relação aos bens manufaturados, os serviços tendem a ser menos comercializáveis e mais voltados ao consumo doméstico. O desenvolvimento do setor de serviços segue de mãos dadas com o fortalecimento da demanda doméstica, especialmente uma vez que os serviços são responsáveis por grande parte do consumo privado. O desenvolvimento do setor de serviços é, assim, o lado da oferta da equação de rebalanceamento.

Como se observa, o desenvolvimento do setor de serviços está vinculado, em parte, ao desenvolvimento da classe média, a qual é responsável por boa parte do consumo privado e, por consequência, da demanda doméstica. Nesse sentido, destaca-se que o setor de serviços na Ásia ganha cada vez mais impulso à medida que a sua classe média se amplia.

Um estudo realizado por Kharas e Gertz (2010) mostra que a classe média asiática está crescendo em ritmo acelerado, tanto em termos de tamanho (absoluto e relativo) quanto em termos de poder de consumo, com destaque para a classe média chinesa, como se destaca no capítulo 4. Os autores acreditam que, se seu cenário se confirmar, a região transformar-se-á na nova fonte de demanda global, assumindo o lugar que há muito tempo tem sido detido pelo Ocidente.

Eles atestam que até recentemente o crescimento da economia mundial foi fortemente impulsionado pelo consumo norte-americano, como já mencionado acima. Isso foi possível porque os EUA praticamente zeraram as taxas de poupança pessoal ao longo do tempo, aumentando a capacidade de consumo de seus cidadãos, e, conseqüentemente, permitindo tanto o crescimento econômico do país quanto o de várias outras economias. No entanto, a CFG de 2008 mudou esse quadro, afetando a capacidade de consumo de muitos Estados desenvolvidos.

Paralelamente, milhões de pessoas saíram da pobreza em várias economias em desenvolvimento, especialmente na Ásia, contribuindo para a formação de classes médias grandes em países como a China e a Índia. Com isso, espera-se que a classe média asiática emergente, especialmente a chinesa, possa preencher a lacuna na demanda mundial provocada pela contração do consumo privado nos países desenvolvidos, sobretudo a registrada nos EUA.

Os números apresentados no capítulo 4 são ilustrativos dessa mudança. Em 2015, as classes médias chinesa, russa e indiana juntas foram maiores do que aquelas existentes na América do Norte e na Europa. Em 2001, elas correspondiam apenas a pouco mais de 16%. Conforme Kharas e Gertz (2010) a estimativa é de que existirão cerca de 2 bilhões de asiáticos na classe média por volta de 2021. Só na China o número poderá chegar a 670

milhões. Destaca-se que, com o tamanho atual, o país já é um dos mais atrativos do mundo em termos de destino para as exportações e para os IEDs mundiais, como também se expõe a seguir.

Esse grupo não tem aumentado na Ásia apenas em termos de tamanho absoluto e relativo, mas também em termos de poder compra. Enquanto os gastos da classe média norte-americana e europeia caíram de 58,28% do total mundial em 2001 para 42,67% em 2015 aqueles das classes médias chinesa, russa e indiana cresceram de 3,67% para 17,35% no mesmo período.

2.2 A TRANSMISSÃO DOS EFEITOS DAS MUDANÇAS ESTRUTURAIS NA ECONOMIA CHINESA

As transformações pelas quais a China passa são internas, todavia, alguns de seus impactos são externos, como se verifica no capítulo 4. Estes últimos alcançam os parceiros econômicos do país através dos meios criados pela globalização, processo que tem interligado os atores internacionais e os transformado em mais sensíveis às mudanças em suas contrapartes. E na economia globalizada, os efeitos das mudanças estruturais chinesas sobre os seus parceiros dependem, em parte, do papel de cada um deles na DIT.

2.2.1 A Interdependência Econômica Como Meio de Transmissão dos Efeitos das Mudanças na China

A globalização é um processo social cujo entendimento é complexo, a começar pela própria definição do termo, devido aos inúmeros significados que ele possui, como bem observado por Magalhães (2015). Por isso, esclarece-se que nesta tese ela é conceituada como

[...] um conjunto multidimensional de processos sociais que cria, multiplica, alonga, e intensifica interdependências e intercâmbios sociais mundiais enquanto ao mesmo tempo promove nas pessoas uma crescente consciência de aprofundamento das conexões entre o local e o distante (STEGGER, 2003, p.13, tradução nossa).

Esse conceito, entre outras coisas, indica que a globalização é um conjunto de processos sociais que conduz os atores internacionais para uma maior interdependência, ou seja, “[...] situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre países ou entre atores em

diferentes países” (KEOHANE; NYE, 1989, p. 8, tradução nossa). Nogueira e Messari (2005, p. 83) capturam bem essa ideia ao afirmarem que a interdependência

[...] deve ser entendida como uma relação entre dois (ou mais) países na qual os processos e as decisões tomadas em cada um têm efeitos recíprocos, ou seja, atingem de alguma forma suas respectivas economias e sociedades. A interdependência, portanto, é uma via de duas mãos: todos os atores envolvidos são atingidos, em maior ou menor medida, por efeitos de acontecimentos ocorridos fora de suas fronteiras e decididos por outros governos ou pessoas.

Nesse sentido, o caso chinês é bem ilustrativo. O rebalanceamento é um processo político-econômico em nível doméstico, ao menos inicialmente. Entretanto, os seus efeitos extrapolam as fronteiras nacionais, alcançando os parceiros econômicos da China via interdependência econômica promovida pela globalização. Essa interdependência se manifesta, entre outros meios, através dos fluxos de comércio e de investimentos, como se observa no capítulo 4, e, mais especificamente, no capítulo 5 ao se analisar os efeitos de demanda do rebalanceamento sobre os demais Estados do BRICS.

Enquanto a interdependência proporcionada pela globalização econômica é importante para entender a transmissão dos efeitos do rebalanceamento econômico chinês, a posição dos países na DIT é fundamental para buscar compreender como eles são impactados por tais efeitos. A explicação reside no fato de que essa forma de estruturar a economia mundial é um produto da especialização econômica dos países, conseqüentemente refletindo o perfil de comércio e de investimentos de cada um deles.

2.2.2 A Evolução da Divisão Internacional do Trabalho

De acordo com Coffey (1996), a divisão do trabalho consiste na especialização dos atores sociais na produção de parte daquilo que atende as suas demandas materiais e não materiais, ao invés de produzirem tudo o que necessitam, e na troca de seu excedente pelo excedente de outros especialistas. A lógica subjacente é que a especialização dos atores sociais torna a produção mais eficiente e produtiva e a troca permite que eles consigam satisfazer as suas necessidades básicas.

Para o autor (1996, p. 40-41, tradução nossa), existem três grandes formas de divisão do trabalho. A primeira é a divisão técnica do trabalho, a qual se “[...] refere à desagregação de um processo de produção em estágios distintos, e a conseqüente especialização dos trabalhadores em cada um destes estágios”, como bem exemplificada por Charles Chaplin no

filme Tempos Modernos. A segunda é a divisão social do trabalho, que consiste na especialização tanto de indivíduos quanto de organizações e de empresas em funções específicas na sociedade, como ensinar e prestar cuidados à saúde, como fazem os professores e os médicos. Por fim, a terceira é a divisão espacial do trabalho, ou seja, aquela em que a especialização produtiva ocorre por espaços geográficos e acontece em vários níveis, como o local, a exemplo da especialização da Cidade de Aparecida (interior de São Paulo) no turismo religioso, o regional, a exemplo da especialização do Nordeste brasileiro em turismo de sol e praia, e o nacional, a exemplo da especialização indiana em serviços de softwares, como é visto no capítulo 5.

Esta tese se detém na divisão espacial do trabalho em escala nacional, pois a especialização da produção nesse nível geográfico dá origem à DIT, a qual, por sua vez, é um importante condicionante das relações econômicas entre países. Sendo assim, ela consegue explicar parte importante dos fluxos comerciais e de investimentos entre países, como aqueles que ocorrem intraBRICS. Conforme De La Fuente Lavín (2012, p.1, tradução nossa):

A divisão internacional do trabalho explica como cada país está inserido na economia global e abrange questões como: quem são os países fornecedores de matéria-prima, quem são os que produzem os bens industriais mais complexos, como se orientam os investimentos e os fluxos comerciais, quais são as moedas aceitas universalmente como instrumentos de pagamento. A resposta a estas perguntas define a hierarquia dos Estados segundo critérios não estritamente econômicos, mas também integram relações de forças políticas e militares.

Para Coffey (1996), a DIT é dinâmica, haja vista que os países podem mudar o papel que desempenham nela, como aconteceu com alguns países em desenvolvimento, sendo o caso chinês bem esclarecedor, como é visto abaixo. Nesse sentido, o autor divide a sua evolução em quatro fases distintas.

A primeira fase ocorreu no período inicial da colonização europeia. Ela foi caracterizada por uma estrutura em que as economias centrais, ou seja, as economias europeias mais avançadas, à época, extraíam produtos agrícolas e minerais da periferia, isto é, das economias menos desenvolvidas do Terceiro Mundo, geralmente com o emprego forçado da mão de obra, como fez Portugal com o Brasil. Simultaneamente, as próprias economias centrais comercializam entre si partes do que elas produziam, geralmente produtos agrícolas, minerais e algumas mercadorias rudimentares.

A segunda fase, também conhecida como tradicional divisão internacional do trabalho, aconteceu, principalmente, entre o século XIX e a primeira metade do século XX. Ela intensificou a especialização das economias centrais na produção industrial, a especialização

das economias periféricas na produção de produtos agrícolas e minerais, e o comércio assimétrico entre esses dois grupos de economias.

A terceira fase ou a nova divisão internacional do trabalho foi mais evidente do começo da década de 1960 ao início da década de 1980. A sua principal característica foi a realização de investimentos manufatureiros diretos pelas empresas dos países centrais em países menos desenvolvidos, tendo, em parte, contribuído para o nascimento dos novos países industrializados (NPIs), os quais são comumente chamados de semiperiferia, a exemplo do Brasil.

A quarta e última fase é a mais nova divisão internacional do trabalho e ela se tornou mais evidente a partir de meados da década de 1980. Ainda segundo Coffey (1996), ela é caracterizada por quatro processos principais. O primeiro é o processo de subcontratação, que compreende a contratação de empresas dos países menos desenvolvidos pelas empresas dos países mais desenvolvidos, a exemplo da contratação de empresas chinesas pelas empresas norte-americanas na década de 1990, para produzir parte de sua produção física, tornando estas últimas “mais enxutas” e mais flexíveis e reduzindo os seus gastos com despesas gerais, capital físico, salários e benefícios.

O segundo processo é o direcionamento das operações de serviços das empresas de países desenvolvidos para países menos desenvolvidos, como a Índia, tanto via terceirização quanto via IEDs, impulsionado, como no processo anterior, principalmente pelo fenômeno de reestruturação dos sistemas de produção e pelos interesses das empresas em reduzir custos operacionais através da exploração de fatores produtivos mais baratos, como a mão de obra. O terceiro processo consiste no crescimento dos investimentos entre economias desenvolvidas.

O quarto processo é o mais importante para esta tese, pois se trata do aumento das relações econômicas entre os países em desenvolvimento. Embora Coffey (1995), ao falar desse processo, esteja se referindo especificamente ao crescimento dos investimentos dos NPIs em países menos desenvolvidos, existem aqui outros pontos a serem observados.

Primeiro, a participação dos países em desenvolvimento vem aumentando em vários fluxos econômicos globais. Como se observa na tabela 1, a participação desse grupo de países cresceu tanto nas exportações e nas importações mundiais de mercadorias e de serviços quanto nas saídas e nas entradas de IEDs. Esse ganho de relevância também é visto no capítulo 4 através do caso particular da China.

Segundo, tanto o comércio quanto os IEDs entre os países em desenvolvimento como um todo também têm aumentado. De acordo com Hanson (2012), enquanto diminui a participação relativa dos fluxos comerciais do tipo Norte-Norte (comércio entre países de

renda alta), que dominou de 1950 a 1980, aumenta a participação daquelas do tipo Norte-Sul (comércio entre países desenvolvidos e em desenvolvimento) e do tipo Sul-Sul (comércio entre países em desenvolvimento), como observado na tabela 2. O autor defende que esse último padrão de comércio reflete as complementariedades existentes entre os países do Sul global, derivadas de suas vantagens comparativas. Caso ilustrativo desse padrão de comércio é o atendimento da demanda chinesa e indiana por matérias-primas necessárias em seus respectivos processos de urbanização e de industrialização por países em que esses recursos são abundantes, como o Brasil.

Tabela 1 - Percentagens dos países desenvolvidos (PDs), dos países em desenvolvimento (PEDs) e dos países em transição (PETs) no comércio e nos IEDs mundiais, anos selecionados

	Mercadorias						Serviços						Fluxos de IEDs					
	Exportação			Importação			Exportação			Importação			Saídas			Entradas		
	PD	PED	PET	PD	PED	PET	PD	PED	PET	PD	PED	PET	PD	PED	PET	PD	PED	PET
1985	69	26	5	72	23	5	78	20	-	68	29	-	94	6	-	75	25	-
1995	70	28	2	69	29	2	76	22	-	71	27	-	85	15	-	64	34	1
2005	60	36	3	66	32	2	75	23	2	69	28	3	84	14	2	61	35	3
2015	52	45	3	56	42	2	68	30	2	59	38	3	74	24	2	55	42	2

Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados da United Nations Conference on Trade and Development (2018).

Notas: “-” significa dados não disponíveis.

As percentagens dos PDs, PEDs e PETs podem não somar 100% por questões de arredondamento.

Tabela 2 - Percentagens do comércio de mercadorias intra e extragrupo de países, anos selecionados

	1995						2005						2015					
	Exportação			Importação			Exportação			Importação			Exportação			Importação		
	CIG	CRM	CTG															
PD	70	30	100	70	30	100	75	25	100	65	35	100	68	32	100	61	39	100
PED	42	58	100	37	63	100	46	54	100	53	47	100	58	42	100	59	41	100
PET	27	73	100	33	67	100	19	81	100	29	71	100	16	84	100	24	76	100

Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados da United Nations Conference on Trade and Development (2018)

Legenda: CIG – comércio intragrupo; CRM – comércio com o resto do mundo; CTG - comércio total do grupo.

Os IEDs do tipo Sul-Sul não apenas se elevaram, mas também em alguns países eles já representam a maior parte das entradas e/ou dos estoques desses investimentos (AYKUT; RATHA, 2004; AYKUT; GOLDSTEIN, 2006). Estudo conduzido por Lipsey e Sjöholm (2011), por exemplo, identificaram que mais da metade das entradas e dos estoques desses investimentos nos países do Sul, Leste e Sudeste asiático tem como fontes países em desenvolvimento, principalmente aqueles dessas próprias sub-regiões. Um exemplo mais específico é visto no capítulo 5, onde se destaca que o principal país de estoque dos IEDs sul-africanos é a China.

Terceiro, também se observa elevada participação dos IEDs de alguns países em desenvolvimento em países desenvolvidos. Conforme o quadro 2, excetuando-se os paraísos fiscais, os estoques de IEDs brasileiros, russos e indianos se concentram nos países desenvolvidos e, em seguida, nos países próximos geograficamente, fato destacado por atores como Andreff (2015).

Quadro 2 - Distribuição geográfica dos estoques de IEDs do Brasil, da Rússia e da Índia em 2015, % do total

	Brasil		Rússia		Índia	
1	Ilhas Cayman	20,7	Chipre	36,9	Cingapura	20,6
2	Áustria	13,2	Países baixos	19,1	Maurício	17,7
3	Ilhas Virgens Britânicas	13,1	Ilhas Virgens Britânicas	12,00	Países Baixos	14,0
4	Países Baixos	12,6	Áustria	7,7	EUA	10,3
5	Bahamas	9,2	Suíça	5,7	Emirados Árabes Unidos	5,2
6	Luxemburgo	5,9	Alemanha	3,3	Bahrein	5,1
7	Espanha	4,6	Reino Unido	2,7	Jersey	4,8
8	Panamá	3,9	Turquia	2,5	Reino Unido	3,3
9	Estados Unidos	3,6	Espanha	2,2	Ilhas Cayman	2,3
10	Chile	1,4	EUA	2,3	Chipre	2,2
	Os dez primeiros	88,2%		94,3%		85,5%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do Brasil (2017a), Russian Federation (2018), India (2017).

Cabe destacar que, conforme Aykut e Goldstein (2006), os investimentos de países em desenvolvimento estão concentrados em dois setores. O primeiro é o setor extrativista, onde atuam empresas como as brasileiras Petrobras e Vale, as russas Gazprom e Lukoil, e as chinesas China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) e China National Petroleum Corporation (CNPC). O segundo é o setor de serviços, onde atuam empresas como as indianas Tata Consultancy Services e Reliance Communications, e as sul-africanas Mediclinic International e a Naspers, como pode ser observado no capítulo 5.

As mudanças supramencionadas na DIT são resultadas de processos econômicos maiores, de acordo com Coffey (1996). Um deles é as mudanças na natureza dos sistemas de produção dos países desenvolvidos. Nestes países se têm observado modificações na composição setorial (crescimento da participação do setor de serviços), ocupacional e funcional (novos tipos de ocupações e funções ganhando importância em relação àquelas mais rotineiras e simples ligadas à indústria tradicional) da economia, bem como, uma crescente complementariedade entre atividades de manufatura e de serviços.

As mudanças na natureza econômica dos países menos desenvolvidos são outro processo econômico que também tem contribuído para as alterações na DIT. Alguns desses países têm alcançado altos níveis de modernização, o que tem levado ao deslocamento de seus setores econômicos tradicionais (atividades primárias) pelos setores econômicos modernos

(atividades industriais e de serviços), à maior integração dos últimos com o restante da economia e ao estabelecimento de um setor ativo de serviços, a exemplo do que vem acontecendo na Índia e na China.

Ademais, alguns desses países também têm sido relativamente bem-sucedidos no uso de políticas de desenvolvimento econômico nacional. Por exemplo, a China tem sido bem-sucedida em sua política de atrair IEDs conforme as necessidades específicas de cada momento de seu desenvolvimento econômico, o que tem contribuído para mudar a sua posição na DIT.

Um fator mais específico que tem contribuído para as mudanças na DIT é o que Coffey (1996) chamou de redistribuição dos fatores de produção. Esse processo tem sido possível graças ao aprofundamento da divisão técnica do trabalho, aos avanços nos meios de transportes e de comunicações, e à emergência de uma grande reserva de mão de obra nos países em desenvolvimento, sobretudo, na China devido à modernização do campo, da imigração rural-urbana e de outras transformações sociais e econômicas.

A redistribuição dos fatores de produção tem resultado, principalmente, do comportamento e das estratégias das EMNs. Devido aos fatores identificados no parágrafo anterior, estas empresas agora têm a possibilidade de localizar no exterior parte de seu processo produtivo de acordo com as combinações mais vantajosas de fatores e conforme as necessidades específicas de cada estágio do ciclo de vida do produto, compensando dificuldades enfrentadas em seu mercado de origem, como a elevação dos custos de produção. Isso explica, entre outras coisas, a principal característica da terceira fase da DIT, isto é, a realização de investimentos manufatureiros nos países menos desenvolvidos por empresas dos países centrais (já abordado acima), parte dos investimentos dos demais Estados do BRICS na China, bem como, parte do deslocamento de empresas localizadas na China para economias de baixo custo.

Existem investimentos dos demais Estados do BRICS na China que foram determinados pela busca de mercado. Todavia, outra parte seguiu para o país determinada por outros fatores de atração, como a disponibilidade de ativos produtivos a baixo custo. Por exemplo, a Trellis, uma empresa brasileira especializada em tecnologia para a comunicação de dados e voz, transferiu 90% de sua produção para a China em 2008 para reduzir custos de produção e ganhar competitividade aproveitando as vantagens competitivas chinesas, entre elas, os salários baixos (à época), os encargos trabalhistas reduzidos e os incentivos governamentais às empresas exportadoras (NIGRO, 2008).

Todavia, algumas empresas que se instalaram na China com o objetivo de diminuir custos e aumentar a sua competitividade explorando fatores produtivos baratos começaram a sair do país ou a cogitar essa possibilidade, em boa medida, devido ao rebalanceamento. Um dos impactos do processo de rebalanceamento é o deslocamento de empresas (nacionais e estrangeiras) estabelecidas na China para economias de mais baixo custo, entre elas a Índia. À medida que os preços dos fatores de produção se tornam mais liberalizados no país, os custos de produção para as empresas que os usam se tornam mais elevados, chegando ao ponto de obrigá-las a buscar uma combinação mais vantajosa de fatores em outras economias.

O crescimento do salário é indicador do encarecimento da produção na China. Conforme a tabela 3, tanto o salário industrial médio por hora quanto o salário médio por hora em todos os setores chineses cresceram de 2005 a 2016, ultrapassando os valores pagos em vários outros países, inclusive no Brasil, não mais justificando os investimentos desse país no parceiro asiático em termos de custo de mão de obra. Entre as razões para tais aumentos estão a entrada da China na OMC, o seu crescimento econômico e as medidas usadas pelo país para alcançar o rebalanceamento (FTCHINESE, 2017; FACT.INTERNATIONAL, 2017).

Tabela 3 - Salário por hora em economias selecionadas

Salário industrial médio por hora – preços constantes em US\$			Salário por hora em todos os setores – preços constantes em US\$		
	2005	2016		2005	2016
Portugal	6,3	4,5	Brasil	3,4	3,0
Brasil	2,9	2,7	México	2,0	1,8
México	2,2	2,1	Colômbia	1,8	1,8
Argentina	2,1	2,5	Filipinas	1,7	1,9
Tailândia	1,4	2,0	Tailândia	1,6	2,2
Colômbia	1,4	1,7	China	1,5	3,3
China	1,2	3,6			

Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados do Fchinese (2017) e do Fact.International (2017)

2.2.3 Definindo a Posição na DIT

Usa-se nesta pesquisa uma maneira para definir a posição dos países na DIT em termos de comércio e outra em termos de investimentos. Para determinar a posição/especialização dos países na DIT no âmbito comercial se utiliza o IVCR de Balassa (1965), haja vista que para cumprir os objetivos desta pesquisa é preciso conhecer a posição relativa desses atores nas exportações de bens e de serviços. A determinação é possível porque o índice mede a vantagem comparativa¹² dos países, a qual, de acordo com a teoria de

¹² Conforme a perspectiva ricardiana, a vantagem comparativa é um princípio que indica que “[...] os países devem se especializar na exportação daqueles produtos que podem produzir ao custo relativo mais baixo” (KILJUNEN, p. 104, 1986, tradução nossa). Isto permite que o comércio entre eles ocorra de forma lucrativa.

comércio de David Ricardo, constitui-se na variável determinante do papel desempenhado por cada um deles na DIT.

A vantagem comparativa é “revelada” pelo padrão de comércio observado, tendo em vista que ela é auferida a partir de dados sobre o comércio realizado pelos países (BALASSA, 1965; UTKULU; SEYMEN, 2004; JIA; WU; LIU, 2016). Isto é importante porque esses dados estão disponíveis em bases de dados internacionais sobre o comércio para um amplo conjunto de países e para períodos de tempo relativamente extensos, o que permite a comparabilidade internacional do IVCR entre países em vários momentos.

O IVCR também conta a facilidade de ser composto por um número reduzido de variáveis. Ele é a razão entre a participação do produto j nas exportações do país i (numerador do IVCR) e a participação do produto j nas exportações mundiais (denominador do IVCR). Em outras palavras, ele detecta a especialização do país i na exportação do produto j com base na importância de j no comércio mundial. Sendo assim, tem-se que:

$$IVCR_{ij} = \frac{\frac{x_{ij}}{x_{it}}}{\frac{x_{mj}}{x_{mt}}}$$

Onde:

x_{ij} = exportação do país i do produto j

x_{it} = exportação total do país i

x_{mj} = exportação mundial do produto j

x_{mt} = exportação mundial total

O IVCR é sempre positivo. Um valor menor do que 1 implica que o país tem DCR no produto e maior que 1 que ele tem VCR. Destaca-se que o nível de especialização do país i no produto j é proporcional ao valor alcançado no índice. Ademais, é pouco provável que o comércio bilateral entre dois países com índices similares seja elevado, a menos que o comércio intraindústrias esteja envolvido. E, não menos importante, o índice também pode ser usado para calcular a especialização de um país qualquer em grupos de produtos, como esta tese faz em relação aos serviços.

O IVCR é empregado no capítulo 5. Ele é usado para medir as VCRs ou DCVs de cada país nos bens identificados nas amostras selecionadas para análise, revelando assim as

suas respectivas posições na DIT para cada um deles e se as exportações para a China estão em conformidade com a especialização de cada um. Em seguida, ele é usado para identificar o nível de complementariedade entre os demais Estados do BRICS e a China. Como se pode observar no penúltimo capítulo, no geral, os países exportadores possuem IVCRs muito superiores àqueles registrados pelos chineses, indicando alta complementariedade comercial.

Verifica-se também que os IVCRs registrados pelos demais Estados do BRICS nos bens consumidos principalmente pelas indústrias são geralmente maiores do que aqueles consumidos principalmente pelas famílias (em menor medida no caso da Índia), provavelmente refletindo a maior especialização de cada país nos primeiros. Em 2015, a participação das exportações de bens de capital e de bens intermediários em relação às exportações totais de bens foi de 96% na Rússia, 85% no Brasil, 84% na África do Sul e 63% na Índia. Já a participação das exportações de bens de consumo correspondeu a 4%, 15%, 16% e 37%¹³, respectivamente.

O IVCR também é usado para identificar a especialização dos países no comércio de serviços. Também no capítulo 5, calcula-se esse índice para grupos de serviços. Aquele grupo em que o país apresenta as maiores VCRs é selecionado e suas exportações para a China são analisadas com o propósito de verificar se elas foram influenciadas pelas mudanças nas estruturas de crescimento desse país.

Por sua vez, para identificar a posição dos países na DIT no âmbito dos investimentos, ou seja, para determinar a especialização de cada um deles na realização de IEDs, criou-se um indicador específico. Esse indicador é constituído pela distribuição industrial das EMNs presentes no ranking da UNCTAD das 100 maiores EMNs não financeiras das economias em desenvolvimento e das economias em transição classificadas por ativos, no mínimo, em dois anos entre 2010 e 2015, exceto 2013, haja vista que para esse ano os dados não foram encontrados.

2.2.4 A China na DIT

Como visto anteriormente, a estrutura da DIT é dinâmica no sentido de que os seus atores podem mudar a função que eles desempenham nela, como tem acontecido com a China. O papel que o país exerce nesse arranjo está mudando, dentre outras razões, em função do progresso que ele tem alcançado na atualização de sua indústria, levando-o a ganhar

¹³ Cálculo foi feito a partir de dados da United Nations (2017).

espaço na competitividade global e a modificar o perfil de suas relações econômicas com outros países (YUYANG, 2011).

A atualização da indústria chinesa é um dos principais aspectos de sua política industrial. No 12º PQ o governo indicou que a sua política industrial inclui dois grandes objetivos (CHINESE NATIONAL PEOPLE'S CONGRESS, 2011). O primeiro é atualizar e reestruturar um conjunto de indústrias tradicionais, que inclui as indústrias de fabricação de equipamentos, de construção naval, de automóveis, de ferro e aço, de metais não ferrosos, de materiais de construção, de petroquímicos, de materiais de construção, de têxteis e a indústria leve. O segundo é desenvolver as indústrias consideradas os futuros pilares da economia, a saber, as indústrias de conservação de energia e proteção ambiental, de nova geração de tecnologia da informação, de biotecnologia, de fabricação de equipamentos avançados, de novas energias, de novos materiais e de automóveis de novas energias.

Um dos mecanismos usados para alcançar tais objetivos é a proteção da indústria nacional. O governo chinês protege a indústria nacional contra a concorrência estrangeira seja pela imposição de barreiras às importações seja pela imposição de limites às entradas de investimentos estrangeiros no país, mesmo após a sua adesão à OMC, como se observa no capítulo 4.

Com a atualização de sua indústria, a China tem alcançado progressos relevantes no que produz (YUYANG, 2011). Ela tem conseguido estabelecer novos limites competitivos em produtos de alta tecnologia e de alto valor agregado, desenvolver autonomamente produtos que se caracterizam por direitos e marcas de propriedades intelectuais independentes, bem como avançar em produtos industriais de ponta, como automóveis, circuitos integrados e dispositivos médicos.

O país também tem progredido na produção de serviços. A China tem um setor de serviços suprimido, devido ao fato dela ter sido uma economia planejada, bem como pela sua opção pós-1978 de continuar priorizando o crescimento baseado na indústria, como já se observou acima. Por essa razão e com a intenção de alcançar o rebalanceamento, o governo chinês tem investido no desenvolvimento do setor, principalmente o de serviços modernos.

As empresas chinesas também se tornaram maiores e mais competitivas e hoje já rivalizam com EMNs tradicionais em vários setores. Por exemplo, o número de empresas chinesas na lista da Global Fortune 500, a classificação da Fortune para as maiores corporações mundiais em termos de ativos, saiu de 12 em 2000 para 116 em 2016 (FORTUNE, © 2017). Já o número de empresas no ranking das 100 maiores EMNs não financeiras das economias em desenvolvimento e das economias em transição saiu de 9 no

ano financeiro de 2010 (de 1 abril de 2010 a 31 março de 2011) para 18 no ano financeiro de 2015 (de 1 abril de 2015 a 31 de março de 2016) e elas são setorialmente bem diversificadas quando comparadas as EMNs dos demais Estados do BRICS (UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT, 2012; 2013a; 2014a; 2016; 2017).

O resultado desses avanços é o *upgrade* no perfil das exportações e dos investimentos do país. Por muito tempo, as vendas externas da China foram impulsionadas pela grande quantidade de bens baratos de baixa qualidade, mas isso tem mudado. Hoje, os preços competitivos continuam, mas agora os produtos são de qualidade média e alta. Como observou Hanson (2012), enquanto diminui a participação relativa de produtos como roupas e calçados cresce a participação de eletrônicos, máquinas, produtos químicos e equipamentos de transporte em sua pauta de exportação. Os investimentos chineses diretos (ICDs) também se tornaram mais competitivos e hoje já existem empresas chinesas competindo com EMNs tradicionais em setores de ponta, como o de telecomunicações, onde as chinesas Lenovo, Xiaomi, ZTE, TCL/Alcatel, Huawei e Coolpad já ameaçam empresas como a gigante americana Apple.

Tudo isso tem contribuído para mudar as relações econômicas da China com outros países. Os êxitos chineses na produção, nas exportações e nos investimentos têm contribuído para deslocar o país de um papel na DIT inferior ao desempenhado por alguns países emergentes e pelos países desenvolvidos para um em que ele é capaz de cooperar e competir com esses últimos.

Acrescente-se à mudança no papel da China na DIT como grande ofertante de produtos e de investimentos de valores agregados cada vez mais elevados a sua transformação em grande mercado global. O mercado chinês se expandiu e se transformou em uma grande fonte de vantagens competitivas para as empresas nacionais, assim como, em um importante mercado de exportação para muitos países. Como se constata no capítulo 4, a China é hoje o segundo maior importador do mundo, e como se destaca no capítulo 5, mais especificamente no caso dos BRICS, ela é o principal destino para as exportações brasileiras e sul-africanas, terceiro para as exportações russas e quarto para as exportações indianas.

A China se tornou um mercado tão importante que o país é capaz de influenciar os preços de produtos em nível internacional. Como se observa no capítulo 4, um dos principais impactos do rebalanceamento é a capacidade chinesa de determinar positiva ou negativamente os preços das commodities devido a sua grande demanda, atingindo diretamente países como o Brasil, a Rússia e a África do Sul, os quais se situam na DIT como grandes produtores de produtos primários, bem como os preços de certos produtos de maior valor agregado.

Chama-se a atenção para o ganho de relevância da China como importador de bens de consumo, como também é visto no capítulo 4. Atualmente, o país é o segundo maior importador mundial de bens de consumo, atrás apenas dos EUA. Todavia, essas importações estão concentradas em produtos de alta qualidade final (LEMOINE; ÜNAL, 2017).

Essa condição chinesa permite algumas interpretações. A primeira é que o crescimento da demanda da China por bens de consumo tende a refletir a elevação da renda dos chineses, que, como é explorado mais profundamente à frente, tem sido melhorada tanto pelo crescimento econômico das últimas três décadas e meia quanto pelo esforço concertado do governo com vista ao rebalanceamento do país.

A segunda é que a proeminência dos bens de consumo de alta qualidade final pode indicar que a China está conseguindo o seu próprio suprimento de bens de baixa e de média qualidade domesticamente. Isso implica em dificuldades para os demais Estados do BRICS, cuja produção e exportação de bens de consumo tendem a se concentrar nessas duas categorias. O que é ainda mais grave é que mesmo nelas os produtores brasileiros, russos, sul-africanos e mesmo indianos são menos competitivos do que os produtores chineses em muitos desses produtos. Como resultado, existem poucas razões para esperar que os demais Estados do BRICS os exportem para a China em grande quantidade.

2.3 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Este capítulo apresentou e aplicou ao caso da China as principais ideias dos modelos de crescimento gerschenkroniano e dos modelos de crescimento liderado pelas exportações e pela demanda doméstica. Por meio dele foi possível observar a evolução do crescimento do país, enfatizando as suas conquistas, os seus entraves e as suas mudanças estruturais.

Por fim, o capítulo ressaltou a interdependência econômica conduzida pela globalização como o meio de transmissão dos efeitos das mudanças estruturais supramencionas. Igualmente, ele sugeriu que os parceiros econômicos chineses são impactados por essas mudanças conforme a posição de cada um na DIT.

3 O REBALANCEAMENTO DA ECONOMIA CHINESA: CARACTERIZAÇÃO GERAL E RECONHECIMENTO GOVERNAMENTAL

Como já mencionado, a China passa por um momento de rebalanceamento dos impulsionadores de seu crescimento econômico (LARDY, 2012). A partir da perspectiva dos gastos, o último se torna crescentemente menos dependente dos investimentos e das exportações e mais impulsionado pelo consumo privado. A partir da perspectiva da produção, ele se torna cada vez menos dependente do setor industrial e mais do setor de serviços.

O modelo de crescimento impulsionado pelos investimentos, pelas exportações e pelo setor industrial permitiu que o país se transformasse em uma superpotência econômica, o que trouxe implicações para a economia mundial, como se discute no próximo capítulo. Todavia, esse mesmo modelo tem mostrado sinais de esgotamento. Um exemplo nesse sentido é a redução da capacidade de sustentar elevadas taxas de crescimento econômico a partir de investimentos sustentados pelo endividamento interno (LARDY, 2012; PETTIS, 2013a; 2013b).

O presente capítulo tem como objetivo caracterizar os desequilíbrios e a conformação do rebalanceamento dos impulsionadores do crescimento chinês. Para tanto, em primeiro lugar, caracterizam-se os desequilíbrios a partir de quatro abordagens: a dos gastos agregados, a da produção, a da renda e a da poupança e investimentos nacionais. Em seguida, expõe-se a evolução do seu reconhecimento pelo governo. Temporalmente, a maioria dos dados analisados cobre o período desde o final da década de 1970 e início da década de 1980 a 2014-15, embora o foco da pesquisa seja o período de 2001 a 2015, com a intenção de facilitar a compreensão da evolução dos desequilíbrios e identificar o momento em que o rebalanceamento passa a se conformar.

O que se observa é que a economia chinesa se torna altamente desequilibrada no período que se estende de 2002-2003 a 2008-2009, a partir de quando o rebalanceamento começa a se configurar. Já as autoridades chinesas passaram a identificar os primeiros sinais dos desequilíbrios no final da década de 1990, sendo que o reconhecimento se tornou mais forte a partir de meados dos anos 2000.

3.1 DESEQUILÍBRIOS ECONÔMICOS E O REBALANCEAMENTO DA ECONOMIA CHINESA

A trajetória do crescimento econômico chinês se encontra em um novo período de transição, desencadeado mais claramente após a CFG e o 12º PQ (KPMG, 2011a, 2011b; RAMO FERNÁNDEZ, 2011; CHINESE NATIONAL PEOPLE'S CONGRESS, 2011). Após a mudança de uma economia centralmente planejada para uma “economia de mercado socialista”¹ a partir de 1978 (XIAOPING, 1994; SHIBAI, 2009), a nova transição consiste em um conjunto de ajustes estruturais no modelo de crescimento econômico da China com o propósito de que o crescimento continue. A partir de uma perspectiva dos gastos agregados, ele se torna crescentemente menos dependente dos investimentos e das exportações e mais impulsionado pelo consumo privado. A partir da perspectiva da produção, ele se torna cada vez menos dependente do setor industrial e mais do setor de serviços.

O fenômeno do crescimento do país tem sido largamente registrado pela literatura. Segundo Morrison (2015, p.1, tradução nossa) “[a] rápida ascensão da China como uma grande potência econômica dentro de um intervalo de tempo de cerca de três décadas é frequentemente narrada pelos analistas como uma das maiores histórias de sucesso econômico nos tempos modernos”. Para Kong, Mckissack e Zhang (2012, p.43, tradução nossa) “[a] transformação econômica da China desde 1978 tem sido extraordinária”. Tilton et al. (2015, p. 3, tradução nossa) destacam que “[n]as últimas três décadas e meia a China se tornou a mais rápida economia em desenvolvimento na história mundial”.

De acordo com Maddison (2007), essa situação é recorrente. No período do século X ao século XV, o autor constatou que a renda per capita do país foi superior à da Europa e que, no início do século XIX, a China era a maior economia do mundo, sendo responsável por cerca de 1/3 do PIB mundial por volta de 1820. Entre 1840 e 1950 o país perdeu esse status, pois o seu relativo atraso tecnológico e a sua debilidade em governabilidade criaram condições para que o mesmo imergisse em conflitos internos e sofresse com invasões estrangeiras.

Na era Maoísta, que se estende de 1949 a 1976, o país conseguiu apresentar melhoras em seu crescimento em relação ao período anterior. No entanto, teve-o novamente constrangido por alguns acontecimentos, como os distúrbios econômicos causados pelo

¹ O termo economia de mercado socialista “[...] indica a estrutura econômica chinesa, caracterizada por um sistema misto que apresenta as características típicas das economias de mercado e de planejamento” (AVERSA, 2013, tradução nossa).

Grande Salto Adiante (1958-1960) e os distúrbios sociais causados pela Revolução Cultural (1966-1976).

Ainda segundo Maddison (2007), de 1978 em diante, a China registrou elevadas taxas de crescimento econômico. A data de 1978 marca um ponto de virada na história chinesa, pois determina o início do processo de reforma e abertura econômica do país sob o comando de Deng Xiaoping (presidente chinês entre de 1978 a 1992).

A década de 1990 foi marcada pela ampliação das negociações chinesas para fazer parte do regime internacional de comércio. A integração do país a ele se constituiu em uma ação integrante do aprofundamento do processo de reforma e abertura, e resultou em sua maior inserção internacional, à medida que o tem permitido adensar as suas relações econômicas com o mundo (PERMANENT MISSION OF CHINA TO THE WTO, 2011; DEVELOPMENT RESEARCH CENTER OF THE STATE COUNCIL; THE WORLD BANK, 2013; TILTON, 2015).

Até o início deste século, a atual maior economia do mundo (em paridade do poder de compra - PCC) estava fora da OMC, a instituição central das normas e das disposições do sistema multilateral de comércio (DRYSDALE; SONG, 2005). A República Popular da China (RPC) solicitou a adesão ao Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (em inglês, lê-se: General Agreement on Tariffs and Trade - GATT) em 1986. Com o nascimento da OMC, incorporando o GATT, o país solicitou a adesão ao Acordo de Marraquexe² em 7 de dezembro de 1995. Em 10 de novembro de 2001, a Conferência Ministerial da OMC decidiu pela adesão do país à organização. Um mês depois, o país passou a ser considerado o seu 143º membro (WORLD TRADE ORGANIZATION, 2001a, 2001b, 2015; UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2014).

Os líderes chineses avaliaram que a entrada na OMC implicava mais ganhos do que perdas (SINGH, 2011). Para o ex-presidente chinês Hu Jintao, “[a]derir à OMC foi uma decisão estratégica importante baseada em nossas análises completas da situação no país e no exterior, a fim de fazer avançar a reforma e a abertura da China e a modernização socialista dirigida” (PERMANENT MISSION OF CHINA TO THE WTO, 2011, tradução nossa). Como resultado, houve notáveis ganhos em termos econômicos e sociais (UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2014; YUAN, 2015; YI, 2011; SINGH, 2011; SUN, 2011; SALLY, 2011; ISMAIL, 2011; LEHMANN, 2011; CHENG, 2011; GUPTA; WANG, 2011).

² Acordo constitutivo da OMC. Em inglês é denominado “Marrakesh Agreement Establishing the World Trade Organization”.

Em virtude das transformações supramencionadas e da adesão da China à OMC, o país tem registrado elevadas taxas de crescimento econômico nas últimas décadas (CHOW, 2004; TISDELL, 2009; MARELLI; SIGNORELLI, 2011; MORRISON, 2015; KONG; MCKISSACK; ZHANG, 2012). Dados do Banco Mundial indicam que o seu crescimento anual real médio nos últimos 30 anos foi de 9,9% (DEVELOPMENT RESEARCH CENTER OF THE STATE COUNCIL; THE WORLD BANK, 2013).

Em 2015, o PIB do país em PPP foi de aproximadamente 64 vezes o valor de 1980 (INTERNATIONAL MONETARY FUND, ©2018). O país também se transformou em um importante protagonista no comércio internacional. Em 2009, ele se transformou no maior exportador e no segundo maior importador de mercadorias do mundo, assumindo as posições que eram da Alemanha. Já em 2012 foi a vez dos EUA serem ultrapassados pela China como a maior economia comercializadora de mercadorias do mundo (exportações mais importações) (MORRISON, 2015), como se mostra no próximo capítulo.

Igualmente, a contribuição do país para o crescimento mundial tem sido elevada: cerca de 10% na década de 1980, 20% na década de 1990 e 25% na década de 2000. Entre 500-680 milhões de pessoas saíram da pobreza, formando um enorme mercado consumidor (KONG; MCKISSACK; ZHANG, 2012; MORRISON, 2015; DEVELOPMENT RESEARCH CENTER OF THE STATE COUNCIL; THE WORLD BANK, 2013).

Segundo Morisson (2015), a China foi a principal receptora de fluxos de IEDs entre todas as economias individuais em 2014. As entradas aumentaram sessenta e quatro vezes entre 1985 e 2014, quando passaram de US\$ 2 bilhões para US\$ 128 bilhões. Para o autor (2015, p. 13, tradução nossa), “[t]ais fluxos têm sido uma fonte importante de ganhos de produtividade e de rápido crescimento econômico e comercial”.

Em 2014, o país foi a terceira principal fonte mundial de IEDs, enquanto economia individual, com US\$ 116 bilhões, ficando atrás apenas de Hong Kong (US\$ 150 bilhões) e dos EUA (US\$ 337 bilhões) (MORRISON, 2015). Vale destacar que somados os valores da China com os de Hong Kong (China) o total é de US\$ 266 bilhões, cerca de 79% dos IEDs norte-americanos para o mesmo ano³.

³ Os dados estatísticos sobre os ICDs e sobre os investimentos de Hong Kong diretos (IHKDs) sofrem de distorções, entre outras razões, devido ao fenômeno conhecido como "viagem de ida e volta" do IED (*round tripping of FDI*). A "viagem de ida e volta" do IED é definida como a "[...] canalização por investidores diretos de fundos locais para entidades de propósitos específicos (EPEs) no exterior com a intenção de subsequentemente retornar estes fundos para a economia local na forma de IED" (GARCIA-HERRERO; XIA; CASANOVA, 2015, p. 3, tradução nossa). Isto tem ocorrido na China à medida que fundos domésticos são direcionados para a Região Administrativa Especial de Hong Kong e voltam ao país para se beneficiarem de condições preferenciais para investidores adventícios, consequentemente fazendo com que os valores dos ICDs e dos IHKDs sejam superestimados.

A transformação da China em uma potência econômica corrobora a ideia de que o país está reemergindo (MADDISON, 2007) e que poderá alcançar o estágio de renda alta (DEVELOPMENT RESEARCH CENTER OF THE STATE COUNCIL; THE WORLD BANK, 2013). No entanto, o modelo de crescimento que tem permitido todas essas conquistas tem perdido sustentabilidade, pois as contribuições de seus impulsionadores tornaram muito desequilibradas (LARDY, 2006, 2012, 2015; PETTIS, 2013a, 2013b, 2014a, 2014b, 2015, 2016).

Por desequilibrada se entende a situação em que alguns impulsionadores do crescimento contribuem bem mais do que o esperado para o crescimento econômico em relação ao nível de desenvolvimento do país, enquanto outros contribuem bem menos. No caso que aqui se analisa, destaca-se principalmente a elevada participação dos investimentos no PIB, o qual tem sido sustentado pela baixa participação do consumo privado e pelo endividamento interno, principalmente das corporações não financeiras.

Em contraste, o rebalanceamento significa mudanças estruturais graduais, de longo prazo, nos impulsionadores supramencionados. Dentro da perspectiva dos gastos agregados, por um lado, reduzem-se as contribuições relativas dos investimentos e das exportações no PIB e, por outro, aumenta-se a contribuição do consumo privado. Dentro da perspectiva da produção, diminuiu-se a contribuição relativa do setor industrial e eleva-se a do setor de serviços.

Conforme Lardy (2012), a estrutura de uma economia e o grau em que ela está desequilibrada pode ser analisada pelo conjunto de quatro abordagens, as quais são diferentes, mas complementares. Elas são a abordagem dos gastos agregados, a da produção, a da renda e a da poupança e investimentos nacionais. Conforme o autor (2012, tradução nossa): “[e]ssas métricas sugerem que a economia da China se torna altamente desequilibrada a partir de 2003”.

Ademais, selecionaram-se alguns países e grupos destes para servir como base de comparação dos dados relativos à China com o propósito de pôr os desequilíbrios em perspectiva. O primeiro grupo de países é composto pelos Estados do BRICS. O segundo compreende aos EUA, ao Japão, à Coreia do Sul, ao agregado “média mundial” e aos agregados “países de renda média superior” (PRMS).

A abordagem dos gastos consiste em verificar as fontes do crescimento econômico pelo lado do dispêndio agregado. Essas fontes são os componentes básicos do PIB que estão do lado da demanda agregada: o consumo (o privado e o do governo), os investimentos e as

exportações líquidas de bens e serviços (LARDY, 2012). Eles também são conhecidos como impulsionadores, *drivers* ou motores do crescimento. A seguir cada um deles é analisado.

Desde 1978 a contribuição dos investimentos para o crescimento chinês tem sido elevada quando comparada com a de outros países ou conjuntos destes, como se evidencia nos gráficos 1 e 2. Da abertura em 1978 até 1991 o valor médio da formação bruta de capital fixo (FBCF) foi de 36% do PIB. Nesse período, o valor foi semelhante à média mundial apenas em 1981 e próximo ao da Rússia e da República da Coreia em 1991. Houve um rápido aumento em 1993 seguido de sucessivas reduções que permitiram que o país iniciasse o século XXI com valores semelhantes aos de 1980 e 1990.

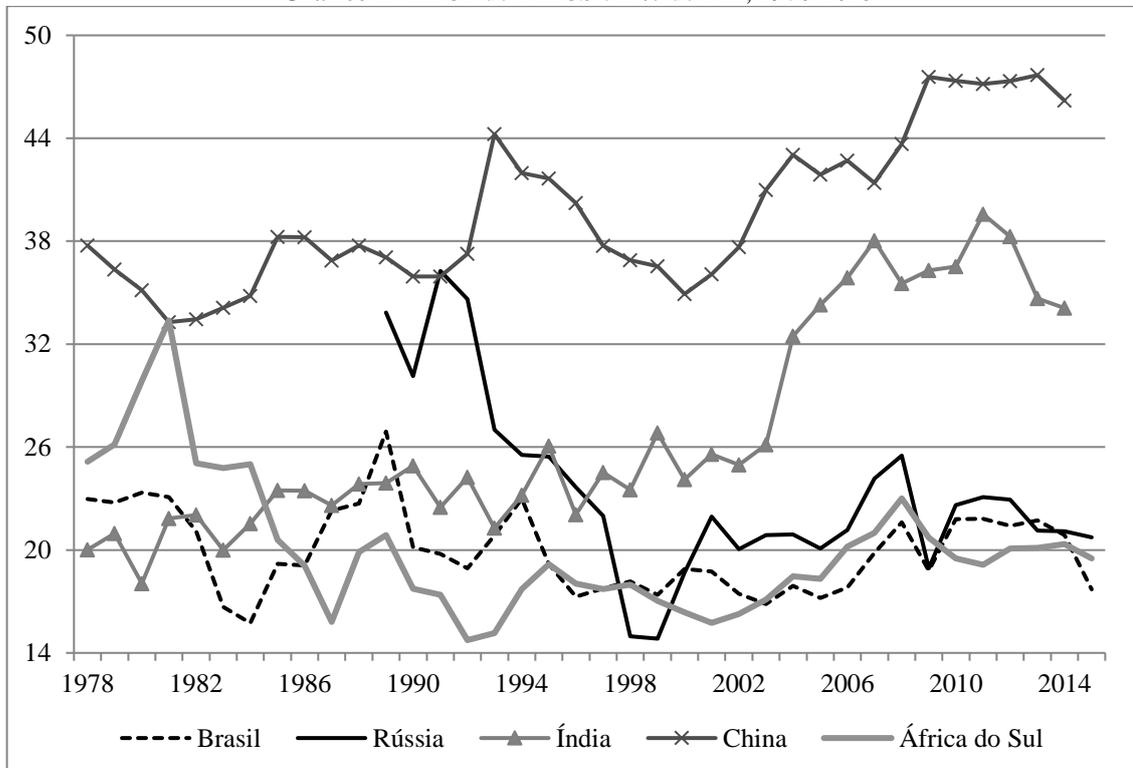
Durante os primeiros anos desse século a condição chinesa de *outlier* (atípico) ficou ainda mais evidente quando em 2003, pela primeira vez na década, o valor dos investimentos ultrapassou os 40% do PIB e permanece assim desde então, chegando ao pico de aproximadamente 47,7% em 2013. Lardy (2012) atribui o aumento, principalmente a partir de 2003, em parte, à política de repressão financeira adotada pelo governo, a qual forçou a poupança das famílias, prejudicando o seu consumo e beneficiando os investimentos.

Em meados da década de 2000 a tendência era de que a participação da FBCF no PIB se reduzisse. No entanto, o pacote de estímulo adotado pelo governo central para conter os efeitos da CFG estimulou os investimentos (LARDY, 2012). Se por um lado o pacote de estímulo de ¥ 4 trilhões (US\$ 616 bilhões à época) reduziu os efeitos da inflexão mundial sobre o país, por outro induziu o crescimento da FBCF, deixando a economia ainda mais desequilibrada (PETTIS, 2013a, 2013b).

Como visto na segunda seção do capítulo anterior, de acordo com Pettis (2013a), essa participação dos investimentos chineses no PIB representa uma grande ameaça ao crescimento do país, devido à restrição do investimento com dívida. O que ocorre é que a China tem registrado aumento insustentável da dívida resultante da má alocação de capital sustentada pelos empréstimos bancários. Conforme dados da McKinsey Global Institute (2015), o débito total do país saiu de 121% do PIB em 2000, passou para 158% em 2007, e atingiu 282% em 2014 (125% das corporações não financeiras, 65% das instituições financeiras, 55% do governo, e 38% das famílias). Nesse último ano, o valor foi maior do que o registrado pela Austrália (274%), pelos EUA (269%), pela Alemanha (258%) e pelo Canadá (247%), países de nível de desenvolvimento mais elevado. Talvez, não por outra razão, tenha sido divulgado no Diário do Povo, meio de comunicação oficial do PCC, que “[a]s árvores não podem crescer para o céu. A alta alavancagem inevitavelmente acarretará altos riscos, o que poderia levar a uma crise financeira sistêmica, crescimento econômico negativo e até

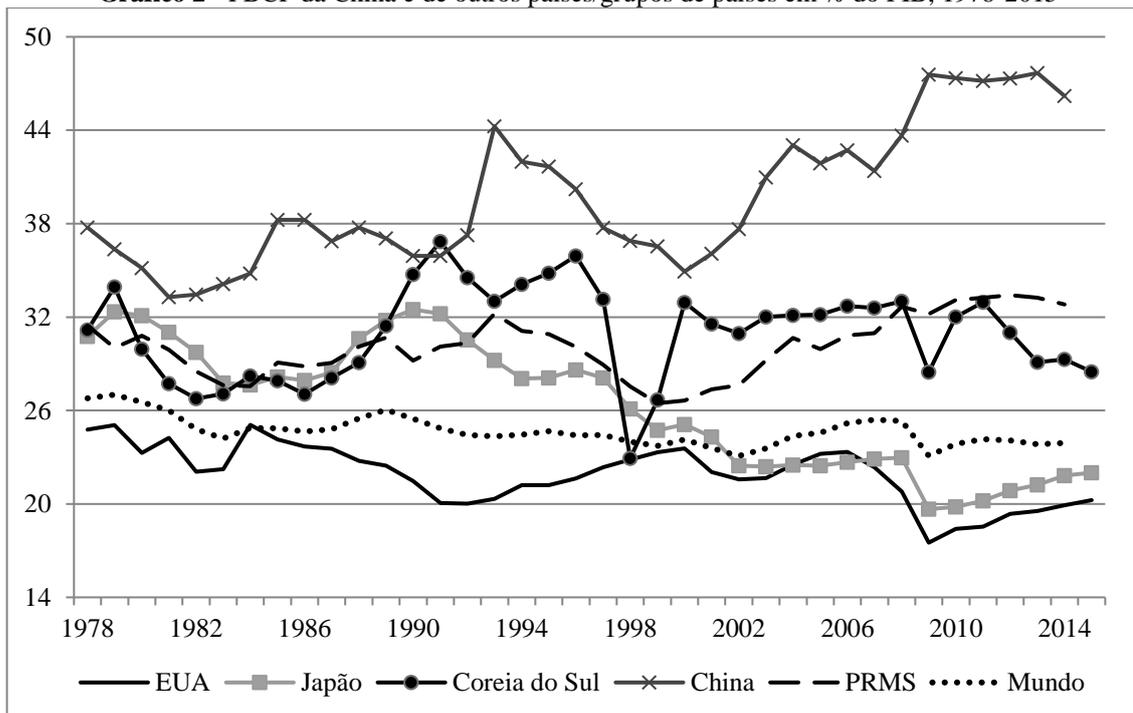
acabar com a poupança das pessoas comuns” (PEOPLE'S DAILY ONLINE, 2016, tradução nossa).

Gráfico 1 - FBCF do BRICS em % do PIB, 1978-2015



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do World Bank Group (©2016)

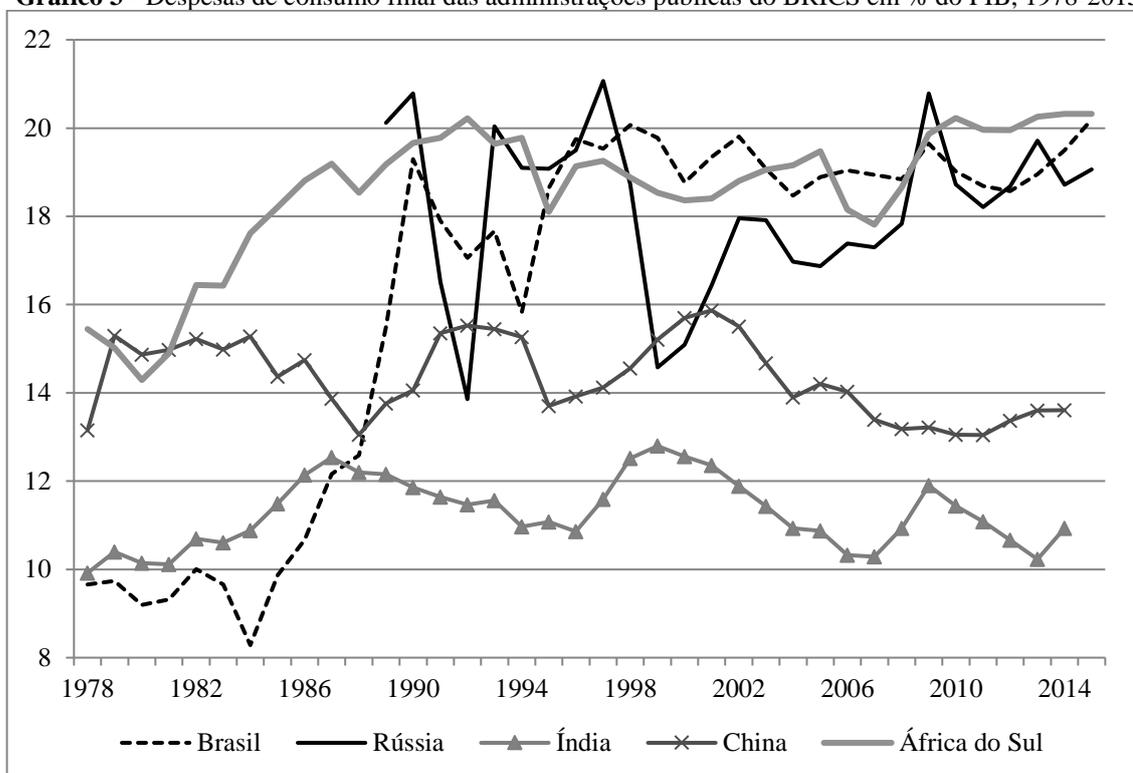
Gráfico 2 - FBCF da China e de outros países/grupos de países em % do PIB, 1978-2015



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do World Bank Group (©2016)

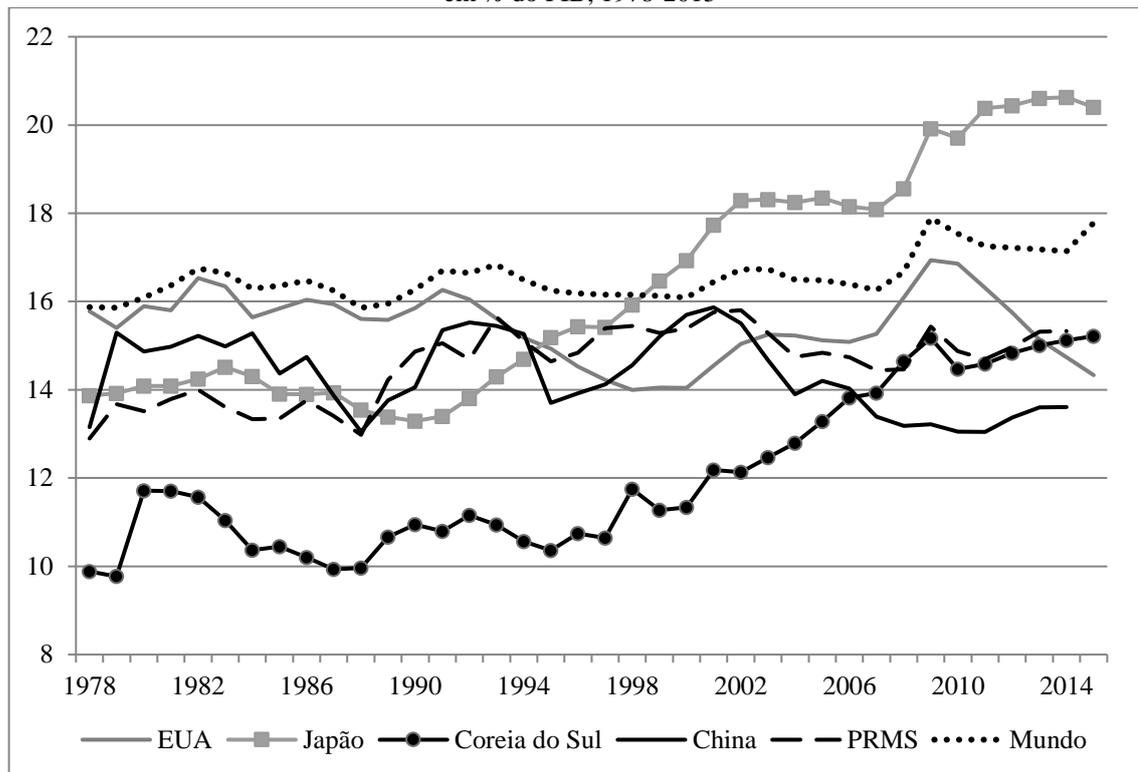
Quanto ao consumo final, o valor da parcela do governo tem sido relativamente estável, não ultrapassando a faixa de 13-16% desde 1978. Nos últimos anos, o seu valor tem sido bem inferior aquele registrado tanto por países de nível de desenvolvimento semelhante (exceto em relação à Índia) quanto por países mais desenvolvidos (gráficos 3 e 4). O contraste é ainda maior no consumo das famílias, principalmente a partir da primeira metade da década de 2000, quando a sua participação em relação ao PIB caiu drasticamente, em grande parte devido à repressão financeira já mencionada, até começar a se estabilizar e apresentar tendência de crescimento (gráficos 5 e 6). Por exemplo, em 2014, ela foi apenas 64,17% da participação do consumo privado mundial, 59,08% da brasileira e 54,76% da norte-americana.

Gráfico 3 - Despesas de consumo final das administrações públicas do BRICS em % do PIB, 1978-2015



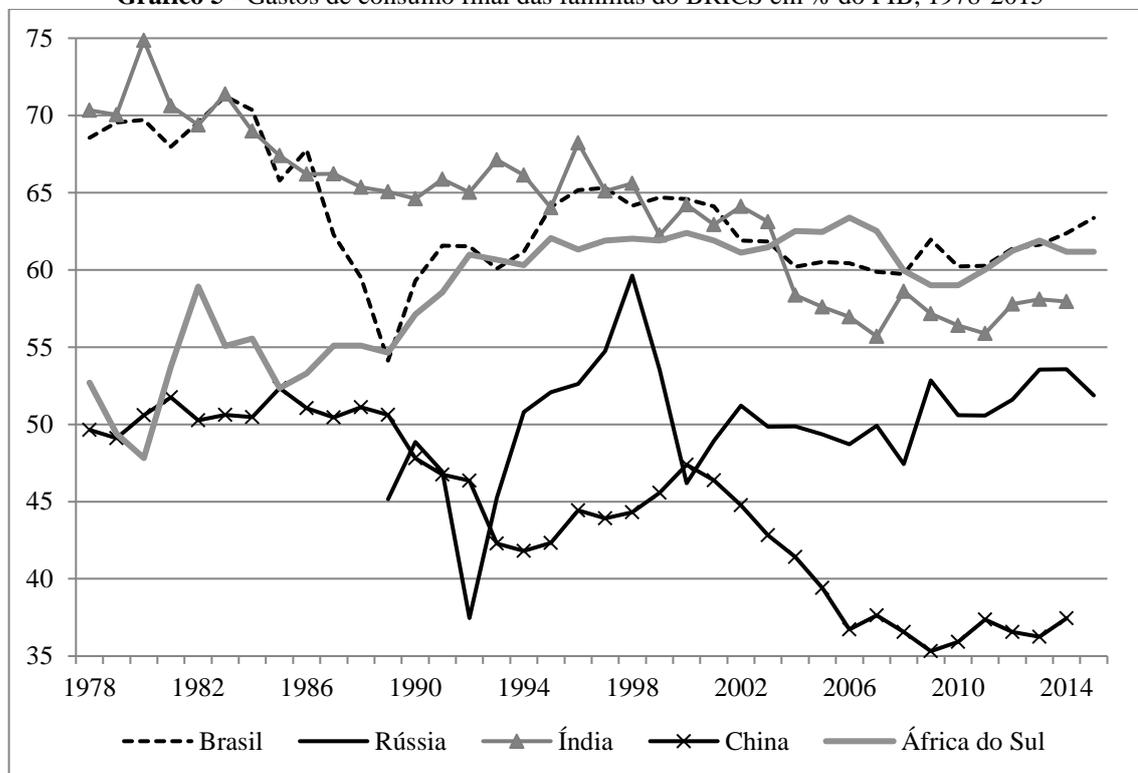
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do World Bank Group (©2016)

Gráfico 4 - Despesas de consumo final das administrações públicas da China e de outros países/grupos de países em % do PIB, 1978-2015



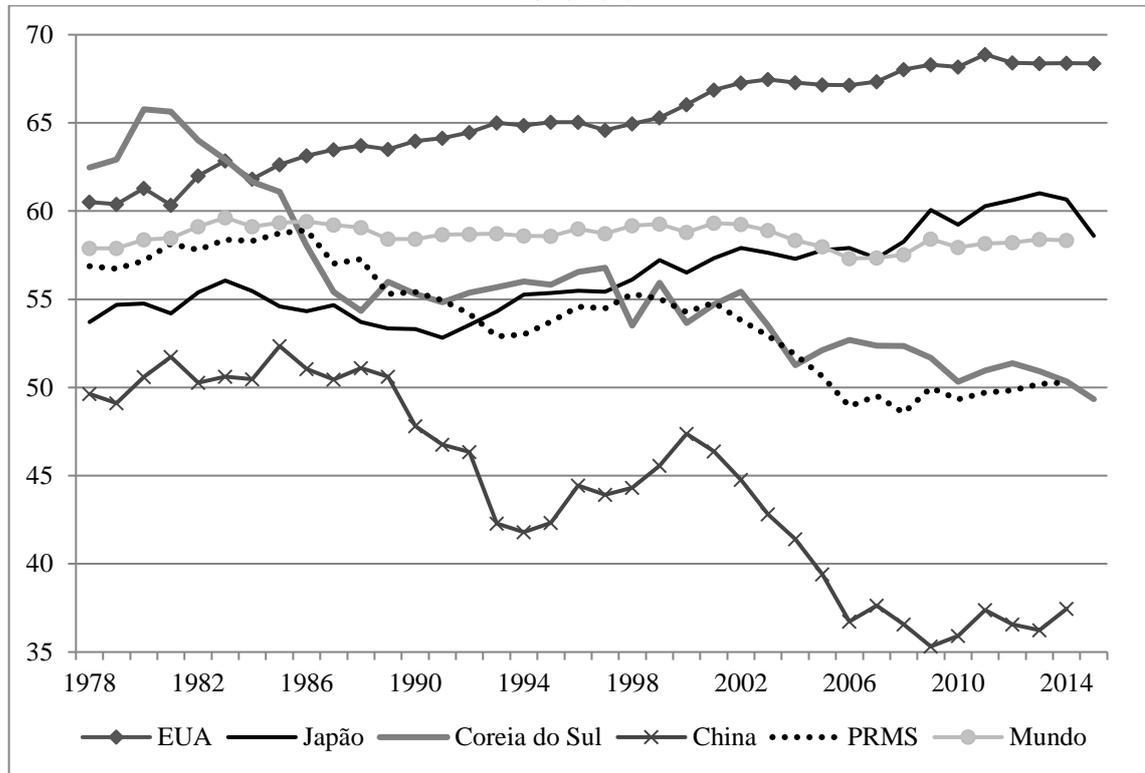
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do World Bank Group (©2016)

Gráfico 5 - Gastos de consumo final das famílias do BRICS em % do PIB, 1978-2015



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do World Bank Group (©2016)

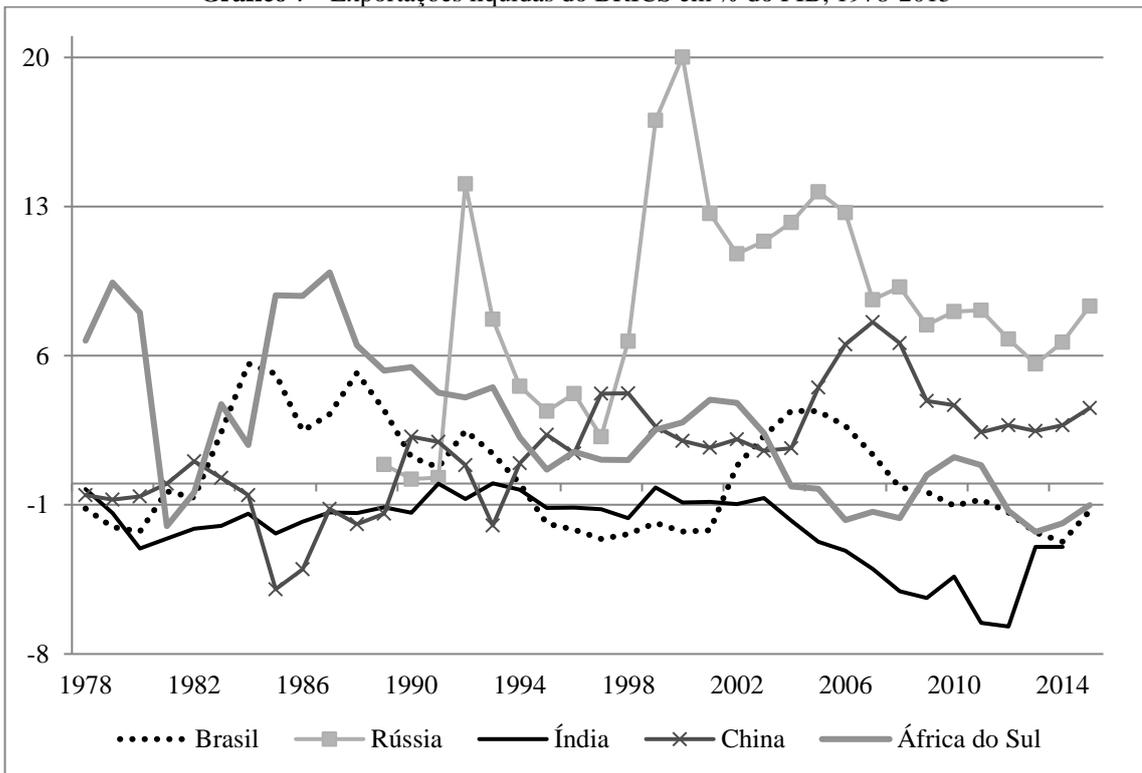
Gráfico 6 - Gastos de consumo final das famílias da China e de outros países/grupos de países em % do PIB, 1978-2015



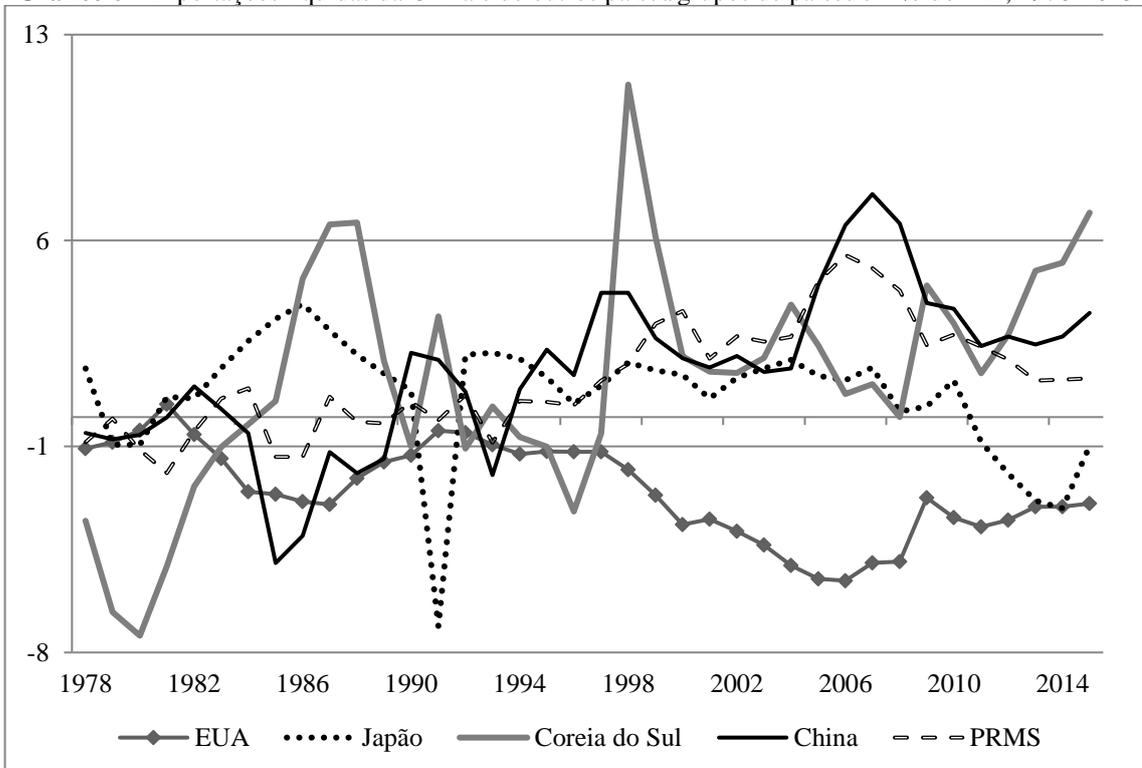
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do World Bank Group (©2016)

As exportações líquidas se tornaram um impulsionador importante do crescimento na década de 2000, notadamente de 2005 até aproximadamente 2008, pois os anos seguintes sentiram os efeitos negativos da CFG (LARDY, 2012). Como sugerem os dados, o país saiu de um pequeno déficit comercial em 1978 e outros mais elevados na segunda metade da década de 1980 e início dos anos 1990 para, a partir de 1994, registrar apenas superávits, principalmente depois de 2005, tendo alcançado a maior participação no PIB em 2007, 7,58% do total, valor inferior apenas ao da Rússia (gráfico 7 e 8). Com esse êxito, o qual foi determinado pela desvalorização do RMB em relação ao dólar, pela adesão do país à OMC e pelo bom desempenho da economia mundial, a contribuição das exportações líquidas para o crescimento econômico da China, saiu de uma média de menos de 5% de 2001 a 2004 para quase 20% de 2005 a 2008 (LARDY, 2012), corroborando a ideia de crescimento impulsionado pelas exportações, como visto no capítulo anterior.

A análise das exportações líquidas encerra a abordagem dos gastos agregados. Dessa forma, como mostra o gráfico 9, o principal impulsionador individual do crescimento chinês tem sido os investimentos, os quais apresentam tendência de queda, o que contrasta com o que se observa com a tendência do consumo privado. Já as exportações ganharam destaque, principalmente, entre 2005 e 2008.

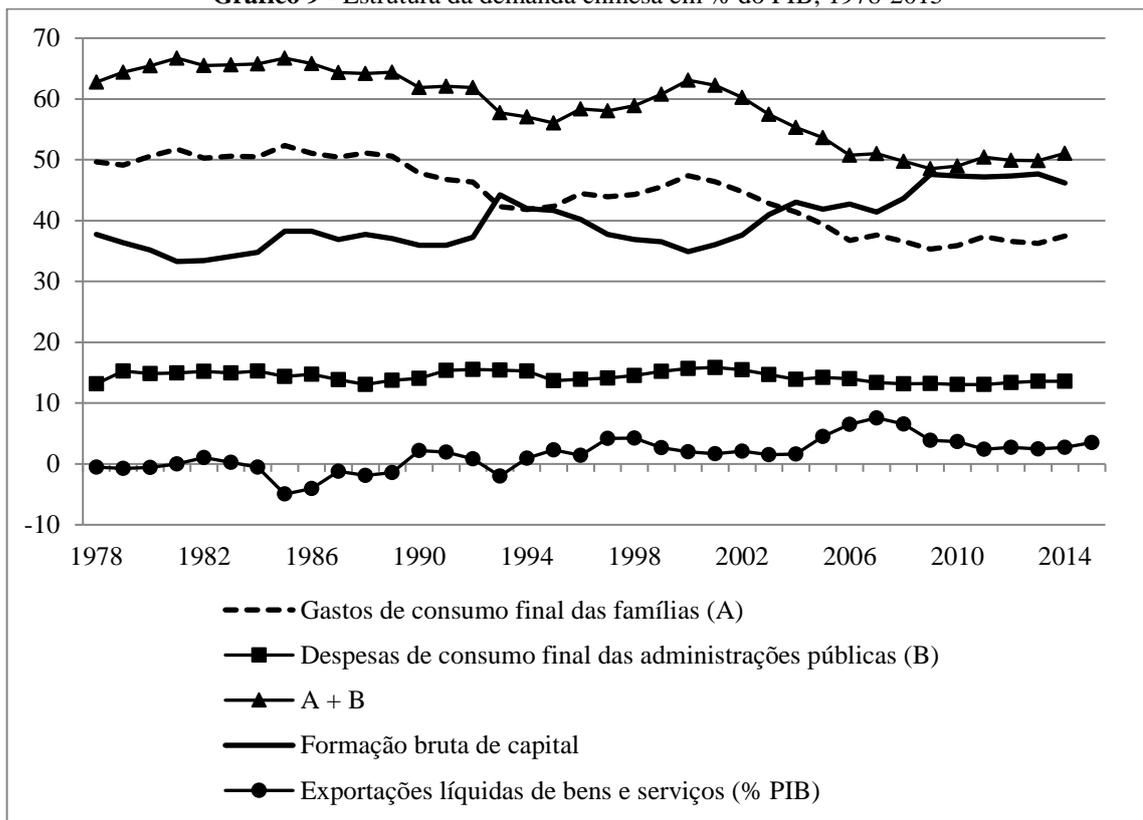
Gráfico 7 - Exportações líquidas do BRICS em % do PIB, 1978-2015

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do World Bank Group (©2016)

Gráfico 8 - Exportações líquidas da China e de outros países/grupos de países em % do PIB, 1978-2015

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do World Bank Group (©2016)

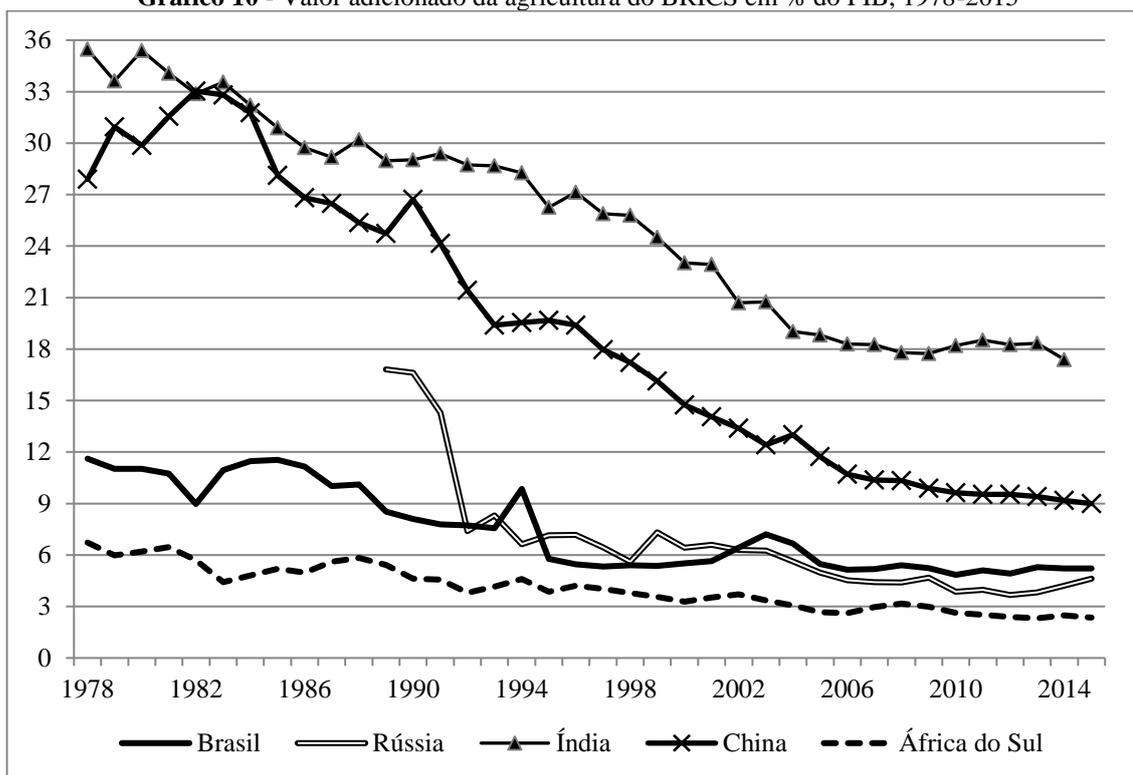
Gráfico 9 - Estrutura da demanda chinesa em % do PIB, 1978-2015



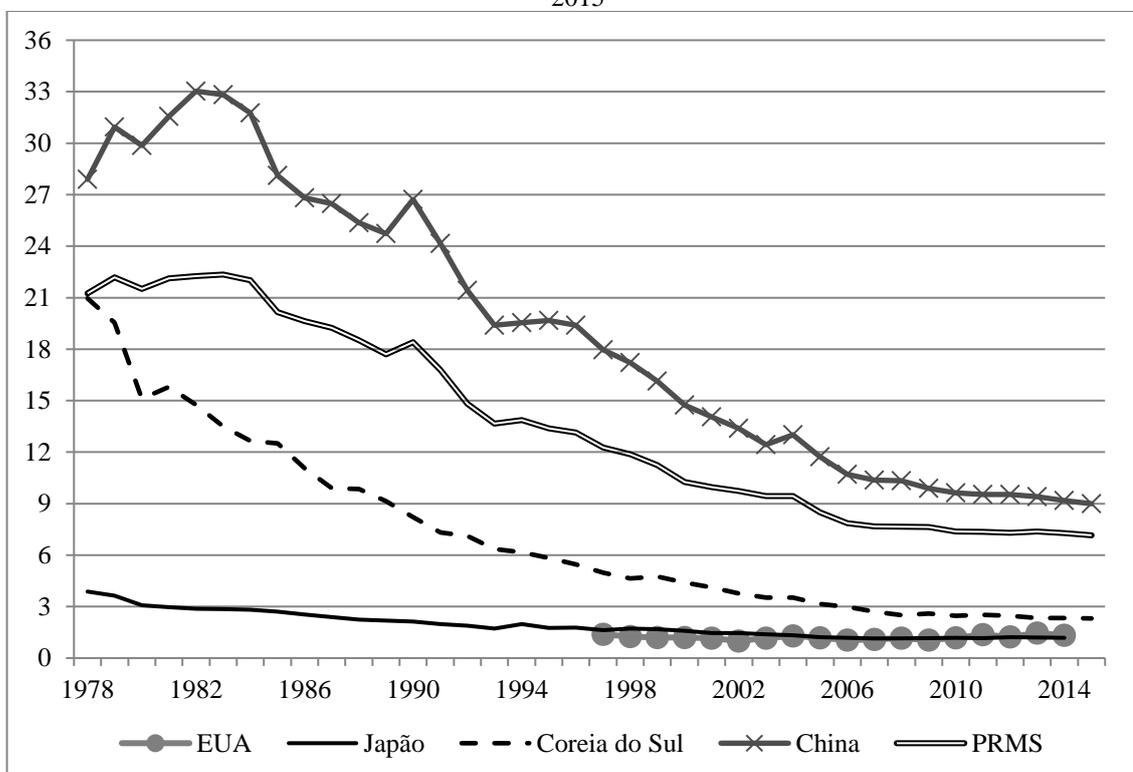
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do World Bank Group (©2016)

A abordagem da estrutura de produção é um meio de verificar o equilíbrio ou o desequilíbrio do crescimento econômico por meio da análise da participação da agricultura, da indústria e dos serviços no PIB, constituindo-se em uma análise do lado da oferta. A partir dessa perspectiva também se identifica o desequilíbrio no modelo de crescimento chinês.

De 1978 ao final da década passada, a agricultura registrou rápido declínio em sua contribuição para o PIB, seguindo o padrão internacional, como visto no capítulo anterior. No início do processo de reforma e abertura a participação era de cerca de 30%, o que passou a mudar a partir de 1985. Em 2001, a relação já era cerca de menos da metade e em 2010 menos de 1/3 do valor de 1978. Mesmo com a redução, atualmente o valor é apenas menor do que o indiano, como se observa nos gráficos 10 e 11.

Gráfico 10 - Valor adicionado da agricultura do BRICS em % do PIB, 1978-2015

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do World Bank Group (©2016)

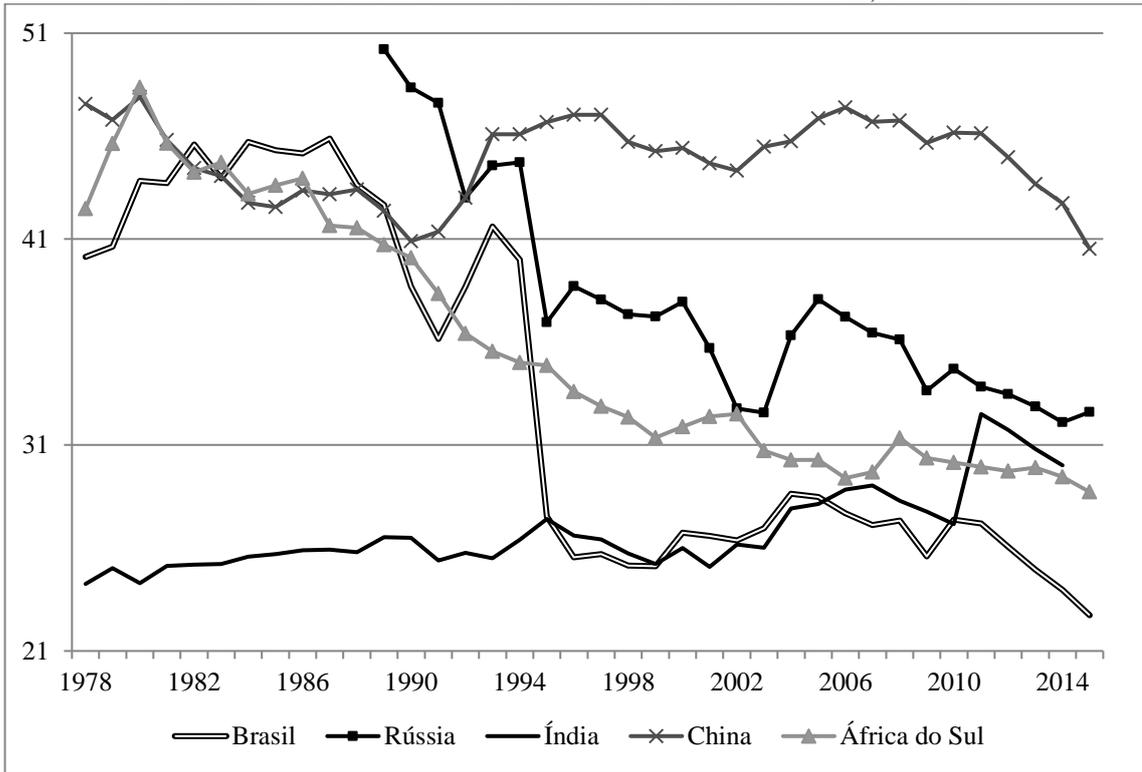
Gráfico 11 - Valor adicionado da agricultura da China e de outros países/grupos de países em % do PIB, 1978-2015

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do World Bank Group (©2016)

Diferentemente da agricultura, o comportamento do setor industrial e do setor de serviços não tem seguido o padrão internacional. Em 1978, a participação da indústria era elevada, cerca de 48% do PIB, como consequência da ênfase dada ao desenvolvimento do setor pelo modelo de economia planejada (LARDY, 2012). A redução verificada do final da década de 1970 ao início da década de 1980 foi provocada pela adoção de um modelo econômico mais voltado para o mercado. No início de 1990, a contribuição da indústria aumentou, em parte refletindo as entradas de IEDs atraídas para produzirem para a exportação (como apontado no próximo capítulo). Entre 1993 e 2002 o valor médio da participação da indústria foi de mais de 46%, muito superior ao valor médio do Brasil, da Rússia, da Índia e da África do Sul, bem como acima da média mundial e dos PRMS (gráficos 12 e 13).

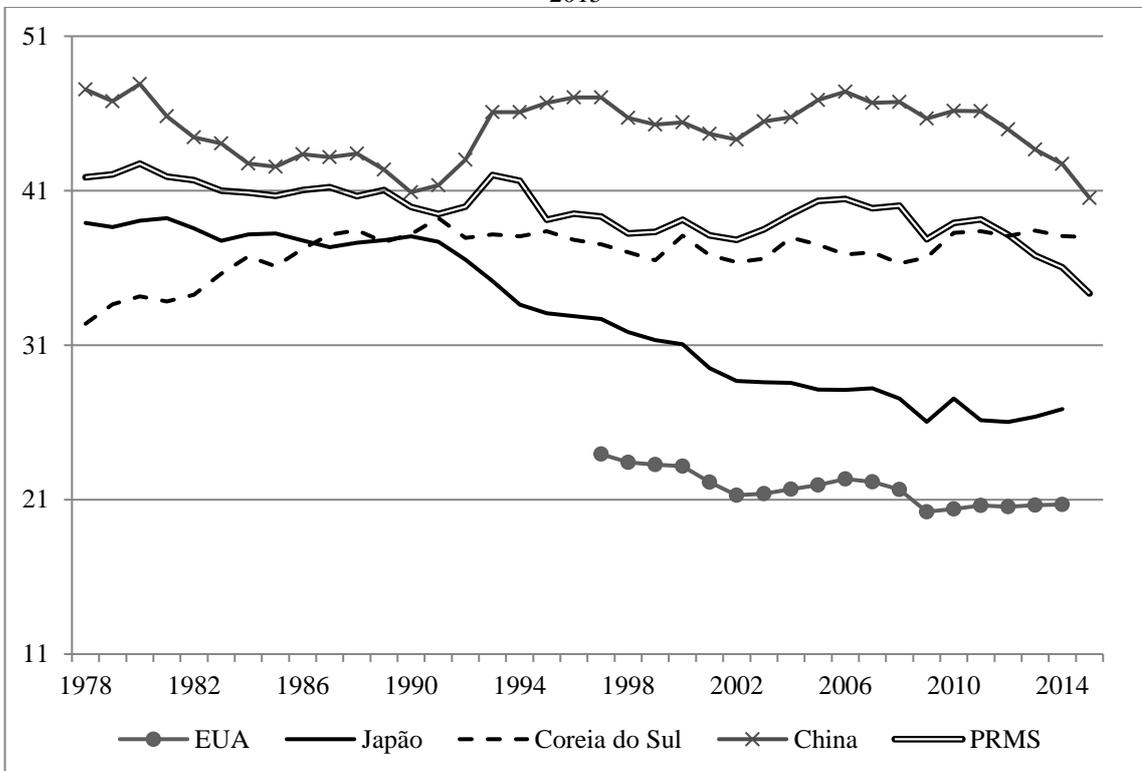
No início da década de 2000, houve outro aumento da participação do setor industrial no PIB, mas a partir de 2006 ela começou a se reduzir. A explicação para o aumento reside na desvalorização do RMB a partir de fevereiro de 2002 causada pela desvalorização do dólar, haja vista o atrelamento da moeda chinesa ao dólar norte-americano, e os preços abaixo do normal de insumos importantes, como capital, terra e energia, que são mais usados pela indústria do que pelo setor de serviços (LARDY, 2012). Ambas as razões beneficiaram a produção de bens comercializáveis e desfavoreceram a de bens não comercializáveis. Como no caso da China a maior parte daqueles é composta por bens manufaturados, mais o setor secundário é beneficiado, o que não é o caso do setor de serviços, dado que produz mais bens não comercializáveis.

Gráfico 12 - Valor adicionado da indústria do BRICS em % do PIB, 1978 - 2015



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do World Bank Group (©2016)

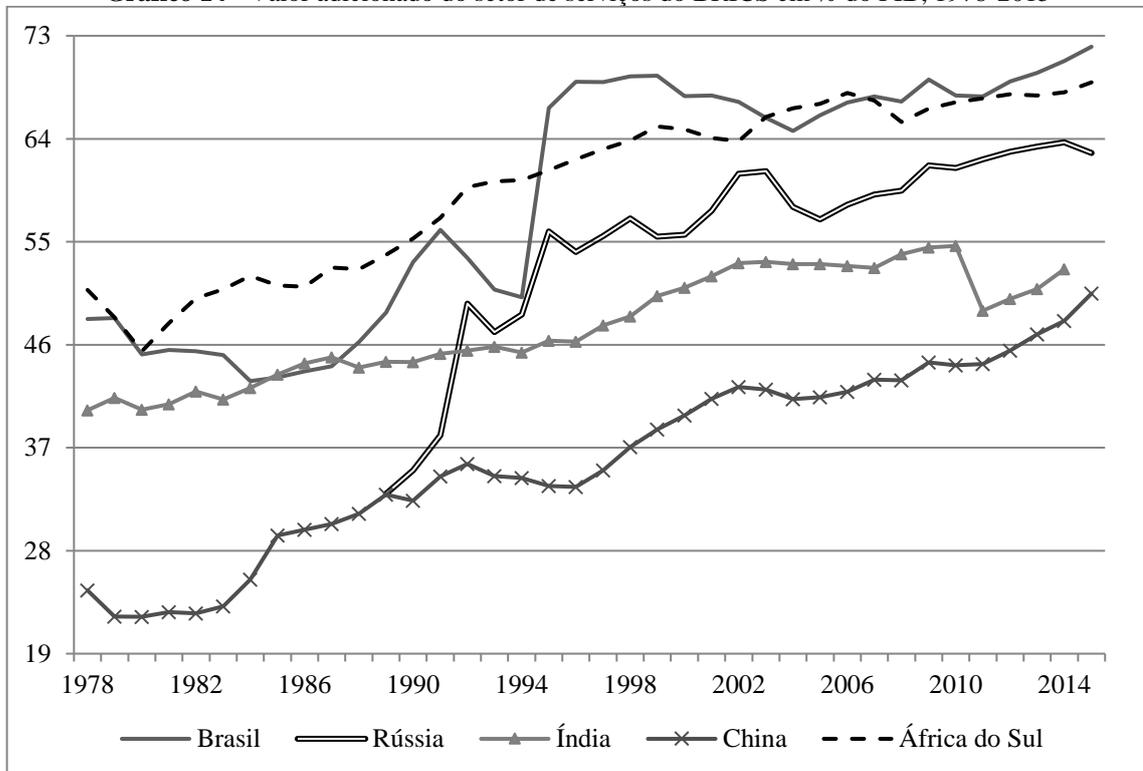
Gráfico 13 - Valor adicionado da indústria da China e de outros países/grupos de países em % do PIB, 1978-2015



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do World Bank Group (©2016)

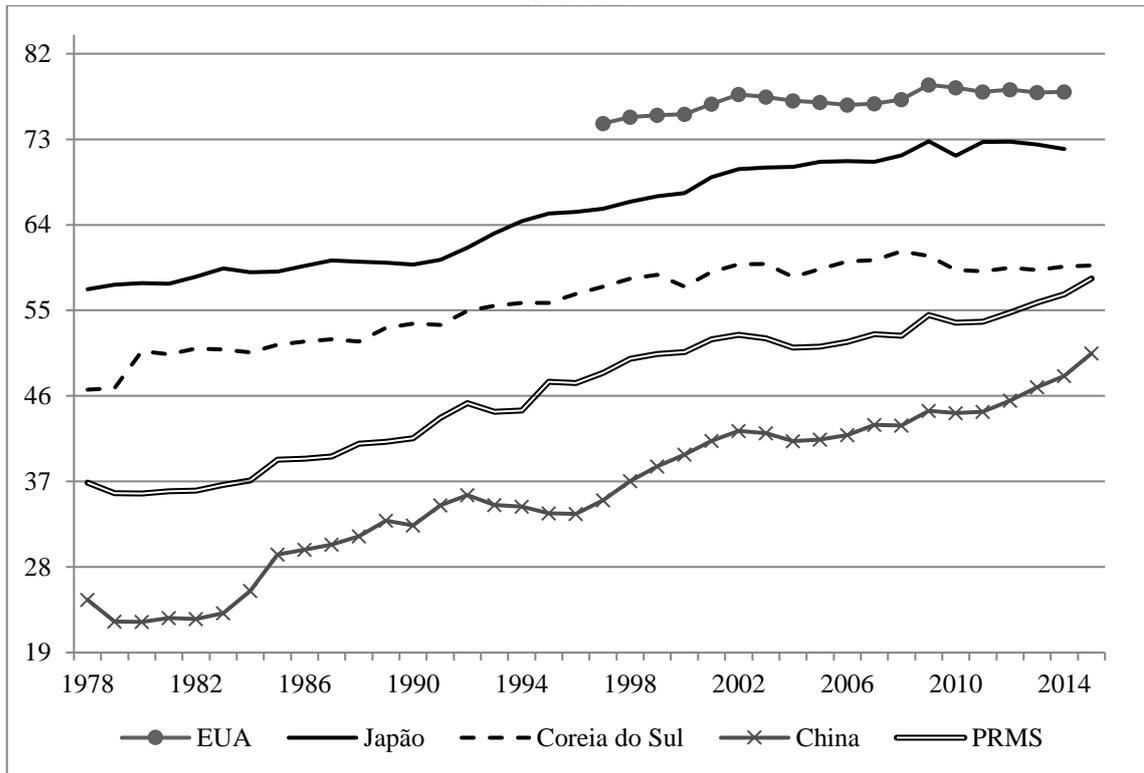
Como visto no capítulo anterior, a participação do setor de serviços na produção chinesa tem estado abaixo do esperado para o nível de desenvolvimento da China, entre outras razões, porque o país foi uma economia socialista e porque ele priorizou o modelo de crescimento baseado na indústria. Em 2014, por exemplo, o valor adicionado do setor como porcentagem do PIB foi o mais baixo quando comparado aos demais países analisados (gráficos 14 e 15). Embora a sua participação seja inferior à registrada por vários outros países, ela aumentou bastante desde 1978. Como resultado, a partir de 2012, a economia chinesa passou a ser impulsionada, primariamente, pelo setor de serviços (gráfico 16), segundo a abordagem da produção.

Gráfico 14 - Valor adicionado do setor de serviços do BRICS em % do PIB, 1978-2015



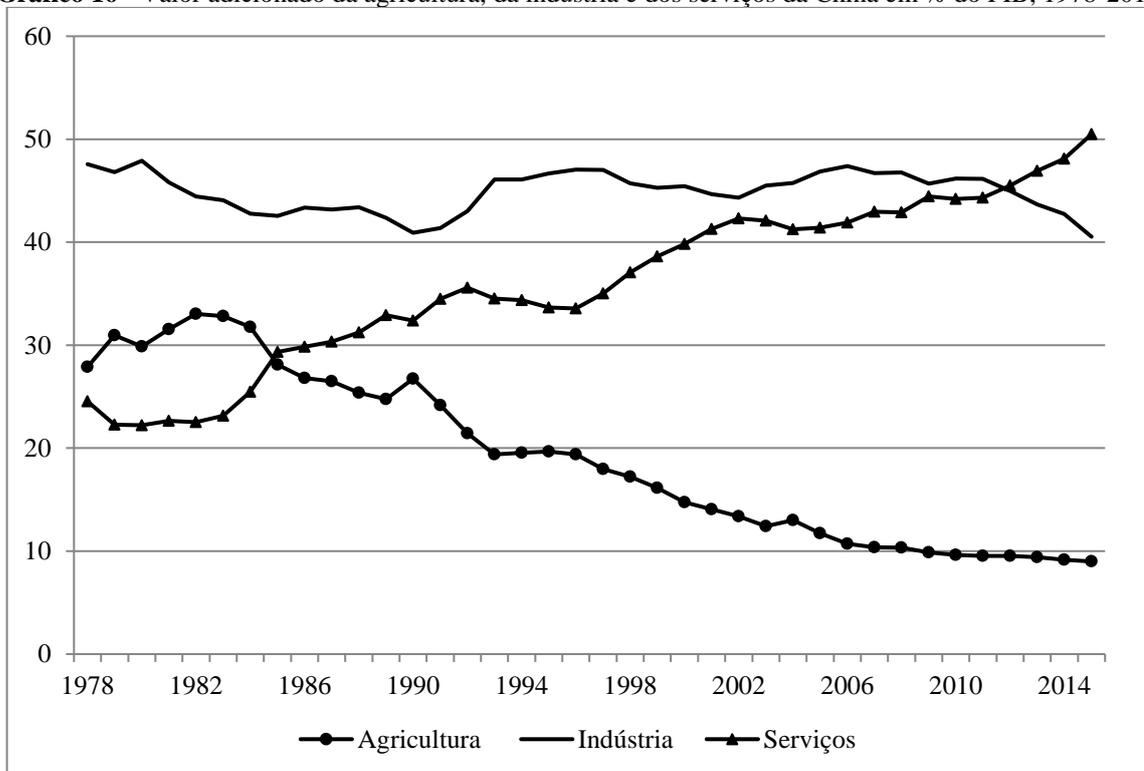
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do World Bank Group (©2016)

Gráfico 15 - Valor adicionado do setor de serviços da China e de outros países/grupos de países em % do PIB, 1978-2015



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do World Bank Group (©2016)

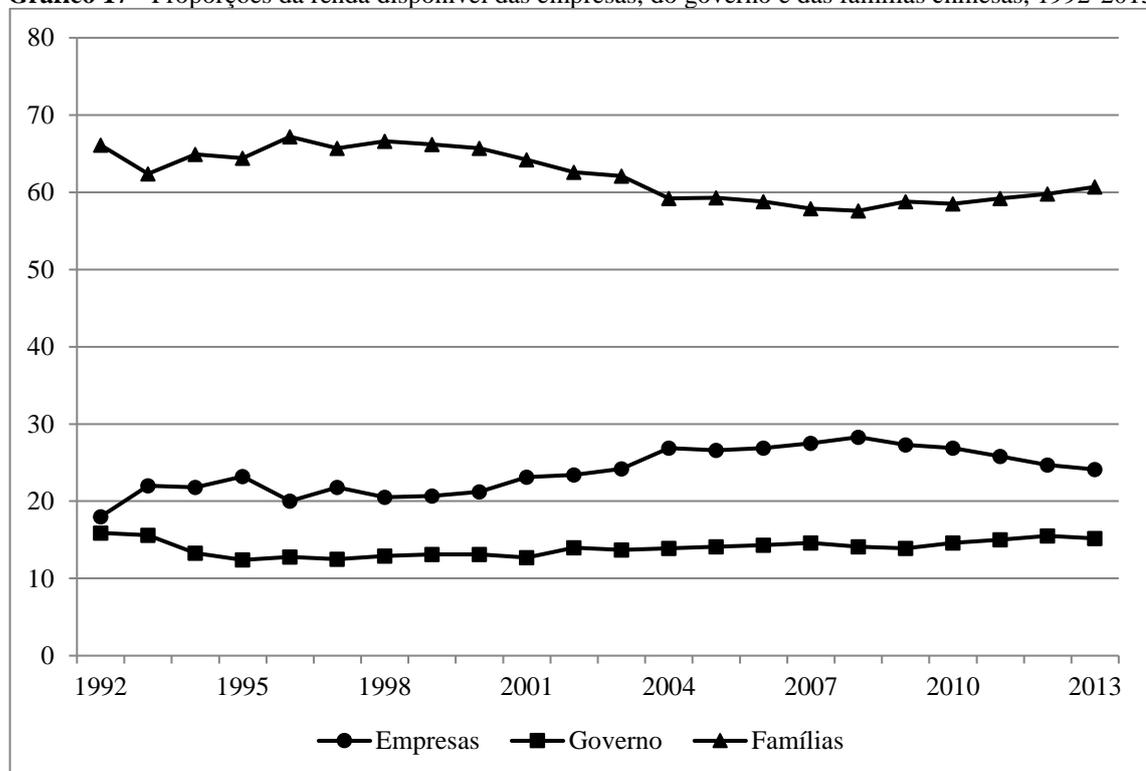
Gráfico 16 - Valor adicionado da agricultura, da indústria e dos serviços da China em % do PIB, 1978-2015



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do World Bank Group (©2016)

A abordagem da renda é a terceira pela qual se pode verificar o desequilíbrio da economia chinesa. Como se observa no gráfico 17, o rendimento disponível das famílias reduziu-se significativamente de 66,1% do PIB em 1992, primeiro ano para o qual se tem dados disponíveis, para 57,7% em 2008, o menor valor registrado na série histórica. Segundo Lardy (2012), cerca de 50% da redução foi causada pela diminuição da participação do salário no PIB, aproximadamente 20% pela queda da renda sobre a propriedade e outros 20% pela diminuição nos pagamentos de transferências líquidas para as famílias. Essa queda da renda disponível das famílias explicou $\frac{3}{4}$ da queda do consumo verificado nos gráficos 5 e 6 acima, e o restante foi causado pelo aumento da poupança das famílias, segundo o autor.

Gráfico 17 - Proporções da renda disponível das empresas, do governo e das famílias chinesas, 1992-2013



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do China Statistical Yearbook (2015)

A quarta e última forma para verificar o desequilíbrio na economia chinesa é por meio da abordagem da poupança e investimentos nacionais. A diferença entre essas duas variáveis equivale ao saldo da conta corrente (SCC). Quando ele for positivo o país apresenta superávit e quando ele for negativo apresenta déficit em conta corrente. Se esses resultados forem excessivos, diz-se que o país apresenta desequilíbrios externos.

Conforme a tabela 4, os SCCs da China foram mais significativos de 2005 a 2010. Nesse período, pode-se afirmar que o país apresentou desequilíbrios externos em termos

superavitários, os quais foram menores apenas do que aqueles registrados pela Rússia em alguns anos e bem diferentes do tipo daqueles registrados pelos EUA. De acordo com Lardy (2012), as maiores fontes para os desequilíbrios externos chineses foram as poupanças das famílias e do governo e, em menor proporção, a poupança do setor empresarial.

Tabela 4 - Saldo em conta corrente da China e de outros países/grupos de países em % do PIB, 1982-2015

	Brasil	Rússia	Índia	China	África do Sul	EUA	Japão	Coreia do Sul	PRMS	Mundo
1982	-6		-1	1	-5	0		-5	-1	-2
1983	-3		-1	1	0	-2		-3	0	-2
1984	0		-1	0	-2	-3		-3	0	-2
1985	0		-2	-5	4	-4		-2	-2	-2
1986	-2		-1	-4	4	-5		3	-2	-2
1987	0		-1	-1	6	-4		6	0	-2
1988	1		-2	-2	3	-2		7	0	-1
1989	9		-1	-1	2	-3		2	0	-2
1990	-1		-2	3	1	-3		-1	0	-2
1991	-1		0	2	1	-1		-2	-1	-3
1992	1		-1	1	2	-1		-1	-1	-3
1993	-1		1	-2	2	-3		0	-1	-2
1994	-3	4	1	1	0	-3		-1	0	-1
1995	-5	3	0	1	-2	-2		-1	0	-1
1996	-5	3	1	0	-1	-2	1	-4	0	0
1997	-6	0	1	4	-1	-2	2	-1	0	0
1998	-7	2	0	3	-2	-2	3	11	0	0
1999	-7	13	0	2	0	-2	3	5	2	0
2000	-6	17	1	1	0	-3	3	1	2	0
2001	-6	11	1	1	0	-2	2	1	1	0
2002	-3	9	1	2	1	-3	3	1	1	0
2003	-2	8	2	2	-1	-4	3	1	2	0
2004	0	10	0	3	-3	-5	4	3	2	0
2005	0	11	-1	5	-3	-5	4	1	4	1
2006	-1	10	-1	7	-4	-4	4	0	5	1
2007	-3	6	-1	9	-5	-5	5	0	4	1
2008	-5	6	-2	8	-6	-5	3	0	4	0
2009	-5	4	-2	4	-3	-3	3	4	1	0
2010	-3	5	-2	4	-1	-3	4	3	2	0
2011	-2	5	-4	2	-2	-3	2	2	1	0
2012	-5	3	-4	3	-5	-2	1	3	0	1
2013	-7	2	-1	2	-6	-1	1	5	-1	1
2014	-5	3	-1	2	-5	-2	0	5	0	0
2015	-3	5			-4	-3	3	7		

Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados do World Bank Group (©2016)

As quatro abordagens de Lardy (2012) identificam a economia chinesa como desequilibrada durante boa parte da década de 2000, sobretudo, no período que se inicia entre 2002-2003 e se estende até 2008-2009. No entanto, as mesmas abordagens indicam que, nos anos subsequentes, os desequilíbrios têm se abrandado e que a China entrou em uma fase de conformação do reequilíbrio/rebalanceamento, resultado de uma série de ações que o governo tem adotado e também da conjuntura internacional, como no caso do menor crescimento das exportações devido ao abrandamento da demanda global por bens e serviços chineses

(WANG, 2014). Isto é, o que se tem denominado de conformação do rebalanceamento é o momento em que a contribuição do consumo das famílias (gráficos 5 e 6) e do setor de serviços (gráfico 14 e 15) para o crescimento tem aumentado, a renda disponível das famílias (gráfico 17) tem se elevado, e o superávit do país em conta corrente tem diminuído (tabela 4).

A fase de maior desequilíbrio impactou a economia mundial de forma distinta de como o momento recente que se conforma tem o potencial de impactar, como se aborda no próximo capítulo. Porém, antes é discutida a evolução do reconhecimento do desequilíbrio pelo governo chinês.

3.2 O RECONHECIMENTO DOS DESEQUILÍBRIOS PELAS AUTORIDADES CHINESAS

Esta seção analisa, principalmente, manifestações oficiais das autoridades chinesas para identificar a partir de quando elas começaram a reconhecer os desequilíbrios da estrutura de crescimento da China e a se preocupar com eles. Observa-se que alguns de seus aspectos já eram conhecidos desde a segunda metade da década de 1990. No entanto, eles se tornaram mais claros, frequentes e preocupantes a partir de meados da década de 2000.

Já há algum tempo que a China tem se preocupado em realizar ajustes em sua estrutura de crescimento. De acordo com 义明(2014), na fase inicial do processo de reforma e abertura, os líderes chineses defenderam a ideia de que o desenvolvimento econômico deveria depender, principalmente, do mercado interno. À época, eles identificaram a necessidade de desenvolver o lado de sua demanda, todavia, acabaram dando mais ênfase ao lado da produção e da oferta, apesar de que o consumo privado também estivesse sendo desenvolvido, mas, como algo derivado. O autor (2014, tradução nossa) assim se referiu ao período:

Na época em que a China ainda estava em uma economia de escassez e a capacidade de mercado ainda era relativamente pequena, o principal problema que nós enfrentamos foi o desenvolvimento. O foco do desenvolvimento do mercado interno estava em como desenvolver a produção para atender às necessidades das pessoas. Nos dois níveis socioeconômicos de produção e consumo, oferta e demanda, nós colocamos mais ênfase no lado da produção e da oferta. Isso estava de acordo com o estágio de desenvolvimento em que nós estávamos na época. Porque, de acordo com a teoria de produção e consumo de Marx, a produção determina o consumo e o consumo contrabalança a produção. O grau de desenvolvimento da produção determina o grau e a maneira de consumir. No geral, a China ainda estava em uma condição de economia de escassez, normalmente quando as mercadorias são produzidas, se não houver problemas com adequação, variedade e qualidade, haverá vendas, haverá mercados. Portanto, no momento do desenvolvimento da produção, o consumo também foi desenvolvido simultaneamente.

Muito embora os líderes chineses tenham enfatizado a sua posição de que desenvolver o mercado interno era o principal meio de alcançar o desenvolvimento econômico, durante a fase inicial do processo de reforma e abertura as suas políticas se concentraram em abrir gradualmente o país ao mercado externo. Conforme 义明 (2014, tradução nossa):

[...], no início da reforma e abertura, Deng Xiaoping e outras gerações mais antigas de revolucionários enfatizaram as suas posições no desenvolvimento com base no mercado doméstico, mas naquela época nossa política se concentrou em abrir o mercado internacional. Porque no período inicial da reforma e abertura, nós tínhamos pouco contato com o mercado mundial. O principal problema que enfrentávamos era de como fazer pleno uso do capital, da tecnologia e da gestão encontrados no mercado internacional para acelerar nossos quatro esforços de modernização. Portanto, no momento em que a escala econômica ainda era muito pequena, nós precisávamos extrair do mercado interno alguns produtos que tinham uma vantagem competitiva internacional para aumentar as exportações, abrir mercados internacionais, trocar divisas e introduzir tecnologias e equipamentos necessários para acelerar o desenvolvimento do nosso país.

Esses direcionamentos dos líderes chineses na primeira fase do processo de reforma e abertura ajudam a entender uma questão importante do desenvolvimento econômico da China: o país realmente seguiu, ao menos inicialmente, o modelo de crescimento gerschenkroniano, como visto no último capítulo. Ele optou por desenvolver o lado da produção e da oferta, tendo usado como um dos meios para tanto o acesso às vantagens do atraso através da abertura ao exterior.

Essa forma de crescimento mais baseada no desenvolvimento da produção e da oferta e as condições da economia internacional foram alguns dos principais responsáveis para, aproximadamente 20 anos após o início do processo de reforma e abertura, os primeiros aspectos dos desequilíbrios começarem a aparecer. De acordo com 义明 (2014, tradução nossa):

Do ponto de vista doméstico, de meados ao fim da década de 1990, após o rápido desenvolvimento de quase 20 anos de reforma e abertura, a situação econômica da China passou por mudanças fundamentais. A oferta e a demanda do mercado mudaram de um mercado de vendedor de longo prazo para um mercado de comprador preliminar. Isso levanta a questão de como resolver o problema da demanda efetiva insuficiente. Se não houver demanda efetiva nem consumo, a produção não pode ser realizada e, portanto, é impossível expandir e reproduzir. Como resultado, surgiu a questão da expansão da demanda doméstica.

A preocupação com os primeiros sinais de desequilíbrios, como o excesso de produção e a demanda efetiva insuficiente, ganhou destaque com a crise financeira asiática de 1997-1998 (CFA). Essa disrupção na economia internacional expôs aos líderes chineses os riscos de

depender do mercado externo, como mostraram os seus prejuízos sobre as exportações. Consequentemente, segundo 义明 (2014, tradução nossa), “[n]o processo de resposta à crise financeira asiática, a expansão da demanda doméstica e do desenvolvimento do mercado interno foram formalmente propostos e gradualmente estabelecidos como uma abordagem estratégica”.

O ex-presidente chinês Jiang Zemin se referiu algumas vezes aos primeiros sinais de desequilíbrios na economia chinesa após a eclosão da CFA. Em 12 de agosto de 1999, falando sobre a reforma e o desenvolvimento das empresas de propriedade estatal (EPEs), ele reconheceu que um dos principais motivos para elas estarem enfrentando dificuldades era o seu excesso de capacidade. Ele expôs que “[u]ma razão importante para muitas empresas estarem em dificuldade é que elas têm excesso de capacidade de produção resultante de um longo período de construção irracional e redundante” (ZEMIN, 2012, p. 368, tradução nossa). Esse excesso de capacidade poderia não ser relevante se as EPEs não fossem, à época (e ainda continuam sendo), um importante componente da economia chinesa. Por exemplo, em 1998, elas responderam por 39,2% de todas as empresas industriais, 49,6% da produção industrial bruta, 68,8% do total de ativos industriais e 60,5% do emprego (GANG; HOPE, 2013).

Em 15 de novembro do mesmo ano, em discurso proferido em uma conferência central de trabalho econômico, referindo-se especificamente à reestruturação da economia e à promoção da otimização e do aperfeiçoamento industrial, o ex-presidente disse que

Ajustar e otimizar a estrutura econômica é uma medida fundamental para estimular o desenvolvimento econômico e aumentar a qualidade dos benefícios do crescimento econômico. Cada vez que nós aperfeiçoamos a estrutura econômica, nosso desenvolvimento econômico alcança um novo nível. Essa é a regra do desenvolvimento econômico. Os problemas fundamentais enfrentados atualmente pela nossa economia são a natureza irracional de nossa estrutura econômica e o ritmo lento da reestruturação econômica. Baseado na situação de desenvolvimento econômico da China e na aceleração do desenvolvimento científico e tecnológico global e de reestruturação econômica internacional, nós devemos executar uma reestruturação estratégica da economia da China. Se nós falharmos em fazer isso, será difícil para transformar fundamentalmente nosso sistema econômico e o padrão de crescimento econômico e para manter uma posição favorável em meio à competição internacional cada vez mais intensiva no século XXI. É desta perspectiva que nós precisamos estar cientes da importância e urgência da reestruturação econômica. Domesticamente, nós temos excesso de capacidade de produção e amplos bens e materiais, que criam condições favoráveis. Internacionalmente, a reestruturação e o aperfeiçoamento mundial concedem-nos uma oportunidade. Nós precisamos fazer a reestruturação econômica o principal foco de nosso trabalho econômico no próximo ano e pelo período à frente, acelerar a reestruturação no curso do desenvolvimento e usar a reestruturação para promover o desenvolvimento (ZEMIN, 2012, p. 424, tradução nossa).

Nesse mesmo discurso, Zemin (2012, p. 425-426, tradução nossa), ao esclarecer a abordagem básica para a reestruturação industrial chinesa, indicou que é preciso melhorar a indústria secundária, entre outras razões, porque ela apresentava excesso de capacidade produtiva, e desenvolver a indústria terciária, haja vista o seu estado de subdesenvolvimento e os ganhos que ela pode entregar a economia:

A continuação da reestruturação industrial, de modo que as indústrias primária, secundária e terciária se estimulem mutuamente e alcancem um desenvolvimento equilibrado, é uma questão importante que deve ser resolvida para manter um desenvolvimento econômico sustentado, rápido e sólido. Fortalecer as indústrias primárias, melhorar as indústrias secundárias e desenvolver as indústrias terciárias é a nossa abordagem básica para a reestruturação industrial no próximo período. Nós precisamos estabilizar e fortalecer a agricultura como a base da economia nacional. [...]. Nós precisamos acelerar a reestruturação industrial e promover a modernização industrial. Nos últimos anos, nós fizemos progressos iniciais na reestruturação das indústrias de carvão, têxtil, petroquímica e metalúrgica, mas persistem os graves problemas das empresas grandes e pequenas que tentam ser totalmente abrangentes, assim como a construção redundante e de baixa qualidade. Além disso, a transformação e a modernização das indústrias tradicionais estão ocorrendo muito lentamente, e a reestruturação industrial é uma tarefa extremamente árdua. Nós devemos acelerar a atualização tecnológica das antigas bases industriais e das indústrias tradicionais, eliminar instalações e tecnologias ultrapassadas, reduzir o excesso de capacidade de produção, desenvolver ativamente indústrias emergentes e de alta tecnologia, informatizar a economia nacional e cultivar novas áreas do crescimento econômico. Desenvolver indústrias terciárias revigorará a economia, aumentará o emprego e melhorará a qualidade de vida das pessoas; portanto, deve ser uma alta prioridade. Nossas indústrias terciárias representam uma proporção menor da economia nacional do que nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. [...].

Zemin (2012), ainda no mesmo discurso, admite que a demanda efetiva insuficiente era o principal problema econômico enfrentado naquele momento pela China e que a solução era o desenvolvimento de seu mercado doméstico, entre outros meios, via aumento do consumo privado. Segundo o ex-presidente:

O desenvolvimento é a chave para resolver todos os problemas que enfrentamos. O desenvolvimento continuado é o ponto crucial para impulsionar a demanda doméstica e seguir uma política fiscal proativa. Nós devemos reconhecer que a demanda insuficiente é o principal problema na situação econômica atual de nosso país e, sem um sólido crescimento, as empresas enfrentarão maiores dificuldades, a pressão do emprego aumentará e mais problemas que afetam a estabilidade social surgirão. Nós precisamos entender e resolver esse problema principal para promover o desenvolvimento geral. Nós temos de perceber que a China é um país em desenvolvimento, a nossa infraestrutura e os níveis científicos e educacionais estão comparativamente atrasados, os gastos dos consumidores são relativamente baixos e é extremamente difícil para nós acelerarmos o desenvolvimento. A China precisa manter um certo ritmo de desenvolvimento e, claro, deve ser um desenvolvimento efetivo e não simplesmente embelezado. Nós também precisamos perceber que a China tem um mercado de mais de 1,2 bilhão de pessoas, então ela possui um enorme potencial de crescimento e é inteiramente possível para nós mantermos um crescimento econômico relativamente rápido por um período relativamente longo de

tempo. Como tal, independentemente de estarmos tentando superar dificuldades práticas em nossa situação econômica atual ou focalizando o desenvolvimento de longo prazo no próximo século, nós temos as exigências e as condições para basear nosso desenvolvimento econômico principalmente no mercado interno; implementar um princípio de desenvolvimento que prima pela promoção da demanda interna; implementar uma política econômica de desenvolvimento econômico sustentado, rápido e sólido; e controlar a orientação e a intensidade do controle macro. No ano que vem, continuaremos implementando todas as políticas e medidas para impulsionar a demanda doméstica, combinando-as com a reestruturação econômica, estimulando o progresso científico e tecnológico e promovendo a abertura para elevar a qualidade e o retorno das operações econômicas a um novo patamar (ZEMIN, 2012, p. 421-422, tradução nossa).

As implicações da CFA e as preocupações dos líderes chineses com os primeiros sinais dos desequilíbrios tiveram efeitos práticos. Como se pôde observar na seção anterior, os gastos de consumo final das famílias chinesas cresceram no período de 1997-2000, saindo de 43,9% para 47,4% do PIB.

Os indícios supramencionados sugerem que os líderes chineses passaram a se preocupar mais com o consumo privado no final da década de 1990. Todavia, a sua predileção continuou sendo pelos investimentos, muito provavelmente porque a forma como o país crescia continuava entregando resultados positivos, havia grupos de interesses que a defendia e os efeitos da CFA foram se dissipando. Tudo isso contribuiu para a FBCF voltar a crescer.

No século atual, as preocupações com os desequilíbrios se tornaram mais objetivas e frequentes, principalmente a partir de meados da década de 2000. Em 2002, no relatório entregue ao 16º Congresso Nacional do PCC, Zemin foi claro sobre a necessidade de ajustar a relação entre investimento e consumo. De acordo com ele:

[...]. Estimular a demanda doméstica é um fator essencial e de longa data subjacente ao crescimento econômico da China. Nós devemos nos ater à política de estimular a demanda doméstica e implementar as políticas macroeconômicas correspondentes à luz das necessidades reais. Nós devemos ajustar a relação entre investimento e consumo para elevar gradualmente a proporção do consumo no PIB. [...] (ZEMIN, 2002, tradução nossa).

Em dezembro de 2004, durante a Conferência Central de Trabalho Econômico, Hu Jintao, o sucessor de Jiang Zemin, indicou que um dos objetivos do plano de trabalho chinês para o ano de 2005 era “[...] promover o ajustamento estrutural e promover a transformação do modo de crescimento econômico” (JINTAO, 2004, tradução nossa). Nesse sentido, ele propôs:

[...] controlar a escala global do investimento em ativos fixos; otimizar a estrutura de investimento e fazer reajuste entre investimento e consumo; aderir ao caminho do desenvolvimento da nova industrialização; acelerar a reestruturação econômica e a

transformação do padrão de crescimento (PEOPLE'S DAILY ONLINE, 2004, tradução nossa).

No final de 2005, através do 11º PQ, a China indicou a necessidade de mudar o foco do país de promover o crescimento econômico a qualquer custo para promovê-lo em bases mais sustentáveis, tanto do ponto de vista ambiental quanto do ponto de vista de seus impulsionadores. Nesse momento, no país ganhava força a ideia de que a

[b]usca cega de crescimento econômico conduziu ao investimento cego, aos danos ambientais e as falsas estatísticas. Os timoneiros do país estão preocupados que sem alterar o conceito de crescimento da China a economia possa desenvolver uma estrutura desequilibrada com a falta de poder impulsionador (BEIJING TODAY, 2005, p.3, tradução nossa).

Como reflexo desse ponto de virada, as referências aos desequilíbrios cresceram. O próprio 11º PQ destacou a necessidade de “[e]xpandir ainda mais a demanda doméstica, ajustar a relação entre investimento e consumo, e aumentar o papel do consumo para o crescimento econômico” (中国人大, 2005, tradução nossa).

No dia 16 de março de 2007, durante uma conferência de imprensa, Wen Jiabao declarou que o desenvolvimento do país era instável, desequilibrado, descoordenado e insustentável. Como ele próprio afirmou:

A economia da China manteve um crescimento rápido, mas constante nos últimos anos. No entanto, isso não dá motivos para complacência, nem no passado, nem agora, nem no futuro. Minha mente está focada nos desafios urgentes. "Um país que parece pacífico e estável pode encontrar crises inesperadas." Existem problemas estruturais na economia da China que causam o desenvolvimento instável, desequilibrado, descoordenado e insustentável. O desenvolvimento instável significa investimento superaquecido, bem como fornecimento excessivo de crédito e de liquidez e superávit em comércio exterior e em pagamentos internacionais. O desenvolvimento desequilibrado significa desenvolvimento desigual entre as áreas urbanas e rurais, entre as diferentes regiões e entre o desenvolvimento econômico e social. O desenvolvimento descoordenado significa que há falta de equilíbrio adequado entre os setores primário, secundário e terciário e entre o investimento e o consumo. O crescimento econômico é impulsionado principalmente pelo investimento e pela exportação. O desenvolvimento insustentável significa que não fizemos bem na conservação de energia e de recursos e na proteção do meio ambiente. Todos estes são problemas urgentes que enfrentamos e que exigem esforços de longo prazo para resolver (JIABAO, 2007, tradução nossa).

Eu disse que a economia da China tem tido um crescimento rápido, mas constante durante anos. Podemos sustentar esta dinâmica? Em primeiro lugar, as condições existem. A condição mais importante é que temos um ambiente internacional pacífico bastante longo que nos permite concentrar no desenvolvimento econômico. Em segundo lugar, temos um mercado interno com um enorme potencial. No entanto, a chave para manter a dinâmica do crescimento econômico da China reside na nossa capacidade de perseguir as políticas certas. Nós vamos continuar expandindo a demanda doméstica, especialmente o consumo. Nós vamos avançar

com a reforma e a abertura para remover os obstáculos institucionais e estruturais e melhorar o conhecimento e a tecnologia baseada na inovação. Tudo isso estabelecerá uma base sólida para assegurar o crescimento econômico. Vamos promover a economia de energia e de recursos e a redução da emissão de poluentes para tornar o crescimento econômico sustentável. A tarefa é difícil, mas estamos confiantes de que podemos realizá-lo (JIABAO, 2007, tradução nossa).

Em 15 de outubro de 2007, no relatório entregue no 17º Congresso Nacional do PCC, Jintao expressou que:

[...]. O padrão de desenvolvimento será significativamente transformado. Nós vamos quadruplicar o PIB per capita do ano 2000 até 2020, otimizando a estrutura econômica e melhorando o retorno econômico, reduzindo o consumo de recursos e protegendo o meio ambiente. A economia de mercado socialista será melhorada. Aumentaremos muito nossa capacidade de inovação independente, permitindo que o avanço científico e tecnológico contribua muito mais para o crescimento econômico e torne a China um país inovador. A proporção do consumo em relação ao PIB aumentará de forma constante e o consumo, o investimento e as exportações serão coordenados para impulsionar o crescimento econômico. [...] (JINTAO, 2007, tradução nossa).

Acelerar a transformação do modo de desenvolvimento econômico e promover a modernização da estrutura industrial. Esta é uma tarefa estratégica urgente e vital para a economia nacional como um todo. Nós devemos manter o novo caminho de industrialização com características chinesas, perseguir a política de impulsionar a demanda doméstica, particularmente a demanda do consumidor, e impulsionar três transições no modo de crescimento econômico: a transição de depender principalmente de investimento e exportação para depender de uma combinação bem coordenada de consumo, investimento e exportação, a transição da indústria secundária servindo como a principal força motriz para as indústrias primária, secundária e terciária impulsionando conjuntamente o crescimento econômico, e a transição de depender fortemente do aumento do consumo de recursos materiais para depender principalmente da ciência e tecnologia, da melhoria na qualidade da força de trabalho e da inovação na gestão. Nós desenvolveremos um sistema industrial moderno, integraremos a aplicação de TI à industrialização, impulsionaremos nossas grandes indústrias para que se fortaleçam, revigorem a indústria de fabricação de equipamentos e eliminem as capacidades de produção desatualizadas. Nós vamos atualizar as indústrias de nova e de alta tecnologia e desenvolver as indústrias de informação, biotecnologia, novos materiais, aeroespacial, marinha e outras. Nós vamos desenvolver a indústria de serviços modernos e elevar o nível do setor de serviços e sua participação na economia. [...] (JINTAO, 2007, tradução nossa).

Com a CFG, a preocupação com os desequilíbrios cresceu ainda mais, muito embora o próprio governo tenha aumentado os investimentos, o que seria contraditório a não ser pelo fato de que era preciso permanecer crescendo para evitar instabilidade social. O 12º PQ, que no momento da eclosão da crise estava sendo preparado, é bem ilustrativo nesse sentido. Conforme ele:

Internamente, a industrialização, a informatização, a urbanização, a mercantilização e a internacionalização estão experimentando um desenvolvimento profundo. A renda nacional per capita aumentou de forma constante. A transformação da estrutura econômica acelerou. Existe um enorme potencial para as demandas do

mercado. O suprimento de capital é abundante. Os níveis gerais de ciência e tecnologia e de educação aumentaram. A qualidade da força de trabalho testemunha melhoria. A construção de infraestrutura está melhorando dia a dia. A vitalidade do sistema melhorou significativamente. A capacidade do governo de exercer macrorregulação e controle e de lidar com situações complexas aumentou significativamente. Nós conseguimos manter a estabilidade na situação social geral. Nós temos completas condições de alcançar novos patamares na promoção do desenvolvimento econômico e social e na força nacional geral. Ao mesmo tempo, nós devemos estar conscientes do fato de que os problemas de falta de equilíbrio, falta de coordenação e falta de sustentabilidade no desenvolvimento da China permanecem proeminentes. Eles se manifestam principalmente no fortalecimento das restrições do ambiente de recursos no crescimento econômico; na falta de equilíbrio entre investimento e consumo; nas grandes lacunas na distribuição de renda; nas fracas capacidades de inovação em ciência e tecnologia; no mix industrial irracional; na fundação agrícola fraca; na falta de coordenação entre o desenvolvimento urbano e rural; na coexistência da pressão do montante total de emprego e da contradição estrutural; na intensificação da pressão do aumento dos preços das commodities; no aumento acentuado das contradições sociais; e ainda existem muitos obstáculos estruturais e de mecanismo que restringem o desenvolvimento científico. Nós devemos fazer uma avaliação científica e entender corretamente as tendências de desenvolvimento, fazer o pleno uso de várias condições vantajosas, acelerar o ritmo de resolução de contradições e problemas proeminentes, e concentrar os esforços na boa execução dos nossos assuntos (CHINESE NATIONAL PEOPLE'S CONGRESS, 2011, p. 5-6, tradução nossa).

Esse mesmo plano já refletia as implicações dos desequilíbrios (CHINESE NATIONAL PEOPLE'S CONGRESS, 2011). O primeiro objetivo do plano destacou a busca de crescimento médio anual do PIB de 7% (tabela 5). Essa taxa de crescimento foi menor do que a almejada no plano anterior, indicando que o país já sentia os efeitos do que Lardy (2006) chamou de modelo extensivo de crescimento.

Tabela 5 - Indicadores socioeconômicos do 10º, do 11º e do 12º planos quinquenais

Indicador	10º PQ (2001-2005)	11º PQ (2006 - 2010)	12º PQ (2011-2015)
Taxa de crescimento anual do PIB	7%	7,50%	7%
Crescimento da contribuição do setor de serviços para o PIB	36%	De 40,3% para 43,3%	De 43% para 47%

Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados do 中国人大 (2001, 2005) e do Chinese National People's Congress (2011).

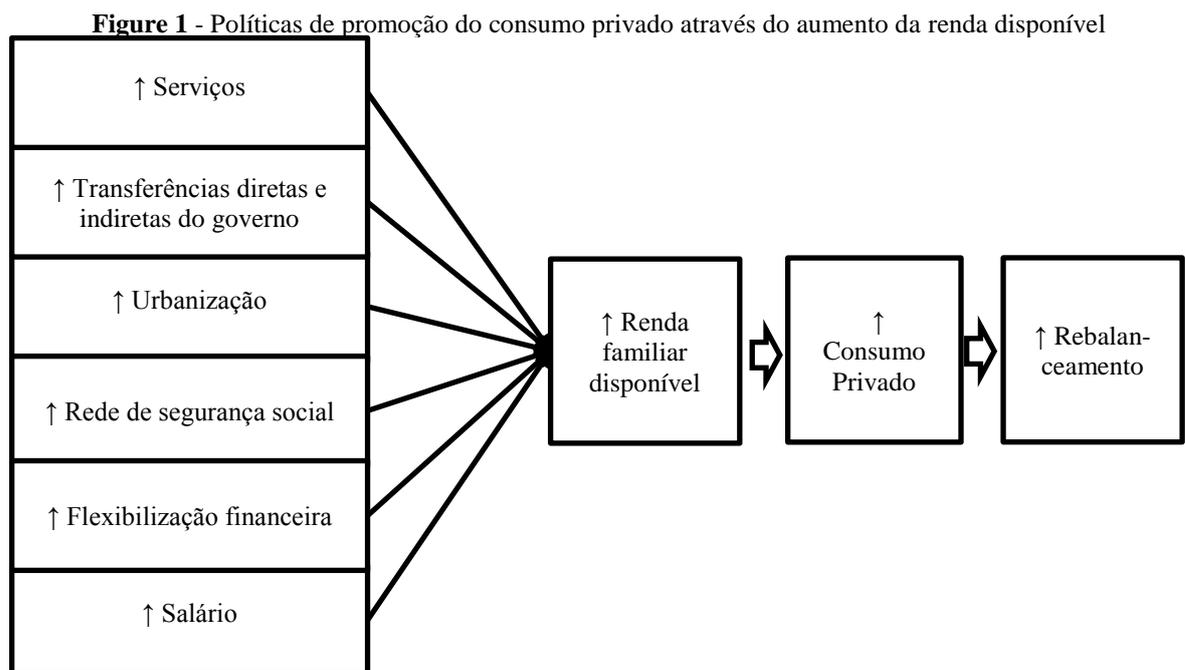
A tabela 5 também lança luz sobre o esforço do governo chinês em desenvolver o setor de serviços. Como se observa, nos três PQs adotados de 2001 a 2015, período em que essa pesquisa se concentra, as autoridades chinesas buscaram elevar a sua contribuição para o crescimento econômico do país.

Igualmente, nesses planos, ao mesmo tempo em que as autoridades chinesas reconhecem os desequilíbrios, elas indicam quais as medidas que devem ser adotadas para corrigi-los. Nesse sentido, a segunda orientação política do 12º PQ (“Estabelecer um

mecanismo de longo prazo para expandir a demanda de consumo”) é esclarecedora ao funcionar como um guia das medidas utilizadas para elevar o consumo, como se segue:

Nós faremos a expansão da demanda de consumo como uma estratégia fundamental para aumentar a demanda interna, e promover a urbanização através de medidas agressivas e constantes. Nós implementaremos a estratégia de dar prioridade à criação de novos postos de trabalho, ao aprofundamento da reforma do sistema de distribuição de renda, ao sistema de proteção social perfeito e criaremos um excelente ambiente de consumo. Haverá aumento do poder de consumo dos cidadãos, melhoria das expectativas de consumo dos cidadãos, promoção da modernização da estrutura de consumo, ainda o desbloqueio do potencial de consumo dos cidadãos urbanos e rurais, de modo a conduzir gradualmente a escala global do mercado interno do nosso país ao topo do mundo (CHINESE NATIONAL PEOPLE'S CONGRESS, 2011, p. 7, tradução nossa).

Para se elevar a contribuição do consumo em relação ao PIB, tem sido necessário aumentar a renda disponível das famílias. Para tanto, vários meios têm sido utilizados, sendo que entre os principais estão a promoção da urbanização, do setor de serviços, da ampliação e da melhoria da rede de segurança social, das transferências diretas e indiretas do governo, da flexibilização financeira (maior liberalização do câmbio e da taxa de depósito das poupanças, diminuição ou eliminação do controle de preços de ativos importantes para a produção de bens comercializáveis, como energia, etc.) e do aumento salarial, como vistos no capítulo anterior e esquematicamente representados na figura 1:



Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Cabe ainda destacar que existem obstáculos à implementação dessas ações, os quais têm atrasado o processo de rebalanceamento. Há no país grupos de interesses, como exportadores, o setor imobiliário e de construção, os bancos comerciais e etc., que se beneficiam do modelo extensivo de crescimento e têm impedido que medidas mais drásticas sejam tomadas para reequilibrar a economia com intuito de não perderem benefícios e manterem seus respectivos *status quo* (LARDY, 2012; PETTIS, 2013; WANG, 2014).

O caso dos exportadores é ilustrativo. Eles compreendem um dos grupos mais beneficiados com o modelo de crescimento chinês, pois têm sido favorecidos por inúmeras políticas que visam à promoção das exportações, como por exemplo, a desvalorização artificial do RMB em relação ao dólar americano. Nesse sentido, quando o governo chinês tenta conferir maior papel às forças do mercado na determinação da taxa de câmbio, podendo levar a valorização da moeda chinesa, esse grupo exerce a sua influência política para impedir a ação ou o seu sucesso.

Há também grupos que fazem parte do próprio governo central, como empresas estatais, o Ministério do Comércio (em inglês, lê-se: Ministry of Commerce - MOFCOM), a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (em inglês, lê-se: National Development and Reform Commission - NDRC), e governos locais que fazem oposição às políticas de rebalanceamento (LARDY, 2012; LI; LI; RIETVELD, 2015). O MOFCOM e a NDRC a fazem por receio de perderem prestígio dentro do próprio governo, à medida que políticas relacionadas ao crescimento desequilibrado estão entre as suas funções e agora estão ameaçadas de desaparecerem. Já as empresas estatais resistem, entre outras razões, por não aceitarem repassar parte dos lucros para o governo para que ela seja usada em políticas sociais, por exemplo. No caso dos governos locais, alguns deles têm feito oposição porque, para além de perderem benefícios como todos os outros grupos supramencionados, não aceitam a adoção de políticas governamentais centrais sem a sua anuência (LI; LI; RIETVELD, 2015).

Esses grupos não conformam necessariamente corpos exclusivos. É comum eles se unirem com o objetivo coletivo de preservarem benefícios, como, por exemplo, quando exportadores e o MOFCOM se unem para coibir políticas que frustram os seus interesses (LARDY, 2012).

3.3 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O capítulo objetivou caracterizar os desequilíbrios e a conformação do rebalanceamento dos impulsionadores do crescimento chinês. Como se verificou, a partir das

quatro abordagens propostas por Lardy (2012), o país cresceu de forma desequilibrada, principalmente, de 2002-2003 a 2008-2009, período em que se observou a sua alta dependência dos investimentos, das exportações e da indústria. Essa estrutura passou a mostrar sinais de que não podia continuar, entre outras razões, devido à restrição do investimento com dívida.

As mesmas abordagens também indicaram que, a partir do final da década de 2000, a China entrou em uma fase de conformação do rebalanceamento. Desde 2009, verifica-se a tendência de aumento do consumo privado como percentagem do PIB e desde 2012 o principal setor produtivo do país tem sido o setor de serviços.

Quanto ao reconhecimento dos desequilíbrios pelas autoridades da China, pôde-se notar que elas já identificavam os seus primeiros sinais no final da década de 1990. Porém, esse reconhecimento ganhou destaque no século atual, principalmente a partir de meados da década de 2000.

4 DESEQUILÍBRIO *VERSUS* REBALANCEAMENTO: QUAIS OS IMPACTOS PARA A ECONOMIA MUNDIAL?

A forma como a China cresce impacta a economia mundial. Este capítulo objetiva identificar como isso acontece. Ele começa detectando as implicações gerais do modelo de crescimento desequilibrado, as quais resultam do rápido crescimento chinês baseado nos investimentos, nas exportações e na produção industrial.

Em seguida, ele busca identificar as implicações gerais do rebalanceamento em estágio de conformação. Sugere-se que elas advenham do aumento da contribuição do consumo privado e do setor de serviços para o PIB da China, assim como do menor crescimento econômico do país.

Finaliza-se o capítulo apresentando evidências dos efeitos de ambas as formas de crescimento tanto sobre as importações de bens e de serviços realizadas pela China quanto sobre as entradas de IEDs no país. Destaca-se que os efeitos identificados poderiam ser maiores caso as restrições sobre esses fluxos impostas pelos chineses fossem menores.

4.1 IMPLICAÇÕES GERAIS DO CRESCIMENTO DESEQUILIBRADO

Cada um dos dois modelos de crescimento econômico chinês (desequilibrado ou balanceado) impacta a economia mundial de formas distintas, refletindo as influências de seus principais impulsionadores sobre os diferentes tipos de transações. Dessa forma, o modelo extensivo tem alguns de seus principais impactos externos associados ao elevado ritmo de crescimento baseado no tripé investimentos, exportações e produção industrial. Já o modelo de crescimento que tem se configurado recentemente, embora suas influências ainda sejam incipientes, tem seus principais impactos resultantes do aumento da contribuição do consumo privado e do setor de serviços para o PIB, bem como do menor crescimento econômico do país.

Os impactos na economia mundial podem ser diretos ou indiretos (SCHELLEKENS, 2013). Enquanto estes últimos se manifestam através dos transbordamentos sobre o crescimento econômico de outros países e seus termos internacionais de troca, aqueles se manifestam através dos fluxos comerciais e financeiros bilaterais.

O modelo desequilibrado contribuiu para a transformação do país em uma superpotência econômica. Desde 2014, quando ultrapassou os EUA, a China é a maior economia do mundo (PIB em PPP), posição bem diferente daquela de 1980 quando ela era

apenas a décima primeira maior (INTERNATIONAL MONETARY FUND, ©2018). Esse rápido crescimento permitiu que o país contribuísse com cerca de 25% do crescimento mundial na última década e que milhões de chineses fossem retirados da pobreza (KONG; MCKISSACK; ZHANG, 2012; MORRISON, 2015; DEVELOPMENT RESEARCH CENTER OF THE STATE COUNCIL; THE WORLD BANK, 2013).

Algumas das condições de superpotência econômica foram adquiridas após a adesão do país à OMC. A participação nessa organização permitiu que a China adensasse as suas relações econômicas com o mundo, desencadeando, entre outras coisas, a sua condição de superpotência comercial.

A transformação do país em uma superpotência comercial contribuiu para os desequilíbrios na economia mundial (PETTIS, 2013a). O superávit comercial chinês, junto com a sua elevada taxa de poupança, por um lado, contribuiu para o seu superávit em conta corrente (tabela 4), e, por outro lado, contribuiu com o elevado déficit norte-americano.

Esse déficit dos EUA em conta corrente tem uma de suas origens no déficit comercial do país com a China, o qual tem múltiplas causas e alcançou 10% do PIB no período pré-CFG (DOLLAR, 2014a). Primeiro, o modelo de crescimento chinês criou uma economia de baixo consumo e de alto investimento. Segundo, itens importantes da pauta de exportação norte-americana, como produtos agrícolas e serviços modernos, sofrem restrições no país. E terceiro, o déficit também é resultado da própria política interna norte-americana, sobretudo, a baixa poupança e o subinvestimento em infraestrutura.

O superávit da China em conta corrente elevou a capacidade do país de promover a internacionalização de suas empresas via IEDs. De acordo com Santos e Milan (2014), a China se transformou em uma das principais fontes mundiais dessa modalidade de investimentos.

Do mesmo modo, o modelo desequilibrado elevou a demanda mundial por certas commodities, aumentando os seus respectivos preços (YU, 2011). O modelo intensivo em investimentos exigiu, por exemplo, metais e commodities minerais, como minério de ferro, minério de cobre e níquel, todos necessários à promoção da urbanização, da industrialização e das exportações do país. Estes ativos foram demandados, principalmente, pelos setores de infraestrutura, de construção, automotivo e imobiliário. Como resumiu Yu (2011, p.25, tradução nossa):

Os preços das principais commodities de mineração são inerentemente voláteis e cíclicos. O aumento da demanda na China pegou a indústria de surpresa, contribuindo para o grande aumento nos preços das commodities observado desde o início da década de 2000. Obviamente, o rápido aumento na demanda chinesa não é a única causa para o aumento dos preços das commodities. Outros fatores, incluindo

um forte crescimento econômico mundial, baixos estoques, abundante liquidez global, instrumentos financeiros novos e complexos, e situações geopolíticas individuais têm sido fatores contribuintes adicionais.

A China também impactou a economia mundial pelo lado da oferta. A grande capacidade do país de produzir e exportar manufaturas provocou quedas substanciais nos preços de vários produtos industrializados, invertendo a lógica do que aconteceu com os preços das commodities. Conseqüentemente, os produtores de manufaturas concorrentes com os chineses foram prejudicados, enquanto os seus importadores foram beneficiados (VENABLES; YUE, 2006).

As relações econômicas sino-latino-americanas ilustram esse impacto indireto do crescimento chinês sobre a economia mundial. Criou-se entre a China e alguns países da América Latina uma relação comercial do tipo Norte-Sul, mesmo sendo ambas as partes envolvidas compostas por países em desenvolvimento (BITTENCOURT, 2012). De um lado, a região tem exportado basicamente produtos primários aos chineses. Do outro lado, estes a tem vendido, principalmente, produtos manufaturados, contribuindo para a primarização regional (BITTENCOURT, 2012). Esse tipo de relação assimétrica tem prejudicado mais os países com pautas de exportações que competem com a chinesa, a exemplo do México, e relativamente menos os países com pautas complementares ou mistas, como o Brasil.

4.2 IMPLICAÇÕES DO REBALANCEAMENTO?

Alguns dos efeitos do modelo de crescimento cada vez mais impulsionado pelo consumo privado e pelos serviços já podem ser observados ou são esperados que aconteçam. Porém, destaca-se que eles serão sentidos aos poucos, pelo menos devido ao fato de a transição acontecer em um ritmo lento, dado o esforço das autoridades chinesas para evitar distúrbios sociais e políticos que possam resultar da baixa taxa de crescimento econômico. Além disso, no médio prazo, os investimentos deverão manter-se elevados por uma variedade de fatores: 1) a China tem planos ambiciosos de investimentos públicos (construção de ferrovias, projetos de energia e conservação da água, etc.); 2) os investimentos são necessários para desenvolver as regiões Ocidental e Central; e 3) eles também serão exigidos para promover a urbanização que ainda é baixa no país (YU, 2011).

Como afirmado acima, se as implicações do crescimento desequilibrado para a economia mundial residiram, sobretudo, no tripé investimentos, exportações e produção

industrial, no caso do rebalanceamento suas raízes estão no aumento da contribuição do consumo privado e do setor de serviços para o PIB, e no menor crescimento do país.

O modelo que tem se conformado tem levado (mas não é o único fator) ao abrandamento da taxa de crescimento chinês a patamares inferiores aos de alguns anos atrás, quando a economia chegou a registrar crescimento de dois dígitos. Se há certeza entre os estudiosos sobre o abrandamento, o mesmo não acontece sobre o novo patamar médio de crescimento. Por exemplo, há a expectativa de que ele varie entre 7 e 8%, no curto prazo, entre os pesquisadores mais otimistas, e entre 3 e 4%, uma “aterrissagem abrupta”, durante o período da administração do presidente Xi (2013-2023), entre os mais céticos (PETTIS, 2013a, 2013b). Seja como for, países ou regiões mais expostos à China serão mais impactados negativamente com o abrandamento, como a Ásia, que teve 72% de seu crescimento determinado pelo país desde 2000 (VERGERON, 2015).

Na concepção de Pettis (2014b), embora o mundo deva se preocupar com a redução do crescimento chinês, o que mais importa é como a mudança estrutural impactará sobre o resultado da conta corrente do país. Dado que se vive um cenário de baixa demanda global, a China poderia se tornar o motor do crescimento mundial caso ela reduzisse o seu superávit ou registrasse déficit em conta corrente, pois assim criaria parte da demanda de que o mundo precisa. Isto é, não adianta exportar excedente de poupança se o mundo não tem onde o aplicar de forma produtiva. Conforme o autor (2014b, tradução nossa):

Isto significa que assumir que o crescimento mais lento na China reduzirá o crescimento no exterior é errado. À medida que a taxa de crescimento da economia da China cai, o fato de que a sua quota de crescimento do PIB global cairá não pressagia nada de ruim para a economia global. O que importa é o que acontece ao superávit em conta corrente da China. Enquanto o mundo sofre com a fraca demanda global, se o superávit em conta corrente da China diminui em relação ao PIB global, a China está adicionando demanda líquida para um mundo que precisa dela. Isso é positivo para o crescimento global. Se, por outro lado, o superávit em conta corrente da China aumenta, a China estará adicionando mais poupanças para um mundo já incapaz de absorver poupança total produtivamente, e o mundo será pior.

Nesse sentido, destaca-se que, como observado na tabela 4, o superávit chinês em conta corrente diminuiu no período recente, indicando que o país está reduzindo a sua demanda líquida negativa. Todavia, não se pode afirmar que o encolhimento do superávit tem sido resultado apenas das medidas do rebalanceamento, pois ele também se deu por causa da CFG. O que não se sabe até o momento é qual foi a contribuição de cada variável causal sobre isso.

Os menores saldos em conta corrente têm implicações para economias como a norte-americana. A queda dos superávits reduziu o ritmo de acumulação de reservas estrangeiras da China (PRASAD, 2015). Como consequência, é provável que menos títulos do tesouro norte-americano sejam adquiridos pelo país. Além disso, é de interesse do governo chinês diversificar os seus investimentos usando outros meios de aplicações, como o IED.

Adicionalmente, enquanto o modelo de crescimento desequilibrado alterou os termos de troca da maioria dos países, elevando os preços de várias commodities e reduzindo os preços de determinadas manufaturas, o rebalanceamento tem modificado esse quadro, pois ele tem mudado a demanda chinesa pelos primeiros. No geral, tendo em vista que ainda há amplo espaço para o *catching up* do país comparado às economias mais desenvolvidas, o consumo per capita desse grupo de produtos continuará aumentando. No entanto, a demanda por alguns deles aumentará mais lentamente do que por outros ou até diminuirá. Esse é o caso para a demanda por metais básicos (cobre, minério de ferro), alimentos de primeira necessidade (como arroz), e petróleo e carvão. No entanto, é esperado o aumento da procura por metais, como alumínio e zinco, produtos ricos em proteínas, e gás natural (FORSTER, 2015).

Estudos de Huang e Young (2013) e de Forster (2015) apontam que o aumento da urbanização, o crescimento da renda per capita, a mudança no padrão de dieta e os problemas existentes na oferta doméstica chinesa elevam a demanda do país por importações de commodities leves (carne, leite, etc.), beneficiando aquelas economias que as fornecem, como Nova Zelândia, Madagascar e Nigéria. Os benefícios gerados podem, inclusive, compensar as perdas com o menor ritmo de crescimento econômico do parceiro asiático.

Nesse sentido, em contraste com o cenário anterior, a lógica é de reversão nos termos de troca em favor das economias consumidoras das commodities impactadas pelo menor apetite chinês, como algumas economias europeias (VERGERON, 2015), e em desfavor daquelas que são produtoras (FORSTER, 2015). Consequentemente, voltando ao caso da América Latina, é possível agrupar os países da região que têm partes importantes de suas vendas externas destinadas à China em três grupos distintos, conforme eles são afetados pela mudança na demanda chinesa por commodities. O primeiro é composto por países cujas exportações para o parceiro asiático estão concentradas em produtos duramente atingidos pelo abrandamento da demanda, como é o caso do Chile com o cobre e da Venezuela com o petróleo. O segundo é composto pelos países que são afetados de forma mista, pois exportam tantos produtos que têm a procura reduzida quanto aqueles cuja demanda tem aumentado, como é o caso do Brasil, que exporta tanto minério de ferro quanto soja (isso volta a ser discutido no próximo capítulo), e do Peru, que exporta tanto cobre quanto farinha de peixe. O

terceiro é composto por países que se beneficiam mais com o rebalanceamento, como é o caso do Uruguai, Estado em que os alimentos têm uma grande participação na pauta de exportação para a China.

4.2.1 A Classe Média Chinesa e a Demanda por Consumo

Parte considerável dos impactos do rebalanceamento que importa para esta tese é esperada da continuidade da expansão da classe média chinesa e como esta conforma um mercado de consumo que tem o potencial de influenciar as importações e as entradas de IEDs no país, as quais objetivam atender à crescente demanda desse seguimento.

Como se observou no capítulo 3 e como se verifica abaixo com os antecedentes da classe média chinesa, já havia o interesse governamental em expandir o consumo privado desde o fim do século passado. Dessa forma, o esforço do governo com vistas à ampliação não é um fenômeno do rebalanceamento, pois já fazia parte do modelo desequilibrado. O que se tem com o rebalanceamento é o aprofundamento da necessidade de desenvolvê-lo mais intensamente, elevando a sua contribuição em relação ao PIB.

Há quem associe a importância da classe média, ou estrato de rendimento médio, como o governo chinês prefere se referir ao grupo, a sua ligação com a democracia, com o empreendedorismo e com a sua contribuição para o capital social e para a poupança (KHARAS, 2010). No entanto, a relação que importa nesta tese é a do grupo com o consumo, podendo este ser tão grande que tem o potencial para promover mudanças no perfil das relações econômicas do país com o resto do mundo.

A evolução da cultura do consumo na China segue a trajetória de desenvolvimento da classe média do país. Uma classe média urbana com maiores necessidades de consumo emergiu em lugares como Xangai nas duas primeiras décadas do século XX. No entanto, a vitória dos comunistas sobre os nacionalistas em 1949 levou a um período de destruição quase total do substrato sobre o qual ela crescia e houve fortes repressões ao consumismo. Todavia, as transformações pós-1978 criaram novas condições para o seu “renascimento” e a resistência à cultura do consumo esmoreceu, inclusive, passou a ser incentivada (JEFFRELOT; VEER, 2008).

Xiaohong e Chen (2010) defendem a ascensão da classe média chinesa após 1978, início da reforma e abertura (*gaige kaifang*), como o resultado de um fator externo, a globalização econômica, e de outro interno, a transformação social. Esses dois fatores se

entrelaçaram após a Era Mao (1949-1976), indicando mudanças no cenário externo e interno à época.

De acordo com os autores, a globalização econômica representa um fluxo sincrônico transnacional do capitalismo ocidental que influenciou o consumismo e o estilo de vida da classe média urbana do país. O movimento da globalização ou a disseminação do capitalismo ocidental 1) mudou “[...] a estrutura industrial do mundo e a estrutura ocupacional correspondente”; 2) criou “[...] um mercado de trabalho global, que, por sua vez, reformulou a distribuição de renda”; e 3) introduziu “[...] um mercado global de bens de consumo e padrões de consumo e estilos de vida relacionados” (XIAOHONG; CHEN, 2010, p. 87, tradução nossa). A China foi incorporada a essa dinâmica sincrônica do capitalismo ocidental conforme alguns fluxos transnacionais e inter-regionais de capital, tecnologia, produtos, serviços e trabalho foram inseridos no país através dos modos de produção, estilos de vida e representações culturais mundiais. Nesse sentido, uma das grandes influências da globalização sobre a classe média chinesa foi a expansão do consumismo, uma de suas características típicas.

A transformação social resultou de mudanças estruturais no desenvolvimento chinês (mudanças diacrônicas) que ocorreram no domínio econômico, político e ideológico do país a partir de 1978, permitindo a estratificação social. Como exposto acima, antes do estabelecimento da RPC existia classe média no país. Porém, a Era de Mao Tsé-tung buscou destruí-la e reprimir a que surgisse, em virtude da estrutura político-econômica e ideológica do país. Mao eliminou a economia de mercado e adotou uma economia planejada ou redistributiva que impediu a estratificação social. De acordo com Xiaohong e Chen (2010, p. 95, tradução nossa):

Como é amplamente conhecido, a propaganda ideológica da era Mao costumava retratar o consumo como uma representação vil do estilo de vida capitalista; até certo ponto ele foi considerado como equivalente à degeneração moral. Após o início da gaige kaifang, no entanto, e especialmente após a década de 1990, o discurso dominante transformou a noção de consumo, porque o governo está ciente do papel que ele pode desempenhar na promoção da economia nacional.

A mudança na economia chinesa permitiu a estratificação social sob os cuidados do governo, na tentativa de evitar ameaças à estrutura política. Isso aconteceu porque o processo de abertura e reforma entregou altas taxas de crescimento ao país, conseqüentemente melhorando a renda da população, o que, por sua vez, permitiu o renascimento da classe

média chinesa (HUBACEK; GUAN; BARUA, 2007; ROCCA, 2008; HURTADO, 2014; KHARAS; GERTZ, 2010).

Li (2010) sustenta a ideia de que a criação da classe média chinesa está relacionada ao objetivo de Deng Xiaoping de construir uma sociedade moderadamente próspera (xiaokang ou xiaokang shehui). Segundo ele, xiaokang “[...] representa a fundação cultural e ideológica para a transição da China para uma economia de mercado na era da reforma”, isto é, uma justificativa para a transição, e também “[...] tem sido usada para justificar a principal política do Estado para expandir a classe média” (LI, 2010, p.23, tradução nossa), ou seja, construir uma classe média moderadamente próspera e a mais igualitária possível (oferecer igualdade de oportunidades para a mobilidade social), todavia ainda sim realista e competitiva.

No entanto, embora o interesse em fazer reemergir a classe média chinesa exista desde o começo do processo de reforma e abertura, até o início do século atual as autoridades do país ainda ressentiam o desenvolvimento do grupo. Todavia, em 2000, o ex-presidente Jiang Zemin tornou-se um dos condutores das mudanças ideológicas e políticas que modificaram a postura governamental. A classe média crescentemente deixou de ser vista como uma ameaça à primazia do PCC associada, muitas vezes, às demandas democráticas. Agora ela é vista como aliada e uma das pedras angulares do novo projeto de desenvolvimento, o qual acredita mais no poder do mercado interno. De acordo com o autor:

Entre as muitas forças moldando o curso de desenvolvimento da China, seguramente nenhuma será mais significativa a longo prazo do que o rápido surgimento e crescimento explosivo da classe média chinesa. A contínua transição econômica da China de um país relativamente pobre para um país de classe média tem sido um dos dramas humanos mais fascinantes do nosso tempo. Nunca na história tantas pessoas fizeram tanto progresso econômico em uma ou duas gerações. Há apenas vinte anos, uma classe média socioeconômica distinta era praticamente inexistente na República Popular da China (RPC), mas hoje uns grandes números de cidadãos chineses, especialmente nas cidades costeiras, possuem propriedade privada e automóveis pessoais, têm ativos financeiros crescentes e são capazes de tirar férias no exterior e enviar seus filhos para escolas estrangeiras. Esta transformação é susceptível de ter implicações abrangentes para todos os aspectos da vida chinesa, especialmente para as perspectivas econômicas do país a longo prazo, para o consumo de energia e para o bem-estar ambiental (LI, 2010, p. 3, tradução nossa).

O desenvolvimento da classe média no período do rebalanceamento se tornou muito mais importante do que nos períodos anteriores, pois impulsionar o consumo tem sido uma estratégia política para o reequilíbrio da economia chinesa. Ainda conforme Li (2010, p. 4, tradução nossa), “[...] a classe média é central para a nova estratégia de desenvolvimento da China, que busca reorientar a economia da China de uma excessivamente dependente das exportações para uma impulsionada pela demanda doméstica”.

Apesar da importância, não há consenso sobre a definição e o tamanho da classe média chinesa (LI, 2009; HURTADO, 2014; LI, 2010; KHARAS; GERTZ, 2010). Todavia, vários estudos concordam que ela está em processo de expansão (FARRELL ET AL., 2006; FARRELL; GERSCH; ETEPHESON, 2006; JEFFRELOT; VEER, 2008; ZHOU, 2008a; ROCCA, 2008; HO, 2008; LI, 2009; HURTADO, 2014; LI, 2010; KHARAS, 2010; KHARAS; GERTZ, 2010; HANLONG, 2010; JING, 2010, MARIANERA, 2014) e que o seu desenvolvimento é uma tendência irreversível (LI; 2010).

De acordo com Li (2009, p. 3, tradução nossa), a definição é “[...] uma questão muito controversa na China. Ninguém pode dar uma resposta clara e satisfatória”. Existem muitos critérios de classificação, entre eles a renda, a ocupação, a educação e o consumo. Conseqüentemente, o seu tamanho estimado varia bastante, conforme eles são usados individual ou coletivamente. Por exemplo, em 2005, o Departamento Estatal de Estatística chinês conduziu estudo sobre a classe média do país, considerando a renda como a principal variável (LI, 2010). O estudo englobou 263 mil famílias urbanas e considerou como classe média aquelas com três membros com renda anual entre ¥ 60 mil e ¥ 500 mil. O resultado indicou que 5% das famílias urbanas pertenciam ao grupo naquele ano. Para 2010 estimou o número em 14% e para 2020 em cerca de 45%. No entanto, o conceito foi considerado limitado por se basear apenas no critério renda.

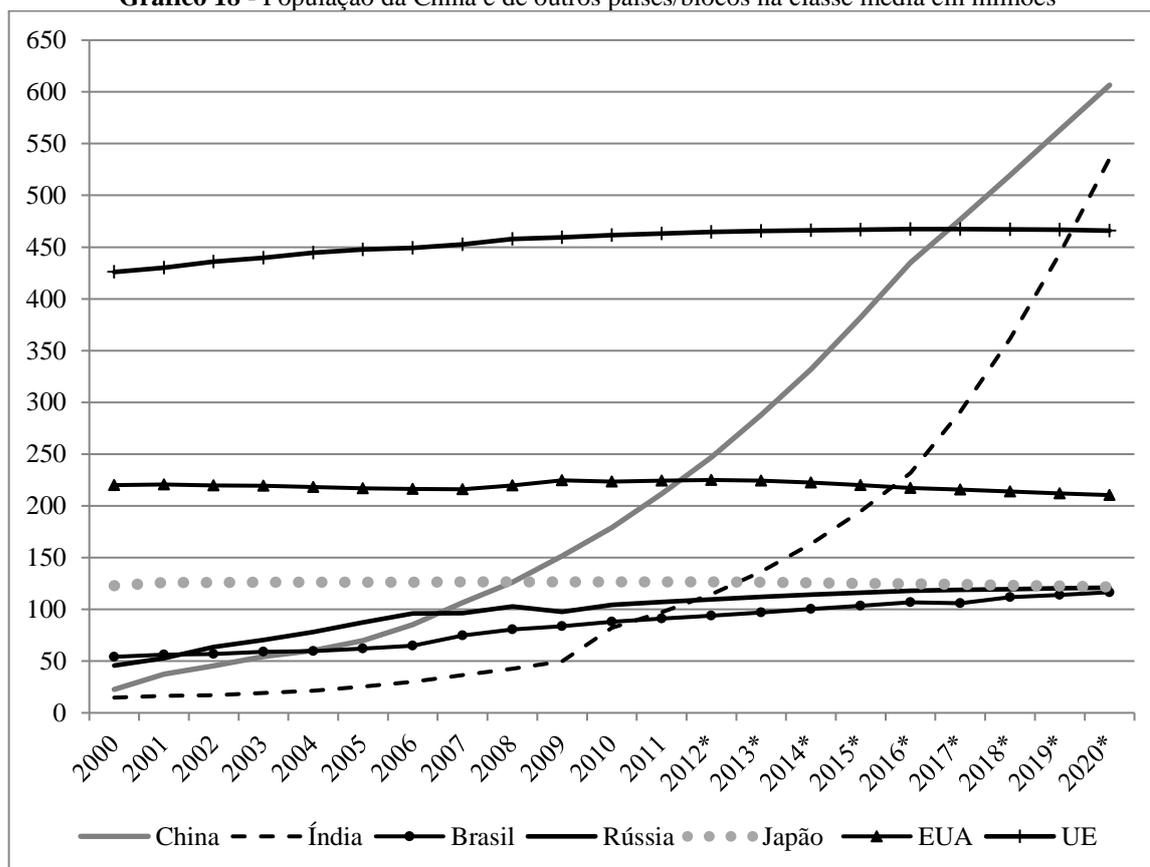
Os conceitos mais aceitos são aqueles que adotam uma combinação de fatores ou índices compostos, mas mesmo esses recebem críticas (LI, 2010). Por exemplo, Li Chunling, do Instituto de Sociologia da Academia Chinesa de Ciências Sociais (em inglês, lê-se: Chinese Academy of Social Science - CASS), usou uma abordagem multifacetada em seu estudo realizado no início da década passada. Em sua definição ela usou como critérios a ocupação, a renda, o consumo e a autoidentificação e verificou quantas pessoas pertenciam à classe média em cada um deles. Segundo o critério ocupação, 15,9% da população, à época, eram consideradas pertencentes à classe média, 24,6% conforme a renda, 35% consoante com o consumo e 46,8% de acordo com o critério de autoidentificação. Após isso, ela verificou quantos pertenciam à classe média considerando todos os fatores juntos, o que ela chama de “critério amplo”, e calculou as percentagens para a população total, a população metropolitana, a força de trabalho (faixa etária de 16 a 60 anos) e para o grupo na faixa etária entre trinta e um e quarenta anos. Os resultados para cada grupo foram 2,8%, 8,7%, 4,1% e 10,7%, respectivamente.

O uso da abordagem mais detalhada não eximiu o estudo de Li Chunling das críticas (LI, 2010). Parte delas residiu no fato de o estudo ser considerado muito conservador nas

estimativas sobre o tamanho da classe média chinesa. A outra parte foi resultante da dificuldade de usar definições com abordagens compostas para empreender comparações entre esse segmento e as suas contrapartes estrangeiras. Por isso, o presente trabalho se baseia nos estudos como os elaborados por Kharas e seus pares (KHARAS, 2010; KHARAS; GERTZ, 2010), que, embora tenha a limitação de se basear apenas na renda, permite comparabilidade internacional.

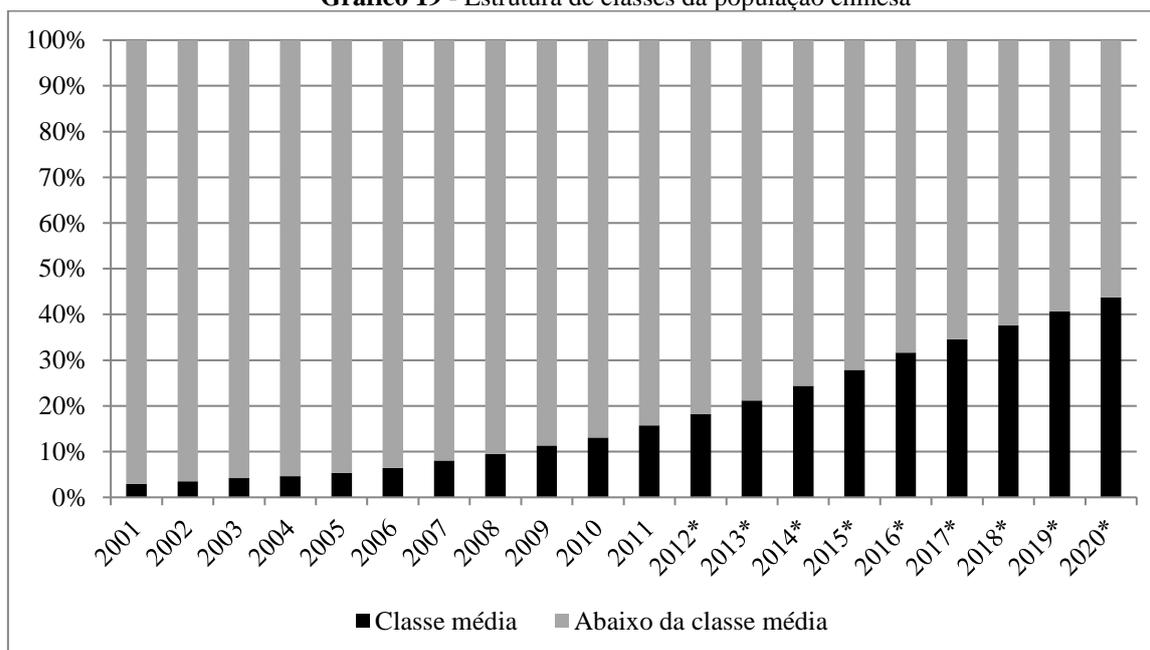
Como exposto no segundo capítulo, de acordo com Kharas e Gertz (2010) a Ásia se conforma como um novo locus de expansão da classe média global e na região a China é onde isso está acontecendo muito mais rapidamente. Os autores dividem a população chinesa em cinco grupos, conforme a renda per capita diária. O primeiro é o grupo mais pobre, com renda per capita de menos de US\$ 2. O segundo é aquele que vive com valor entre US\$ 2 e US\$ 5. O terceiro entre US\$ 5 e US\$ 10. O quarto, que compreende a classe média, entre US\$ 10 e US\$ 100. E, por fim, os ricos, acima de US\$ 100.

A partir dessa metodologia, verificou-se que a classe média chinesa cresceu cerca de 1.024% de 2001 a 2015, conforme gráfico 18. Em 2001, ela era apenas maior do que a indiana entre os países considerados. Nos demais casos, ela era apenas aproximadamente 66,2% da brasileira, 70,7% da russa, 29,6% da japonesa, 16,9% da estadunidense, e 8,9% da originária na União Europeia. Em 2007, início da CFG, o seu tamanho já era bem maior, compreendendo cerca de 292,4% da indiana, 142,3% da brasileira, 110,6% da russa, 84,1% da japonesa, 49,2% da estadunidense, e 23,5% da procedente da União Europeia. Em 2011, último ano com dados reais, ela correspondeu a 216,6% da indiana, 233,0% da brasileira, 197,6% da russa, 167,4% da japonesa, 94,4% da norte-americana, e 45,7% da oriunda da União Europeia. As estimativas para 2015 apontam seu tamanho equivalente a 196,5% da indiana, 369,3% da brasileira, 328,9% da russa, 305,3% da japonesa, 173,7% da norte-americana e 81,8% do natural da União Europeia. Ainda de acordo com o gráfico 18, a classe média chinesa ultrapassou a japonesa em 2009 (151,59 milhões de chineses contra 126,55 milhões de japoneses) e a norte-americana em 2012 (246,95 milhões de chineses contra 224,99 milhões de estadunidenses).

Gráfico 18 - População da China e de outros países/blocos na classe média em milhões

Fonte: Adaptado de The Wall Street Journal (©2017)

Apesar do rápido crescimento recente, a percentagem da população chinesa pertencente à classe média é pequena (gráfico 19). Em 2001, ela foi de apenas 2,9%; em 2007 foi um pouco mais do que 8%; em 2011 correspondeu a 15,7%; e em 2015 compreendeu cerca de 28%. Comparativamente, em 2001, a proporção foi apenas maior do que a indiana, a qual correspondeu a cerca de 1,4% da população do país. No mesmo ano, o valor foi de 30,3% no Brasil; 31,4% na Rússia; 96,7% no Japão; e 77,1% nos EUA. Em 2015, o país continuou à frente da Índia, cujo valor foi de 14,8%. Mas, continuou atrás do Brasil (49,8%), da Rússia (80,62%), do Japão (98,57%) e dos EUA (68,43%).

Gráfico 19 - Estrutura de classes da população chinesa

Fonte: Adaptado de The Wall Street Journal (©2017)

As projeções indicam crescimento exponencial desse estrato da população. Kharas e Gertz (2010) destacam que, considerando um crescimento médio da renda de 7% entre 2009 e 2030, ele poderia chegar a 74% da população em 2030. Anteriormente, Farrell et al. (2006, p. 10, tradução nossa) expuseram que o crescimento da classe média chinesa, especialmente a urbana,

[...] não depende de grandes mudanças no comportamento da poupança chinesa ou de políticas governamentais particulares (embora certas políticas possam acelerar ou retardar o processo). Mas essencialmente das forças econômicas e demográficas que já estão bem estabelecidas, e da continuação do crescimento econômico global. Mesmo o impacto das diferentes taxas de crescimento futuro tende a alterar apenas o calendário destes desenvolvimentos, se eles não acontecem no todo.

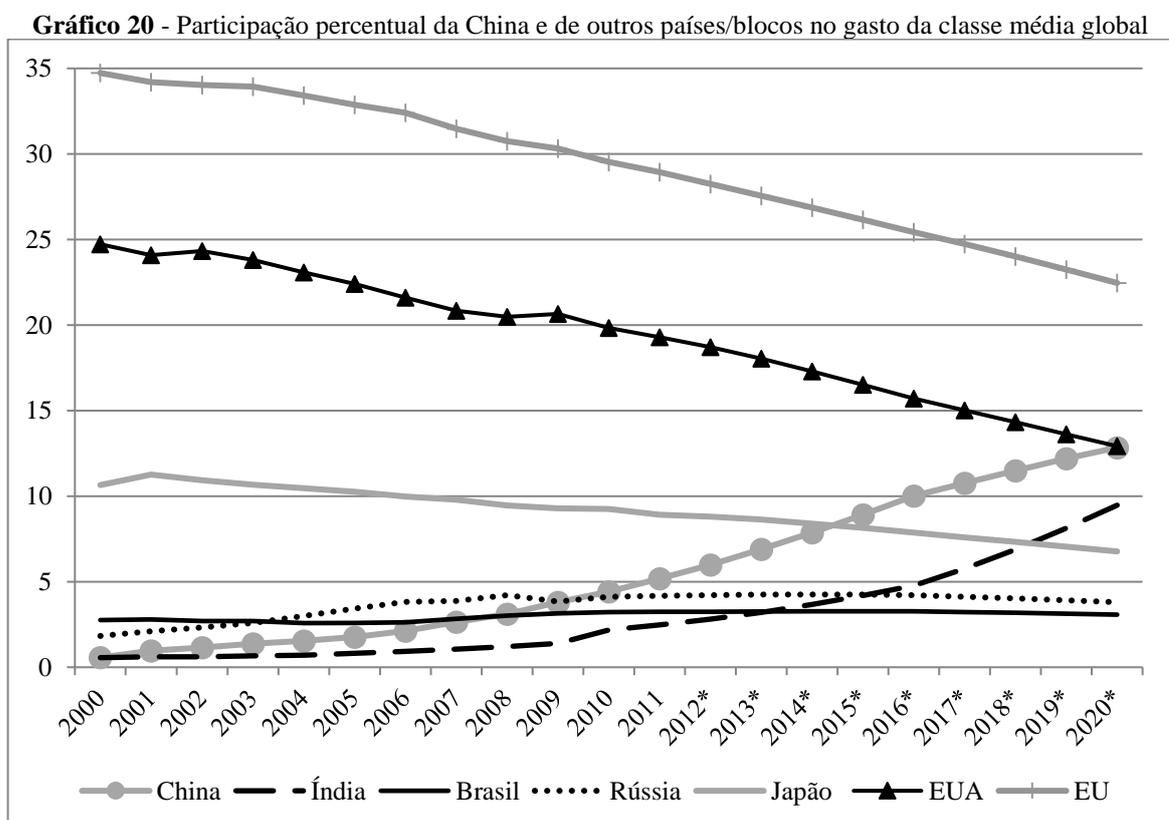
Além do desenvolvimento desse estrato social, alguns estudiosos têm chamado a atenção para o crescimento da classe alta (KUO, 2016; MARIANERA, 2010). Para Marianera (2010), o desenvolvimento da classe chinesa de renda alta possui relevância global, principalmente porque os consumidores ocidentais não têm mais o peso que tinham antes. Segundo ela:

Este grupo de indivíduos tem rendimentos comparáveis com os ocidentais e tem poder de compra suficiente para substituir um menor consumo nos mercados ocidentais. O crescimento desta nova classe de consumidores em um vasto país como a China é de particular importância para as empresas ocidentais que ainda têm uma vantagem comparativa no mercado de produtos de alta qualidade e de luxo (MARIANERA, 2010, p.5, tradução nossa).

Para o ano de 2010, a autora estimou que 95 milhões de chineses (7% do total) pertenciam à classe de renda alta, quantidade maior do que a população da Alemanha de 81 milhões de pessoas, à época. O tamanho projetado para 2015 foi de 201 milhões de chineses (14,5% do total), o equivalente a população da Alemanha, da Itália e da França juntas (206 milhões de pessoas), e para 2020 foi de 424 milhões (29,8% do total), o equivalente a população estimada da Europa Ocidental para o mesmo ano (421 milhões de pessoas).

Essas transformações na estratificação social chinesa têm ampliado bastante a capacidade real e potencial de consumo dos chineses. Como destacado por Zhou (2008b, p. 183, tradução nossa), “[...] o consumismo se tornou a nova religião ou o novo dogma na China”. E segundo Li (2010, p. 23, tradução nossa), a classe média chinesa se tornou “[...] semelhante as suas contrapartes em outros lugares em termos de padrões de consumo e outras atividades econômicas [...]”.

Nesse cenário, elevou-se a participação chinesa no consumo da classe média global, como mostra o gráfico 20. Esse crescimento foi visível em todo o período de delimitação temporal desta pesquisa, isto é, de 2001 a 2015. No entanto, ele foi mais intenso após a CFG. Adicionalmente, destaca-se que enquanto em 2001 a sua participação era apenas maior do que a indiana, em 2015 era apenas menor do que a estadunidense e a oriunda da UE.

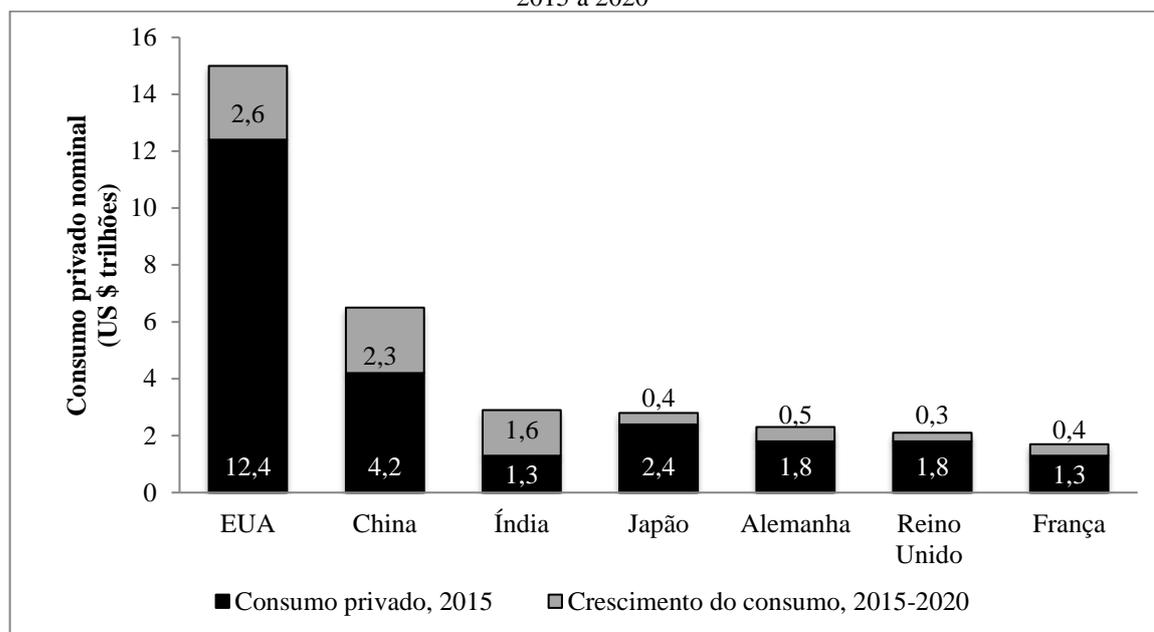


Fonte: Adaptado de The Wall Street Journal (©2017)

Ainda segundo o gráfico acima, as projeções indicam que a participação da China no consumo da classe média global continuará crescendo por um longo período. De acordo com Kuo (2016), o crescimento do consumo até 2020 será alto mesmo considerando crescimento do PIB de 5,5%.

Cabe destacar que o consumo privado chinês já é o segundo maior do mundo individualmente e as estimativas indicam que entre 2015 e 2020 ele sairá de US\$ 4,2 trilhões para US\$ 6,5 trilhões, um aumento de US\$ 2,3 trilhões (gráfico 21). Se em 2015 ele foi mais de 1,7 vez o japonês, 2,3 vezes o alemão ou o britânico, e mais de 3,2 vezes o indiano, em 2020 ele será mais de 2,2 vezes o indiano, 2,3 vezes o japonês, cerca de 3 vezes o alemão ou o britânico, e quase quatro vezes o francês.

Gráfico 21 - Consumo privado chinês e de outras economias em 2015, e seu crescimento absoluto esperado de 2015 a 2020*



Fonte: Adaptado de Kuo (2016)

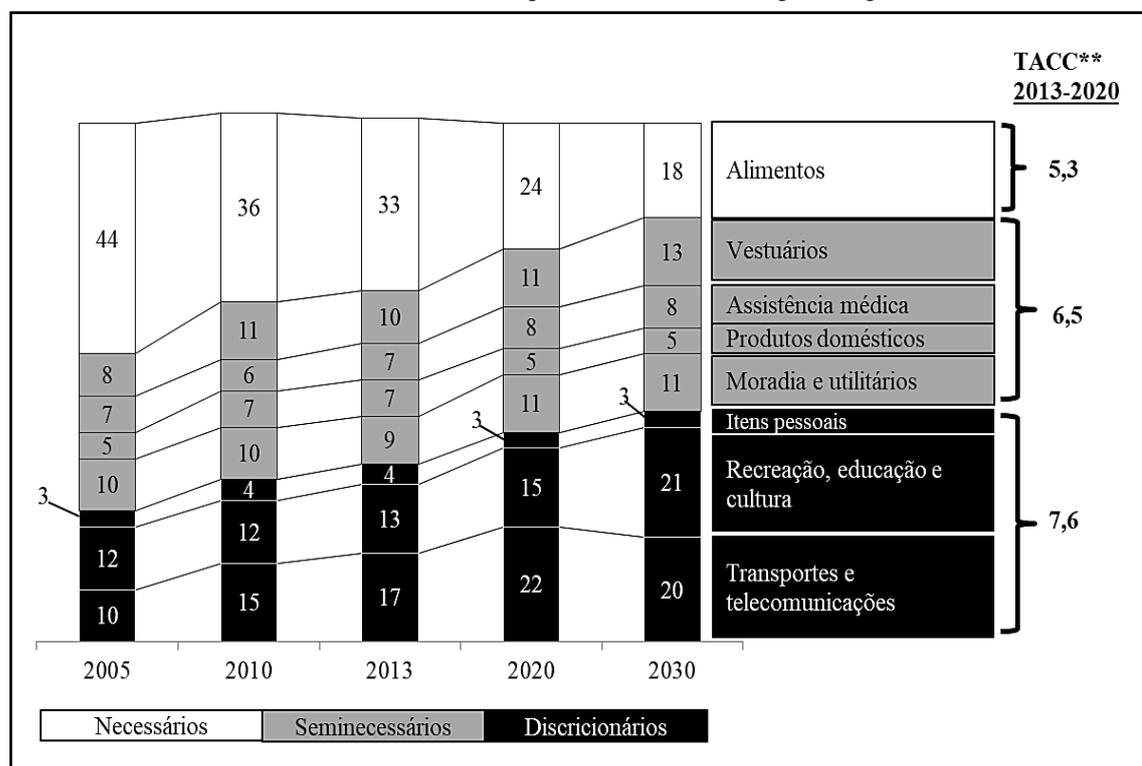
Nota: *Assume-se taxa de crescimento anual do PIB de 5,5%

Inclusas nessa expansão do consumo como uma função da renda estão as mudanças no próprio padrão de consumo chinês. Nas palavras de Yu (2011, p. 22, tradução nossa), “[à medida que a China se desenvolve, espera-se que os padrões de consumo mudem gradualmente, para mais se assemelharem aos dos países desenvolvidos”. Para Fulin (2015), o país está entrando em uma nova era da sociedade de consumo, sendo caracterizada, entre outras coisas, pela diminuição da participação do consumo de produtos necessários e pelo aumento da participação daqueles seminecessários e discricionários. Towson e Woetzel (2015, tradução nossa) afirmam que:

Gasto discricionário é comprar a coisa que você gosta, mas não precisa. Ou você só precisa. E, felizmente, as pessoas parecem ter um apetite sem fim para tudo, desde entretenimento, esqui até *caffè lattes* [*café-gourmet moderno*]. Os cidadãos chineses agora estão se movendo para além de serem capazes de apenas pagar o básico da vida, e seus gastos discricionários estão decolando.

Os estudos conduzidos por Atsmon e Magni (2012) e Towson e Woetzel (2015) retratam essa transformação no padrão de consumo da China – uma consequência direta das mudanças econômicas e de seus impactos sobre os perfis dos consumidores. Towson e Woetzel (2015) consideram o país como um todo e indicam que o consumo anual de produtos necessários por habitante reduziu de 44% do total em 2005 para 36% em 2010, e 33% em 2013 (gráfico 22). Na categoria seminecessários os valores aumentaram de 30% em 2005 para 34% em 2010, e fecharam 2013 em 33%. O crescimento mais expressivo foi registrado no consumo discricionário. Este partiu de 25% em 2005 para 31% em 2010, e atingiu 34% em 2013. Adicionalmente, a tendência é de que a redução do consumo de produtos necessários e o aumento do consumo de produtos seminecessários e de discricionários continuem.

Gráfico 22 - Consumo anual por habitante na China por categoria, % *



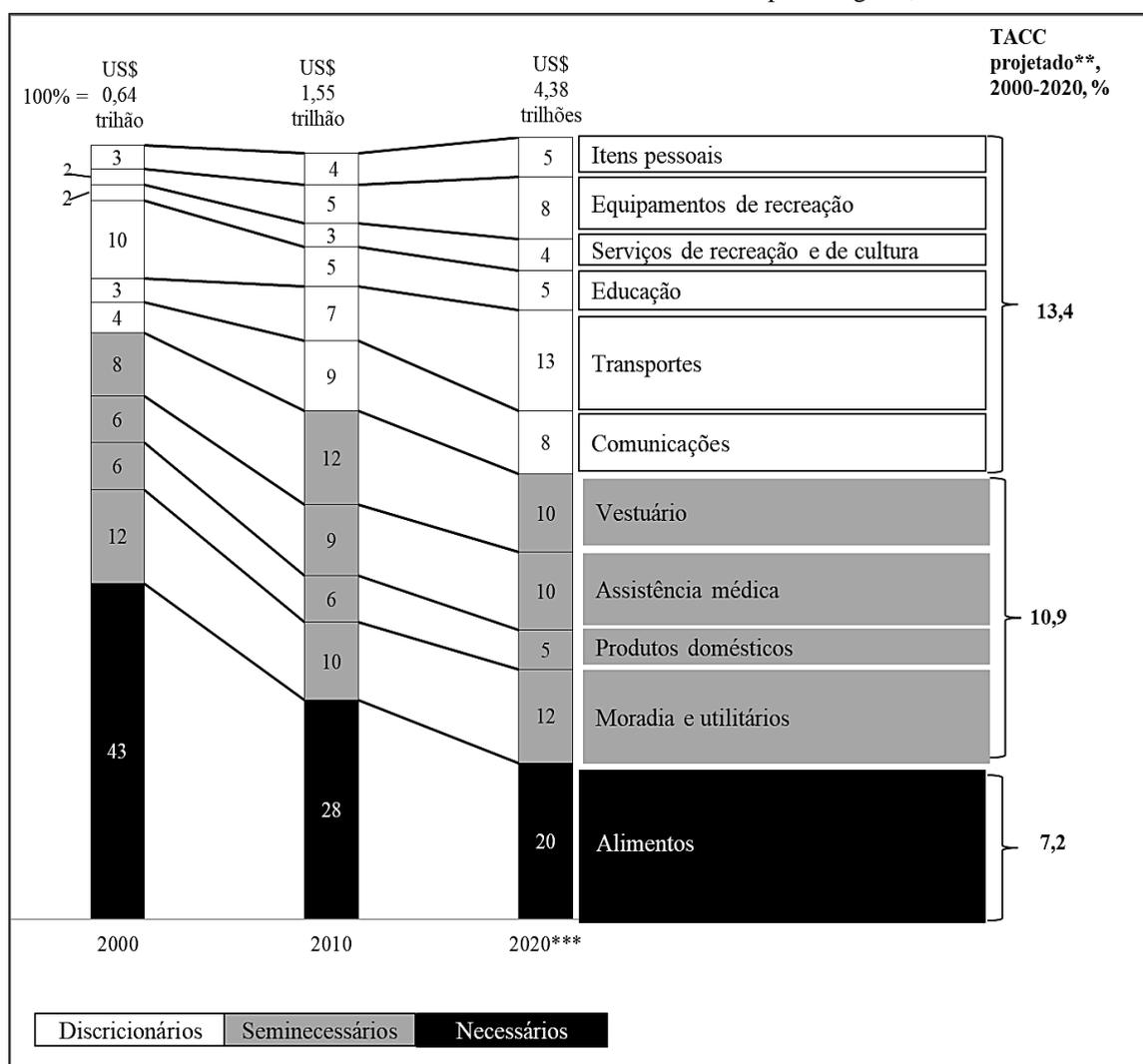
Fonte: Towson e Woetzel (2015)

Nota: *As colunas podem não somar 100% por causa do arredondamento

** TACC = Taxa anual de crescimento composto

O estudo de Atsmon e Magni (2012) destacou o consumo anual das famílias urbanas considerando as mesmas três categorias supramencionadas. Como mostra o gráfico 23, a participação do consumo de produtos necessários em relação ao total caiu de 43% em 2000 para 28% em 2010 e pode ser de apenas 20% em 2020. Já a proporção da categoria seminecessários aumentou de 32% para 37%, valor esperado que continue. E a da categoria de consumo discricionário saiu de 24% para 33% e pode dobrar até 2020.

Gráfico 23 - Consumo anual das famílias urbanas por categoria, % *



Fonte: Adaptado de Atsmon e Magni (2012).

Nota: * Em dólares reais de 2010; em 2010, US\$ 1 = 6,73 renminbi. As colunas podem não somar 100%, por causa do arredondamento.

** TACC = Taxa anual de crescimento composto.

*** Previsão.

Esse cenário de mudanças tem chamado a atenção para a China como uma fonte potencial da demanda global (FARRELL ET AL., 2006; MARIANERA, 2010). Conforme

Kharas e Gertz (2010, p. 1, tradução nossa), “[c]om sua classe média emergente estimada a expandir exponencialmente nas próximas décadas, os novos consumidores da China têm potencial para se tornarem uma nova fonte da demanda agregada global no longo prazo”. Ou seja, as transformações no modelo de crescimento chinês têm implicações mundiais relevantes.

As transformações chinesas do lado da demanda tendem a se traduzir em maior e mais diversificada procura dos consumidores chineses por bens e serviços estrangeiros, a qual pode ser atendida pelos parceiros econômicos do país por meio das exportações e/ou da realização de IEDs. E, dado o tamanho do mercado chinês, é esperado que as mudanças na cesta típica de consumo das famílias tenham a capacidade de alterar o perfil das relações econômicas da China com as suas contrapartes. De acordo com Lakatos et al. (2016, p. 17, tradução nossa):

O reequilíbrio na China aumenta o consumo privado e implicitamente a demanda por produtos importados, à medida que a demanda de consumo é mais importação-intensiva do que o investimento. Esta mudança beneficia o resto do mundo através de maior demanda por suas exportações. Em especial, no cenário de reequilíbrio, os consumidores chineses demandam significativamente mais serviços nacionais e importados, levando à expansão das importações de serviços por parte da China. Ao mesmo tempo, com a produção chinesa mudando para serviços, a produção nacional de agricultura, de recurso natural e de produtos manufaturados é substituída, em certa medida, pelo aumento das importações desses produtos, a fim de satisfazer a procura interna. Além disso, a maior demanda do consumidor inclinado para serviços está elevando os preços dos bens não comercializáveis em relação aos bens comercializáveis, o que levará à apreciação da taxa de câmbio real em 15 por cento até 2030. Todos esses mecanismos contribuem para um aumento significativo das importações na China.

4.3 EVIDÊNCIAS DOS EFEITOS DOS MODELOS DE CRESCIMENTO DA CHINA SOBRE AS SUAS RELAÇÕES ECONÔMICAS

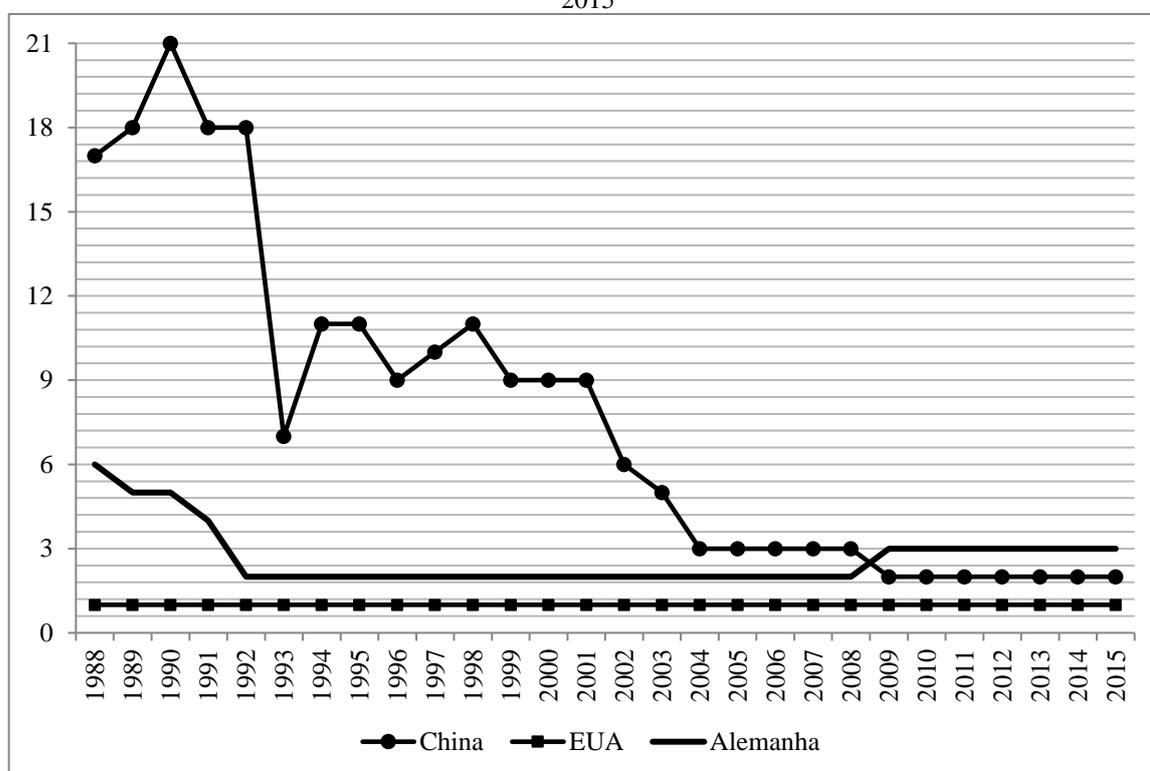
Esta seção busca encontrar evidências dos efeitos dos modelos de crescimento da China sobre as suas relações econômicas externas. Para tanto, parte-se da ideia de que cada um deles tem estruturas de produção e de consumo que lhes são mais características (SIMOLA, 2015). Enquanto no modelo desequilibrado elas são mais associadas aos investimentos, no modelo rebalanceado elas são mais associadas ao consumo privado.

As importações chinesas e as entradas de IEDs no país devem ser analisadas a partir dessa perspectiva. Assim sendo, espera-se que enquanto no período de crescimento desequilibrado tenham crescido as importações e as entradas de IEDs na China mais associadas às demandas dos investimentos, como as aquisições de bens de capital, bens intermediários e bens primários, da mesma maneira que as inversões estrangeiras no setor

industrial, no período de conformação do crescimento rebalanceado se espera que elas tenham diminuído e tenham aumentado àquelas mais associadas às demandas do consumo privado, como as aquisições de bens de consumo e as inversões estrangeiras no setor de serviços.

A China se transformou rapidamente em um dos principais mercados mundiais para bens, principalmente, devido à expansão de sua demanda doméstica e a sua adesão à OMC. O país que em 1990 era apenas o seu 21º importador, desde 2009, quando ultrapassou a Alemanha, tornou-se o segundo maior, ficando atrás apenas dos EUA (gráfico 24).

Gráfico 24 - Posição da China, dos EUA e da Alemanha no ranking mundial de importadores de bens de 1988 a 2015

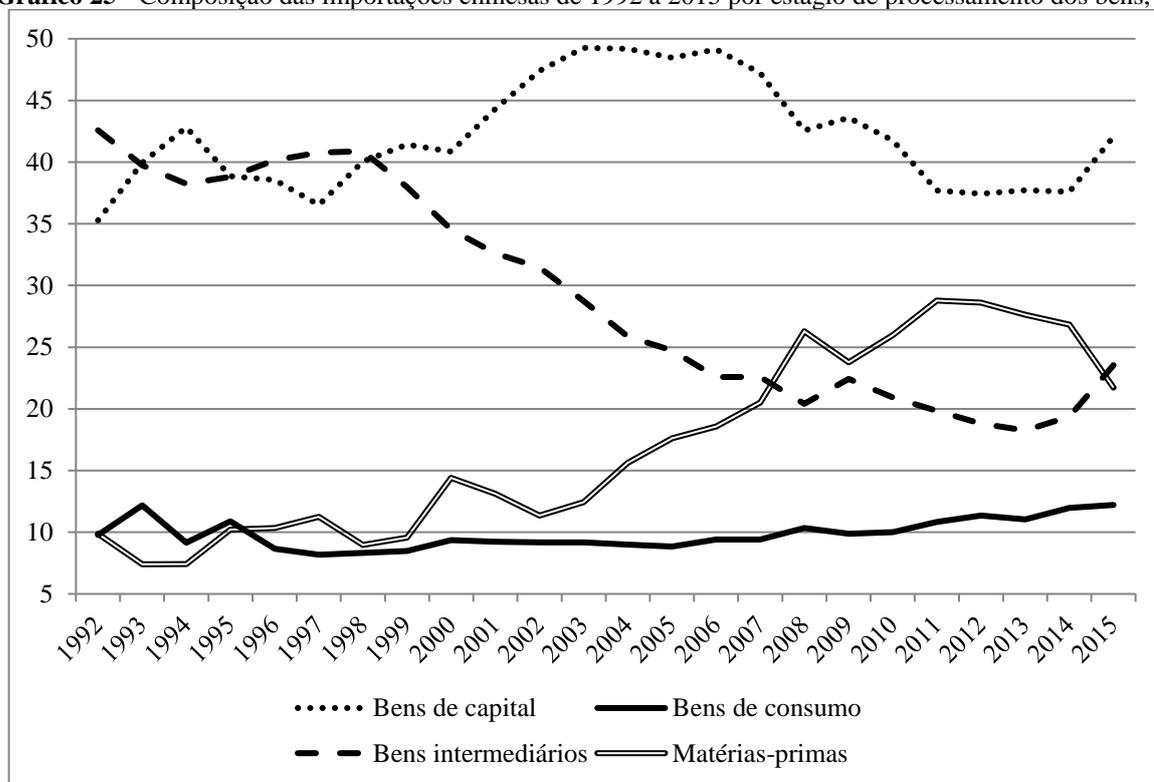


Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do World Bank (2018)

A natureza dessas importações tem sido influenciada pelo modelo de crescimento do país como esperado (gráfico 25). Enquanto as participações das importações de bens de capital e de matérias-primas cresceram durante grande parte do período de crescimento mais desequilibrado, o qual se deu principalmente de 2002-2003 a 2008-2009, e aquelas dos bens de consumo permaneceram relativamente estáveis, no período de configuração do rebalanceamento, ou seja, a partir do final da década de 2000 e início da década de 2010, as participações dos dois primeiros grupos de bens diminuíram e as participações do último grupo aumentaram.

Já as participações das importações de bens intermediários diminuíram por quase todo o período pós-1998. A explicação é que a China tem substituído parte desses bens adquiridos no exterior por aqueles que são produzidos domesticamente, conforme o país tem elevado a sua capacidade de oferta nacional (CUI; SYED, 2007). A outra parte não substituída continuou sendo importada e se comportou de acordo com a expectativa desta pesquisa. Isso fica claro no próximo capítulo, onde a maioria dos bens de consumo intermediário exportada pelos demais Estados do BRICS para China aumentou durante o período de crescimento desequilibrado e diminuiu a partir da conformação do rebalanceamento.

Gráfico 25 - Composição das importações chinesas de 1992 a 2015 por estágio de processamento dos bens, %



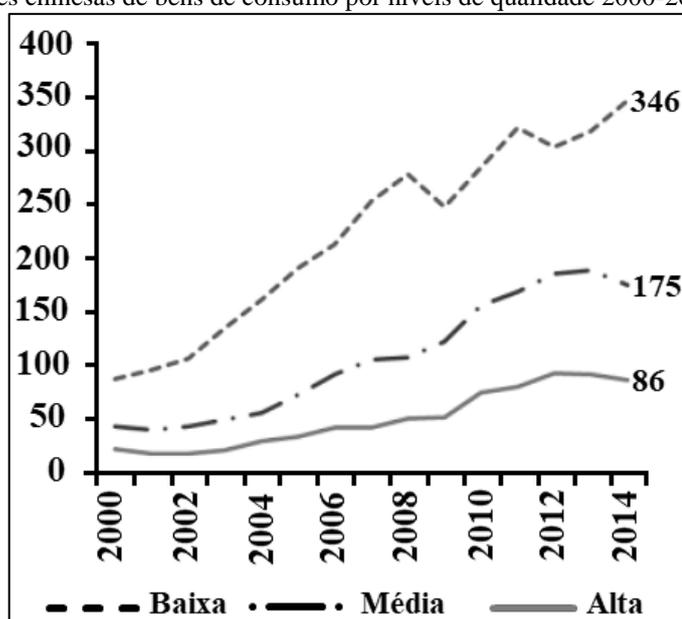
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do World Bank (2018)

As importações de bens de consumo merecem alguns destaques. Primeiro e mais importante, elas têm crescido devido à ampliação do consumo privado chinês, o qual tem sido promovido, entre outras razões, pelo interesse do governo em alcançar o rebalanceamento da economia.

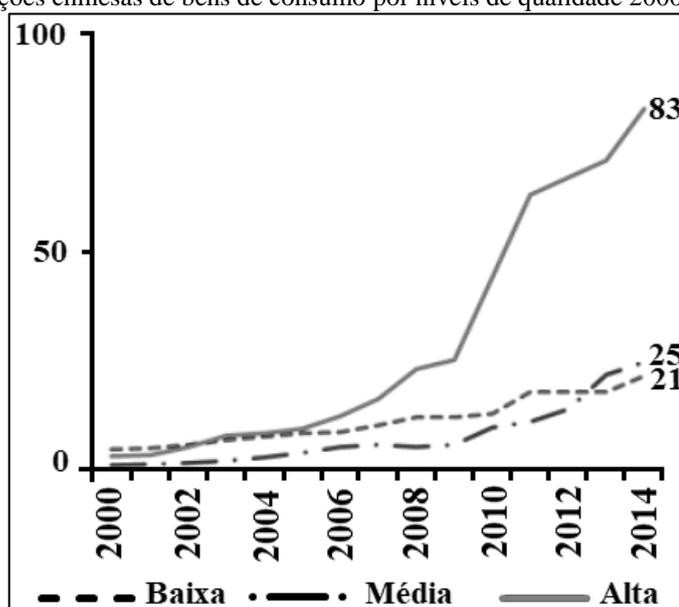
Segundo, a China é hoje um dos principais mercados mundiais para os bens de consumo. De acordo com Lemoine e Ünal (2017), embora ainda relativamente atrasado, o país foi o seu terceiro maior importador mundial em 2014 com 4,7% do total, ficando atrás apenas dos EUA (21,9%) e do Japão (5,5%).

Terceiro, como é possível verificar a partir dos gráficos 26, 27 e 28, o país é um exportador líquido dessa categoria de bens. Quarto, ainda conforme os mesmos gráficos, enquanto as exportações são compostas, principalmente, por bens de consumo de baixa e de média qualidade, as importações são compostas, sobretudo, por bens de alta qualidade. Estas últimas começaram a crescer mais rápido a partir de meados da década de 2000 e se intensificaram ainda mais a partir de 2008-2009, tendo alcançado 62% do total em 2014. Tal participação, a qual é muito superior à registrada por algumas das maiores economias do mundo, como a mexicana (20%), a indonésia (24%), a indiana (27%), a estadunidense (27%), a russa (28%), a brasileira (31%), a alemã (38%), a francesa (40%) e a turca (41%), aproxima a China de países como a Suíça (75%) e a Noruega (64%) cujos padrões de consumo estão entre os mais elevados do mundo. Nesse mesmo ano de 2014, o país foi o segundo maior importador mundial dessa subcategoria de produtos com 8,9% do total, ficando atrás dos EUA (18%), mas à frente do Japão (8,2%), da Alemanha (3,9%) e da França (2,8%) (LEMOINE; ÜNAL, 2017).

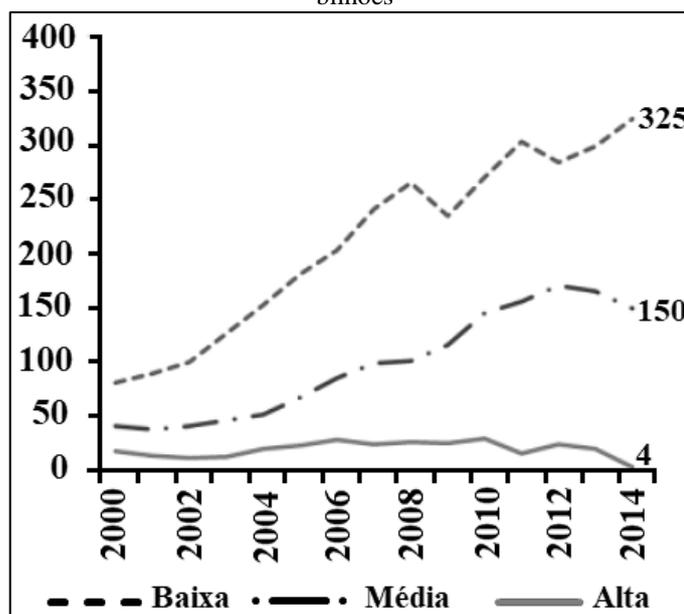
Gráfico 26 - Exportações chinesas de bens de consumo por níveis de qualidade 2000-2014, em US\$ bilhões



Fonte: Adaptado de Lemoine e Ünal (2017, p.15)

Gráfico 27 - Importações chinesas de bens de consumo por níveis de qualidade 2000-2014, em US\$ bilhões

Fonte: Adaptado de Lemoine e Ünal (2017, p.15)

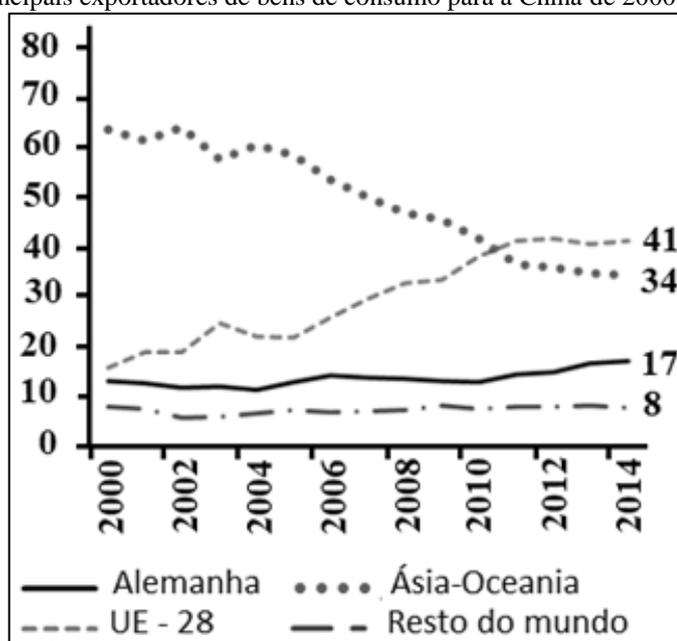
Gráfico 28 - Balança comercial chinesa de bens de consumo por níveis de qualidade 2000 -2014, em US\$ bilhões

Fonte: Adaptado de Lemoine e Ünal (2017, p.15)

Entre as explicações para a relevância dos bens de consumo de alta qualidade nas importações chinesas está a inadequação da oferta interna à demanda (LEMOINE; ÜNAL, 2017). A China produz, principalmente, bens de consumo de baixa e de média qualidade tanto para o mercado doméstico quanto para o mercado externo. Isso tem dificultado o atendimento da sua demanda crescente por aqueles bens do último nível de qualidade, conseqüentemente, restando às importações aos seus consumidores.

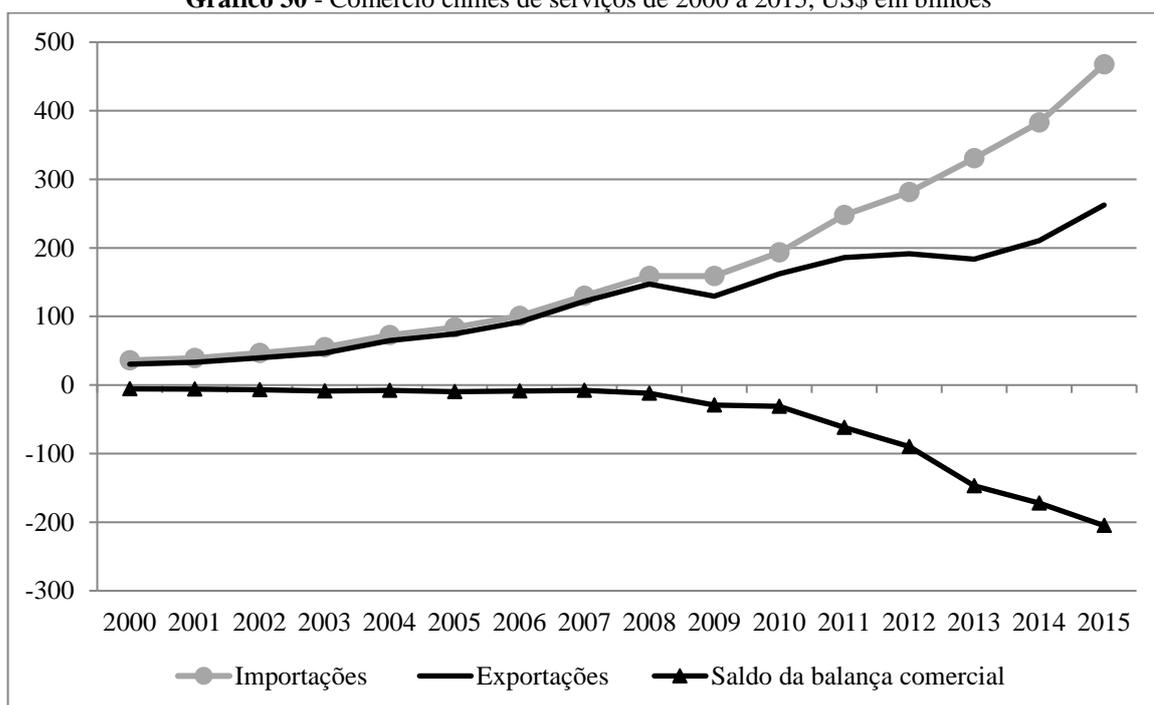
O quinto e último destaque é que essa natureza da produção da China tem implicações sobre o acesso ao mercado interno do país. Os países que produzem bens de baixa e de média qualidade, como os BRICS, têm dificuldades em acessar esse mercado devido à especialização produtiva chinesa similar. Já aqueles que fabricam bens de alta qualidade têm acesso mais fácil, pois a oferta interna é insuficiente. Isso explica o porquê de enquanto a participação da região da Ásia-Oceania (que oferta mais produtos de baixa e de média qualidade) como origem das importações chinesas de bens de consumo diminuiu, a participação da União Europeia-28 (que oferta mais produtos de alta qualidade), cuja Alemanha é o principal exportador, aumentou, de acordo com o gráfico 29.

Gráfico 29 - Principais exportadores de bens de consumo para a China de 2000 a 2014, % do total

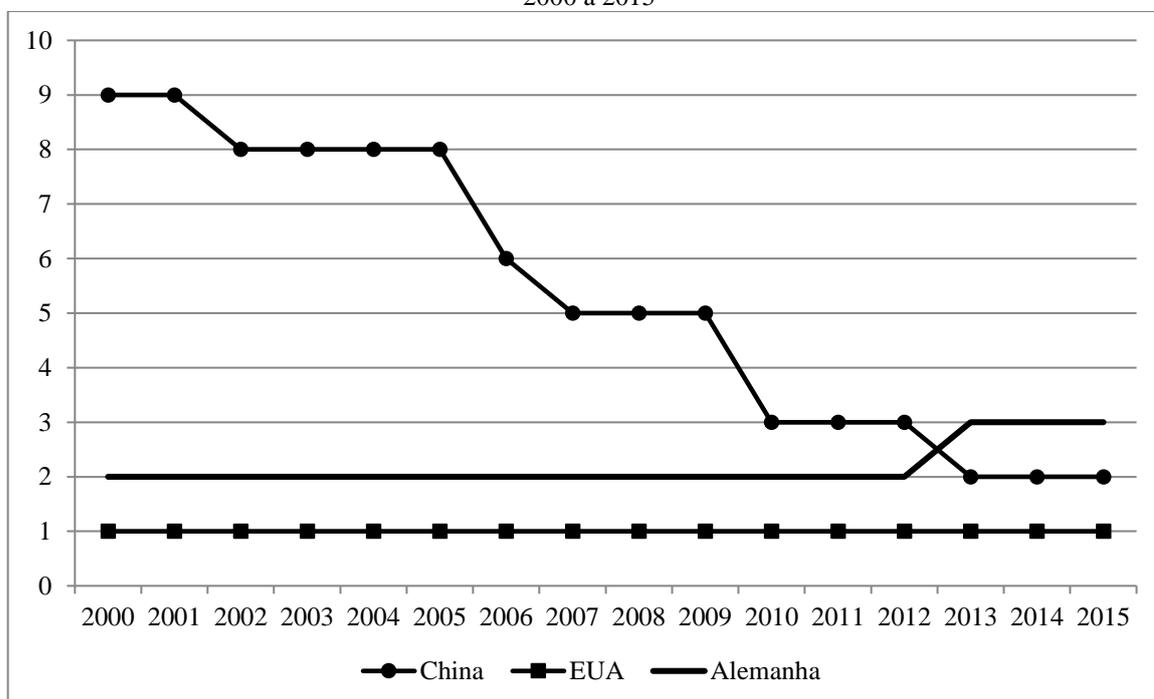


Fonte: Adaptado de Lemoine e Ünal (2017, p.15)

As importações chinesas de serviços também apresentam indícios de que têm sido influenciadas pelo modelo de crescimento do país. Elas cresceram em ritmo estável em relação às exportações de 2000 a 2008 (gráfico 30). Desde então, elas têm crescido mais rapidamente, inicialmente, devido aos efeitos negativos da CFG sobre as exportações, e, em seguida, devido à conformação do rebalanceamento, o que, se por um lado, tem transformado a China em um dos maiores consumidores mundiais de serviços (gráfico 31), por outro lado, tem contribuído para aumentar o seu déficit na balança comercial dos mesmos, situação oposta à verificada na balança comercial de bens.

Gráfico 30 - Comércio chinês de serviços de 2000 a 2015, US\$ em bilhões

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da United Nations (2017)

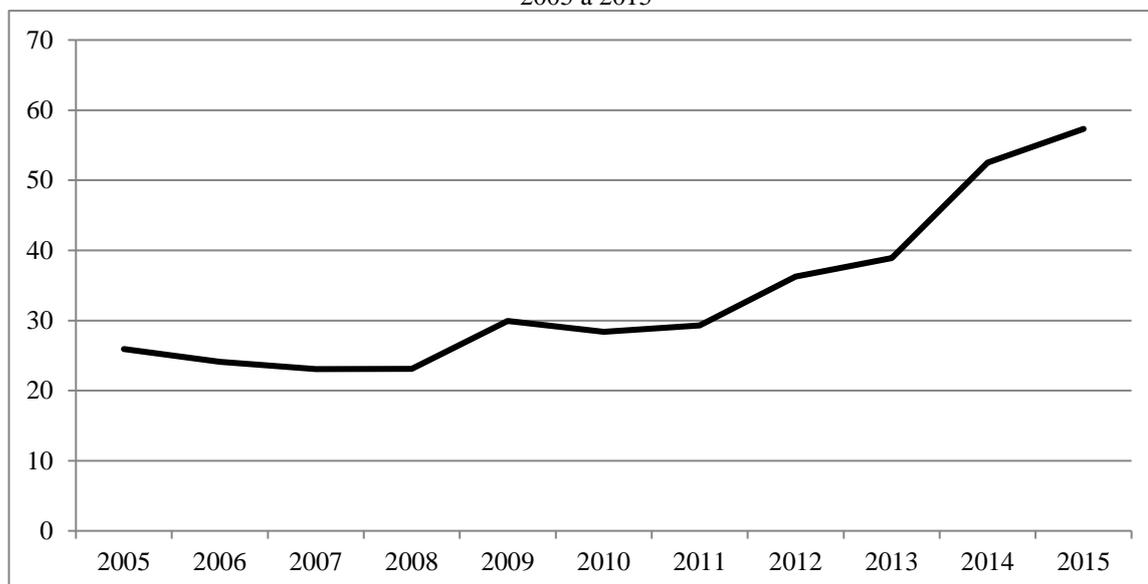
Gráfico 31 - Posição da China, dos EUA e da Alemanha no ranking mundial de importadores de serviços de 2000 a 2015

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do International Trade Centre (2018)

Os efeitos do rebalanceamento econômico da China sobre as suas importações de serviços são melhores observados no gráfico 32. Como se verifica, as importações chinesas de serviços de viagens, uma das mais associadas ao consumo das famílias, cresceram bastante

desde que o rebalanceamento começou a se configurar. Elas saíram de uma participação de cerca de 23% do total de serviços importados pelo país em 2008 para aproximadamente 57% em 2015, um aumento de 34 pontos percentuais em apenas 7 anos.

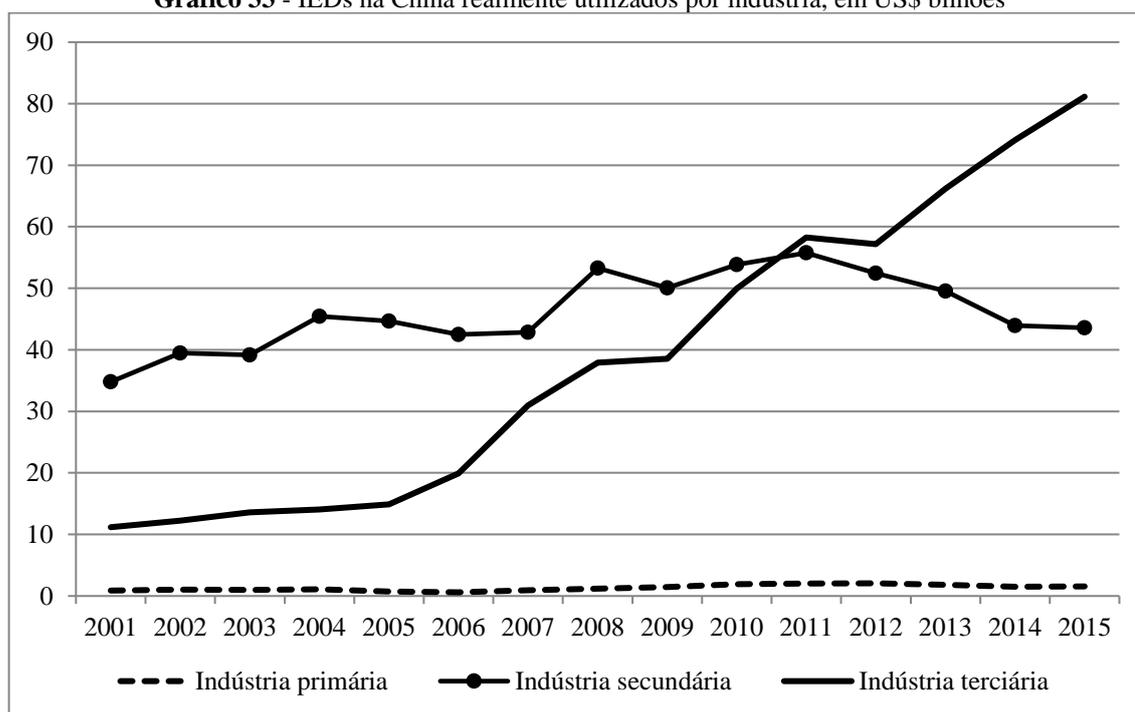
Gráfico 32 - Importações chinesas de serviços de viagens em % do total de serviços importados pelo país de 2005 a 2015



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da United Nations Conference on Trade and Development (2018)

Igualmente, os dados sugerem alguns efeitos do rebalanceamento sobre as entradas de IEDs na China, país que de 2001 a 2015 sempre esteve entre os seis principais receptores mundiais desses investimentos (UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT, 2018). Como evidenciado no gráfico 33, os IEDs realmente utilizados na indústria secundária caíram a partir de 2011. Isso ocorreu, principalmente, devido à redução daquelas inversões realizadas no setor de construção, um dos carros-feches do crescimento desequilibrado.

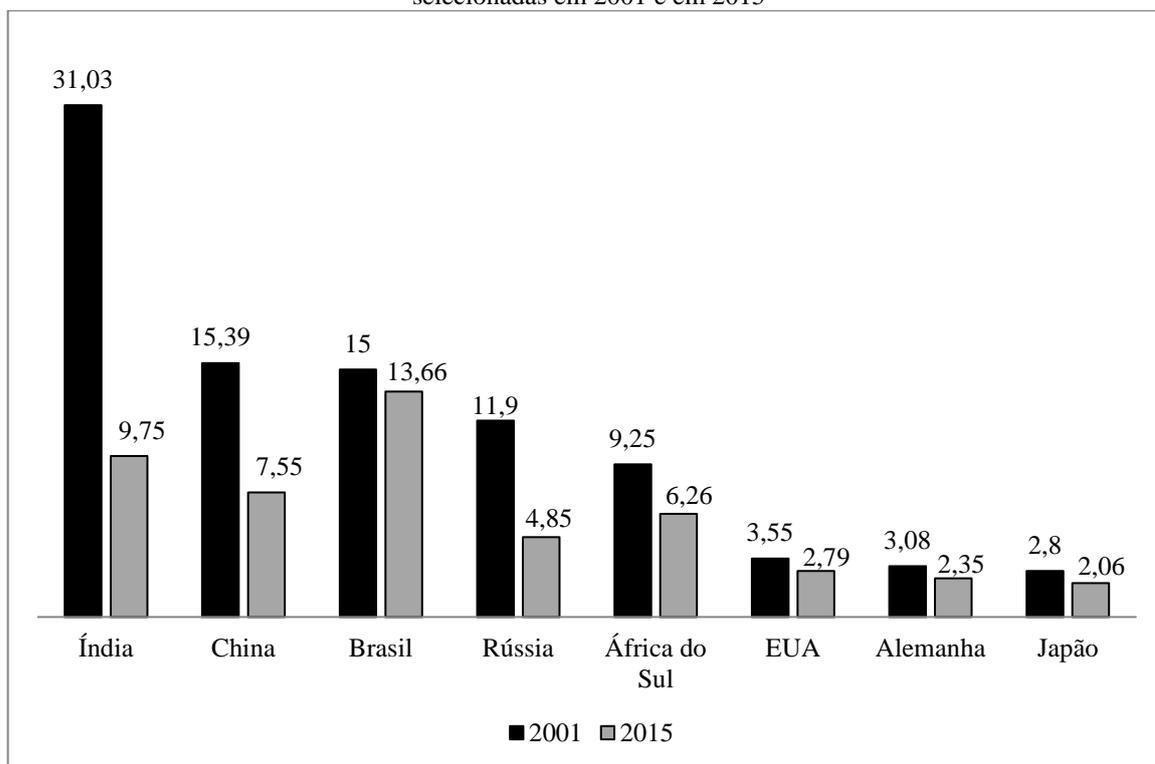
Também em 2011, a indústria secundária foi ultrapassada pela indústria terciária como a principal receptora de IEDs no país. Esta última já vinha crescendo em ritmo acelerado desde 2005-2006, sobretudo, em razão do aumento dos IEDs no setor de serviços imobiliários, de serviços de locações e empresariais, e de serviços de comércio a atacado e a varejo.

Gráfico 33 - IEDs na China realmente utilizados por indústria, em US\$ bilhões

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do National Bureau of Statistics of China (2018)

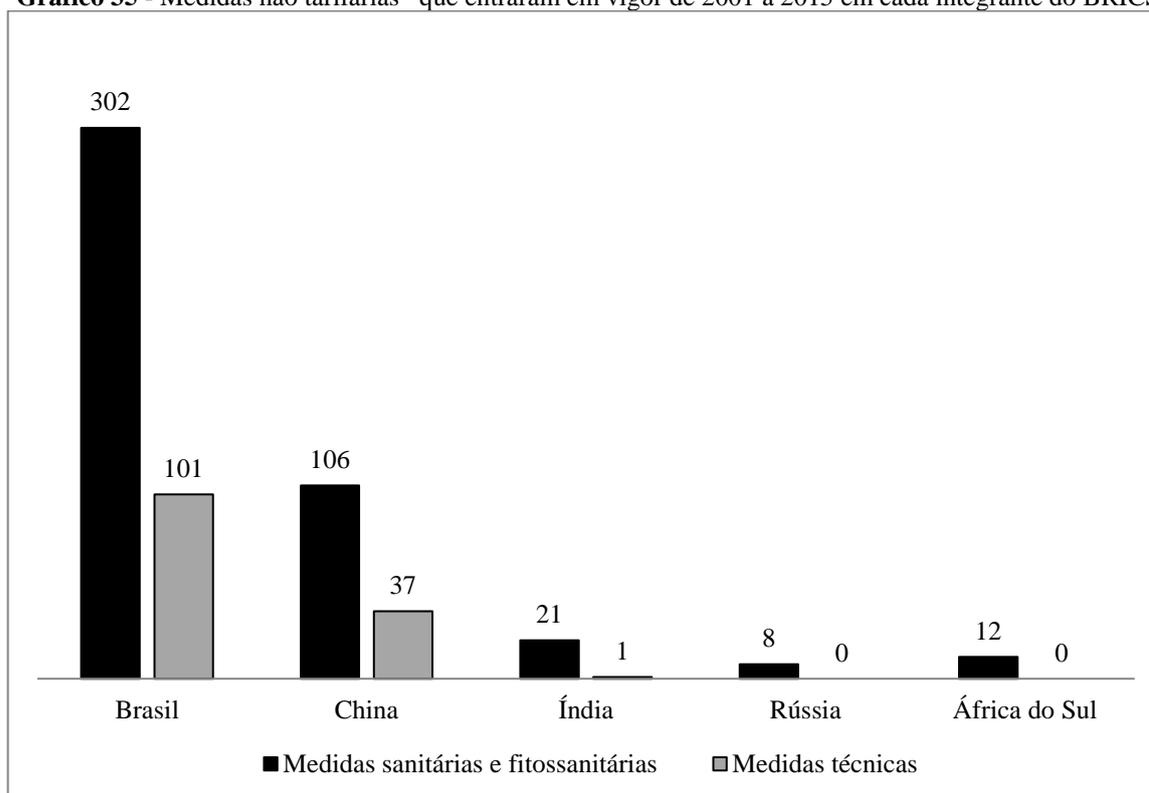
Esses impactos dos modelos de crescimento econômico da China poderiam ser ainda maiores caso as restrições sobre as importações de bens e de serviços e sobre as entradas de IEDs impostas pelo país, mesmo fazendo parte da OMC, fossem menores. De acordo com o gráfico 34, embora ele tenha reduzido as suas barreiras tarifárias aplicadas sobre as importações de bens em 2015 em relação a 2001, elas ainda continuam elevadas quando comparadas com aquelas justapostas por outras grandes economias, principalmente aquelas que também são superpotências comerciais.

Gráfico 34 - Médias simples (em %) das taxas tarifárias aplicadas a todos os produtos importados pelos países selecionadas em 2001 e em 2015



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do World Bank Group (2018)

As importações de bens pela China também são prejudicadas pelas medidas não tarifárias adotadas. De acordo com o gráfico 35, tanto a quantidade de medidas sanitárias e fitossanitárias quanto a quantidade de medidas técnicas que entraram em vigor no país de 2001 a 2015 foram apenas menores do que aquelas efetivadas pelo Brasil entre os integrantes do agrupamento BRICS.

Gráfico 35 - Medidas não tarifárias* que entraram em vigor de 2001 a 2015 em cada integrante do BRICS

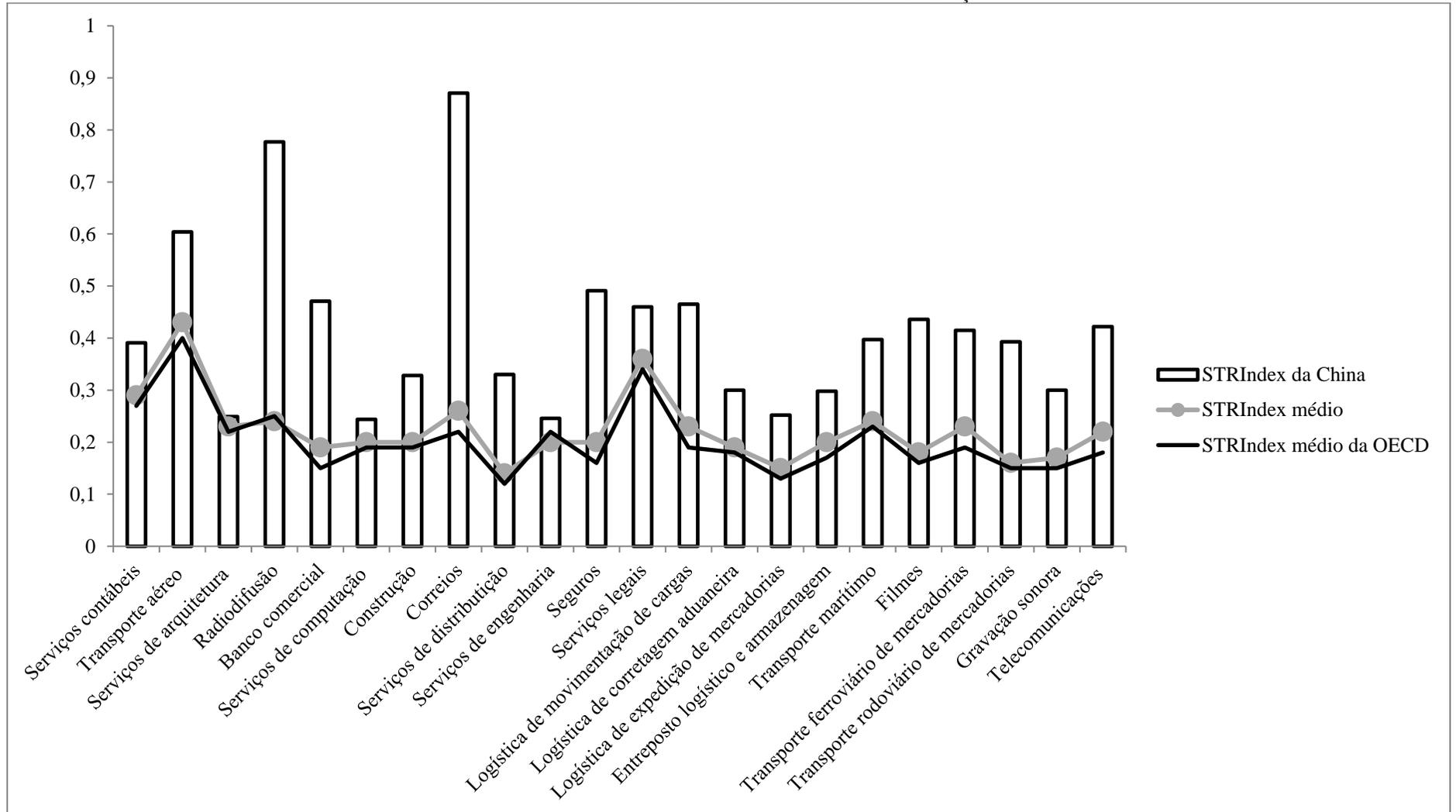
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do World Trade Organization (2018)

Nota: * Medidas não tarifárias que afetaram todos os membros da OMC

A China também se mostra fechada ao comércio internacional de serviços de acordo com o Índice de Restritividade ao Comércio de Serviços (em inglês, Services Trade Restrictiveness Index [STRIndex])¹. Como se observa no gráfico 36, em 2015, o STRIndex do país foi maior do que a média do próprio índice e a média dos países da OECD nos 22 setores analisados. Os seus setores menos restritos ao comércio foram os de serviços de computação, serviços de arquitetura e os de logística de expedição de mercadorias. Em contraste, os mais restritos foram os setores de serviços de correios, radiodifusão e transporte aéreo.

¹ O STRIndex compreende um índice que mede a restritividade do país ao comércio internacional de serviços. Ele está disponível para 42 economias (as 35 economias da OECD mais 7: Brasil, China, Colômbia, Índia, Indonésia, Rússia e África do Sul) e avalia 22 setores. Cada um deles recebe notas em cinco itens políticos: 1. Restrições sobre as condições de entrada no mercado; 2. Restrições à circulação de pessoas; 3. Outras medidas discriminatórias; 4. Barreiras à concorrência; e 5. Transparência regulamentar. As suas médias compõem o valor final do índice, o qual varia de 0 (economia completamente aberta ao comércio de serviços) a 1 (economia completamente fechada ao comércio de serviços) (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, © 2016a).

Gráfico 36 - Índice de Restritividade ao Comércio de Serviços



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da Organisation for Economic Co-operation and Development (© 2016a)

A análise dos cinco itens políticos que compõem a nota auferida por cada setor mostra qual deles foi o que mais colaborou para o relativamente elevado STRIndex chinês. Conforme mostra a tabela 6, em 17 deles o item “Restrições sobre as condições de entrada no mercado” foi o que mais contribuiu, número superior aos de outras economias aqui consideradas.

Tabela 6 - Número de vezes que cada item político aparece como o maior contribuinte para o STRIndex nos 22 setores considerados em 2015

	China	Índia	Brasil	Coreia do Sul	Rússia	África do Sul	Japão	EUA
1 - Restrições sobre as condições de entrada no mercado	17	13	12	12	7	8	9	9
2 - Restrições à circulação de pessoas	1	6	4	5	11	5	0	8
3 - Outras medidas discriminatórias	1	0	1	0	0	3	0	2
4 - Barreiras à concorrência	1	3	2	5	3	6	5	3
5 - Transparência regulamentar	2	0	3	0	1	0	8	0

Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados da Organisation for Economic Co-operation and Development (© 2016a)

Nessa mesma linha segue o Índice de Restritividade Regulatória do IED (em inglês, lê-se: FDI Regulatory Restrictiveness Index) da OECD, o qual mede as restrições legais sobre os IEDs em 58 países, incluindo todos da OECD e do G20, e abrange 22 atividades (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, © 2016b). Conforme a tabela 7, em 2015 a China possuiu o maior índice entre todos os países (0,386) e em todos os setores aqui considerados: primário (0,438), secundário (0,263) e terciário (0,445). Ela também alcançou o maior índice em 15 das 22 atividades abrangidas, inclusive as sete do setor secundário (atividades de 5 a 11), e o segundo maior em outras cinco (atividades 2, 4, 13, 19 e 21). Ademais, cabe destacar que as restrições impostas pela China aos IEDs são geralmente maiores no setor terciário, tanto entre os países quanto entre os setores econômicos, dado o seu valor estratégico para a economia. Como afirma Hsueh (2008, p. 8-9, tradução nossa):

O valor estratégico de um setor molda como o governo central formula os objetivos estatais, quem controla a política de IED, e que tipos de medidas são empregados. Em outras palavras, os objetivos e as prioridades do Estado específicas do setor, as relações Estado-indústria, e os métodos de controle são moldados pelo valor estratégico de um setor para explicar os polos de maior liberalização e a continuada intervenção estatal na economia política da China.

Tabela 7 - Índice de restritividade regulatória dos IEDs

	Japão	Coreia do Sul	EUA	Média OECD	Brasil	China	Índia	Rússia	África do Sul
Setores / Atividades									
Primário	0,069	0,250	0,181	0,100	0,188	0,438	0,321	0,157	0,010
1. Agricultura	0,025	0,500	0,000	0,066	0,225	0,305	0,525	0,150	0,010
2. Silvicultura	0,025	0,000	0,000	0,038	0,225	0,150	0,000	0,000	0,010
3. Pesca	0,150	0,500	0,625	0,257	0,275	1,000	0,700	0,150	0,010
4. Mineração e extração (incluindo extração de óleo)	0,075	0,000	0,100	0,037	0,025	0,298	0,060	0,327	0,010
Secundário	0,005	0,060	0,028	0,034	0,025	0,263	0,049	0,079	0,010
5. Alimentos e outros	0,000	0,000	0,000	0,020	0,025	0,168	0,100	0,050	0,010
6. Petróleo refinado e produtos químicos	0,008	0,000	0,000	0,020	0,025	0,165	0,092	0,067	0,010
7. Metais, máquinas e outros minerais	0,000	0,000	0,000	0,019	0,025	0,195	0,020	0,050	0,010
8. Elétrico, eletrônico e outros instrumentos	0,000	0,000	0,000	0,019	0,025	0,163	0,020	0,050	0,010
9. Equipamentos de transportes	0,000	0,000	0,000	0,020	0,025	0,323	0,000	0,258	0,010
10. Eletricidade	0,025	0,417	0,197	0,120	0,025	0,480	0,064	0,030	0,010
11. Construção	0,000	0,000	0,000	0,019	0,025	0,345	0,050	0,050	0,010
Terciário	0,077	0,141	0,094	0,085	0,118	0,445	0,325	0,255	0,101
12. Vendas por atacado	0,001	0,000	0,000	0,019	0,025	0,190	0,000	0,050	0,010
13. Vendas a varejo	0,001	0,000	0,000	0,024	0,025	0,220	0,468	0,050	0,010
14. Transporte	0,275	0,508	0,550	0,218	0,275	0,554	0,158	0,350	0,193
15. Hotéis e restaurantes	0,000	0,000	0,000	0,020	0,025	0,150	0,000	0,100	0,110
16. Mídia	0,200	0,563	0,250	0,163	0,550	1,000	0,310	0,350	0,298
17. Comunicações	0,265	0,325	0,110	0,088	0,025	0,750	0,175	0,100	0,010
18. Serviços bancários	0,000	0,000	0,100	0,040	0,150	0,500	0,413	0,500	0,010
19. Seguros	0,000	0,000	0,000	0,023	0,125	0,625	0,450	0,695	0,060
20. Outras finanças	0,000	0,150	0,025	0,042	0,050	0,405	0,040	0,100	0,085
21. Serviços empresariais	0,000	0,000	0,000	0,067	0,025	0,325	0,563	0,175	0,260
22. Investimento no setor imobiliário	0,100	0,000	0,000	0,164	0,025	0,180	1,000	0,333	0,060
Total FDI Index 2015	0,052	0,135	0,089	0,068	0,101	0,386	0,237	0,181	0,055

Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados da Organisation for Economic Co-operation and Development (© 2016b).

Legenda: Células pretas = maior índice do setor. Células cinzas = segundo maior índice do setor.

4.4 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Cada modelo de crescimento da China impacta a economia mundial de forma distinta. No caso do modelo desequilibrado, os impactos se originaram do crescimento econômico acelerado chinês baseado no tripé investimentos, exportações e produção industrial. Eles englobaram a transformação do país em superpotência econômica, a expansão de sua capacidade de investimentos, o aumento dos desequilíbrios na economia mundial e as mudanças dos termos de troca em favor de algumas commodities e em desfavor de algumas manufaturas.

No caso do modelo rebalanceado que está se estabelecendo, as implicações advêm da menor taxa de crescimento da China e da progressiva dependência deste crescimento do

consumo privado. Elas incluem os efeitos derivados da redução do superávit do país em conta corrente, o aumento mais lento ou a diminuição dos preços internacionais de certas commodities e a formação de um grande mercado chinês para bens consumidos principalmente pelas famílias.

Cabe destacar que a natureza dos IEDs recebidos pela China e a natureza de suas importações já estão sendo alteradas pela mudança na estrutura de crescimento do país, o que fica mais claro no próximo capítulo. As alterações poderiam ser ainda maiores caso as restrições impostas pelo governo a esses fluxos fossem menores. Como visto, tais restrições são maiores do que aquelas que são registradas em outras grandes economias.

5 OS EFEITOS DO REBALANCEAMENTO DA CHINA SOBRE A DEMANDA DO PAÍS POR PRODUTOS E IEDS DOS DEMAIS ESTADOS DO BRICS

Este capítulo analisa os efeitos do rebalanceamento dos impulsionadores do crescimento econômico da China sobre os demais Estados do BRICS. O principal objetivo é responder a questão de pesquisa do presente estudo, a qual se detém aos efeitos do rebalanceamento da China sobre a demanda do país por produtos e por IEDs provenientes do Brasil, da Rússia, da Índia e da África do Sul.

Para responder a questão de pesquisa desta tese, algumas metodologias de seleção e de análise de dados das exportações e dos IEDs provenientes do Brasil, da Rússia, da Índia e da África do Sul para a China são estabelecidas na próxima seção. Nas seções seguintes, elas são aplicadas e, como se observa, elas conseguem comprovar a hipótese aqui defendida.

5.1 RELAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE A CHINA E OS DEMAIS BRICS: METODOLOGIAS DE SELEÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Para inserir análise empírica no contexto geral da pesquisa, é preciso retomar os principais pontos discutidos anteriormente. Como exposto no capítulo 2 e 3, o país conseguiu manter, de forma consecutiva, taxas elevadas de crescimento econômico real por muitos anos. O modelo de crescimento gerschenkroniano foi um dos grandes responsáveis por tal resultado. Todavia, ele tem demonstrado esgotamento e imposto ao país a necessidade de aumentar a contribuição do consumo privado para o crescimento e de diminuir a sua dependência dos investimentos e das exportações.

Os ajustes estruturais passaram a ser mais necessários na segunda metade da década passada. Foi durante os primeiros anos desse século que o crescimento do país se tornou mais desequilibrado e começou-se até a cogitar a possibilidade de que ele poderia passar por uma parada brusca, interrompendo o seu sucesso histórico. Aos poucos, as autoridades do país se conscientizaram da urgência em ter de promover o crescimento sobre bases mais sustentáveis, isto é, sobre o consumo privado.

O rebalanceamento começou a acontecer em um cenário doméstico em que já se registravam mudanças importantes. O sucesso econômico do país tornou os chineses mais ricos, o que, gradualmente, aumentou o seu poder de compra e transformou a sua estrutura de consumo, muito embora existissem muitos fatores reprimindo a sua renda disponível. Além

disso, a estrutura de produção também mostrou evolução da indústria para os serviços. Quando as autoridades chinesas realmente se comprometeram com o rebalanceamento esses progressos foram promovidos ainda mais. Para tanto, algumas ações que já vinham sendo adotadas nesse sentido foram aprofundadas, enquanto outras novas foram implementadas.

O que é primordial frisar para a compreensão da análise empírica que se segue, é que cada modelo de crescimento tem estruturas de produção e de consumo distintas. Se um país tem um crescimento baseado, sobretudo, nos investimentos, ele tem um perfil de produção e de consumo diferente daquele que teria se dependesse, principalmente, do consumo privado. Na China, o rebalanceamento tem elevado a importância dos setores mais orientados para o consumo privado, como os setores de bens de consumo de alta qualidade e de serviços de educação e saúde, tanto na produção doméstica quanto nas importações. Enquanto isso, ele tem provocado a redução da importância daqueles setores mais relacionados às demandas dos investimentos, dentre os quais o de metais, o de mineração e o de extração (SIMOLA, 2015).

O ajuste setorial causado pela mudança no modelo de crescimento econômico, por sua vez, tem implicações geográficas (SIMOLA, 2015). A China é um país de grande relevância econômica mundial e, por estar inserido ativamente no movimento de interdependência gestado pelo processo de globalização, alguns acontecimentos que lhes são internos podem ser sentidos por seus parceiros econômicos.

Esta tese enfoca as implicações das mudanças no modelo de crescimento econômico da China sobre a sua demanda por produtos e por IEDs oriundos do Brasil, da Rússia, da Índia e da África do Sul, pela razão desse conjunto de países integrarem o agrupamento conhecido como BRICS. Esse agrupamento foi constituído em 18 de maio de 2008¹ como uma entidade político-diplomática, inicialmente sem a África do Sul, a qual se tornou membro apenas em 2011 (BRASIL, 2016).

As relações econômicas entre a China e os demais Estados do BRICS se intensificaram nos últimos anos, sobretudo, as relações comerciais. Conforme a tabela 8, a maior economia do mundo se transformou na principal fonte das importações de bens de

¹ Embora o BRICS tenha sido constituído como entidade político-diplomática em 2008, algumas de suas raízes remontam um estudo conduzido por Jim O'Neill em 2001, intitulado "*Building better global economic BRICs*", que chamava a atenção do mercado financeiro para as oportunidades de negócios no Brasil, na Rússia, na Índia e na China. A pesquisa suscitou nos líderes de cada país a intenção de constituírem um novo agrupamento entre si, o que se concretizou em 2008 e atualmente possui três pilares de atuação (BRASIL, 2016). O primeiro é a coordenação de interesses em reuniões e organismos internacionais, principalmente no âmbito do grupo das vinte maiores economias do mundo (G-20) e na luta por reformas nas Nações Unidas, sobretudo, em seu órgão mais poderoso, o Conselho de Segurança. O segundo é a cooperação multisetorial em áreas como comércio e finanças, educação, saúde, ciência e tecnologia, segurança e agricultura. O terceiro é a cooperação financeira com países de fora do agrupamento, o que começou a ganhar forma a partir de 2012, com a divulgação da criação do Novo Banco de Desenvolvimento.

todos os outros integrantes do BRICS, assim como no mais importante ou em um dos mais importantes destinos para as suas exportações.

Tabela 8 - Evolução da China como destino para as exportações (Exp.) e como origem das importações (Imp.) dos demais Estados do BRICS

		2001		2002		2003		2004		2005	
		Exp.	Imp.								
B	Posição	6	9	4	7	3	5	4	4	3	4
	% do total	3,26	2,39	4,17	3,29	6,19	4,44	5,63	5,91	5,77	7,28
R	Posição	3	7	4	5	4	4	6	4	4	3
	% do total	5,60	3,93	6,41	5,20	6,18	5,77	5,56	6,28	5,40	7,36
I	Posição	13	7	8	5	5	4	3	2	3	2
	% do total	2,10	3,61	3,06	4,56	4,32	4,99	5,40	6,11	7,16	7,22
S	Posição	17	6	18	5	8	5	11	3	9	2
	% do total	1,77	4,16	1,95	5,18	2,81	6,42	2,62	7,51	2,91	8,99
		2006		2007		2008		2009		2010	
		Exp.	Imp.								
B	Posição	3	3	3	2	3	2	1	2	1	2
	% do total	6,10	8,75	6,69	10,46	8,35	11,59	13,73	12,46	15,25	14,08
R	Posição	4	2	7	2	7	1	4	1	4	1
	% do total	5,23	9,37	4,31	12,22	4,52	13,02	5,52	13,38	4,98	17,02
I	Posição	3	1	3	1	3	1	3	1	3	1
	% do total	6,46	8,78	6,51	11,24	5,55	10,00	5,87	11,49	7,91	11,78
S	Posição	5	2	5	2	5	1	1	1	1	1
	% do total	4,01	10,05	6,51	10,72	5,83	11,31	10,53	13,06	9,80	13,84
		2011		2012		2013		2014		2015	
		Exp.	Imp.								
B	Posição	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1
	% do total	17,31	14,49	17,00	15,35	19,02	15,56	18,04	16,30	18,63	17,92
R	Posição	3	1	3	1	3	1	3	1	3	1
	% do total	6,71	15,69	6,82	16,37	6,76	16,88	7,52	17,74	8,24	19,26
I	Posição	4	1	3	1	3	1	3	1	4	1
	% do total	5,55	12,00	5,09	11,07	4,88	11,08	4,23	12,68	3,62	15,77
S	Posição	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	% do total	11,57	13,82	10,46	14,03	12,67	15,47	9,58	15,47	8,33	18,35

Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados do World Bank Group (2018)

Essa relevância da China reforça ainda mais a necessidade do presente estudo, o qual tem a seguinte questão de pesquisa: como o rebalanceamento tem afetado a demanda chinesa por produtos e por IEDs provenientes dos demais Estados do BRICS? A sua hipótese é ele a tem afetado reduzindo a necessidade por produtos e por IEDs mais associada à demanda dos investimentos e elevando aquela mais associada à demanda do consumo privado, impactando os demais Estados do BRICS conforme a posição de cada um na DIT.

Para se comprovar essa hipótese duas evidências devem ser encontradas. A primeira é que as exportações de bens e de serviços dos demais Estados do BRICS para a China, assim como os seus investimentos no país, tenham ocorrido de acordo com a posição de cada um na DIT, posição esta que é identificada pelo IVCR e pelo ranking das 100 maiores EMNs. A segunda é que a partir do início do rebalanceamento enquanto a parte desses fluxos mais

associada à demanda dos investimentos e que, por isso, ampliou-se durante o período de crescimento desequilibrado passou a diminuir, aquela parte mais associada à demanda do consumo privado passou a aumentar.

Com o objetivo de identificar tais evidências, utilizou-se aqui uma metodologia de seleção e de análise das exportações de bens, outra das exportações de serviços, e outra dos IEDs² brasileiros, russos, indianos e sul-africanos que seguiram para a China. No caso das exportações de bens, duas amostras que lhes são representativas foram selecionadas. A primeira foi composta por aqueles bens no nível de 6 dígitos do SH³ e que não sofreram modificações com as revisões de 2002, de 2007 e de 2012 dessa classificação de produtos que estiveram presentes entre os 10 (dez) mais exportados por cada país para a China em, pelo ao menos, 8 (oito) anos no período de 2001 a 2015, isto é, em mais de 50% do tempo.

Feita a seleção, calculou-se o IVCR para cada bem tanto para o país que o exportou quanto para a China a partir da fórmula apresentada no capítulo 2 com o objetivo de medir a competitividade internacional de cada ator em seu comércio, detectar complementariedades comerciais entre eles e, sobretudo, identificar as suas respectivas posições na DIT. Tais posições são possíveis de serem identificadas através do IVCR porque ele é um indicador da estrutura relativa das exportações de um país, ou seja, ele mede o desempenho comercial deste último em um produto particular ou em conjuntos de produtos em comparação ao mundo, indicando que ele possui VCRs na exportação em questão quando o seu valor for maior do que 1 ou DCRs quando o seu valor for menor do que 1.

Subsequentemente, os bens selecionados foram classificados de acordo com o seu principal uso final em bens de capital, bens intermediários e bens de consumo, isto é, eles foram classificados em uma das três classes básicas de bens no SCN⁴. Essas classes são assim definidas:

- a) Os bens de capital são bens, como máquinas e equipamentos, que servem para produzir outros bens (UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT, 2013b);

² Usam-se os dados das exportações e das saídas de IEDs brasileiras, russas, indianas e sul-africanas para a China ao invés dos dados sobre as importações chinesas e sobre as entradas de IEDs no país provenientes de seus parceiros em razão de sua maior disponibilidade.

³ O Sistema Harmonizado é uma nomenclatura internacional para a classificação de produtos logicamente estruturada por atividade econômica ou componente material. A sua edição 2017 (a mais recente) está dividida em 21 seções, 97 capítulos (nível de 2 dígitos), 1222 títulos (nível de 4 dígitos) e 5367 subtítulos (nível de 6 dígitos) (WORLD CUSTOMS ORGANIZATION, 2017).

⁴ De acordo com a European Commission et al. (2009, p.1, tradução nossa) “[o] Sistema de Contas Nacionais é um conjunto padrão de recomendações internacionalmente acordado sobre como compilar medidas de atividade econômica em conformidade com rígidas convenções contábeis baseadas em princípios econômicos”.

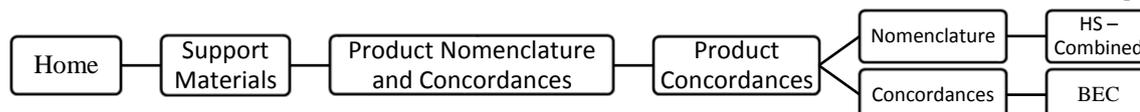
- b) Os bens intermediários são bens “[...], a exceção de ativos fixos, usados como insumo no processo de produção de um estabelecimento que são produzidos em outra parte da economia ou são importados. Eles podem ser transformados ou consumidos pelo processo de produção” (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2007, p. 407, tradução nossa);
- c) Os bens de consumo são aqueles “[...] usados sem transformação adicional na produção pelas famílias, pelas instituições sem fins lucrativos servindo as famílias ou pelas unidades do governo para a satisfação direta das necessidades ou desejos individuais ou das necessidades coletivas dos membros da comunidade” (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2007, p. 140, tradução nossa).

Para classificar os bens conforme o uso final de cada um, duas correspondências foram realizadas. Inicialmente, foi feita a correspondência dos bens selecionados no SH para a BEC⁵, 4ª revisão⁶. Em seguida, foi realizada a correspondência dos bens na BEC para as classes básicas de bens no SCN⁷.

Assume-se neste estudo que a procura por bens de capital e por bens intermediários está mais associada à demanda gerada pelo crescimento desequilibrado e a procura por bens de consumo está mais associada à demanda gerada pelo crescimento rebalanceado. Estas

⁵ A BEC é uma classificação internacional de produtos constituída por três níveis, onde o nível um é composto por 7 categorias, o nível dois por 14 e o nível três por 8. Nesse total, há 19 categorias básicas de bens (aquelas categorias que não podem mais ser subdivididas), das quais 16 são associadas, de acordo com o seu principal uso final, a uma das três classes básicas no SCN. As 3 restantes não estão associadas a nenhuma delas devido ao uso final múltiplo dos bens que as compõem. Essas três categorias básicas são “combustíveis para veículo a motor”, “veículos de passageiros” e “bens não especificados em outros lugares” (UNITED NATIONS, 2002).

⁶ A correspondência SH para BEC foi feita através do site do World Bank/World Integrated Trade Solutions: <<https://wits.worldbank.org>>. Ao acessá-lo, o pesquisador deve realizar um cadastro. Após isso, ele faz o seu *login* e na barra de menu da página seguinte seleciona “Support Material” e o submenu “Product Nomenclature and Concordances”. Ao entrar neste último, o pesquisador seleciona a opção “Product Concordances” e, após isso, no item “nomenclatura”, escolhe “HS - Combined” e no item “Concordances” escolhe “BEC”. Esquema:



Por fim, já na página de conversação, é só digitar o código SH do bem (6 dígitos) no espaço “HS – combined product code” e filtrar selecionando a alternativa “contains”, o que vai gerar, entre outras coisas, o “BEC product code”.

⁷ A correspondência da BEC para as classes básicas de bens no SCN foi feita com o auxílio do *BEC product code* que foi identificado a partir da correspondência SH/BEC. Cada código equivale a uma das 19 categorias básicas da BEC, das quais, como visto, 16 são associadas a uma das três classes básicas de bens no SCN. Como referência para essa correspondência usou-se o documento United Nations (2002), especialmente os seus parágrafos 9 e 10.

associações são estabelecidas considerando os principais consumidores desses bens e para que eles os usam.

Os bens de capital e os bens intermediários são, principalmente, utilizados pelas empresas em seus processos de produção e, como se verificou no capítulo 3, a produção industrial elevada é um dos principais indicadores do crescimento desequilibrado. Consequentemente, a maior procura chinesa por esses bens pode ser reflexo da demanda gerada pelo crescimento desequilibrado, ou seja, uma demanda mais associada aos investimentos.

Os bens de consumo são consumidos, principalmente, pelas famílias com o objetivo de satisfazer as suas necessidades ou desejos. Também como se verificou no capítulo 3, o maior consumo das famílias é um indicador do crescimento rebalanceado em formação. Por conseguinte, a maior procura chinesa por bens de consumo pode ser reflexo da demanda gerada por esta forma de crescimento, ou seja, uma demanda mais associada ao consumo privado.

Após tudo isso, uma segunda amostra de bens foi selecionada, pois a primeira identificou que os principais bens brasileiros, russos, indianos e sul-africanos exportados para a China eram bens intermediários, isto é, eram bens consumidos, especialmente, pelas empresas. Isto já era esperado, dado o crescimento desequilibrado chinês e a posição dos demais Estados do BRICS na DIT como ofertantes de produtos mais associados à demanda dos investimentos.

Consequentemente, foi necessário que a segunda amostra fosse composta por bens de consumo, haja vista a necessidade de estudar o comportamento da demanda chinesa por aqueles adquiridos a partir dos demais Estados do BRICS, principalmente, durante o período de conformação do rebalanceamento. Nessa perspectiva, selecionaram-se todos os bens de consumo no nível de 6 dígitos do SH e que não sofreram alterações com as revisões de 2002, de 2007 e de 2012 dessa classificação internacional de produtos entre os 100 principais bens vendidos por cada país a China em 2015. Naqueles casos em que o número de bens na amostra foi inferior a cinco, ampliou-se o universo de identificação dos mesmos até atingir essa quantidade, *ceteris paribus*.

Como se observa, os bens que sofreram modificações com as revisões de 2002, de 2007 e de 2012 do SH não foram incluídos nem na primeira nem na segunda amostra. Essas modificações incluem divisões, fusões ou extinções de bens e acabam dificultando a construção de séries históricas de dados sobre eles. Por exemplo, o produto “escamado congelado do Alasca” (Frozen Alaska pollack – SH 030367) foi o principal bem de consumo

exportado pelos russos e pelos indianos para a China em 2015. Mas, ele passou a existir no SH apenas em 2012 quando o produto “peixe congelado de água doce e de água salgada” (SH 030379) foi dividido em outros 11 (SH 030356, SH 030389, SH 030323, SH 030382, SH 030369, SH 030368, SH 030367, SH 030324, SH 030355, SH 030329 e SH 030325). E mesmo o produto 030379 já tinha sido dividido em outros dois na revisão do SH em 2007, os quais existiram apenas até a atualização de 2011, a saber, o peixe-espada (SH 030361) e a marlonga (Toothfish – SH 030362). Foi também por esta razão que se escolheu o ano de 2015 na segunda amostra. De modo geral, os bens de consumo exportados pelos demais BRICS para a China são poucos e muitos deles sofreram modificações com as revisões do SH supramencionadas, conseqüentemente, impedindo que um intervalo de tempo maior fosse considerado.

Ademais, não foram considerados em ambas as amostras selecionadas os bens que na BEC foram identificados como pertencentes às subcategorias “combustíveis para veículo a motor”, “veículos de passageiros” e “bens não especificados em outros lugares”. Os bens pertencentes a cada uma delas possuem uso final múltiplo, ou seja, eles podem ser classificados em mais de uma classe básica de bens no SCN.

No caso das exportações de serviços, devido a sua menor disponibilidade de dados, a amostra selecionada para análise foi composta por grupos de serviços. Primeiro, calcularam-se os IVCRs para os grupos de serviços exportados por cada um dos membros do BRICS tendo por base a classificação BPM5 e BPM6. Em seguida, escolheu-se aquele grupo em que o país obteve as maiores VCRs (exceto em serviços governamentais)⁸, ou seja, aquela categoria em que ele está mais bem posicionado na DIT e, conseqüentemente, em melhores condições de suprir a demanda do mercado chinês.

Para analisar os investimentos se criou um índice para detectar a especialização de cada país na execução dos IEDs, estabelecer comparações entre elas e verificar se aquela identificada para o Brasil, para a Rússia, para a Índia e para a África do Sul foi condizente com a demanda da China por inversões mais relacionadas a cada um dos seus modelos de crescimento. O índice é constituído pela distribuição industrial das EMNs presentes no ranking da UNCTAD das 100 maiores EMNs não financeiras das economias em desenvolvimento e das economias em transição classificadas por ativos, no mínimo, em dois anos entre 2010 e 2015, exceto 2013, ano para o qual os dados não foram encontrados. Além de ser de fácil operacionalidade, ele evita as distorções nas atividades econômicas

⁸Devido à distorção na sua comercialização causada pela presença do governo.

(superestimações e subestimações) geralmente identificadas nos dados fornecidos pelos bancos centrais, pois estes em seus levantamentos sobre a identificação das atividades onde os IEDs estão localizados tendem a considerar as suas “empresas de destino imediato” e não as suas “empresas de destino final”, impedindo a identificação das ocupações finais dessas inversões.

Os dados aqui utilizados advêm, principalmente, de instituições internacionais e de instituições brasileiras, russas, indianas e sul-africanas. Enquanto estas compreendem ao Banco Central e ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços do Brasil, ao Reserve Bank of India, ao Central Bank of the Russian Federation e ao South African Government aquelas compreendem ao ITC, ao World Bank Group, a UNCTAD e a United Nations.

Nas seções abaixo, as metodologias de seleção e de análise das exportações e dos IEDs oriundos do Brasil, da Rússia, da Índia e da África do Sul que seguiram para a China no período de 2001 a 2015 são empregadas. Estruturalmente, o encadeamento das próximas quatro seções obedece à mesma ordem de composição do nome BRICS. A última seção apresenta as considerações preliminares do capítulo.

5.2 OS EFEITOS DO REBALANCEAMENTO SOBRE AS EXPORTAÇÕES E SOBRE OS INVESTIMENTOS BRASILEIROS QUE SEGUEM PARA A CHINA

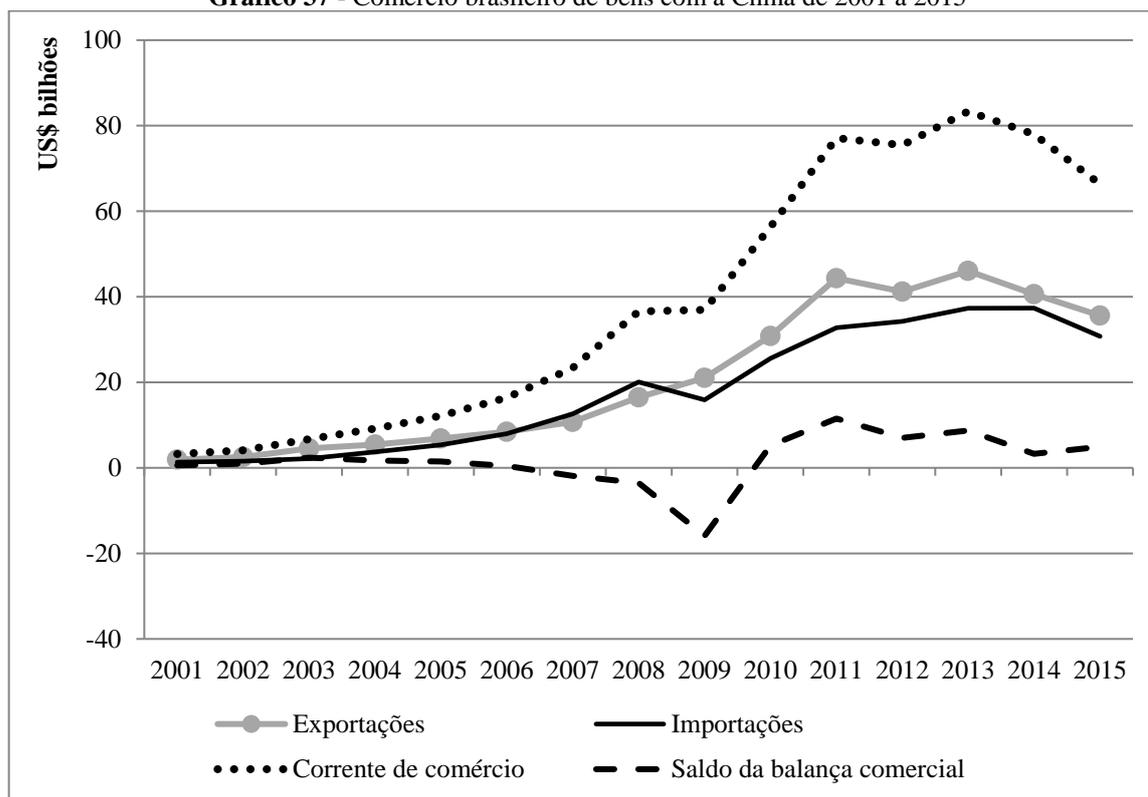
As relações sino-brasileiras foram pouco intensas desde que elas se iniciaram, no final do século XIX, até o final do século XX (ALTEMANI, 2012). Os primeiros contatos entre os dois países datam do término da década de 1870, quando o Brasil tentou, sem sucesso, abrir uma corrente migratória de mão de obra chinesa para trabalhar na agricultura. Embora o resultado tenha sido malfadado, os países assinaram um tratado de amizade, de comércio e de navegação em 1881 e o Brasil abriu um consulado em Xangai em 1883.

Apesar do tratado e do consulado, as relações bilaterais permaneceram escassas até serem rompidas oficialmente após a ascensão de Mao Tsé-tung ao poder na China continental no final da década de 1940 e, logo após, estabelecidas com Taiwan (ALTEMANI, 2012). Entre os fatores explicativos para o fraco relacionamento do final do século XIX a primeira metade do século XX estava a imersão do parceiro asiático em uma série de conflitos internos e externos no período. A interrupção de relações oficiais não impediu que os países mantivessem intercâmbios, como o cultural, através da Associação Cultural Brasil-China.

A partir do início dos anos de 1960, algumas alterações no paradigma da política externa brasileira, de baseado na aliança estratégica com os Estados Unidos para baseado na Política Externa Independente (política baseada na autonomia nacional e com o interesse de alcançar os objetivos brasileiros no exterior), elevou a simpatia brasileira pela Ásia (ALTEMANI, 2012). Todavia, isso não foi suficiente para mudar o caráter residual das relações sino-brasileiras.

As relações bilaterais ganharam maior intensidade a partir de 1990 (ALTEMANI, 2012). As relações econômicas entre os dois países adquiriram maior expressão desde então, mesmo que os países já tivessem reestabelecido relações diplomáticas em 1974 e assinado um acordo comercial em 1978, o qual foi complementado pelo convênio de transportes marítimos em maio de 1979.

Como nas relações sino-russas, sino-indianas e sino-sul-africanas apresentadas abaixo, o comércio de bens tem sido o intercâmbio mais relevante entre o Brasil e a China e este tem tanto refletido as vantagens comparativas de cada país como sentido os efeitos do rebalanceamento. Como evidenciado no gráfico 37, a corrente de comércio de bens cresceu rapidamente, saindo de US\$ 3,2 bilhões em 2001 para o valor recorde de US\$ 83,3 bilhões em 2013, quando passou a se reduzir, fechando 2015 em US\$ 66,3 bilhões.

Gráfico 37 - Comércio brasileiro de bens com a China de 2001 a 2015

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do International Trade Centre (2018)

O rápido crescimento do comércio bilateral transformou a China no principal parceiro comercial brasileiro. Como visto na seção anterior, ela se tornou o mais importante parceiro de exportação em 2009 e o principal parceiro de importação em 2012 (tabela 8 acima), deslocando, conseqüentemente, algumas contrapartes tradicionais brasileiras, como os EUA e a Argentina. Destaca-se que na maior parte do período de 2001 a 2015, a participação das exportações do Brasil para a China em relação ao total exportado pelo país foi a maior quando comparada com a da Rússia, a da Índia e a da África do Sul, tendo saído de 3,26% para 18,63%.

De acordo com os critérios metodológicos estabelecidos na seção anterior, os principais bens brasileiros exportados para os chineses entre 2001 e 2015 no nível de 6 dígitos do SH foram o minério de ferro não aglomerado e os seus concentrados (SH 260111), o minério de ferro aglomerado e os seus concentrados (SH 260112), a polpa química de madeira (SH 470329), o tabaco parcialmente ou completamente com caule ou descascado (SH 240120), os óleos de petróleo e os óleos obtidos a partir de minerais betuminosos (SH 270900) e o óleo de soja (SH 150710). O Brasil apresentou VCRs altas em todos esses produtos, exceto em óleos de petróleo (tabela 9). Todavia, mesmo neste último bem ele registrou IVCRs maiores do que os alcançados pela China, país que não obteve VCRs em

nenhum dos seis bens exportados. Dessa forma, verificou-se que houve uma alta complementariedade comercial entre os dois países.

Tabela 9 - IVCRs do Brasil e da China nos principais bens brasileiros exportados para os chineses de 2001 a 2015

	260111		260112		470329		270900		240120		150710	
	BRA	CHI										
2001	33,73	0,00	34,03	0,00	24,62	0,00	0,23	0,10	21,50	0,83	21,34	0,26
2002	32,59	0,00	32,69	0,00	22,69	0,00	0,53	0,08	26,76	0,94	25,12	0,15
2003	31,71	0,00	30,06	0,00	27,87	0,00	0,53	0,07	23,49	0,76	25,86	0,03
2004	25,58	0,00	29,77	0,00	25,31	0,00	0,45	0,04	25,21	0,72	24,89	0,04
2005	20,24	0,00	27,67	0,00	24,95	0,00	0,50	0,05	28,74	0,66	22,04	0,07
2006	21,40	0,00	28,81	0,00	24,90	0,02	0,65	0,04	26,66	0,60	15,80	0,14
2007	20,71	0,00	26,35	0,00	25,50	0,03	0,76	0,03	28,28	0,56	14,67	0,06
2008	18,21	0,00	25,14	0,00	25,41	0,00	0,75	0,02	27,65	0,60	16,30	0,15
2009	19,00	0,00	18,72	0,00	29,95	0,01	0,87	0,03	27,89	0,59	13,27	0,08
2010	19,63	0,00	24,08	0,00	27,13	0,00	1,08	0,01	23,60	0,61	11,04	0,06
2011	19,13	0,00	21,97	0,00	25,84	0,01	0,97	0,01	22,26	0,63	12,63	0,05
2012	18,07	0,00	20,92	0,00	27,96	0,01	0,93	0,01	23,55	0,54	14,58	0,07
2013	17,66	0,00	20,28	0,00	29,54	0,00	0,65	0,01	23,32	0,50	11,05	0,09
2014	17,49	0,00	23,18	0,01	34,34	0,00	0,98	0,00	20,36	0,44	11,31	0,14
2015	16,20	0,00	25,85	0,00	37,70	0,00	1,34	0,01	19,57	0,45	11,53	0,11

Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados do International Trade Centre (2018)

As aquisições desses bens pela China estiveram associadas ao seu modelo de crescimento econômico. De acordo com o quadro 3, todos eles eram bens intermediários e, conforme a tabela 10, as suas exportações para a China cresceram durante a década de 2000, quando o desequilíbrio no crescimento chinês foi mais visível, e começou a cair logo após, com exceção da polpa química de madeira, quando o rebalanceamento começou a se formar. Ainda segundo essa última tabela, esses bens somaram cerca de 46% do total exportado ao país na média de 2001 a 2015, tendo sido, assim, a menor participação relativa média entre os demais países em análise, como se mostra mais adiante.

Quadro 3 - Classificação dos principais bens brasileiros exportados para a China de 2001 a 2015 nas classes básicas de bens no SCN

Bens	Classes básicas de bens no SCN
260111	Bem intermediário
260112	Bem intermediário
470329	Bem intermediário
240120	Bem intermediário
270900	Bem intermediário
150710	Bem intermediário

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do World Bank Group (2018)

Tabela 10 - Principais bens brasileiros exportados para a China de 2001 a 2015, em US\$ milhares

	260111	260112	470329	240120	270900	150710	% do total
2001	340.140	142.494	122.465	51.376	39.847	2.199	36,72
2002	416.437	180.788	109.150	66.736	0	117.404	35,32
2003	520.771	244.087	259.386	55.090	22.266	256.400	29,96
2004	781.363	333.593	252.164	101.865	210.130	422.870	38,63
2005	1.242.541	542.090	230.104	247.946	541.630	144.044	43,14
2006	2.141.646	487.812	347.783	77.511	835.846	113.120	47,65
2007	3.118.949	591.337	385.553	271.027	839.897	310.246	51,33
2008	4.234.117	771.496	614.810	366.964	1.702.458	824.026	51,53
2009	7.167.114	656.601	891.956	368.456	1.338.299	398.992	51,52
2010	12.178.956	1.159.061	908.952	343.342	4.053.449	780.594	63,09
2011	17.976.881	1.820.196	1.061.997	377.748	4.883.734	759.821	60,66
2012	13.950.844	971.279	1.008.407	477.817	4.834.737	924.205	53,77
2013	15.227.156	705.968	1.344.597	453.879	4.034.516	507.163	48,39
2014	11.744.118	559.196	1.424.041	331.981	3.472.943	338.902	44,00
2015	5.749.582	702.696	1.645.642	262.346	4.138.635	138.253	35,49
Participação média desses bens no total exportado ao país de 2001 a 2015							46,08

Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados do International Trade Centre (2018)

Os principais bens de consumo brasileiros exportados para a China foram seis: os pedaços e as miudezas comestíveis de galo ou de galinha (SH 020714), a carne bovina desossada (SH 020230), o suco de laranja (SH 200911), o açúcar de cana ou de beterraba (170199) e os preparados alimentares (SH 210690). Nos cinco primeiros, o Brasil apresentou altas VCRs, enquanto no último apresentou DCRs na maior parte do período de 2001 a 2015. Todavia, ele registrou IVCRs superiores aos obtidos pela China (tabela 11). Mais uma vez, observou-se alta complementariedade comercial entre os países.

Tabela 11 - IVCRs do Brasil e da China nos principais bens de consumo brasileiros exportados para os chineses

	020714		020230		200911		020329		170199		210690	
	BRA	CHI										
2001	16,50	2,29	11,32	0,15	55,38	0,04	5,96	0,72	17,75	0,24	2,89	0,57
2002	20,63	1,47	10,70	0,06	67,15	0,04	7,94	0,94	18,83	0,27	1,38	0,56
2003	21,73	0,83	13,19	0,04	69,50	0,03	9,29	0,92	13,98	0,07	1,11	0,44
2004	30,41	0,23	18,66	0,05	61,42	0,03	8,92	1,11	16,63	0,05	1,02	0,36
2005	30,59	0,22	19,83	0,04	53,22	0,03	10,94	0,75	16,11	0,17	0,93	0,31
2006	29,62	0,13	24,01	0,05	55,75	0,02	9,60	0,64	18,19	0,06	0,86	0,30
2007	28,71	0,16	24,66	0,05	57,79	0,02	10,65	0,33	17,44	0,05	0,99	0,31
2008	27,97	0,15	23,73	0,05	48,94	0,02	9,20	0,21	14,61	0,02	0,88	0,24
2009	24,83	0,13	19,83	0,04	42,88	0,02	9,38	0,22	17,92	0,03	0,84	0,23
2010	24,24	0,17	18,49	0,05	36,00	0,01	8,74	0,24	17,70	0,04	0,84	0,24
2011	23,91	0,19	14,82	0,05	31,98	0,02	6,74	0,17	13,85	0,03	0,73	0,28
2012	24,39	0,14	15,90	0,03	38,30	0,03	7,22	0,15	13,05	0,02	0,90	0,28
2013	24,54	0,15	17,31	0,02	40,11	0,03	7,32	0,18	13,25	0,02	1,02	0,27
2014	26,48	0,16	17,93	0,02	42,62	0,03	9,25	0,23	12,99	0,02	0,90	0,25
2015	29,23	0,16	16,22	0,02	46,58	0,03	9,61	0,19	12,86	0,03	1,07	0,24

Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados do International Trade Centre (2018)

Todos os bens sofreram os efeitos do rebalanceamento. Como esperado, as exportações brasileiras para a China foram bem maiores entre 2010 e 2015 do que aquelas

registradas durante a década de 2000, principalmente as de pedaços e de miudezas comestíveis de galo ou de galinha e as de carne bovina desossada (tabela 12).

Tabela 12 - Principais bens de consumo brasileiros exportados para a China, em US\$ milhares

	020714	020230	200911	020329	170199	210690	% do total
2001	8.814	1.142	6.239	36	5.259	0	1,13
2002	4.772	98	7.325	1.122	722	31	0,56
2003	6.680	752	18.134	2.548	353	37	0,63
2004	33.692	468	31.003	4.476	115	3.054	1,34
2005	78.306	152	37.160	3.173	99	1.026	1,75
2006	18.886	119	43.407	19	409	21	0,75
2007	13.020	203	45.302	0	206	3.217	0,58
2008	1.331	262	56.212	0	398	5.106	0,38
2009	37.590	2.804	61.225	0	130	5.701	0,51
2010	219.567	4.911	73.847	136	9.305	4.635	1,01
2011	422.860	9.751	113.886	76	59.903	8.983	1,39
2012	492.801	72.916	88.254	7.880	16.675	7.093	1,66
2013	440.794	905	78.465	3.422	12.774	10.036	1,19
2014	518.794	456	74.911	1.862	4.135	4.362	1,49
2015	607.660	476.391	55.939	9.143	8.970	7.520	3,27
Participação média desses bens no total exportado ao país de 2001 a 2015							1,18

Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados do International Trade Centre (2018)

Em termos relativos, os seis bens representaram, em média, apenas 1,18% do total exportado pelo Brasil para a China de 2001 a 2015. Essa baixa participação, que também é perceptível nos casos da Rússia, da Índia e da África do Sul, é compreensível, tendo em vista a alta especialização do país em produtos mais demandados durante o período de crescimento desequilibrado.

Os efeitos do rebalanceamento sobre as exportações de serviços, bem como sobre os investimentos diretos analisados adiante, foram mais difíceis de serem identificados, tendo em vista a baixa disponibilidade de dados sobre esses fluxos. Em conformidade com a tabela 13, o Brasil registrou as maiores VCRs em outros serviços empresariais, inclusive, maiores do que as alcançadas pela China. Em 2015, esse grupo de serviços concentrou 51,78% das exportações brasileiras de serviços, sendo 38,87% de serviços técnicos, comerciais e de outros serviços empresariais, 11,09% de serviços de consultoria profissional e de gestão, e 1,82% de serviços de pesquisas e desenvolvimento (UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT, 2018).

Tabela 13 - IVCRs do Brasil e da China em grupos de serviços, anos selecionados

IVCRs – BPM5								
Grupos de serviços	2001		2005		2010		2013	
	BRA	CHN	BRA	CHN	BRA	CHN	BRA	CHN
Transportes	0,69	0,63	0,88	0,94	0,75	1,02	0,72	0,95
Viagens	0,61	1,74	0,88	1,44	0,74	1,16	0,68	1,00
Comunicações	1,09	0,34	0,65	0,28	0,55	0,30	0,32	0,32
Construção	0,09	1,20	0,02	1,60	0,04	3,50	0,04	2,32
Seguros	0,98	0,35	0,44	0,38	0,53	0,43	0,56	0,90
Serviços financeiros	0,55	0,05	0,45	0,03	0,91	0,11	1,05	0,22
Computação e informação	0,08	0,40	0,14	0,61	0,12	1,04	0,19	1,23
Royalties e taxas de licenciamento	0,20	0,06	0,10	0,03	0,19	0,08	0,23	0,07
Outros serviços empresariais	2,23	1,14	1,77	1,32	1,98	1,28	1,98	1,46
Serviços pessoais, culturais e recreativos	0,73	0,10	0,38	0,20	0,26	0,09	0,14	0,08
Serviços governamentais	3,05	0,61	3,35	0,30	2,75	0,33	2,65	0,36

IVCRs – BPM6						
Grupos de serviços	2005		2010		2015	
	BRA	CHN	BRA	CHN	BRA	CHN
Serviços de transformação de recursos materiais pertencentes a terceiros	-	7,28	-	6,04	0,00	5,25
Serviços de manutenção e de reparação não especificados em outros lugares	-	-	0,07	-	0,86	1,08
Transportes	0,93	0,90	0,76	0,91	0,80	0,97
Viagens	0,96	1,44	0,70	1,06	0,71	0,85
Construção	0,03	1,93	-	3,78	0,08	3,88
Serviços de seguros e pensões	0,35	0,07	0,52	0,29	1,19	0,44
Serviços financeiros	0,40	0,02	0,64	0,09	0,24	0,12
Encargos pelo uso da propriedade intelectual não incluído em outros lugares	0,11	0,03	0,10	0,08	0,27	0,08
Serviços de telecomunicações, informática e informações	0,27	0,39	0,24	0,70	0,48	1,17
Outros serviços empresariais	2,06	0,93	2,21	-	2,36	1,23
Serviços pessoais, culturais e recreativos	0,36	0,17	7,44	0,07	1,02	0,37
Bens e serviços governamentais não especificados em outros lugares	3,58	0,29	2,71	0,29	1,57	0,33

Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados da United Nations Conference on Trade and Development (2018)

Nota: “-” significa dados não disponíveis para o país.

Durante o período de análise, a China não esteve entre os principais destinos das exportações brasileiras de serviços (BRASIL, 2017b). Em 2015, o país foi apenas o 17º mais importante (queda de duas colocações em relação a 2014), ao importar US\$ 255 milhões em serviços do Brasil, o equivalente a, aproximadamente, 1,3% do total exportado pelo país no ano. Nas cinco primeiras posições estavam os EUA (32,5%), os Países Baixos (9,4%), a Alemanha (5,8%), o Reino Unido (4,7%) e a Suíça (4,6%).

Nesse mesmo ano, as exportações para a China foram compostas, principalmente, por serviços de pós-produção ou serviços que conectam etapas diferentes das cadeias globais de

valor. Entre eles se destacaram os serviços de transporte aquaviário de cargas (NBS¹ 1.0502), os serviços de manuseio de cargas (NBS 1.0601), os outros serviços de apoio aos transportes (NBS 1.0607) e os serviços de apoio para transportes aquaviários (NBS 1.0605) (BRASIL, 2017b).

Na tabela 14 estão os serviços, dentre os 15 principais exportados para a China de 2014 a 2016², pertencentes ao grupo ‘outros serviços empresariais’, ou seja, aquele em que o Brasil apresentou as maiores VCRs. A princípio, observaram-se crescimentos importantes de sua participação nas vendas para o parceiro asiático, a qual saiu de 23% em 2014, passou para 26% em 2015 e alcançou 29% em 2016. Em parte, esses aumentos podem estar associados ao rebalanceamento, pois alguns dos serviços em questão continuam sendo demandados nessa nova estrutura de crescimento chinês.

¹ NBS - Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e outras Operações que produzam Variações no Patrimônio. Mais informações em: < <http://www.mdic.gov.br/comercio-servicos/a-secretaria-de-comercio-e-servicos-scs-13> >.

² Foram encontrados dados sobre as exportações de serviços brasileiros para a China apenas para 2014, 2015 e 2016. Dada essa limitação temporal, incluiu-se o ano de 2016 no esforço de tornar alguma análise possível.

Tabela 14 - Outros serviços empresariais exportados pelo Brasil para a China de 2014 a 2016

Ano	Nomenclatura conforme NBS	US\$	% do total
2014	1.1805 - Outros serviços de apoio	1.615.4108	7%
	1.1409 - Outros serviços profissionais, técnicos e gerenciais não classificados em outra posição	12.629.543	5%
	1.1401 - Serviços gerenciais, de consultoria gerencial, de relações públicas e de comunicação social	10.962.611	5%
	1.1301 - Serviços jurídicos	6.295.641	3%
	1.1403 - Serviços de engenharia	4.425.564	2%
	1.1201 - Serviços de pesquisa e desenvolvimento em ciências naturais, exatas e engenharia	3.857.438	2%
	Participação desses serviços no total exportado ao país em 2014		
2015	1.1409 - Outros serviços profissionais, técnicos e gerenciais não classificados em outra posição	15.758.233	7%
	1.1301 - Serviços jurídicos	13.227.304	6%
	1.1805 - Outros serviços de apoio	12.811.521	6%
	1.1401 - Serviços gerenciais, de consultoria gerencial, de relações públicas e de comunicação social	6.598.343	3%
	1.1201 - Serviços de pesquisa e desenvolvimento em ciências naturais, exatas e engenharia	6.019.361	3%
	1.1403 - Serviços de engenharia	4.266.492	2%
	Participação desses serviços no total exportado ao país em 2015		
2016	1.1409 - Outros serviços profissionais, técnicos e gerenciais não classificados em outra posição	20.251.331	9%
	1.1805 - Outros serviços de apoio	17.242.280	7%
	1.1301 - Serviços jurídicos	8.118.415	4%
	1.1403 - Serviços de engenharia	7.684.708	3%
	1.1401 - Serviços gerenciais, de consultoria gerencial, de relações públicas e de comunicação social	6.498.897	3%
	1.1201 - Serviços de pesquisa e desenvolvimento em ciências naturais, exatas e engenharia	5.075.303	2%
	1.1404 - Serviços científicos e outros serviços técnicos	2.829.940	1%
Participação desses serviços no total exportado ao país em 2016			29%

Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados do Brasil (2017b)

No quadro 4 são apresentadas as empresas brasileiras e chinesas no ranking das 100 maiores EMNs. Como se observa, à época, as empresas brasileiras estavam em menor número e eram menos diversificadas industrialmente em relação às chinesas. Ademais, havia empresas de ambos os países nas mesmas indústrias, como ocorreu na indústria de exploração/refino/distribuição de petróleo e na indústria de metal e produtos metálicos.

Quadro 4 - Empresas brasileiras e chinesas no ranking das 100 maiores EMNs de 2010 a 2015

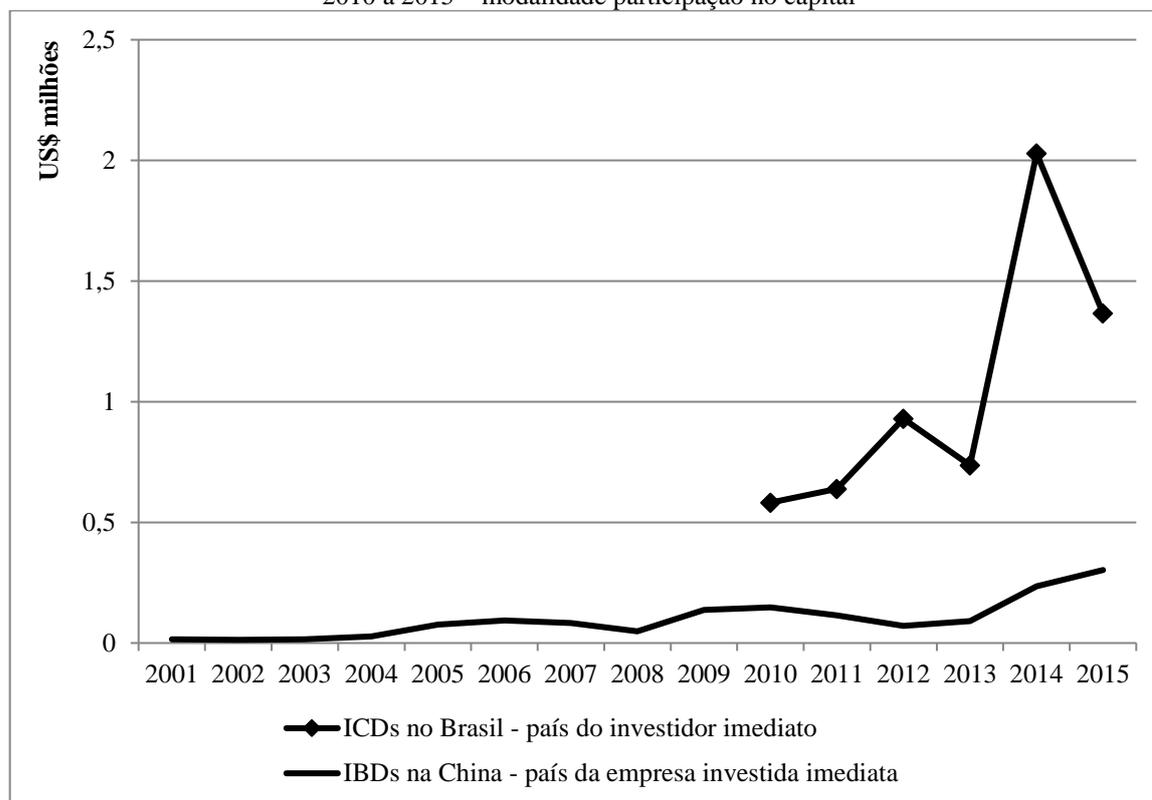
EMNs brasileiras	
Empresas	Indústrias*
Vale SA	Mineração e extração
Petrobras SA	Exploração/refino/distribuição de petróleo
Gerdau SA	Metal e produtos metálicos
JBS SA	Alimentos, bebidas e tabaco
Embraer SA	Aeronaves
EMNs chinesas	
CITIC Group	Diversificada
China Ocean Shipping (Group) Company e	Transporte e armazenamento
China National Offshore Oil Corp	Exploração/refino/distribuição de petróleo
China National Petroleum Corporation	Exploração/refino/distribuição de petróleo
Sinochem Group	Exploração/refino/distribuição de petróleo
Lenovo Group Ltd	Equipamento elétrico e eletrônico
Sinopec - China Petrochemical Corporation	Exploração/refino/distribuição de petróleo
China Minmetals Corp	Metal e produtos metálicos
ZTE Corp	Outros bens de consumo
TPV Technology Limited	Comércio atacadista
Legend Holdings Corporation	Equipamento de computador
China Mobile Limited	Telecomunicações
China Eletrônicos Corporation (CEC)	Computação e processamento de dados
Cofco Corp	Comércio atacadista
Tencent Holdings Limited	Computação e processamento de dados
Fosun International Limited	Metal e produtos metálicos

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da United Nations Conference on Trade and Development (2012; 2013a; 2014a; 2016; 2017)

Nota: “*” A classificação da indústria para empresas segue a Classificação Industrial Padrão dos Estados Unidos usada pela “Comissão de Valores Mobiliários (CVM)” desse país.

De acordo com o gráfico 38, em 2015, o estoque de investimentos brasileiros diretos (IBDs) na China (participação no capital) foi, aproximadamente, 4,5 vezes menor do que aquele em sentido contrário. Nesse ano, os IBDs no país totalizaram US\$ 303 milhões, o equivalente a apenas 0,1% dos estoques brasileiros totais, situando a China como o seu 34º destino.

Gráfico 38 - Estoques de IBDs na China de 2001 a 2015 e de investimentos chineses diretos (ICDs) no Brasil de 2010 a 2015 – modalidade participação no capital



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do Brasil (2007, 2017a)

Setorialmente, 84% do estoque de IBDs na China estavam concentrados na indústria de transformação em 2015 (tabela 15), que inclui a fabricação de produtos alimentícios, de produtos derivados do petróleo, de máquinas, aparelhos e materiais elétricos, de equipamentos de transporte e etc. Em seguida estavam as atividades financeiras, de seguros e de serviços relacionados, com 9%; a categoria ‘outros’ com 4%; e as atividades administrativas e de serviços complementares com menos de 2%.

Tabela 15 - Estoques de IBDs na China pelos setores de atividades econômicas de 2007 a 2015, em US\$ milhões

Setor de atividade econômica	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Indústrias de transformação	82	46	134	144	112	65	83	175	254
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	1	-	-	3	2	3	5	5	3
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	-	-	-	-	-	-	-	31	28
Atividades administrativas e serviços complementares	-	-	-	-	-	2	3	4	5
Outros	0	2	4	1	1	2	0	18	13
Estoques de IBDs na China	83	48	138	148	115	72	91	235	303

Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados do Brasil (2017a)

Nota: “-” significa valores não informados ou confidenciais.

Um estudo conduzido por Frischtak e Soares (2012) com 57 empresas brasileiras atuando no mercado chinês relevou uma realidade bem distinta, ao destacar a importância dos serviços. Tal fato, muito provavelmente, é explicado porque nesse setor os projetos de investimentos geralmente demandam menos capital do que aqueles no setor industrial.

De acordo com o estudo, cerca de 51% do total de empresas eram prestadoras de serviços. Os 49% restantes estavam divididos entre as empresas produtoras de manufaturas (28%), como a Embraer, a Embraco e a Weg, e as empresas transformadoras de recursos naturais (21%), a exemplo da Brasil Foods (BRF), da Marfrig, da Petrobras e da Vale. Adicionalmente, em torno de 86% das 57 EMNs no país não possuíam atividades de produção; 70% das atividades de negócios dessas últimas estavam concentradas em consultoria, trading, distribuição/vendas e *sourcing*; mais da metade das empresas produtoras de manufaturas realizava *sourcing* de produtos e componentes; e mais de 80% das empresas de transformação de recursos estavam presentes na China para vender e distribuir os seus produtos.

Além disso, o estudo também mostrou que os investimentos brasileiros na China foram determinados, principalmente, pelo interesse em atender ao mercado local e em estabelecer plataformas de exportação, o que está em consonância com a ideia de Hiratuka e Sarti (2011) de que nos primeiros anos desse século os IBDs foram mais determinados por fatores de atração (elementos nos países de destino que atraem os investimentos dos países de origem) do que pelos fatores de pressão (fatores específicos dos países de origem). Todavia, as empresas brasileiras seguiram para o país apenas quando não conseguiram mais ignorar a importância de seu mercado. Nas palavras dos autores do estudo (2012, p. 17):

As companhias brasileiras despertaram para a China tardiamente, quando comparadas a empresas de outros países. A baixa presença no país asiático está associada a um timing defasado de ingresso. Quando não era mais possível ignorar o mercado chinês, as empresas brasileiras encontraram um ambiente no qual, em diversos setores, as empresas americanas e europeias já haviam se estabelecido e as chinesas já se encontravam aptas a competir em igualdade.

O perfil dos IBDs na China sugere que eles têm sido pouco e têm baixas possibilidades de virem a ser mais afetados positivamente pelo rebalanceamento. Os impactos desse processo sobre as relações econômicas da China com outros países também dependem do grau de intensidade dessas interações e, nesse caso, os IBDs no país são muito pequenos.

O envolvimento das empresas brasileiras na China também é superficial. A alta proporção de empresas engajadas em atividades como consultorias de negócios, trading,

distribuições/vendas e *sourcing* demonstra um envolvimento menos profundo do que aquele resultante da presença no país por meio de plantas produtivas. Aqui, tem-se o agravante de que atividades como *sourcing* realizadas pelas empresas brasileiras produtoras de manufaturas reforçam o desequilíbrio comercial brasileiro ao elevar o volume de importações a partir da China.

Além disso, enquanto as empresas envolvidas em atividades de serviços compreendem a maior parte das empresas brasileiras presentes na China, as empresas de manufatura e as de transformação de recursos naturais são as que realizaram a maior parte dos investimentos no país, e dado o setor a que pertencem, elas têm atendido mais a demanda dos investimentos do que a demanda do consumo privado. As empresas Vale e Petrobras se encaixam nesse perfil e, por isso, elas têm as suas chances elevadas de serem mais afetadas negativamente do que positivamente pelo rebalanceamento. O caso da Petrobras é ainda mais sério, tendo em vista que, como se verificou no quadro 4 acima, há empresas chinesas de grande porte em sua indústria de atuação.

Há ainda o agravante de que, embora o estudo de Frischtak e Soares (2012) tenha mostrado que as EMNs brasileiras presentes na China pertenciam a 26 segmentos diferentes, nenhuma delas estava nos setores estratégicos chineses onde as entradas de IEDs são incentivadas pelo governo, ou seja, os setores de novas energias, de energias renováveis, de máquinas avançadas, e da nova geração de tecnologias da informação e comunicação. Todavia, o Brasil já possui importantes empresas no país mais ligadas ao consumo das famílias, como a BRF (uma das maiores companhias de alimentos do mundo), o que é um ponto positivo.

5.3 OS EFEITOS DO REBALANCEAMENTO SOBRE AS EXPORTAÇÕES E SOBRE OS INVESTIMENTOS RUSSOS QUE SEGUEM PARA A CHINA

As relações entre a Rússia e a China são muito antigas, pois os países são vizinhos de fronteira. Tendo como partida o período de meados do século XX, essas relações podem ser divididas em duas fases (HSU; SOONG, 2014). A primeira se iniciou em 1949, quando Mao Tsé-tung proclamou a RPC, e durou até a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1991. Inicialmente, a parceria sino-soviética foi motivada por razões ideológicas, militares e econômicas. No entanto, logo após a morte de Stalin em 1953, ela começou a se deteriorar em função de divergências políticas, e só em 1982, no final do

governo de Leonid Brejnev (1964-1982) e no início do governo de Deng Xiaoping (1978-1992), voltou a encontrar espaços para melhoras.

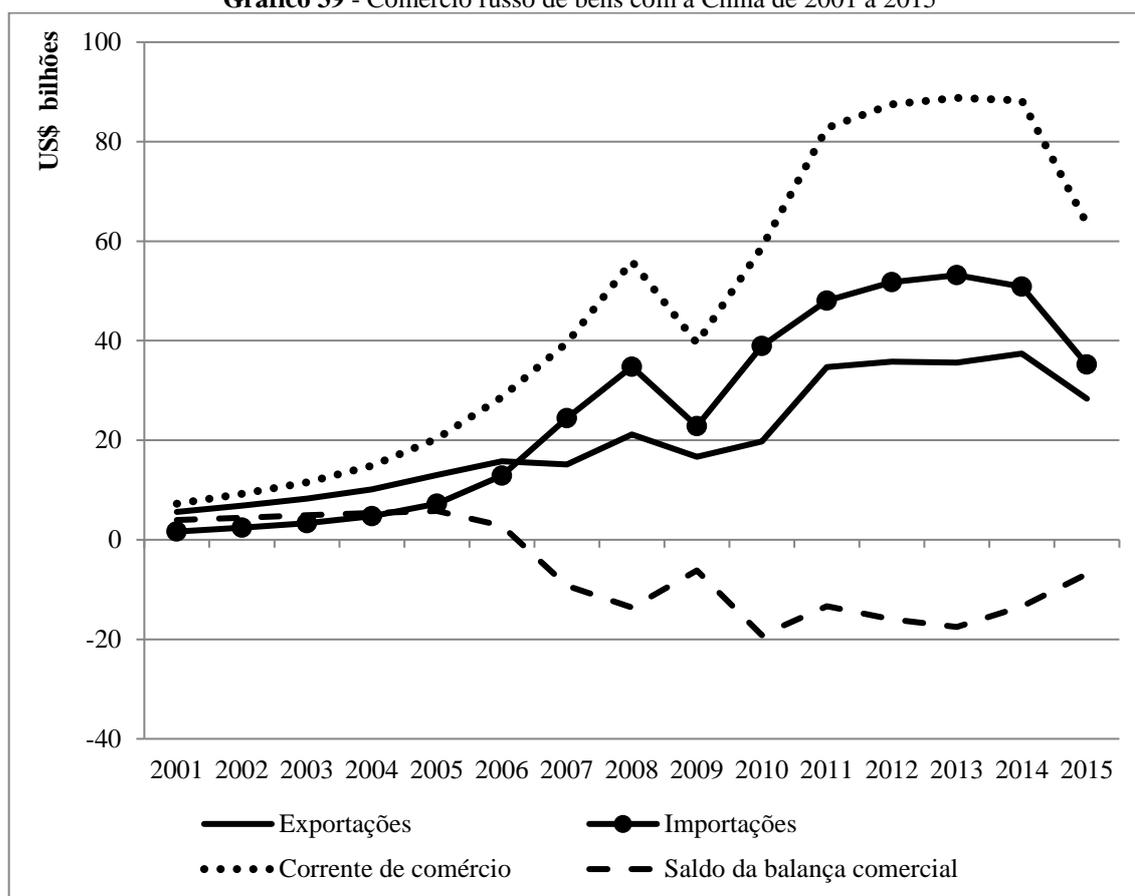
A segunda fase começou no final de 1991, quando as relações deixaram de ser sino-soviéticas para serem sino-russas, e segue até os dias atuais. O relacionamento bilateral entre os dois países progrediu no campo econômico, político e social, tendo por base um esforço concertado entre eles no qual predominaram as considerações pragmáticas e as aproximações graduais alcançadas por meio de medidas estratégicas de cima para baixo. Sinal claro desse revigoramento foi o estabelecimento de uma parceria estratégica entre os dois países em 1996, o que foi possível em razão da melhoria do ambiente político e da intensificação das relações econômicas.

As relações comerciais bilaterais também acompanharam esses altos e baixos das relações políticas. De acordo com Rautava (2011), um rápido crescimento em tais interações foi registrado do final da década de 1940 a meados de 1960, devido ao nascimento da RPC e a sua adoção de um sistema econômico do tipo soviético. Entretanto, após o rompimento político, o comércio declinou, voltando a apresentar melhoras modestas a partir de 1985 com a ascensão de Mikhail Gorbachev à liderança da URSS. Todavia, as relações comerciais cresceram mesmo a partir da primeira década do século atual. Nas palavras do autor:

Após a virada do milênio, o comércio entre a Rússia e a China finalmente ganhou novo impulso, mesmo que de um nível muito baixo. O forte crescimento da China começou a ter um impacto cada vez mais visível na economia global, à medida que a sua demanda por energia e por matérias-primas aumentou os preços. Ao mesmo tempo, a Rússia aumentou suas exportações de petróleo e de matérias-primas para a China (RAUTAVA, 2011, p. 42-43, tradução nossa).

A rápida expansão das relações comerciais pode ser observada no gráfico 39. A corrente de comércio de bens entre os dois países saiu de pouco mais de US\$ 7,2 bilhões em 2001 para o valor recorde de US\$ 88,8 bilhões em 2013 e, mesmo com a queda desde então, fechou 2015 com um valor aproximadamente 8,8 vezes maior do que o inicial. Nesse intervalo de tempo, os fluxos bilaterais sofreram os efeitos da CFG de 2008 e a Rússia passou a registrar déficits comerciais com o seu vizinho, o qual em 2015 foi o terceiro principal destino para as suas exportações, com 8,24% do total exportado pelo país, e a principal origem de suas importações, com 19,26% do total importado (tabela 8).

Gráfico 39 - Comércio russo de bens com a China de 2001 a 2015



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do International Trade Centre (2018)

Os principais bens russos exportados para a China entre 2001 e 2015 no nível de 6 dígitos do SH foram os fertilizantes minerais ou químicos (SH 310520), o cloreto de potássio (SH 310420), a madeira de coníferas (SH 440320), a polpa química de madeira (SH 470321), os turborreactores (SH 841112) e os óleos de petróleo ou óleos obtidos a partir de minerais betuminosos (SH 270900)¹. Diferentemente dos chineses, os russos apresentaram VCRs em todos eles (tabela 16).

¹ Há um comércio importante de armas da Rússia para a China, muito embora a sua redução recente. Os russos exportaram para os chineses valores anuais entre 34% e 60% do seu volume exportado de armas importantes entre 1996 e 2006. Esse número passou para cerca de 25% entre 2007 e 2009 e desde 2010 ele tem sido de aproximadamente 10% (WEZEMAN, 2017). Todavia, em razão da baixa disponibilidade de dados e, principalmente, da metodologia utilizada nesta tese, esse comércio não será abordado.

Tabela 16 - IVCRs da Rússia e da China nos principais bens russos exportados para os chineses de 2001 a 2015

	310520		310420		440320		470321		841112		270900	
	RUS	CHI										
2001	10,11	0,29	10,90	0,34	19,90	0,00	1,67	0,01	0,92	0,04	4,42	0,10
2002	9,59	0,20	9,51	0,33	20,23	0,00	1,49	0,00	1,39	0,03	4,95	0,08
2003	8,90	0,17	10,34	0,23	19,30	0,00	1,50	0,00	1,49	0,03	5,01	0,07
2004	8,04	0,22	10,63	0,06	19,25	0,00	1,13	0,00	0,97	0,09	5,18	0,04
2005	8,85	0,20	10,70	0,05	16,92	0,00	1,14	0,01	0,80	0,08	4,64	0,05
2006	8,56	0,25	10,10	0,18	16,68	0,00	1,12	0,00	1,29	0,14	4,15	0,04
2007	8,00	0,51	10,52	0,03	16,74	0,00	1,13	0,00	1,84	0,08	4,46	0,03
2008	6,80	0,31	9,60	0,04	12,64	0,00	1,08	0,00	1,20	0,08	3,53	0,02
2009	12,32	0,04	6,89	0,21	12,97	0,00	1,40	0,00	1,52	0,12	4,44	0,03
2010	9,92	0,03	7,35	0,02	9,13	0,00	1,24	0,00	1,47	0,16	4,33	0,01
2011	9,89	0,02	5,52	0,01	7,10	0,00	1,19	0,00	1,06	0,20	3,81	0,01
2012	10,99	0,04	8,53	0,09	6,11	0,00	1,19	0,00	1,65	0,14	3,84	0,01
2013	9,92	0,05	6,23	0,09	4,84	0,00	1,35	0,01	2,00	0,13	3,99	0,01
2014	9,79	0,07	8,36	0,07	5,49	0,00	1,61	0,00	1,89	0,23	4,15	0,00
2015	13,02	0,05	10,96	0,06	6,64	0,00	2,27	0,01	2,64	0,38	5,65	0,01

Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados do International Trade Centre (2018)

Todos esses bens são bens intermediários (quadro 5) e quatro deles apresentaram diminuição nos valores exportados para a China nos últimos anos: os óleos de petróleo ou óleos obtidos a partir de minerais betuminosos, a madeira de coníferas, o cloreto de potássio e os fertilizantes minerais ou químicos (tabela 17). No caso destes dois últimos bens, além dos efeitos do rebalanceamento, parte das quedas registradas em suas exportações também foi explicada pelo excesso de capacidade do mercado chinês de fertilizantes, bem como, pelo interesse do governo em reduzir o uso daqueles que são químicos e em aumentar o daqueles que são orgânicos para tornar a indústria agrícola mais ecológica e econômica (LIQIANG, 2017; XINHUA, 2015; 2017).

Quadro 5 - Classificação dos principais bens russos exportados para a China de 2001 a 2015 nas classes básicas de bens no SCN

Bens	Classes básicas de bens no SCN
310520	Bem intermediário
310420	Bem intermediário
440320	Bem intermediário
470321	Bem intermediário
841112	Bem intermediário
270900	Bem intermediário

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do World Bank Group (2018)

Tabela 17 - Principais bens russos exportados para a China de 2001 a 2015, em US\$ milhares

	310520	310420	440320	470321	841112	270900	% do total
2001	144.645	172.449	421.503	186.232	161.587	251.022	23,90
2002	169.685	185.988	676.251	135.461	282.458	446.627	27,74
2003	154.528	163.747	607.452	135.986	374.805	810.940	27,22
2004	229.376	207.740	767.517	147.844	230.035	1.732.407	32,80
2005	296.274	517.906	1.103.988	194.961	277.785	2.871.495	40,33
2006	262.089	578.022	1.293.716	214.782	430.153	5.006.478	49,41
2007	215.327	793.661	1.973.871	260.518	441.828	5.441.468	60,18
2008	332.084	1.195.448	1.696.482	337.800	271.762	8.404.189	57,87
2009	238.207	324.141	1.322.584	276.222	271.535	4.971.023	44,42
2010	243.489	532.034	1.303.309	352.103	391.410	7.303.034	51,18
2011	349.137	673.401	1.380.462	451.819	296.552	17.092.273	58,35
2012	354.136	1.206.053	1.000.281	366.816	823.576	18.790.936	63,02
2013	225.560	703.442	959.120	429.520	878.769	18.564.788	61,08
2014	222.137	719.334	1.083.635	545.054	907.755	21.974.061	68,03
2015	231.901	581.585	824.908	561.244	982.565	15.129.184	64,61
Participação média desses bens no total exportado ao país de 2001 a 2015							48,68

Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados do International Trade Centre (2018)

Enquanto isso, as exportações de polpas químicas de madeira, geralmente usadas na confecção de papel, e de turborreactores, geralmente usados em aviões, aumentaram. Esses dois produtos são bens intermediários, mas eles compõem produtos finais muito utilizados pelas famílias. Por exemplo, o aumento da renda dos consumidores chineses tem aumentado o uso do transporte aéreo (ISHUTKINA; HANSMAN, 2009), o que, por sua vez, demanda mais aeronaves.

Ainda conforme a tabela 17, a participação dos seis produtos da Rússia no total exportado pelo país para a China foi muito alta, sendo ela menor apenas do que a participação dos produtos sul-africanos analisada mais adiante. A média de 2001 a 2015 foi de 48,68%.

Como esperado, as exportações russas de bens de consumo para os chineses cresceram no início da década atual (tabela 18). Os bens que se encaixaram no perfil especificado anteriormente foram os livros impressos, os folhetos e os impressos similares (SH 490199), os chocolates e as outras preparações alimentícias que contém cacau (SH 180690), as imagens, as estampas e as fotografias (SH 491191), a cerveja (SH 220300), e o mel natural (SH 040900). Em quase todo o período de 2001 a 2015, ambos os países possuíam DCRs nesses bens, exceto no caso chinês em relação ao mel (tabela 19). Mas, no geral, os russos apresentaram IVCRs maiores do que os obtidos pelos chineses em mais produtos e por mais tempo.

Tabela 18 - Principais bens de consumo russos exportados para a China, em US\$ milhares

	490199	180690	491191	220300	040900	% do total
2001	86.430	0	11.399	40	0	1,75
2002	40.549	0	4.823	0	0	0,66
2003	36.034	0	1.532	0	0	0,45
2004	19.146	0	1.231	31	0	0,20
2005	18.316	0	1.409	176	0	0,15
2006	13.708	30	1.531	203	0	0,10
2007	9.517	264	53	423	0	0,07
2008	10.913	17	263	937	0	0,06
2009	23.889	18	325	1.065	0	0,15
2010	27.817	16	522	935	0	0,15
2011	23.527	87	298	1.147	19	0,07
2012	13.757	28	2.104	1.744	0	0,05
2013	29.277	107	1.055	2.448	418	0,09
2014	23.562	3.420	3.396	3.224	1.554	0,09
2015	36.729	21.639	7.562	7.369	5.837	0,28
Participação média desses bens no total exportado ao país de 2001 a 2015						0,29

Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados do International Trade Centre (2018)

Tabela 19 - IVCRs da Rússia e da China nos principais bens de consumo russos exportados para os chineses

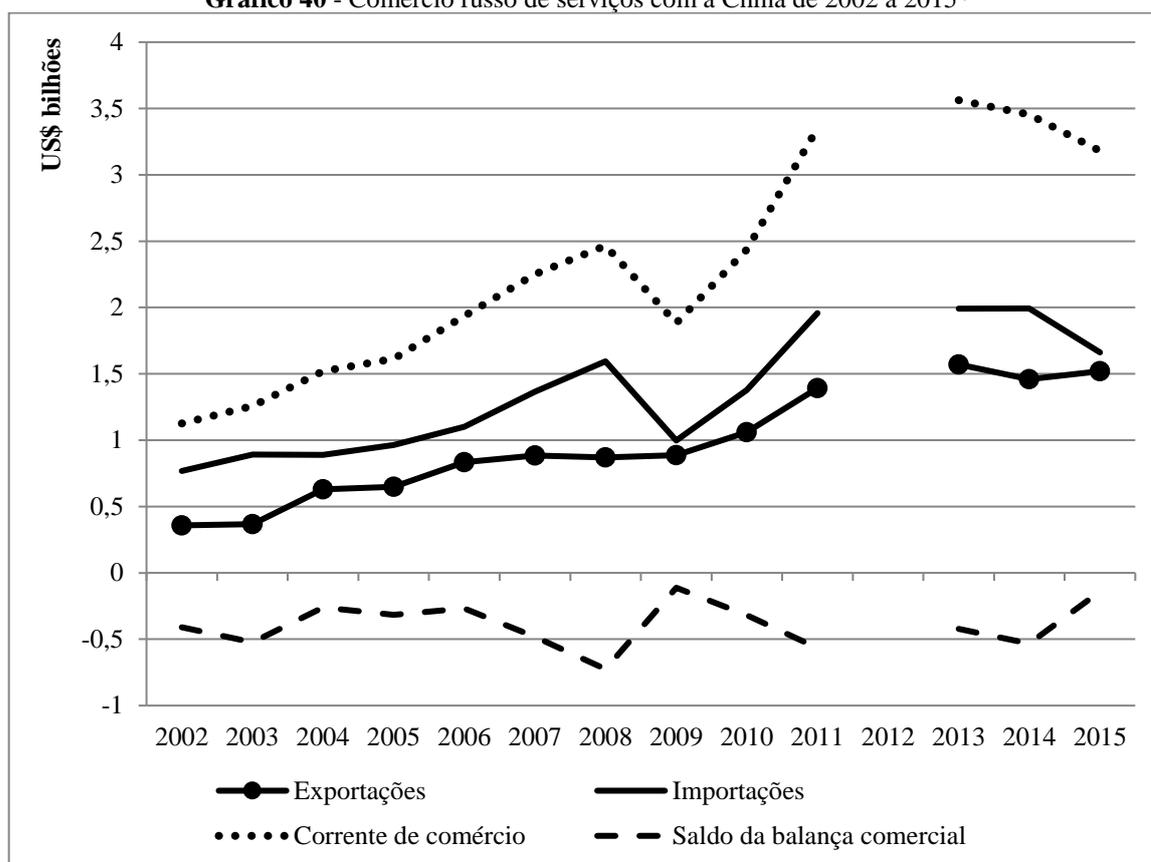
	490199		180690		491191		220300		040900	
	Rússia	China								
2001	1,48	0,62	0,43	0,05	1,60	0,05	0,16	0,18	0,04	4,83
2002	1,27	0,61	0,44	0,08	1,01	0,11	0,25	0,22	0,02	2,14
2003	0,86	0,56	0,50	0,08	0,59	0,14	0,34	0,19	0,04	1,83
2004	0,70	0,57	0,48	0,06	1,01	0,13	0,42	0,14	0,04	1,60
2005	0,51	0,57	0,53	0,06	1,34	0,19	0,49	0,12	0,04	1,68
2006	0,53	0,61	0,54	0,07	0,60	0,23	0,47	0,11	0,03	1,56
2007	0,63	0,64	0,57	0,06	1,06	0,33	0,57	0,11	0,02	1,19
2008	0,57	0,73	0,51	0,06	0,40	0,51	0,58	0,13	0,02	1,26
2009	0,63	0,71	0,59	0,05	0,83	0,47	0,41	0,12	0,04	1,01
2010	0,52	0,73	0,46	0,07	0,15	0,58	0,23	0,10	0,01	1,17
2011	0,44	0,73	0,45	0,12	0,16	0,73	0,20	0,10	0,01	1,13
2012	0,32	0,76	0,88	0,13	0,47	0,72	0,41	0,10	0,02	1,09
2013	0,63	0,68	1,04	0,13	0,31	0,94	0,40	0,10	0,03	1,01
2014	0,59	0,66	1,00	0,16	0,44	0,97	0,36	0,10	0,05	0,90
2015	1,17	0,61	1,04	0,16	1,49	1,09	0,39	0,10	0,17	0,90

Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados do International Trade Centre (2018)

Esses cinco bens somaram, em média, 0,29% do total russo exportado aos chineses de 2001 a 2015 (tabela 18). Destaca-se que, em função das especificações de seleção, principalmente a restrição relativa às mudanças no SH, alguns bens de consumo russos exportados para a China não foram considerados na amostra. Todavia, a participação dessa classe de bens no total exportado ao país continuaria pequena mesmo se eles fossem incluídos.

O comércio de serviços sino-russo cresceu cerca de 2,8 vezes de 2002 a 2015 (gráfico 40). Nesse período, as exportações da Rússia para a China, destino de 3% desses fluxos em 2015, cresceram ainda mais: 4,2 vezes. Todavia, tal crescimento não foi suficiente para acabar com o déficit histórico que o país tem com o parceiro.

Gráfico 40 - Comércio russo de serviços com a China de 2002 a 2015*



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da United Nations (2017)

Nota: “*” Os dados para 2012 não foram encontrados

De acordo com a tabela 20, a categoria serviços de construção é aquela em que a Rússia apresentou as maiores VCRs no período em análise. Todavia, em razão da China também ter registrado VCRs nessa categoria, inclusive com valores maiores quando se considera a metodologia BPM6 (tabela 13), e a mesma está possivelmente mais associada ao modelo de crescimento impulsionado pelos investimentos (SIMOLA, 2015), é provável que o país esteja sofrendo um dos efeitos do processo de rebalanceamento: o arrefecimento do setor de construção chinês. Muito provavelmente isso explica o porquê de, após as reduções verificadas em todas as exportações de serviços russos para a China nos primeiros anos da década de 2010, apenas os serviços de construção não tenham se recuperado em 2015 em relação aos anos de 2009-2010 (tabela 21).

Tabela 20 - IVCRs da Rússia em grupos de serviços, anos selecionados

IVCRs - BPM5				
Grupos de serviços	2001	2005	2010	2013
Transportes	1,83	1,65	1,58	1,63
Viagens	1,02	0,86	0,80	0,73
Comunicações	1,60	1,14	1,20	1,03
Construção	3,11	4,06	3,03	3,92
Seguros	0,32	0,67	0,38	0,40
Serviços financeiros	0,18	0,22	0,32	0,36
Computação e informação	0,32	0,42	0,55	0,65
Royalties e taxas de licenciamento	0,09	0,17	0,13	0,17
Outros serviços empresariais	0,53	0,90	1,09	1,06
Serviços pessoais, culturais e recreativos	0,87	0,83	1,24	1,30
Serviços governamentais	0,93	0,41	0,65	0,96
IVCRs - BPM6				
Grupos de serviços	2005	2010	2015	
Serviços de transformação de recursos materiais pertencentes a terceiros	2,08	2,02	1,11	
Serviços de manutenção e de reparação não especificados em outros lugares	2,70	3,18	2,02	
Transportes	1,45	1,43	1,77	
Viagens	0,78	0,74	0,67	
Construção	6,70	3,30	3,59	
Serviços de seguros e pensões	0,45	0,34	0,48	
Serviços financeiros	0,17	0,25	0,26	
Encargos pelo uso da propriedade intelectual não incluído em outros lugares	0,14	0,13	0,22	
Serviços de telecomunicações, informática e informações	0,44	0,62	0,85	
Outros serviços empresariais	1,04	1,24	1,11	
Serviços pessoais, culturais e recreativos	0,65	0,94	0,73	
Bens e serviços governamentais não especificados em outros lugares	0,37	0,57	1,05	

Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados da United Nations Conference on Trade and Development (2018)

Tabela 21 - Exportações de serviços russos para a China de 2002 a 2015* por categorias EBOPS 2002**, em US\$

	Transportes	Viagens	Serviços de comunicações	Serviços de construções	Serviços de seguros	Serviços financeiros	Serviços de computação e de informações	Royalties e taxas de licenciamento	Outros serviços empresariais	Serviços pessoais, culturais e recreativos
2002	160.626.900	145.763.225	3.689.200	10.171.000	125.400	300	245.600	3.508.300	32.951.000	999.000
2003	158.017.200	169.412.760	2.665.200	4.346.800	255.630	4.000	382.700	4.051.300	27.747.200	889.600
2004	275.237.800	280.311.800	6.493.070	2.640.500	218.840	3.046.800	542.900	4.600.200	54.580.000	748.600
2005	305.550.061	263.282.513	8.960.398	1.354.445	880.810	3.122.099	590.314	179.299	62.970.355	1.019.386
2006	342.485.000	400.124.000	10.812.000	8.637.000	1.023.000	3.497.000	1.422.000	2.610.000	57.575.000	4.090.000
2007	338.894.646	423.340.467	13.144.800	6.127.678	1.410.919	3.391.494	6.492.147	2.782.280	87.511.677	1.517.029
2008	210.260.680	509.563.235	15.405.586	17.208.218	3.175.196	4.018.466	11.550.710	7.442.882	90.027.644	969.655
2009	254.376.215	456.513.899	16.566.031	75.599.124	1.186.262	2.542.527	5.467.418	7.744.782	64.925.648	1.260.649
2010	339.086.223	506.100.913	19.162.551	99.366.158	1.769.262	2.377.888	2.292.896	3.148.018	84.756.563	1.305.517
2011	437.304.480	637.512.352	29.150.877	133.415.986	1.651.793	2.900.525	1.403.036	11.552.731	136.565.149	849.665
2013	449.284.669	735.497.685	-	162.287.196	3.469.594	4.921.578	1.803.287	13.972.550	40.611.709	5.908.120
2014	446.330.000	689.435.229	-	100.888.995	1.396.662	4.829.418	4.451.595	3.973.190	33.385.640	4.699.885
2015	632.952.379	459.605.021	144.176.788	68.539.520	2.379.150	13.970.880	2.498.840	3.209.810	186.937.760	5.379.570

Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados da United Nations (2017)

Nota: “*” Os dados para 2012 não foram encontrados.

“**” Extended Balance of Payments Services classification 2002 (Classificação Ampliada dos Serviços da Balança de Pagamentos 2002).

“-” Dados não disponíveis.

Os investimentos russos diretos (IRDs) têm sido incapazes de concorrer e de serem bem-sucedidos no mercado chinês. Durante o período em análise, a maioria das principais EMNs russas (quadro 6) pertenceu às indústrias mais associadas ao suprimento da demanda dos investimentos do que à demanda do consumo privado. Todavia, o fato de existirem fortes concorrentes chinesas nas mesmas áreas (quadro 4) explica o porquê de em 2007, no ápice do desequilíbrio, os IRDs na China terem sido de apenas US\$ 48 milhões (gráfico 41). Também em conformidade com o esperado, tais investimentos foram ainda menores em 2015, cerca de US\$ 11 milhões, refletindo a baixa capacidade russa em atender a demanda por investimentos mais associados ao consumo privado. Já o estoque de IRDs totalizou US\$ 148 milhões, o equivalente a 0,05% do total de IRDs no mundo.

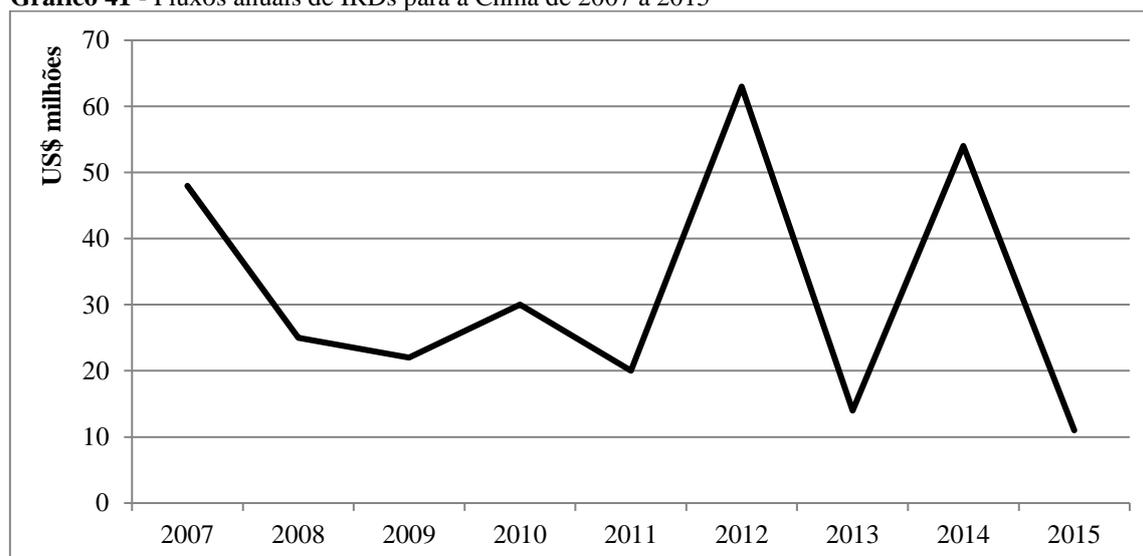
Quadro 6 - Empresas russas no ranking das 100 maiores EMNs de 2010 a 2015

Empresas	Indústrias*
VimpelCom Ltd	Telecomunicações
Lukoil OAO	Refino de petróleo e indústrias relacionadas
Gazprom JSC	Mineração, extração e petróleo
Evrast Group SA	Metal e produtos metálicos
Severstal Group Holdings	Metal e produtos metálicos
Mechel OAO	Metal e produtos metálicos
Sistema JSFC	Telecomunicações
Rusal	Metal e produtos metálicos

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da United Nations Conference on Trade and Development (2012; 2013a; 2014a; 2016; 2017)

Nota: “*” A classificação da indústria para empresas segue a Classificação Industrial Padrão dos Estados Unidos usada pela CVM desse país

Gráfico 41 - Fluxos anuais de IRDs para a China de 2007 a 2015



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da Russian Federation (2018)

5.4 OS EFEITOS DO REBALANCEAMENTO SOBRE AS EXPORTAÇÕES E SOBRE OS INVESTIMENTOS INDIANOS QUE SEGUEM PARA A CHINA

Como afirma Arif (2013, p.129-130, tradução nossa), “[s]endo vizinhos, a Índia e a China estabeleceram relações comerciais e culturais desde tempos imemoriais”. O autor dividiu a história do desenvolvimento das relações sino-indianas em período antigo e medieval, período moderno e período contemporâneo, o qual se iniciou em 1947 e segue até a atualidade.

O primeiro período se iniciou nos séculos antes de Cristo (a.C) e durou até boa parte da Idade Média. Há registros de relações comerciais entre os dois países desde a dinastia Han (206 a.C – 220 d.C¹). Tais relações foram mais intensas durante as dinastias Tang (618 -907), Song (960 - 1278) e Yuan (1279 - 1368).

No período posterior, o moderno, os países adensaram as relações bilaterais motivados, entre outras coisas, pelo sentimento anti-imperialista comum. Ambos os países enfrentaram a ordem imperialista durante um longo período do século XIX ao XX até obterem sucesso: a China com a vitória sobre o Japão em 1945 na Segunda Guerra Sino-Japonesa e a Índia com a conquista de sua independência no dia 15 de agosto de 1947.

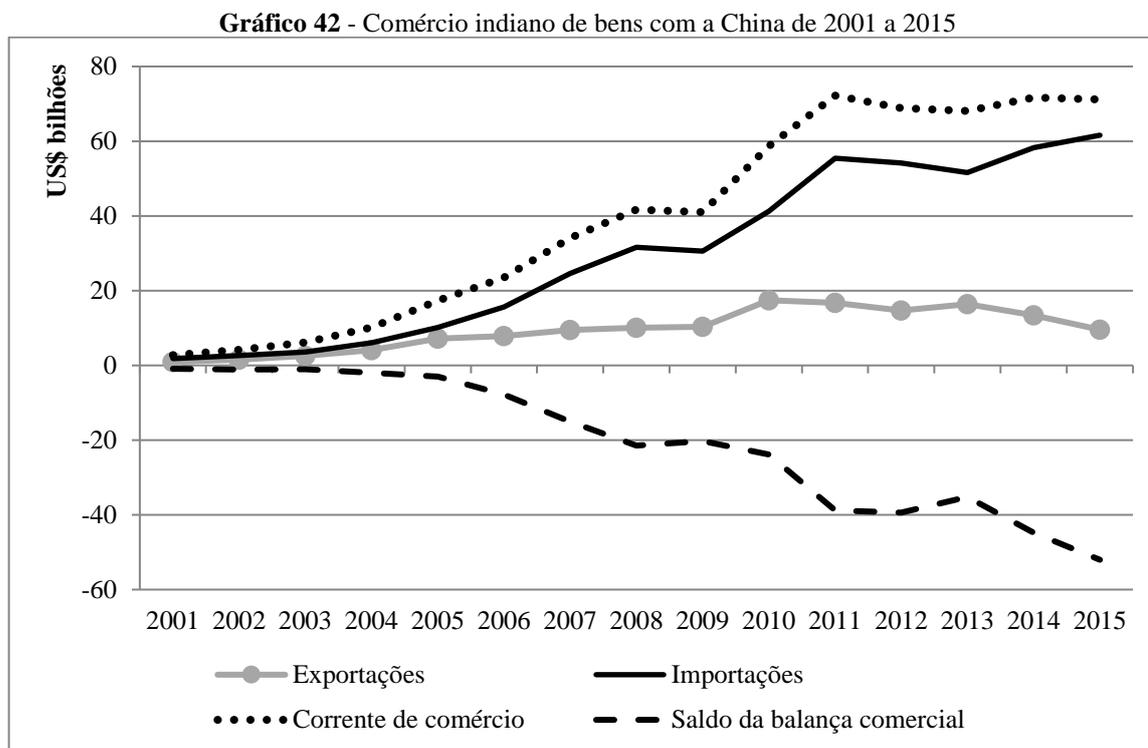
Com a independência indiana nasceu o período contemporâneo. Os países estabeleceram relações diplomáticas formais em 1950, fortalecendo o sentimento de amizade entre eles. No entanto, essa afeição não resistiu às disputas fronteiriças, as quais levaram a deflagração da guerra sino-indiana de 1962. Somente em 1976 foi que os países conseguiram normalizar as relações e, assim, restaurar os laços diplomáticos.

Ainda segundo o autor, o relacionamento bilateral foi posto à prova novamente no final do século. Em 1998 a Índia realizou testes nucleares, provocando a China. Todavia, mais uma vez, os países conseguiram contornar o revés diplomático, acreditando que existiam alguns espaços para a cooperação entre eles, como no campo comercial.

Como evidenciado com outros países do BRICS, as relações comerciais sino-indianas evoluíram rapidamente nos últimos anos, o que tem, inclusive, contribuído para tornar o comércio da Índia e da China cada vez mais “centrado na Ásia”. Conforme o gráfico 42, a corrente de comércio de bens entre os dois países saiu de pouco mais de US\$ 2,7 bilhões em 2001 para o recorde de aproximadamente US\$ 72,2 bilhões em 2011, a partir de quando começou a se estabilizar em cerca de US\$ 70 bilhões. Ademais, entre 2001 e 2015 a China

¹ A sigla d.C. significa depois de Cristo.

passou de 13º (com 2,10% do total exportado) para 4º (3,62%) principal destino das exportações e da 7ª (3,61% do total importado) para a 1ª (15,77%) origem das importações indianas (tabela 8). Isso foi suficiente para já em 2008 o país ultrapassar os EUA como o seu mais importante parceiro comercial (MOHANTY, 2014).



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do International Trade Centre (2018)

Um dos fatos que mais tem chamado a atenção nessa interação é o forte déficit comercial da Índia com a China. Entre as razões para a sua existência estão 1) a necessidade da Índia de atender a sua demanda doméstica, inclusive a necessária para modernizar o seu setor industrial e para aumentar as suas exportações; 2) a elevada participação das importações não competitivas, ou seja, aquelas compostas por produtos chineses que são menos competitivos do que aqueles fornecidos pelos próprios produtores domésticos (MOHANTY, 2014); e 3) a maior intensidade tecnológica das importações em relação às exportações.

De 2001 a 2015 os principais bens indianos exportados para os chineses foram o minério de ferro e os seus concentrados não aglomerados (SH 260111), o granito bruto ou desbastado (SH 251611), o óxido de alumínio (SH 281820), o polipropileno em formas primárias (SH 390210), o algodão não cardado nem penteado (SH 520100) e o cobre refinado sob a forma de cátodos e seções de cátodos (SH 740311). Em todos esses bens a Índia

registrou VCRs, ao menos na maior parte do período, principalmente em granito (tabela 22). Enquanto isso, a China viveu uma situação bem distinta.

Tabela 22 - IVCRs da Índia e da China nos principais bens indianos exportados para os chineses de 2001 a 2015

	260111		251611		281820		390210		520100		740311	
	IND	CHI										
2001	8,07	0,00	49,67	1,53	0,49	0,04	3,87	0,04	0,21	0,26	0,76	0,17
2002	14,54	0,00	46,08	1,33	4,93	0,03	4,05	0,04	0,13	0,52	1,76	0,22
2003	12,31	0,00	38,60	0,91	2,76	0,06	3,67	0,02	0,53	0,26	2,20	0,17
2004	20,74	0,00	47,72	0,83	4,60	0,02	4,30	0,03	1,92	0,02	2,31	0,28
2005	20,35	0,00	43,14	0,86	3,95	0,02	1,71	0,03	3,47	0,01	2,33	0,30
2006	15,74	0,00	44,71	0,64	3,79	0,01	3,24	0,03	8,76	0,03	3,48	0,41
2007	14,11	0,00	44,94	0,32	2,21	0,02	2,59	0,03	13,62	0,03	2,96	0,21
2008	9,53	0,00	38,02	0,22	2,47	0,02	1,36	0,04	12,18	0,03	2,22	0,18
2009	8,16	0,00	33,07	0,18	1,48	0,04	1,66	0,04	8,07	0,02	1,71	0,11
2010	5,17	0,00	31,94	0,20	7,85	0,03	2,64	0,06	13,36	0,01	5,10	0,05
2011	2,11	0,00	30,34	0,19	1,46	0,04	2,73	0,10	9,60	0,04	1,83	0,20
2012	1,53	0,00	35,97	0,22	1,87	0,03	2,15	0,08	11,22	0,02	2,09	0,30
2013	0,68	0,00	33,51	0,27	2,12	0,07	3,18	0,08	13,07	0,01	2,02	0,30
2014	0,42	0,00	36,15	0,22	2,42	0,07	2,55	0,07	11,07	0,01	2,57	0,25
2015	0,13	0,00	36,62	0,32	2,17	0,08	2,00	0,08	10,00	0,03	2,37	0,18

Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados do International Trade Centre (2018)

Todos esses bens são bens intermediários (quadro 7) e, como previsto, a evolução de suas exportações para a China foi influenciada pelo modelo de crescimento do país. As vendas de minério de ferro e de seus concentrados não aglomerados, de granito bruto ou desbastado, de polipropileno em formas primárias, de algodão e de cobre refinado cresceram mais expressivamente de meados da década de 2000 até o início da década de 2010, período que inclui a fase de crescimento mais desequilibrado da China. Mas em seguida elas diminuíram na fase do rebalanceamento. Já as vendas de óxido de alumínio cresceram de 2001 a 2006, reduziram-se em seguida até 2011, quando voltaram a crescer novamente (tabela 23). Todavia, dados mais recentes já indicam a sua queda.

Enfatize-se que a Índia possuiu a segunda menor dependência dos principais bens exportados para a China quando comparada ao Brasil, à Rússia e à África do Sul. A participação média dos seis principais bens em relação ao total exportado para o país foi de aproximadamente 46,89% no período dos 15 anos em análise (tabela 23).

Quadro 7 - Classificação dos principais bens indianos exportados para a China de 2001 a 2015 nas classes básicas de bens no SCN

Bens	Classes básicas de bens no SCN
260111	Bem intermediário
251611	Bem intermediário
281820	Bem intermediário
390210	Bem intermediário
520100	Bem intermediário
740311	Bem intermediário

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do World Bank Group (2018)

Tabela 23 - Principais bens indianos exportados para a China de 2001 a 2015, em US\$ milhares

	260111	251611	281820	390210	520100	740311	% do total
2001	164.481	40.079	1.667	56.371	0	2.830	28,77
2002	300.630	51.309	81.541	53.951	0	16.977	32,93
2003	436.454	55.767	66.776	91.840	6.162	18.178	26,30
2004	1.539.085	88.616	165.981	137.630	31.374	33.955	48,72
2005	3.260.364	96.197	292.438	53.136	170.934	86.054	55,11
2006	3.218.857	132.558	361.014	132.701	579.420	370.984	61,25
2007	3.912.109	212.101	183.868	128.916	857.887	394.062	59,93
2008	4.950.343	230.093	202.009	44.787	680.284	115.073	61,65
2009	4.371.237	204.157	77.495	140.636	504.668	387.876	54,83
2010	5.735.980	231.424	185.778	251.821	1.767.839	3.613.249	67,58
2011	3.808.368	325.114	13.396	386.587	2.363.174	1.832.915	52,22
2012	2.158.560	435.353	42.270	383.080	2.605.008	2.186.396	53,03
2013	1.056.632	474.695	77.863	506.590	2.766.482	1.935.173	41,53
2014	408.841	459.045	182.122	300.832	1.250.801	2.091.846	34,94
2015	60.557	357.851	199.321	190.480	292.813	1.249.859	24,55
Participação média desses bens no total exportado ao país de 2001 a 2015							46,89

Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados do International Trade Centre (2018)

Novamente, observou-se o crescimento da maioria das exportações de bens usados, principalmente, pelas famílias para satisfazer as suas demandas. Os principais bens de consumo vendidos pelos indianos aos chineses em 2015 foram os chocolates e as outras preparações que contém cacau (SH 180690), os calçados com sola exterior e parte superior de couro cobrindo o tornozelo (SH 640351), os chás fermentados pretos e os chás parcialmente fermentados (SH 090240), os artigos de vestuário feitos de couro genuíno ou de couro regenerado (SH 420310) e os medicamentos constituídos por produtos misturados entre si (SH 300390). Como se constata na tabela 24, a Índia possuiu VCRs em todos esses produtos, à exceção de chocolates. Enquanto isso, a China teve VCRs apenas em medicamentos. Entretanto, elas foram menores do que as de seu parceiro. Ambos os países apresentaram DCVs em chocolates, mas os IVCRs indianos para esse bem foram geralmente maiores do que os alcançados pelos chineses.

Tabela 24 - IVCRs da Índia e da China nos principais bens de consumo indianos exportados para os chineses

	180690		640351		090240		420310		300390	
	IND	CHI								
2001	0,07	0,05	20,90	0,05	19,50	1,35	11,76	9,66	6,47	0,24
2002	0,06	0,08	20,55	0,03	21,95	1,28	8,39	8,80	6,68	0,23
2003	0,08	0,08	23,86	0,07	16,81	0,84	7,59	8,33	6,00	0,19
2004	0,07	0,06	22,37	0,09	18,70	0,75	8,21	7,38	4,47	0,17
2005	0,05	0,06	22,01	0,06	16,16	0,61	7,05	6,32	2,68	0,14
2006	0,08	0,07	20,19	0,04	13,39	0,56	7,19	4,66	3,01	0,18
2007	0,09	0,06	20,59	0,02	12,80	0,50	7,12	3,38	3,35	0,23
2008	0,11	0,06	21,81	0,03	12,53	0,44	8,58	2,58	2,75	0,24
2009	0,08	0,05	19,92	0,04	9,82	0,40	8,37	2,28	2,89	0,29
2010	0,09	0,07	16,99	0,03	11,27	0,36	7,15	2,26	2,33	0,23
2011	0,08	0,12	15,16	0,04	11,65	0,37	8,68	1,58	2,91	0,23
2012	0,21	0,13	16,02	0,03	10,55	0,38	9,19	1,49	3,71	0,24
2013	0,26	0,13	15,90	0,05	10,18	0,37	8,79	1,29	2,58	0,22
2014	0,30	0,16	17,43	0,09	9,35	0,35	8,76	1,08	1,99	0,22
2015	0,54	0,16	16,88	0,14	10,79	0,38	10,35	0,78	1,83	0,23

Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados do International Trade Centre (2018)

As exportações desses produtos para a China foram maiores, em termos de valores absolutos, durante o período do rebalanceamento em relação ao período de crescimento desequilibrado em função do crescimento da renda familiar disponível e, conseqüentemente, da mudança na estrutura de consumo dos chineses (tabela 25). Cabe destacar que, apesar da queda ou do menor crescimento após o período de maior expansão entre 2009-2013, as vendas de chocolates, chás e artigos de vestuários aos chineses voltaram a aumentar logo em seguida. Todavia, isso não aconteceu com os medicamentos, talvez pela redução das VCRs russas nesse bem.

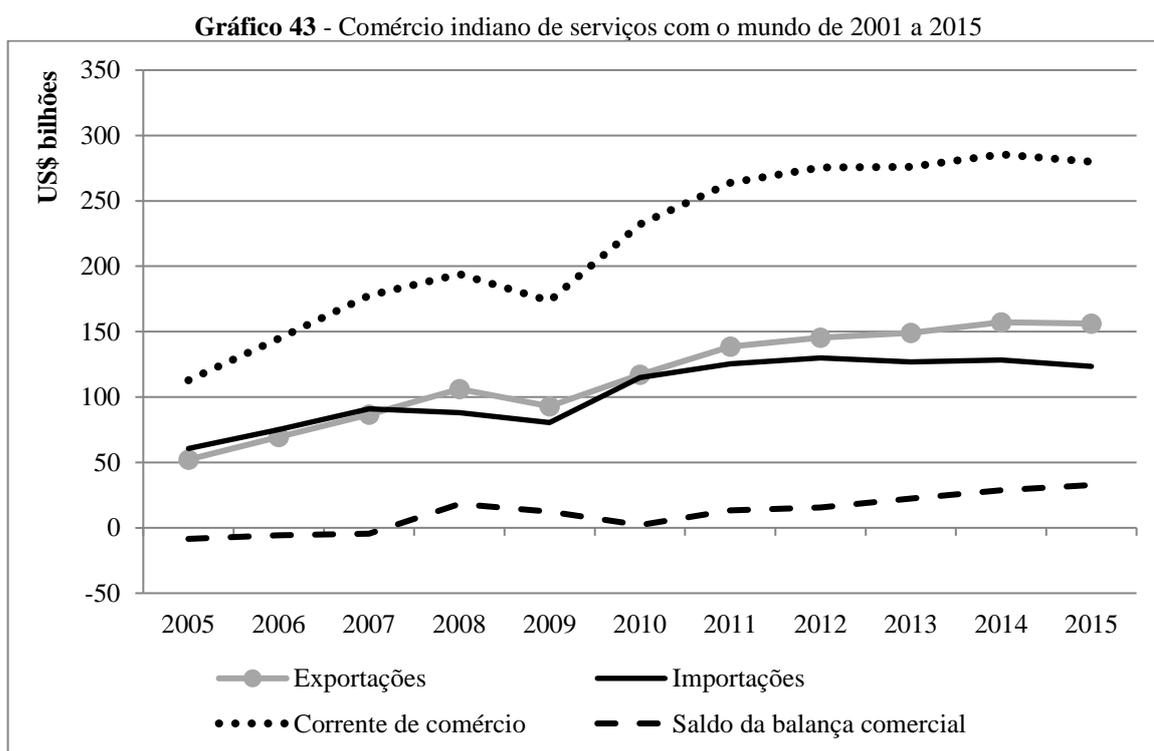
Tabela 25 - Principais bens de consumo indianos exportados para a China, em US\$ milhares

	640351	090240	420310	300390	180690	% do total
2001	16	346	117	12.911	0	1,45
2002	6	400	124	12.494	0	0,85
2003	0	57	64	5.587	0	0,22
2004	20	3	73	5.634	0	0,14
2005	88	140	230	3.421	0	0,05
2006	31	86	101	8.867	11	0,12
2007	690	266	101	14.470	0	0,16
2008	691	455	54	13.931	8	0,15
2009	581	994	213	9.005	670	0,11
2010	391	2.652	83	17.278	2.047	0,13
2011	1.172	11.233	12.834	37.426	3.137	0,39
2012	1.160	15.252	8.476	59.577	10.907	0,65
2013	8.423	16.588	4.848	44.042	25.541	0,61
2014	15.600	11.959	2.303	15.839	12.638	0,43
2015	16.456	13.855	9.276	9.081	20.388	0,72
Participação média desses bens no total exportado ao país de 2001 a 2015						0,41

Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados do International Trade Centre (2018)

Mais uma vez, os bens de consumo representaram uma pequena parcela do total exportado para a China. No período em questão, a média indiana exportada foi de apenas 0,41% do total (tabela 25). Enfatiza-se que, ao lado da Rússia, a Índia foi o país que mais teve bens de consumo excluídos da amostra aqui considerada em razão dos critérios de seleção adotados. Mas, novamente, a inclusão deles não mudaria o fato de que o país ainda exporta muito pouco desses produtos para o parceiro vizinho.

Em relação aos serviços, destaca-se que a Índia é um dos seus mais importantes exportadores mundiais (HYVONEN; WANG, 2012; EICHENGREEN; GUPTA, 2012), tendo registrado cerca de 3,2% (aproximadamente US\$ 156 bilhões) do total mundial em 2015, a segunda maior participação entre os países do BRICS, atrás apenas da China que teve cerca de 4,3% (UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT, 2018). Além disso, o país é o único desse agrupamento que apresentou superávits em sua balança comercial de serviços (gráfico 43).



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da United Nations Conference on Trade and Development (2018)

Como se verifica na tabela 26, o país possuiu VCRs em computação e informação (BPM5)/Serviços de telecomunicações, informática e informações (BPM6)¹ e em outros serviços empresariais. Em ambos os grupos os chineses também registraram VCRs (tabela 13). Todavia, enquanto em outros serviços empresariais os valores alcançados por eles foram próximos aos obtidos pelos indianos, em computação e informação (BPM5)/Serviços de telecomunicações, informática e informações (BPM6) os valores foram bem menores.

Tabela 26 - IVCRs da Índia em grupos de serviços, anos selecionados

IVCRs – BPM5				
Grupos de serviços	2001	2005	2010	2013
Transportes	0,53	0,50	0,55	0,58
Viagens	0,60	0,52	0,51	0,48
Comunicações	2,67	1,29	0,53	0,57
Construção	0,18	0,30	0,18	0,36
Seguros	0,83	0,93	0,61	0,65
Serviços financeiros	0,29	0,31	0,69	0,55
Computação e informação	9,84	7,59	6,08	5,38
Royalties e taxas de licenciamento	0,04	0,06	0,02	0,04
Outros serviços empresariais	-	1,49	1,17	1,27
Serviços pessoais, culturais e recreativos	-	0,23	0,33	0,90
Serviços governamentais	1,46	0,28	0,24	0,20
IVCRs – BPM6				
Grupos de serviços	2005	2010	2015	
Serviços de transformação de recursos materiais pertencentes a terceiros	-	-	0,06	
Serviços de manutenção e de reparação não especificados em outros lugares	-	-	0,07	
Transportes	0,57	0,54	0,50	
Viagens	0,55	0,51	0,55	
Construção	0,39	0,21	0,48	
Serviços de seguros e pensões	0,72	0,59	0,52	
Serviços financeiros	0,27	0,58	0,38	
Encargos pelo uso da propriedade intelectual não incluído em outros lugares	0,06	0,02	0,05	
Serviços de telecomunicações, informática e informações	4,23	4,10	3,63	
Outros serviços empresariais	1,82	1,46	1,46	
Serviços pessoais, culturais e recreativos	0,21	0,81	0,89	
Bens e serviços governamentais não especificados em outros lugares	0,29	0,23	0,24	

Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados da United Nations Conference on Trade and Development (2018)

Nota: “-” significa dados não disponíveis para o país.

Os poucos dados disponíveis sobre alguns serviços específicos pertencentes aos grupos de serviços supramencionados revelam que as suas exportações foram, desproporcionalmente, destinadas aos países desenvolvidos. Conforme a tabela 27, apesar da redução de 90,6% em 2007/08 para 85,2% em 2015/16, os EUA, o Canadá e a Europa

¹ De acordo com a United Nations Conference on Trade and Development (2018, tradução nossa), “[o]s números para os ‘serviços de telecomunicações, informática e informações’ são estimados pela UNCTAD-OMC, com base em dados divulgados em serviços informáticos pelo Reserve Bank of India. Os ‘Serviços de Telecomunicações, Informática e Informações’ excluem estimativas para os Serviços de Tecnologia da Informação [...] e os Serviços de Outsourcing de Processos de Negócios, [...], que são cobertos em “outros serviços empresariais”. Por essa razão metodológica, esta tese tem destacado os IVCRs da Índia em dois grupos de serviços.

continuaram sendo os principais destinos para as exportações de serviços de softwares da Índia.

Tabela 27 - Distribuição geográfica das exportações indianas de serviços de softwares de 2007/8 a 2015/16, valores percentuais

	2007/ 2008	2008/ 2009	2009/ 2010	2010/ 2011	2011/ 2012	2012/ 2013	2013/ 2014	2014/ 2015	2015/ 2016
EUA e Canadá	64,0	61,5	61,9	65,0	64,3	64,1	62,7	59,9	61,7
Europa	26,6	27,0	26,5	23,5	23,3	20,2	24,4	24,6	23,5
Da qual:									
Reino Unido	14,0	13,9	12,4	15,0	14,3	11,4	12,6	12,2	11,9
Ásia	4,0	5,0	4,9	5,1	5,2	4,8	5,7	9,0	8,4
Da qual:									
Ásia Oriental	3,0	4,1	3,8	0,9	1,0	1,8	3,6	7,1	7,2
Ásia Ocidental	0,5	0,8	0,8	0,9	1,0	0,7	1,1	1,8	1,1
Sul da Ásia	0,5	0,1	0,3	0,2	0,2	2,3	0,3	0,1	0,2
Austrália e Nova Zelândia	1,5	1,4	2,3	2,7	3,5	3,5	3,9	3,4	3,4
Outros países	3,8	5,3	4,4	3,7	3,7	7,4	3,3	3,1	3,0
Total	100								

Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados da Índia (2017)

Os dados sobre as exportações de serviços de softwares indianos para a China não estão disponíveis de forma desagregada. Entretanto, é possível observar que a diminuição da participação relativa dos EUA, do Canadá e da Europa como seu destino foi causada, principalmente, pelo crescimento da participação da Ásia e, em menor proporção, pelo crescimento da participação da Austrália e da Nova Zelândia. Poder-se-ia afirmar que o aumento da quota da Ásia foi resultado da redução da demanda pelos serviços em questão nos mercados desenvolvidos provocada pela CFG de 2008. Todavia, essa explicação não se sustenta, porque também se verificou aumento da cota da Austrália e da Nova Zelândia.

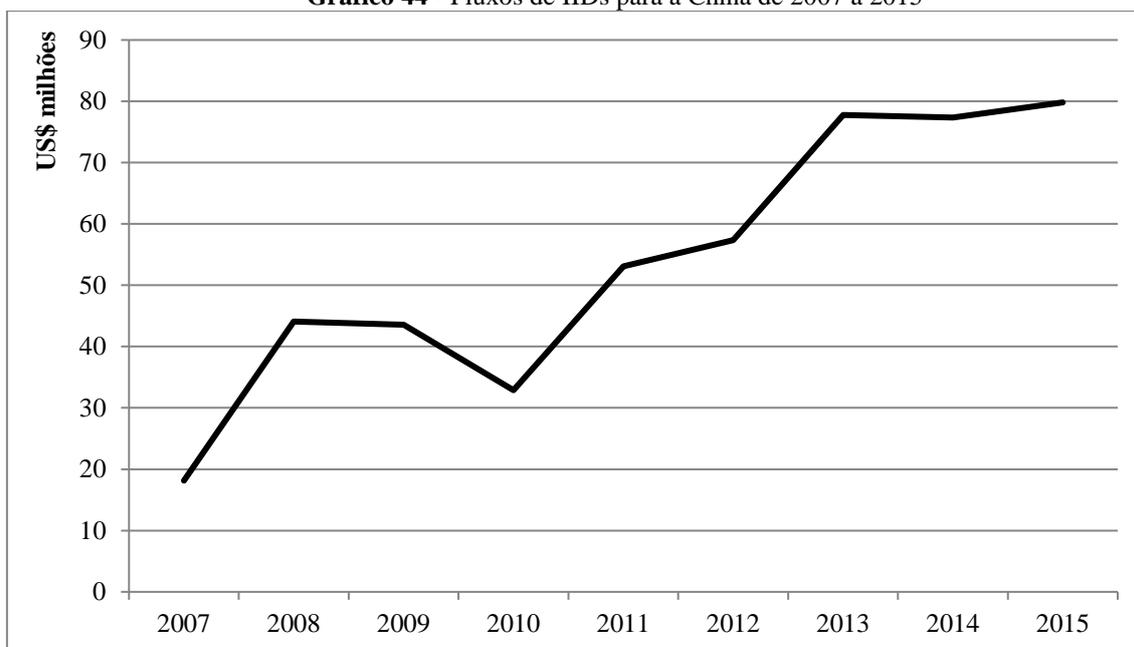
Conseqüentemente, a expansão da participação da Ásia como destino para as exportações de serviços de softwares indianos pode ter sido causada pelo crescimento da demanda do continente por esses produtos e não apenas por um ganho de relevância da região provocado pela retração da participação dos EUA, do Canadá e da Europa como os seus destinos. Sendo assim, é provável que a expansão tenha sido resultado do aumento da demanda nos países asiáticos em desenvolvimento, notadamente a China, dado o rápido crescimento de sua renda per capita. Como se pôde observar acima, a sub-região asiática cuja participação mais cresceu foi exatamente aquela a qual o país pertence: a Ásia Oriental.

O crescimento da demanda chinesa por serviços indianos está de acordo com o esperado por esta tese. A Índia possui vantagens comparativas nas exportações de serviços de softwares e a China tende a aumentar a demanda por esses produtos em função do rebalanceamento.

No entanto, as importações da China de serviços indianos ainda são pequena e estão abaixo de seu potencial, dada a dimensão econômica do país. As possíveis explicações é que, como destacado no capítulo 4, ele ainda impõe elevadas restrições às importações de serviços. Adicionalmente, ele tem melhorado a sua capacidade de atender ao mercado doméstico.

Os investimentos indianos diretos (IIDs) na China também têm sido reduzidos, fazendo com que o país não figure entre os 10 principais destinos dessas inversões. Conforme o gráfico 44, apesar do aumento registrado no período em destaque, os fluxos de IIDs no vizinho não ultrapassaram os US\$ 80 milhões em 2015, o que foi equivalente a apenas cerca de 1,05% do total dos investimentos feitos pelo país no exterior e a aproximadamente 0,06% das entradas de IEDs na China nesse ano. No acumulado de 2007 a 2015, o valor foi de apenas US\$ 484 milhões.

Gráfico 44 - Fluxos de IIDs para a China de 2007 a 2015



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da Índia (2017)

À época, os IIDs na China se encontravam principalmente no setor de serviços, o que estava em conformidade com a especialização do país na execução desse tipo de investimento. Quatro das 10 empresas do país no ranking das 100 maiores EMNs eram do setor de serviços, de acordo com o quadro 8: a Bharti Airtel, a Tata Consultancy Services, a Reliance Communications e a Infosys. Além disso, 1.224 (58,5%) das 2.093 empresas indianas com subsidiárias no exterior identificadas pelo Banco Central da Índia em 2015-16

também eram do mesmo setor. Delas 506 (41,3%) eram empresas do setor de informação e comunicação (tabela 28).

Quadro 8 - Empresas indianas no ranking das 100 maiores EMNs de 2010 a 2015

Empresas	Indústrias*
Tata Steel Ltd	Metal e produtos metálicos
Tata Motors Ltd	Automotiva
Bharti Airtel Ltd	Telecomunicações
Oil and Natural Gas Co	Expl./ref./distr. de petróleo
Hindalco Industries Ltd	Diversificada
Tata Consultancy Services	Outros serviços
Suzlon Energy Ltd	Diversificada
Reliance Communications Ltd	Telecomunicações
Infosys Limited	Computação e processamento de dados
Reliance Industries Limited	Refino de petróleo e indústrias relacionadas

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da United Nations Conference on Trade and Development (2012; 2013a; 2014a; 2016; 2017)

Nota: “*” A classificação da indústria para empresas segue a Classificação Industrial Padrão dos Estados Unidos usada pela CVM desse país.

Tabela 28 - Empresas indianas com subsidiárias no exterior e suas vendas por atividade em 2015-16, valores percentuais e em bilhões de rúpias (₹)

Atividades	Nº. de empresas	2015-16	
		₹	%
A. Atividades relacionadas com a agricultura, plantações e associadas	17,0	4,5	0,1
B. Mineração	57,0	10,8	0,3
C. Fabricação	699,0	1.542,6	46,7
1. Produtos alimentares	36,0	53,8	1,6
2. Bebidas	8,0	19,6	0,6
3. Produtos de tabaco	6,0	4,4	0,1
4. Têxteis	24,0	20,5	0,6
5. Artigos de vestuário	14,0	11,7	0,4
6. Couro e produtos relacionados	9,0	42,4	1,3
7. Madeira e produtos de madeira, exceto móveis; fabricação de artigos de palha e materiais trançáveis	7,0	3,0	0,1
8. Fabricação de papel e produtos de papel	6,0	3,1	0,1
9. Impressão e reprodução de mídia gravada	4,0	1,0	0,0
10. Coque e produtos petrolíferos refinados	6,0	49,4	1,5
11. Químicos e produtos químicos	69,0	77,8	2,4
12. Produtos farmacêuticos, medicamentosos e químicos	84,0	267,4	8,1
13. Produtos de borracha e plásticos	31,0	7,0	0,2
14. Outros produtos minerais não metálicos	11,0	4,4	0,1
15. Metais básicos	16,0	54,3	1,6
16. Produtos metálicos fabricados, exceto máquinas e equipamentos	19,0	52,8	1,6
17. Produtos informáticos, eletrônicos e ópticos	12,0	0,5	0,0
18. Equipamentos elétricos	28,0	25,8	0,8
19. Máquinas e equipamentos não classificados em outros lugares	52,0	22,5	0,7
20. Veículos a motor, trailers e semi-trailers	16,0	243,5	7,4
21. Outros equipamentos de transporte	12,0	59,8	1,8
22. Móveis	2,0	0,1	0,0
23. Outras fabricações	217,0	516,9	15,7
24. Reparação e instalação de máquinas e equipamentos	10,0	0,9	0,0
D. Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	27,0	0,2	0,0
E. Abastecimento de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	2,0	0,0	0,0
F. Construção	67,0	48,2	1,5
G. Serviços	1.224,0	1.694,8	51,3
1. Comércio atacadista e varejista; reparação de veículos motorizados e motocicletas	166,0	373,8	11,3
2. Transporte e armazenamento	54,0	48,2	1,5
3. Atividades de alojamento e serviços de alimentação	27,0	1,2	0,0
4. Informação e comunicação	506,0	1.132,9	34,3
5. Atividades financeiras e de seguros	136,0	28,6	0,9
6. Atividades imobiliárias	36,0	0,8	0,0
7. Outras atividades de serviços	299,0	109,3	3,3
Total	2.093	3.301,1	100

Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados da Índia (2017)

De acordo com a tabela 29, os serviços totais (comércio atacadista e varejista, restaurantes e hotéis + serviços financeiros, de seguros, imobiliários e empresariais + serviços de transporte, armazenamento e comunicação + serviços comunitários, sociais e pessoais) somaram 52,4% do número de operações de IIDs e responderam por 50,4% do valor dos mesmos na China de 2007 a 2015. Nesse período, o grande destaque foi a categoria “serviços

financeiros, de seguros, imobiliários e empresariais”, a qual recebeu 172 investimentos (31,3% do total) no valor de aproximadamente US\$ 183,5 milhões (37,9% do total).

Tabela 29 - Número de operações de investimentos e valores somados dos IIDs na China de 2007 a 2015 por atividades econômicas

Atividades	Nº. de operações de investimentos	%	US\$ em milhões	%
Fabricação	233	42,4%	185,712	38,4%
Agricultura, caça, exploração florestal e pesca*	15	2,7%	45,621	9,4%
Comércio atacadista e varejista, restaurantes e hotéis	88	16,0%	55,028	11,4%
Serviços financeiros, de seguros, imobiliários e empresariais**	172	31,3%	183,432	37,9%
Serviços de transporte, armazenamento e comunicação	15	2,7%	3,658	0,8%
Serviços comunitários, sociais e pessoais	13	2,4%	1,328	0,3%
Construção	9	1,6%	6,723	1,4%
Diversos	4	0,7%	2,733	0,6%
Total	549	100,0%	484,234	100,0%

Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados da Índia (2017)

Nota: “*” Nesse grupo de atividades foram incluídos os dados encontrados com a denominação "agricultura e mineração".

“**” Nesse grupo de atividades foram incluídos os dados encontrados com a denominação "serviços financeiros, de seguros e empresariais"

Cerca de 74% dos US\$ 183,5 milhões supramencionados foram realizados pela multinacional Infosys. A empresa do ramo de consultoria empresarial, tecnologia da informação e serviços de terceirização tem interesse de longo prazo no país e nele se estabeleceu com o objetivo de atender tanto ao seu mercado doméstico quanto ao mercado regional. Para Tüsiad (2012, p. 25, tradução nossa), “[a] Infosys escolheu a China por causa de seus mercados e daquele do sudeste asiático, uma vez que a capacidade do mercado é a premissa dos lucros”.

Além da Infosys, outras empresas se destacaram em atividades da categoria “serviços financeiros, de seguros, imobiliários e empresariais”. Entre elas estavam as empresas de serviços de TI, como a Wipro, a Tech Mahindra, a Flextronics Software Systems, a Oracle Financial Services Software e a Satyam Computer Services; as empresas de software de aplicação, como a Interglobe Technologies; e os bancos, entre eles o Axis Bank, o Union Bank of India, o ICICI Bank, o Punjab National Bank, o Canara Bank, o Bank of Baroda e o State Bank of India.

Outro conjunto de atividades de serviços que chamou a atenção foi o de “comércio atacadista e varejista, restaurantes e hotéis”, com 88 operações de investimentos (16% do total) no valor de US\$ 55 milhões (11,4% do total). Nele, destacaram-se empresas como a Sundram Fasteners, a Synthite Industries, a Semco India, e a United Spirits.

O setor industrial chinês foi o segundo destino mais importante para os IIDs. Nesse setor, o grande destaque foram as atividades de fabricação, as quais receberam 233 operações de investimentos (42,4% do total), o equivalente a US\$ 185,712 milhões (38,4% do total). Estes investimentos foram realizados por empresas farmacêuticas, como a Dishman Pharmaceuticals & Chem., os Hetero Labs, a Amol Pharmaceuticals, a Aarati Drugs, a Aurobindo Pharma e a Concord Biotech; empresas de softwares, como a Nucleus Software Exports; empresas de energia renovável, como a Suzlon Energy; empresas de equipamentos e dispositivos médicos, a exemplo da Poly Medicure; e empresas de produtos de TI, como a Wipro. As atividades de construção, por sua vez, totalizaram apenas 9 operações de investimentos (1,6% do total), alcançando um valor conjunto de US\$ 6,723 milhões (1,4%).

A agricultura, ou melhor, o setor primário, foi o setor econômico chinês que menos recebeu IIDs. As atividades de “agricultura, caça, exploração florestal e pesca” obtiveram apenas 15 operações de investimentos (2,7% do total), perfazendo US\$ 45,621 milhões (9,4%). Nesse setor se encontram investimentos como os do Grupo Tata através da Tata Global Beverages, uma empresa de bebidas não alcoólicas: café, chá e água.

Esses dados, além de comprovar que os IIDs na China estão sendo realizados, principalmente, conforme a especialização do país em serviços, também demonstram que os principais grupos empresariais indianos já estão presentes na China, a exemplo do grupo Infosys, do grupo Wipro e do grupo Tata. Tais grupos pertencem a setores diversificados, inclusive, a alguns que são estratégicos para os chineses, como o de energias renováveis e o de tecnologias da informação e comunicação. Ademais, o número de empresas indianas que atendem a demanda do consumo privado chinês é, provavelmente, o maior entre os BRICS. Isso sugere que, ao lado dos investimentos sul-africanos (apresentados e discutidos abaixo), os IIDs tendem a estar entre os mais afetados positivamente pelo rebalanceamento, o que explica parte de seu crescimento recente (gráfico 44).

5.5 OS EFEITOS DO REBALANCEAMENTO SOBRE AS EXPORTAÇÕES E SOBRE OS INVESTIMENTOS SUL-AFRICANOS QUE SEGUEM PARA A CHINA

Como no caso sino-brasileiro, as relações sino-sul-africanas remontam ao final do século XIX e também têm como base o movimento de mão de obra chinesa ao território que se tornaria a África do Sul. De acordo com Alden e Wu (2014), nesse período, alguns fluxos de chineses das Maurícias e das regiões costeiras do Sul da China chegaram às colônias britânicas e à República Boer em busca de fazer fortuna com a exploração de ouro e de

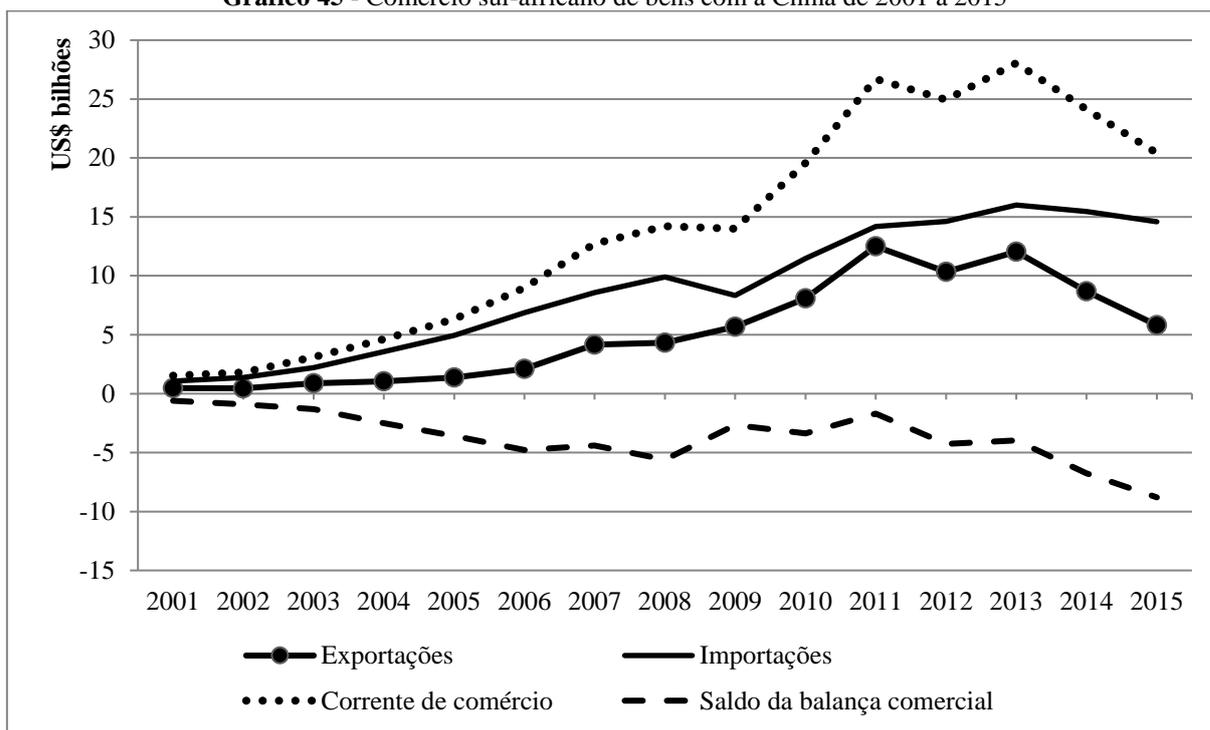
diamantes. Pouco tempo depois, esses deslocamentos foram complementados pelo recrutamento formal de mão de obra chinesa organizado por empresas de mineração.

No século XX, as relações bilaterais se transformaram profundamente em razão dos eventos políticos que ocorrem em ambos os países e dos interesses que lhes eram particulares. Com a conquista da independência em 1931, a África do Sul iniciou vínculos com a República da China. Todavia, com a criação da RPC em 1949, o país estabeleceu relações diplomáticas com Taiwan motivado por interesses econômicos e estratégicos. Tais laços duraram quase meio século até serem substituídos pela celebração de relações diplomáticas com a China continental em 1 de janeiro de 1998 (ALDEN; WU, 2014).

Desde então, a África do Sul e a China têm conduzido iniciativas importantes no sentido de aprofundar as suas relações bilaterais. Entre elas pode se destacar a assinatura da Declaração de Pretória sobre relações de parceria em 2000, o estabelecimento da parceria estratégica de igualdade, benefício mútuo e desenvolvimento comum em 2004, e a celebração de parceria estratégica ampla em 2010. Ainda em nível bilateral, várias outras iniciativas foram adotadas em diversas áreas, como no campo de comércio e no campo de investimentos (ALDEN; WU, 2014).

Todas essas iniciativas mais as complementaridades comerciais permitiram que o comércio bilateral crescesse rapidamente. Uma década após a concertação político-diplomática de 1998 o país asiático já era o principal parceiro comercial da África do Sul. Como foi possível constar na tabela 8, a China passou da 6ª para a 1ª origem das importações sul-africanas de 2001 a 2008 e do 17º para o 1º destino das exportações de 2001 a 2009. Em 2015, 18,35% das importações da África do Sul vieram da China, enquanto que 8,33% das suas exportações se direcionaram a esse país.

Em conformidade com os demais casos apresentados nas seções anteriores, observa-se no gráfico 45 uma corrente de comércio entre a África do Sul e a China que cresceu de 2001 a 2008, caiu em seguida em razão da CFG e, imediatamente após, voltou a crescer antes de cair novamente no início da década atual. Outrossim, como a Rússia e a Índia, a África do Sul tem registrado déficits comerciais com o parceiro asiático.

Gráfico 45 - Comércio sul-africano de bens com a China de 2001 a 2015

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do International Trade Centre (2018)

De 2001 a 2015, cinco bens se encaixaram no perfil daqueles mais exportados pela África do Sul para a China. Eles foram o minério de ferro e os seus concentrados (SH 260112), o minério de manganês e os seus concentrados (SH 260200), o minério de cromo (SH 261000), o ferro cromo (SH 720241) e os resíduos e as sucatas de cobre (SH 740400). Como se observa na tabela 30, enquanto a África do Sul possuiu VCRs em todos esses bens, a China não os possuiu em nenhum deles. Além disso, o que mais chamou a atenção foi que, exceto em resíduos e sucatas de cobre, os índices sul-africanos alcançados foram muito altos.

Tabela 30 - IVCRs da África do Sul e da China nos principais bens sul-africanos exportados para os chineses de 2001 a 2015

	260112		260200		261000		720241		740400	
	A. SUL	CHI								
2001	30,43	0,00	60,07	0,02	65,77	0,14	122,90	0,75	3,98	0,09
2002	34,85	0,00	83,12	0,03	73,03	0,03	148,81	0,26	4,46	0,06
2003	28,09	0,00	79,87	0,02	64,23	0,07	151,07	0,38	3,84	0,04
2004	23,66	0,00	50,30	0,01	59,46	0,03	134,62	0,26	3,12	0,04
2005	22,93	0,00	48,40	0,00	44,38	0,02	109,90	0,20	4,11	0,02
2006	26,99	0,00	59,33	0,00	72,63	0,00	108,63	0,12	5,22	0,02
2007	29,95	0,00	56,96	0,00	69,01	0,00	99,50	0,63	5,05	0,01
2008	28,67	0,00	80,44	0,00	70,67	0,00	95,44	0,48	5,52	0,01
2009	58,40	0,00	58,92	0,03	92,27	0,01	116,34	0,45	6,15	0,01
2010	39,61	0,00	53,39	0,05	81,62	0,00	85,34	0,24	3,59	0,01
2011	34,97	0,00	43,06	0,06	85,72	0,00	72,24	0,14	3,55	0,00
2012	38,80	0,00	58,74	0,06	81,88	0,00	65,28	0,06	3,54	0,00
2013	45,94	0,00	65,74	0,02	94,98	0,01	88,41	0,24	3,96	0,00
2014	43,91	0,01	77,67	0,00	101,82	0,01	105,68	0,01	1,88	0,00
2015	36,92	0,00	91,54	0,01	141,90	0,00	107,28	0,00	1,00	0,00

Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados do International Trade Centre (2018)

Como nos demais casos analisados anteriormente, algumas relações entre os modelos de crescimento da China e os bens que o país importou da África do Sul de 2001 a 2015 também foram encontradas. Todos os bens supramencionados eram bens intermediários (quadro 9) e as suas exportações para os chineses cresceram significativamente na maioria dos anos de 2001 a 2010-11, período característico do crescimento desequilibrado. Em seguida, no período de conformação do rebalanceamento, elas passaram a diminuir ou a deixar de crescer, de acordo com a tabela 31.

Quadro 9 - Classificação dos principais bens sul-africanos exportados para a China de 2001 a 2015 nas classes básicas de bens no SCN

Bens	Classe básica de bens no SCN
260112	Bem intermediário
260200	Bem intermediário
261000	Bem intermediário
720241	Bem intermediário
740400	Bem intermediário

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do World Bank Group (2018)

Tabela 31 - Principais bens sul-africanos exportados para a China de 2001 a 2015, em US\$ milhares

	260112	260200	261000	720241	740400	% do total
2001	153.193	1.279	761	13.435	6.100	37,88
2002	167.547	2.458	1.961	1.753	6.263	39,97
2003	166.966	11.521	4.956	13.429	24.073	24,85
2004	224.712	34.836	13.193	39.501	15.613	31,05
2005	354.276	47.369	44.816	18.063	21.202	35,49
2006	437.774	94.675	172.132	93.084	63.431	40,83
2007	556.204	201.249	398.148	464.913	75.213	40,67
2008	961.970	654.138	585.874	327.450	112.671	61,30
2009	2.187.188	298.047	523.721	722.603	87.743	67,36
2010	3.159.907	630.944	814.057	821.838	144.427	68,82
2011	4.513.825	588.293	1.145.677	1.058.240	195.386	60,04
2012	3.704.580	484.878	745.113	668.064	182.748	55,97
2013	4.267.540	793.663	908.399	1.054.136	207.028	60,03
2014	2.528.392	743.537	663.816	1.109.559	80.800	59,06
2015	1.082.269	803.021	722.218	682.822	12.880	56,92
Participação média desses bens no total exportado ao país de 2001 a 2015						49,35

Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados do International Trade Centre (2018)

Os principais bens da África do Sul vendidos para a China corresponderam, em média, a 49,35% do total exportado pelo país ao seu parceiro de 2001 a 2015 (tabela 31). Esse é o maior valor quando comparado ao caso brasileiro, ao russo e ao indiano, mesmo considerando que os sul-africanos têm um bem a menos com base nos critérios de seleção empregados.

Os efeitos da mudança dos impulsionadores do crescimento chinês também foram sentidos sobre as importações chinesas de bens de consumo a partir da África do Sul. Em 2015, os principais bens de consumo vendidos pelos sul-africanos aos chineses foram os vinhos de uvas frescas (SH 220421), as laranjas (SH 080510), os pêssegos (SH 200870), o Vermoute e outros vinhos de uvas frescas (SH 220510), as uvas frescas (SH 080610), os medicamentos constituídos por produtos misturados ou não misturados (SH 300490), as preparações para beleza, maquiagem e para os cuidados com a pele (SH 330499), os conjuntos de casaco para treinamento ou esportes (SH 621133) e as toranjas ou pomelos frescos ou secos (SH 080540). A África do Sul apresentou VCRs ou IVCRs maiores do que aqueles alcançados pela China em todos os bens, a não ser nos conjuntos de casacos (tabela 32). Nesse último caso, as exportações para os chineses foram justificadas, provavelmente, pela política comercial e/ou industrial sul-africana, como a proteção setorial.

Tabela 32 - IVCRs da África do Sul e da China nos principais bens de consumo sul-africanos exportados para os chineses

	220421		080510		200870		220510		080610		300490		330499		621133		080540	
	A. SUL	CHI																
2001	4,81	0,01	15,13	0,01	18,23	1,83	0,01	0,08	12,21	0,00	0,08	0,06	0,51	0,30	0,52	9,63	14,67	0,07
2002	6,49	0,01	16,90	0,02	21,72	1,52	0,07	0,07	13,58	0,02	0,07	0,04	0,80	0,34	0,61	8,98	22,39	0,07
2003	6,35	0,00	20,12	0,05	25,48	1,79	0,10	0,06	13,62	0,03	0,05	0,03	0,68	0,39	0,32	7,94	21,59	0,08
2004	6,71	0,00	22,15	0,07	25,35	1,44	0,04	0,04	18,05	0,03	0,06	0,03	0,57	0,31	0,51	6,44	31,27	0,09
2005	6,99	0,00	22,98	0,10	22,73	1,36	0,10	0,04	15,16	0,03	0,07	0,03	0,71	0,33	0,23	5,49	35,70	0,20
2006	5,65	0,01	25,26	0,09	16,61	1,35	0,12	0,02	13,14	0,05	0,07	0,02	0,78	0,35	0,23	5,51	24,17	0,36
2007	5,67	0,02	26,11	0,12	13,77	1,62	0,18	0,02	13,48	0,07	0,07	0,02	0,71	0,29	0,18	5,59	25,75	0,66
2008	5,65	0,01	23,20	0,16	11,30	1,73	0,12	0,02	11,27	0,09	0,10	0,03	0,79	0,23	0,27	5,57	21,91	0,94
2009	6,34	0,00	22,41	0,21	17,55	1,64	0,18	0,02	14,47	0,16	0,11	0,02	0,89	0,25	0,39	5,22	23,57	1,02
2010	5,24	0,01	24,24	0,18	16,57	1,63	0,39	0,02	12,25	0,16	0,16	0,03	1,25	0,26	0,29	5,01	21,16	0,91
2011	3,78	0,01	20,89	0,13	12,17	1,72	0,24	0,02	10,39	0,22	0,19	0,05	1,03	0,27	0,20	5,09	23,25	0,87
2012	3,73	0,03	23,29	0,18	14,41	1,72	0,23	0,02	11,21	0,33	0,21	0,06	1,31	0,25	0,21	4,58	20,41	1,15
2013	4,07	0,01	23,96	0,17	14,52	1,77	0,10	0,01	11,22	0,29	0,21	0,06	1,50	0,21	0,20	3,98	27,84	1,31
2014	4,28	0,04	27,77	0,19	16,22	1,78	5,06	0,01	12,84	0,36	0,20	0,06	1,64	0,20	0,31	3,72	24,51	1,25
2015	4,39	0,13	32,40	0,13	22,39	1,62	3,43	0,01	17,34	0,71	0,15	0,06	1,66	0,21	0,55	3,31	23,04	1,48

Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados do International Trade Centre (2018)

Todos os bens de consumo tiveram as suas exportações para a China elevadas no período do rebalanceamento (tabela 33). Embora as exportações de uvas frescas, de Vermoute e outros vinhos, bem como de toranjas ou pomelos tenham fechado 2015 com valores menores do que aqueles alcançados em 2013-2014, as exportações de todos os nove produtos em 2015 foram maiores do que aquelas efetuadas em 2009-2010, e mais ainda do que as realizadas em 2001.

Tabela 33 - Principais bens de consumo sul-africanos exportados para a China, em US\$ milhares

	220421	080510	200870	220510	080610	300490	330499	621133	080540	% do total
2001	72	36	22	0	5	4	25	120	0	0,06
2002	123	535	194	0	0	0	0	1.375	42	0,50
2003	150	906	920	0	371	0	137	104	30	0,29
2004	368	547	682	0	0	0	0	82	3	0,16
2005	633	2.381	510	0	23	25	11	169	113	0,28
2006	1.187	588	318	0	0	1	0	329	29	0,12
2007	2.441	1.614	323	0	77	91	2	543	49	0,12
2008	3.790	1.608	301	0	141	181	17	1.455	41	0,17
2009	4.906	2.251	693	0	167	86	0	1.091	182	0,17
2010	9.448	4.272	1.827	0	287	42	2	993	245	0,21
2011	20.000	8.541	2.074	0	223	645	40	1.127	816	0,27
2012	24.947	11.168	3.038	0	938	545	1.150	1.307	839	0,42
2013	20.245	16.670	4.854	0	14.591	765	1.886	1.015	5.831	0,55
2014	18.132	23.488	11.219	11.894	5.342	3.118	956	1.714	7.678	0,96
2015	40.474	29.252	18.470	5.764	5.324	3.563	3.428	2.251	1.478	1,90
Participação média desses bens no total exportado ao país de 2001 a 2015										0,41

Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados do International Trade Centre (2018)

No caso da África do Sul, as exportações de bens de consumo para a China também representam apenas uma pequena parte do total exportado ao país, tendo em vista que a média foi de apenas 0,41% de 2001 a 2015 (tabela 33). Tal constatação reforça o que já foi verificado nos outros casos: os demais países do BRICS exportam uma quantia relativamente pequena de bens de consumo para a China.

Essa baixa participação das exportações de bens de consumo está relacionado à inadequação da oferta dos demais Estados do BRICS à demanda chinesa. Como se sugeriu no capítulo anterior, há uma baixa complementariedade comercial do Brasil, da Rússia, da Índia e da África do Sul com a China na categoria de bens de consumo. Em primeiro lugar, porque todos os cinco países produzem, sobretudo, bens de consumo de baixa e de média qualidade. Em segundo lugar, porque a demanda chinesa é maior por bens de consumo de alta qualidade. Consequentemente, devido a essa inadequação da oferta à demanda, tais parceiros da China tendem a aproveitar pouco o aumento da demanda do país por bens de consumo causado pelo

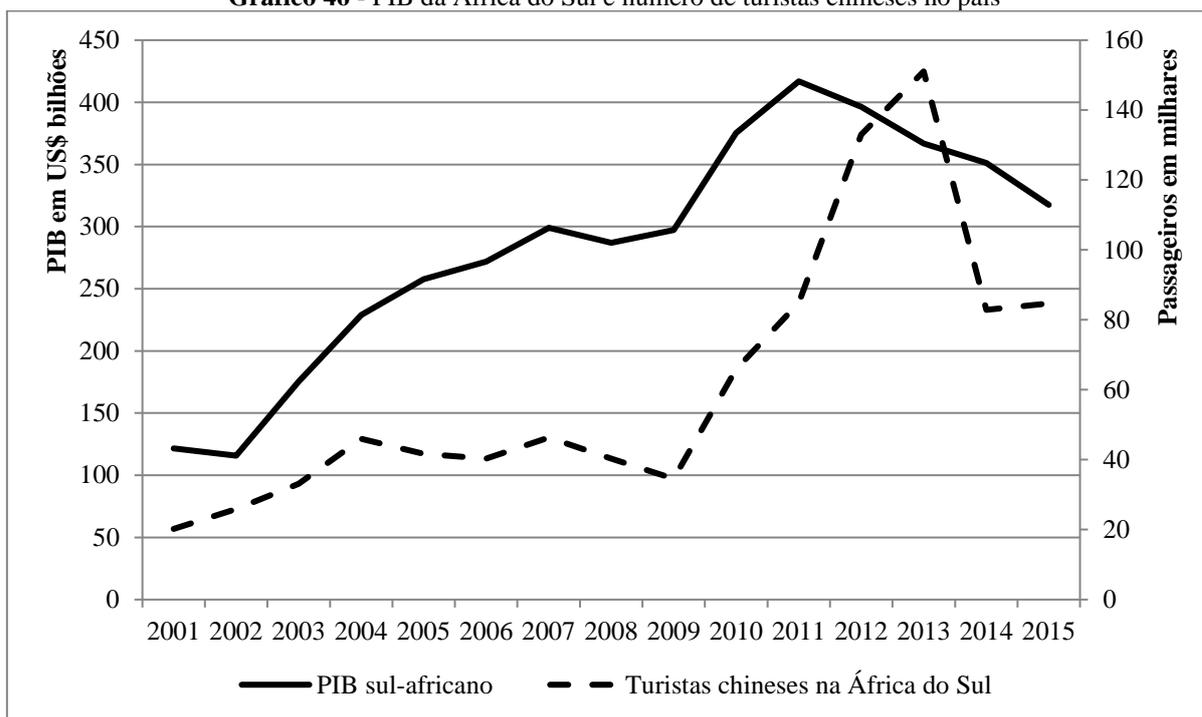
rebalanceamento ou mesmo não o aproveitar, principalmente, se outros fornecedores os substituïrem nos segmentos em que atuam.

O rebalanceamento também elevou as exportações de serviços sul-africanos para a China. A África do Sul apresentou as maiores VCRs em viagens (tabela 34) e exatamente no início da conformação do rebalanceamento o número de turistas chineses passou a crescer no país, até registrar queda de 2013 a 2014, voltando a crescer levemente em seguida, fechando 2015 representando 1% do total de turistas no país conforme o gráfico 46.

Tabela 34 - IVCRs da África do Sul em grupos de serviços, anos selecionados

IVCRs – BPM5				
Grupos de serviços	2001	2005	2010	2013
Transportes	1,08	0,61	0,56	0,63
Viagens	1,73	2,43	2,66	2,60
Comunicações	0,80	0,74	0,64	0,62
Construção	0,16	0,14	0,18	0,17
Seguros	0,56	0,57	0,79	0,86
Serviços financeiros	0,81	0,67	0,82	0,86
Computação e informação	0,27	0,24	0,38	0,30
Royalties e taxas de licenciamento	0,07	0,06	0,06	0,07
Outros serviços empresariais	0,45	0,31	0,32	0,27
Serviços pessoais, culturais e recreativos	0,91	1,11	0,56	0,43
Serviços governamentais	1,14	1,03	1,57	1,82
IVCRs – BPM6				
Grupos de serviços	2005	2010	2015	
Serviços de transformação de recursos materiais pertencentes a terceiros	–	0,01	0,01	
Serviços de manutenção e de reparação não especificados em outros lugares	0,15	0,10	0,14	
Transportes	0,78	0,91	0,90	
Viagens	2,44	2,32	2,25	
Construção	0,17	0,07	0,07	
Serviços de seguros e pensões	0,42	0,66	0,58	
Serviços financeiros	0,55	0,59	0,63	
Encargos pelo uso da propriedade intelectual não incluído em outros lugares	0,06	0,12	0,11	
Serviços de telecomunicações, informática e informações	0,36	0,34	0,39	
Outros serviços empresariais	0,37	0,51	0,60	
Serviços pessoais, culturais e recreativos	0,97	0,76	1,24	
Bens e serviços governamentais não especificados em outros lugares	1,01	1,32	1,73	

Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados da United Nations Conference on Trade and Development (2018)

Gráfico 46 - PIB da África do Sul e número de turistas chineses no país

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do World Bank Group (©2017) e do South African Government (2017)

A queda registrada no número de turistas de 2013 a 2014 não contradiz o impacto da mudança econômica estrutural chinesa sobre a África do Sul, pois, aparentemente, ela foi resultado do baixo desempenho da economia sul-africana e da consequente xenofobia. De acordo com Park (2011), a xenofobia voltou a crescer no país, tendo como força motriz o desempenho insatisfatório da economia. Como se pôde observar no gráfico 46, a queda no número de turistas chineses foi consecutiva à redução do PIB sul-africano.

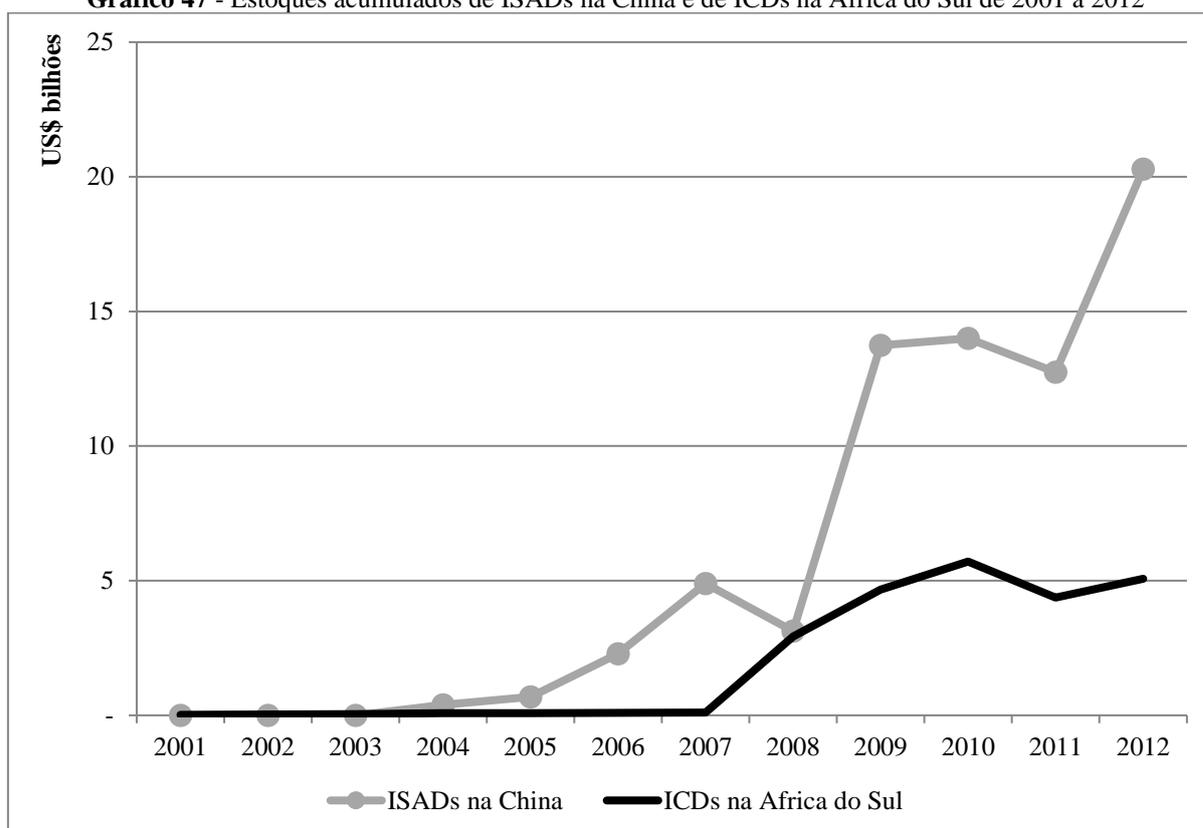
Embora a África do Sul seja a menor economia do BRICS em termos de PIB (a preços correntes em 2015), ela é o país do agrupamento que mais investiu na China via investimentos diretos no período recente. Em 2012, 18% de seu estoque estava nesse país, tornando-o o seu principal destino (tabela 35).

Tabela 35 - Destinos dos estoques de investimentos sul-africanos diretos (ISADs) em 2012, % do total

Posição	País	%
1	China	18%
2	Reino Unido	16%
3	Maurício	10%
4	Luxemburgo	9%
5	EUA	5%
6	Áustria	5%
7	Países Baixos	4%
8	Austrália	4%
9	Rússia	3%
10	Moçambique	2%
11	Nigéria	2%
12	Gana	2%
13	Alemanha	2%
14	Polónia	2%
15	Suíça	1%
16	Canadá	1%
17	Namíbia	1%
18	Botsuana	1%
19	Bélgica	1%
20	Malta	1%
	Outros	12%

Fonte: Adaptado da United Nations Conference on Trade and Development (2014b)

Além disso, os estoques cresceram no período recente e eles são bem maiores do que o de investimentos chineses diretos em sentido inverso. Em 2001, o estoque de ISADs na China era de apenas US\$ 1 milhão, mas passou para US\$ 20 bilhões em 2012 (gráfico 47). Nesse ínterim, o estoque de ICDs na África do Sul passou de US\$ 19 milhões para US\$ 5 bilhões.

Gráfico 47 - Estoques acumulados de ISADs na China e de ICDs na África do Sul de 2001 a 2012

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da United Nations Conference on Trade and Development (2014b)

O aumento e a concentração dos ISADs na China podem ser explicados, parcialmente, pelo fato das principais empresas sul-africanas pertencerem às indústrias que têm a sua demanda elevada com o rebalanceamento. A África do Sul teve tantas empresas quanto a Índia no ranking das 100 maiores EMNs e sua distribuição industrial, além de ter sido a segunda mais diversa entre todos os países do BRICS, ficando atrás apenas da China, ocorreu nas indústrias que atendem, principalmente, a demanda do consumo privado (quadro 10).

Quadro 10 - Empresas sul-africanas ranking das 100 maiores EMNs de 2010 a 2015

Empresas	Indústrias*
MTN Group Ltd	Telecomunicações
Steinhoff International Holdings Ltd	Outros bens de consumo
Sasol Limited	Química
Naspers Ltd	Outros serviços ao consumidor
Gold Fields Ltd	Metal e produtos metálicos
Medi-Clinic Corp Ltd	Outros serviços ao consumidor
Netcare Ltd	Outros serviços ao consumidor
Sappi Ltd	Produtos de madeira e de papel
Aspen Pharmacare Holdings Limited	Produtos farmacêuticos
Mediclinic International PLC	Serviços de cuidados com a saúde

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da United Nations Conference on Trade and Development (2012; 2013a; 2014a; 2016; 2017)

Nota: “*” A classificação da indústria para empresas segue a Classificação Industrial Padrão dos Estados Unidos usada pela CVM desse país

5.6 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O presente capítulo analisou os efeitos da transformação estrutural no modelo de crescimento econômico da China sobre os demais Estados do BRICS. Seu objetivo central foi responder a seguinte questão de pesquisa: como o rebalanceamento tem afetado a demanda chinesa por produtos e por IEDs provenientes dos demais Estados do BRICS?

A hipótese que ele a tem afetado reduzindo a necessidade por produtos e por IEDs mais associada à demanda dos investimentos e elevando aquela mais associada à demanda do consumo privado, impactando os demais Estados do BRICS conforme a posição de cada um na DIT, foi confirmada. De acordo com o quadro-síntese abaixo (quadro 11), após analisados segundo as metodologias estabelecidas na seção 5.2, os fluxos de exportações e de investimentos do Brasil, da Rússia, da Índia e da África do Sul para a China se comportaram como ela previu.

Quadro 11 - Quadro-síntese do capítulo

Exportações de bens	Exportações de serviços	IEDs
<p>A maioria das exportações para a China de bens presentes nas duas amostras selecionadas para cada país exportador se comportou como esperado:</p> <p>Por ser composta por bens intermediários e, por isso, mais associada à demanda dos investimentos, a maioria das exportações dos bens da primeira amostra aumentou durante o período de crescimento desequilibrado e passou a diminuir no período de conformação do crescimento rebalanceado;</p> <p>Por ser composta por bens de consumo e, por isso, mais associada à demanda do consumo privado, a maioria das exportações de bens da segunda amostra aumentou no período de conformação do crescimento rebalanceado;</p> <p>Em ambos os casos as exportações se deram de acordo com a posição dos países exportadores na DIT.</p>	<p>Pode-se afirmar que o comportamento das exportações de serviços dos demais Estados do BRICS para a China ocorreu como previsto:</p> <p>As exportações brasileiras de serviços pertencentes à categoria “outros serviços empresariais” cresceram e esse crescimento pode estar associado ao processo de rebalanceamento;</p> <p>As exportações russas de serviços de construção, os quais são mais associados à demanda dos investimentos e, por isso, mais associados ao crescimento desequilibrado, tiveram o seu desempenho afetado negativamente no período de conformação do rebalanceamento;</p> <p>As exportações indianas de serviços de softwares e as exportações sul-africanas de serviços de viagens, nos dois casos serviços mais associados à demanda do consumo privado, cresceram no período de conformação do rebalanceamento.</p>	<p>Há margens para admitir que o comportamento dos investimentos dos demais Estados do BRICS que seguiram para a China transcorreu como antecipado:</p> <p>Em razão da especialização das EMNs brasileiras e russas mais ligada ao suprimento da demanda dos investimentos do que da demanda do consumo privado, é pouco provável que os seus investimentos estejam sendo positivamente afetados pelo rebalanceamento em formação;</p> <p>Os investimentos das EMNs brasileiras (embora tenham crescido nos últimos anos) e, sobretudo, das EMNs russas praticamente não foram influenciados pelo modelo de crescimento desequilibrado da China por causa da existência de empresas chinesas de grande porte em algumas de suas indústrias de atuação;</p> <p>Os investimentos da Índia e da África do Sul apresentam mais indícios de que estejam sendo positivamente afetados pelo rebalanceamento, pois as EMNs desses países são mais diversificadas industrialmente, inclusive algumas delas pertencem a indústrias cujos IEDs são incentivados pelas autoridades chinesas, e atendem mais a demanda do consumo privado quando comparadas às contrapartes brasileiras e russas. Isso talvez justifique, parcialmente, a alta presença de ISADs na China e a tendência de crescimento dos IEDs.</p>

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

As análises também sugerem que o Brasil, a Rússia, a Índia e a África do Sul tendem a sentir mais os efeitos negativos do que positivos do rebalanceamento dos impulsores do crescimento da China, sobretudo, devido à inadequação de suas ofertas de produtos e de investimentos à demanda chinesa. No rebalanceamento, enquanto diminui a procura por bens em que eles são grandes ofertantes, isto é, bens que atendem a demanda dos investimentos, cresce a procura por bens mais associados à demanda do consumo privado, ou seja, bens em que eles não são grandes ofertantes e que ainda sofrem com a concorrência da própria China.

A situação é um pouco mais séria para o Brasil e para a Rússia cujos perfis das exportações de serviços e dos IEDs são menos associados à demanda do consumo privado. Nesses dois fluxos, a situação da Índia e da África do Sul é mais confortável. Entretanto, mesmo esses dois países têm que lidar com questões específicas que impedem o aproveitamento de algumas oportunidades geradas pelo rebalanceamento, como a crescente

oferta de serviços pelas empresas da China, os entraves impostos por esse país às importações de determinados serviços e, no caso específico África do Sul, a xenofobia.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma como a China cresce economicamente tem mudado. Até o final da década passada o país cresceu, principalmente, seguindo o modelo de crescimento gerschenkroniano. Esse modelo se baseia nas vantagens do atraso econômico e explica, ao menos em parte, a dependência do crescimento chinês dos investimentos em detrimento do consumo privado. Também consegue explicar parcialmente a sua dependência das exportações, pois ela tem como uma de suas causas o excesso de produção doméstica causado pela industrialização baseada nos investimentos.

Tal forma de crescimento permitiu ao país crescer em ritmo acelerado por um longo período pós-1978. Todavia, os seus impulsionadores se mostraram desequilibrados, principalmente, de 2002-2003 a 2008-2009. Nesse período, o crescimento chinês foi excessivamente baseado nas exportações, nos investimentos e na repressão do consumo privado, pela ótica dos gastos agregados; no setor industrial, pela ótica da produção; na repressão da renda familiar disponível, pela ótica da renda; e na geração de superávits em conta corrente, pela ótica da poupança e investimentos nacionais. Tal estrutura não pode continuar, sobretudo, em razão da restrição ao crescimento impulsionado pelo investimento sustentado por dívidas e das restrições ao crescimento impulsionado pelas exportações.

As autoridades chinesas já identificavam os primeiros sinais de desequilíbrios dos impulsionadores do crescimento chinês no final da década de 1990. Todavia, a identificação ganhou destaque mais significativo a partir de meados da década de 2000, quando os desequilíbrios se tornaram mais fortes e passaram a ameaçar as perspectivas de crescimento futuro da China.

Conseqüentemente, as autoridades chinesas adotaram e/ou reforçaram algumas medidas com o objetivo de rebalancear a estrutura de crescimento do país, principalmente, tornando-a menos baseada nos investimentos e mais no consumo privado. Entre as medidas estão a melhor distribuição de renda, a promoção da urbanização, a ampliação e melhoria da rede de segurança social, as mudanças na governança das empresas, a flexibilização financeira, o aumento salarial e o desenvolvimento do setor de serviços.

Como resultado, tem-se o início da conformação do rebalanceamento dos impulsionadores do crescimento chinês entre o final da década de 2000 e o início da década de 2010. Os principais sinais nesse sentido foram o crescimento da participação do consumo privado, do setor serviços e da renda familiar disponível como percentagem do PIB, por um lado, e a diminuição do superávit em conta corrente, por outro lado.

Cada modelo de crescimento da China impacta a economia mundial a sua maneira. No caso do modelo desequilibrado, os impactos derivaram do crescimento econômico acelerado chinês baseado no tripé investimentos, exportações e produção industrial. Eles incluíram a transformação do país em superpotência econômica, a expansão de sua capacidade de investimentos, o aumento dos desequilíbrios na economia mundial e as mudanças dos termos de troca em favor de algumas commodities e em desfavor de algumas manufaturas.

No caso do modelo rebalanceado que está se formando, as implicações sucedem da menor taxa de crescimento da China e da progressiva dependência deste crescimento do consumo privado. Elas compreendem aos efeitos derivados da redução do superávit do país em conta corrente, ao aumento mais lento ou a diminuição dos preços internacionais de certas commodities e a formação de um grande mercado chinês para bens consumidos principalmente pelas famílias.

Em razão do modelo de crescimento rebalanceado em formação ter uma estrutura de demanda diferente daquela do modelo de crescimento desequilibrado, esta tese indagou como o rebalanceamento tem afetado a demanda chinesa por produtos e por IEDs provenientes dos demais Estados do BRICS? Como resposta, a hipótese de que o rebalanceamento em conformação tem diminuído a procura chinesa por produtos e por IEDs provenientes dos demais Estados do BRICS mais associada à demanda dos investimentos e elevado aquela mais associada à demanda do consumo privado, impactando esses Estados conforme a posição de cada um na DIT, foi confirmada.

A maioria das exportações para a China de bens presentes nas duas amostras selecionadas para cada país exportador se comportou como esperado. De acordo com as análises realizadas, verificaram-se que:

- a) por ser composta por bens intermediários e, por isso, mais associada à demanda dos investimentos, a maioria das exportações dos bens da primeira amostra aumentou durante o período de crescimento desequilibrado e passou a diminuir no período de conformação do crescimento rebalanceado;
- b) por ser composta por bens de consumo e, por isso, mais associada à demanda do consumo privado, a maioria das exportações de bens da segunda amostra aumentou no período de conformação do crescimento rebalanceado; e
- c) em ambos os casos as exportações se deram de acordo com a posição dos países exportadores na DIT.

Igualmente, pode-se afirmar que o comportamento das exportações de serviços dos demais Estados do BRICS para a China ocorreu como previsto. Conforme as análises realizadas, observaram-se que:

- a) as exportações brasileiras de serviços pertencentes à categoria “outros serviços empresariais” cresceram e esse crescimento pode estar associado ao processo de rebalanceamento;
- b) as exportações russas de serviços de construção, os quais são mais associados à demanda dos investimentos e, por isso, mais associados ao crescimento desequilibrado, tiveram o seu desempenho afetado negativamente no período de conformação do rebalanceamento; e
- c) as exportações indianas de serviços de softwares e as exportações sul-africanas de serviços de viagens, ambos serviços mais associados à demanda do consumo privado, cresceram no período de conformação do rebalanceamento.

Do mesmo modo, há margens para admitir que o comportamento dos investimentos dos demais Estados do BRICS que seguiram para a China transcorreu como antevisto. Em conformidade com as análises realizadas, constataram-se que:

- a) em razão da especialização das EMNs brasileiras e russas mais ligada ao suprimento da demanda dos investimentos do que da demanda do consumo privado, é pouco provável que os seus investimentos estejam sendo positivamente afetados pelo rebalanceamento em formação;
- b) os investimentos das EMNs brasileiras e, principalmente, das EMNs russas praticamente não foram influenciados pelo modelo de crescimento desequilibrado da China por causa da existência de empresas chinesas de grande porte em algumas de suas indústrias de atuação; e
- c) os investimentos da Índia e da África do Sul apresentam mais indícios de que estejam sendo positivamente afetados pelo rebalanceamento, pois as EMNs desses países são mais diversificadas industrialmente, inclusive algumas delas pertencem a indústrias cujos IEDs são incentivados pelas autoridades chinesas, e atendem mais a demanda do consumo privado quando comparadas às contrapartes brasileiras e russas.

Ademais, as análises sugerem que o Brasil, a Rússia, a Índia e a África do Sul tendem a sentir mais os efeitos negativos do que positivos do rebalanceamento dos impulsionadores do crescimento da China, principalmente, em razão da inadequação de suas ofertas de produtos e de investimentos à demanda chinesa. No rebalanceamento, enquanto diminui a

procura por bens em que eles são grandes ofertantes, ou seja, bens que atendem a demanda dos investimentos, cresce a procura por bens mais associados à demanda do consumo privado, isto é, bens em que eles não são grandes ofertantes e que ainda sofrem com a concorrência da própria China.

O problema é um pouco mais sério para o Brasil e para a Rússia, dado que os perfis de suas exportações de serviços e dos seus IEDs são menos associados à demanda do consumo privado. Em relação a esses dois fluxos, a situação da Índia e da África do Sul é mais satisfatória. Mas, mesmo esses dois países têm que lidar com questões específicas que impedem o aproveitamento de algumas oportunidades geradas pelo rebalanceamento.

REFERÊNCIAS

- ALDEN, Chris; WU, Yu-Shan. **South Africa and China: The Making of a Partnership**. South African Institute of International Affairs occasional paper 19, 2014. Disponível em: <<https://www.saiia.org.za/occasional-papers/578-south-africa-and-china-the-making-of-a-partnership-1/file>>. Acesso em: 05 Set. 2017.
- ALTEMANI, Henrique. **Brasil e China: cooperação Sul-Sul e parceria estratégica**. Belo Horizonte. MG: Fino Traço, 2012.
- ANDREFF, Wladimir. Outward Foreign Direct Investment from BRIC countries: Comparing strategies of Brazilian, Russian, Indian and Chinese multinational companies. **The European Journal of Comparative Economics**, v. 12, n. 2, p. 79-131, 2015. Disponível em: <<http://eaces.liuc.it/18242979201502/182429792015120202.pdf>>. Acesso em: 13 Jul. 2017.
- ARIF, Sheikh Mohd. A History of Sino-Indian Relations: From Conflict to Cooperation. **International Journal of Political Science and Development**, v. 1, n. 4, p. 129-137, 2013. Disponível em: <<http://www.academicresearchjournals.org/IJPSD/PDF/December/Arif.pdf>>. Acesso em: 31 Jul. 2017.
- ATSMON, Yuval; MAGNI, Max. Meet the Chinese consumer of 2020, **McKinsey Quarterly**, Mar. 2012. Disponível em: <<http://www.mckinsey.com/global-themes/asia-pacific/meet-the-chinese-consumer-of-2020>>. Acesso em: 09 Jan. 2017.
- AYKUT, Dilek; GOLDSTEIN, Andrea. **Developing Country Multinationals: South-South Investment Comes of Age**. - Paris: OECD Development Centre, 2006. Disponível em: <http://www.un.org/esa/sustdev/publications/industrial_development/1_3.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2017.
- AYKUT, Dilek; RATHA, Dilip. Research Note: South-South FDI flows: how big are they? **Transnational Corporations**, v. 13, n. 1, p. 149 – 172, 2004.
- BALASSA, B. Trade liberalisation and “revealed” comparative advantage. **The Manchester School**. Manchester, v. 33, p. 99-123, 1965.
- BASTOS, Carlos Pinkusfeld Monteiro; MAZAT, Numa. *In*: GERSCHENKRON, Alexander. **O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios**. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Celso Furtado, 2015. P. 9-65.
- BEIJING TODAY. New 5-Year Plan to see revolutionary changes. **Beijing Today**, Pequim, p. 3, 14 Out. 2005. P.3. Disponível em: <<https://issuu.com/beijingtoday/docs/2005-10-14>>. Acesso em: 26 Ago. 2016.
- BITTENCOURT, Gustavo. Introducción. In: BITTENCOURT, Gustavo (Coordinador). **El Impacto de China en América Latina: comercio e inversiones**. Red Mercosur, 2012. 25-47. Disponível em: <http://cienciassociales.edu.uy/departamentodeeconomia/wp-content/uploads/sites/2/2013/archivos/Libro%20China_AL.pdf>. Acesso: 23 Ago. 2016.

BRASIL. Banco Central. **Capitais brasileiros no exterior**: Tabela (data-base: 2001 a 2006), 2007. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/rex/cbe/port/ResultadoCBE.asp?idpai=CBE>>. Acesso em: 21 Dez. 2017.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores do. **BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul**, 2016. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3672-brics>>. Acesso em: 29 Maio de 2017.

BRASIL. Banco Central. **Capitais brasileiros no exterior**: Tabelas (datas-base: 2007 a 2016), 2017a. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/rex/cbe/port/ResultadoCBE2016.asp?idpai=CBE>>. Acesso em: 21 Dez. 2017.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). **Dashboard Siscoserv**: dados de comércio exterior de serviços. 2017b. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/portal/dashboard.html>>. Acesso em: 10 Nov. 2017.

CHENG, Shuaihua. A decade ahead: is china inc. sustainable? In: MELÉNDEZ-ORTIZ, Ricardo; BELLMANN, Christophe; CHENG, Shuaihua (Ed.). **A Decade in the WTO: Implications for China and Global Trade Governance**. China, Trade and Sustainable Development Series. Geneva: ICTSD Programme on Global Economic Policy and Institutions, 2011. P. 82-86.

CHINESE NATIONAL PEOPLE'S CONGRESS. **The Outline of the 12th Five-Year Program for National Economic and Social Development of the People's Republic of China**, 2011. Disponível em: <[http://www.asifma.org/uploadedFiles/Resources/PRC-12th-FYP\(1\).PDF](http://www.asifma.org/uploadedFiles/Resources/PRC-12th-FYP(1).PDF)>. Acesso em: 23 Ago. 2016.

CHOW, Gregory C. Economic reform and growth in China. **Annals of economics and finance**, Beijing, n. 5, p. 127-152, 2004. Disponível em <<http://www.aecon.net/Articles/May2004/aef050107.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2013.

COFFEY, W. J.. The 'newer' international division of labour. In: DANIELS, P. W.; LEVER, W. F. (eds). **The Global Economy in Transition**. Longman, Essex, 1996. P. 40-61.

中国人大 (CONGRESSO NACIONAL POPULAR DA CHINA). **国民经济和社会发展第十个五年计划纲要 (2001—2005)** (Décimo Plano Quinquenal Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social [2001-2005]), 2001. Disponível em: <<http://theory.people.com.cn/GB/40557/54239/54243/3783806.html>>. 23 Ago. 2016.

中国人大 (CONGRESSO NACIONAL POPULAR DA CHINA). **中共中央关于制定国民经济和社会发展第十一个五年规划的建议** (Comitê Central do PCC - Décimo Primeiro Plano Quinquenal com recomendações para o desenvolvimento econômico e social [2006-2010]), 2005. Disponível em: <<http://theory.people.com.cn/GB/40746/3781965.html>>. Acesso em: 23 Ago. 2016.

CUI, Li; SYED, Mr Murtaza H. **The shifting structure of China's trade and production**. International Monetary Fund, 2007.

DE LA FUENTE LAVÍN, Mikel. División internacional del trabajo. *In: Observatorio de Multinacionales en América Latina. **Diccionario crítico de empresas transnacionales.*** Observatorio de Multinacionales en América Latina, 2012. Disponível em: <http://omal.info/IMG/article_PDF/Divisi-n-internacional-del-trabajo_a4837.pdf>. Acesso em: 05 Jun. 2017.

DEVELOPMENT RESEARCH CENTER OF THE STATE COUNCIL; THE WORLD BANK. **China 2030: Building a Modern, Harmonious, and Creative Society.** World Bank Publications, 2013.

DOLLAR, David. **China's Rebalancing:** Implications for U.S.-China economic relations. *In: GLICKMAN, Dan. America's Rebalance toward Asia: Trade, Security & Resource Interests in the Pacific.* The ASPEN Institute Congressional Program (V. 29, n. 2). Washington: The Aspen Institute, 2014a. P. 5-8.

DRYSDALE, Peter; SONG, Ligang. The implications of China's membership of the WTO for industrial transformation. *In: DRYSDALE, Peter; SONG, Ligang. **China's Entry to the WTO: Strategic issues and quantitative assessments.*** –3a ed.. London and New York: Taylor & Francis e-Library, 2005b. Cap. 7: p. 100- 119.

EICHENGREEN, Barry; GUPTA, Poonam. The two waves of service sector growth. **NBER Working Paper Series**, Working Paper 14968, 2009. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w14968>>. Acesso em: 13 Jan. 2016.

EICHENGREEN, Barry; GUPTA, Poonam. Export of Services: Indian Experience in Perspective. **National Institute of Public Finance and Policy**, New Delhi, working paper n. 2012-102, 2012. Disponível em: <http://nipfp.org.in/media/medialibrary/2013/04/wp_2012_102_0.pdf> . Acesso em 01 fev. 2018.

EUROPEAN COMMISSION et al. **System of National Accounts 2008.** New York: European Communities: International Monetary Fund: Organisation for Economic Co-operation and Development: United Nations: World Bank, 2009.

FACT.INTERNATIONAL. **Chinese wages now higher than in Brazil, Argentina and Mexico.** 2017. Disponível em: <http://fact.international/2017/02/chinese-wages-now-higher-than-in-brazil-argentina-and-mexico/>. Acesso em: 16 mar. 2018.

FARRELL, Diana et al. Sumário Executivo. *In: FARRELL, Diana et al. **From 'made in China' to 'sold in China':*** The rise of the Chinese urban consumer. McKinsey Global Institute, p. 63, 2006. Disponível em: <<http://www.mckinsey.com/global-themes/urbanization/from-made-in-china-to-sold-in-china>>. Acesso em: 19 de Jul. 2016.

FARRELL, Diana; GERSCH, Ulrich A.; ETEPHENSON, Elizabeth. The value of China's emerging middle class. **The Mckinsey Quarterly** (2006 Special edition), p. 61-69, 2006. Disponível em: <<http://www.andrewleunginternationalconsultants.com/files/mckinsey-quarterly---the-value-of-chinas-emerging-middle-class.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

FISHLOW, Albert. **Review of Economic Backwardness in Historical Perspective**, Economic History, Fev. 2003. Disponível em: < https://eh.net/book_reviews/economic-backwardness-in-historical-perspective-a-book-of-essays/>. Acesso em: 05 jun. 2017.

FRISCHTAK, Claudio; SOARES, André. **Empresas Brasileiras na China: Presença e Experiências**. Rio de Janeiro – RJ: CEBC, 2012. Disponível em: Disponível em: <http://www.cebc.org.br/sites/default/files/pesquisa_presenca_das_empresas_brasileiras_na_china_-_presenca_e_experiencias.pdf>. Acesso em: 21 Dez. 2017.

FORSTER, Magdalena. **China rebalancing: Blessing and curse for Latin America**. Deutsche Bank Research: Research briefing: emerging markets, Mar., 2015. Disponível em: < https://www.dbresearch.com/PROD/DBR_INTERNET_EN-PROD/PROD0000000000353197/China+rebalancing%3A+Blessing+and+curse+for+Latin+Am.pdf>. Acesso em: 09 Jan. 2017.

FORTUNE. **Global Fortune 500**, © 2017. Disponível em: < <http://fortune.com/global500/>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

FTCHINESE. **Chinese wages now higher than in Brazil, Argentina and Mexico**. 中国经济 (Economia chinesa), 2017. Disponível em: <http://www.ftchinese.com/story/001071536/en>. Acesso em: 16 mar. 2018.

FULIN, Chi. **Consumers can drive China's transformation to a high-income economy with steady growth**. Global Europe, Fev., 2015, Disponível em: < <http://europesworld.org/2015/02/02/consumers-can-drive-chinas-transformation-high-income-economy-steady-growth/#.V9w3OJgrLIW> >. Acesso em: 16 Set. 2016.

GANG, F. A. N.; HOPE, Nicholas C. The role of state-owned enterprises in the Chinese economy. *In: US-China 2022: Economic Relations in the Next 10 Years*. Hong Kong: China–United States Exchange Foundation, 2013. Cap. 16. Disponível em: < <https://www.chinausfocus.com/2022/wp-content/uploads/Part+02-Chapter+16.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

GARCIA-HERRERO, Alicia; XIA, Le; CASANOVA, Carlos. Chinese outbound foreign direct investment: how much goes where after roundtripping and offshoring? **BBVA working paper**, n.º. 15/17, 2015. Disponível em: <https://www.bbvaresearch.com/wp-content/uploads/2015/06/15_17_Working-Paper_ODI.pdf>. Acesso em: 12 Set. 2018.

GERSCHENKRON, Alexander. **O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios**. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Celso Furtado, 2015.

GONÇALVES, Reinaldo. **Economia Política Internacional: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil**. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. – 2ª reimpressão.

GUPTA, Anil K.; WANG, Haiyan. China and India: Greater Economic Integration, **China business review**, 2009. Disponível em: < <http://www.chinabusinessreview.com/china-and-india-greater-economic-integration/> >. Acesso em: 27 Ago. 2015.

GWYNNE, Robert. Alexander Gerschenkron (1904–78). *In: SIMON, David (ed.). Fifty key thinkers on Development*. New York: Routledge, 2006. p. 116-121.

HANLONG, Lu. The Chinese middle class and xiaokang society. In: LI, Cheng (Ed.). **China's emerging middle class: beyond economic transformation**. Washington, DC: The Brookings Institution, 2010. P.104-131.

HANSON, Gordon H. The rise of middle kingdoms: Emerging economies in global trade. **The Journal of Economic Perspectives**, v. 26, n. 2, p. 41-63, 2012.

HEDRICK-WONG, Yuwa. **China's economic rebalancing and global implications**. MasterCard Worldwide Insights, 3Q 2011. Disponível em: <<http://mastercardcenter.org/wp-content/uploads/2015/01/China-Economic-Rebalancing-and-Global-Implications-Q3-2011.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

HIRATUKA, Célio; SARTI, Fernando. **Investimento direto e internacionalização de empresas brasileiros no período recente**: Brasília: Ipea, 2011. (Texto para discussão 1610). Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1571/1/td_1610.pdf>. Acesso em: 02 Out. 2017.

HO, Puay-Peng. Consuming art in middle class China. In: JEFFRELOT, Christophe; VEER, Peter van der. **Patterns of middle class consumption in India and China**. New Delhi: SAGE Publications India, 2008. P. 177-191.

HSU, Jing-Yun; SOONG, Jenn-Jaw. **Development of China-Russia relations (1949-2011): limits, opportunities, and economic ties**. The Chinese economy, v. 47, n. 3, p. 70-87, 2014. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.2753/CES1097-1475470305>> . Acesso em: 28 Jun. 2017.

HSUEH, Roselyn. China's Liberalization Two-Step: A Response to Globalization. **Initiative for Policy Dialogue Task Force on China**, Columbia University, University of Manchester, Jun. 25-26, 2008.

HUANG, Xiaoming; YOUNG, Jason. **China and the World Economy: Challenges and Opportunities for New Zealand**. China Research Centre Discussion Paper 13/01. Wellington: New Zealand Contemporary China Research Centre, 2013. Disponível em: <http://www.victoria.ac.nz/chinaresearchcentre/publications/papers/China_and_the_World_Economy.pdf>. Acesso em: 23 Ago. 2016.

HUANG, Yiping. Transition of China's Growth Model and Implications for the world. **International Economic Association World Congress**, Jun. 2014. Disponível em: <<http://www.webmeets.com/files/papers/IEA/2014/881/Transition%20of%20China's%20Growth%20Model%20and%20Implications%20for%20the%20worldHuang060614.pdf>> . Acesso em: 04 Jul. 2016.

HUBACEK, Klaus; GUAN, Dabo; BARUA, Anamika. Changing lifestyles and consumption patterns in developing countries: A scenario analysis for China and India. **Futures**, v. 39, n. 9, p. 1084-1096, 2007.

HUBBARD, Paul; HURLEY, Samuel; SHARMA, Dhruv. The familiar pattern of Chinese consumption growth. **Economic Roundup**, n. 4, 2012. Disponível em: <<https://treasury.gov.au/publication/economic-roundup-issue-4-2012/the-familiar-pattern-of-chinese-consumption-growth/>> . Acesso em: 15 mar. 2018.

HURTADO, Rufino. (2014). China's middle class: Content in the "middle income stratum" or seeds of political change? **China Studies Working Paper Series, Johns Hopkins School of Advanced International Studies**, 2014. Disponível em: <https://www.sais-jhu.edu/sites/default/files/China-Studies-Working-Paper-2014-Hurtado.pdf>. Acesso em: 09 Jan. 2017.

HYVONEN, Markus; WANG, Hao. **India's Services Exports**. RBA Bulletin (December Quarter 2012), p.33-38, 2012. Disponível em: <http://www.rba.gov.au/publications/bulletin/2012/dec/pdf/bu-1212-4.pdf> . Acesso em: 01 fev. 2018.

INDIA. RESERVE BANK. **Data releases**. 2017. Disponível em: <https://www.rbi.org.in/Scripts/Statistics.aspx> . Acesso em: 01 fev. 2018.

INTERNATIONAL MONETARY FUND – IMF. **Datasets**. ©2018. Disponível em: <http://www.imf.org/external/datamapper/datasets/WEO/1>>. Acesso em: 10 Maio 2018.

INTERNATIONAL TRADE CENTRE (ITC). **Trade map**. 2018. Disponível em: <https://www.trademap.org>>. Acesso em: 29 jan. 2018.

ISHUTKINA, Mariya A.; HANSMAN, R. John. **Analysis of the interaction between air transportation and economic activity: a worldwide perspective**. Report No. ICAT-2009-2. Cambridge, 2009. Disponível em: https://dspace.mit.edu/bitstream/handle/1721.1/44957/Ishutkina_ICAT-2009-2.pdf?sequence=1> . Acesso em: 30 jan. 2018.

ISMAIL, Faizel. China's Rise – Opportunities And Challenges For Africa. In: MELÉNDEZ-ORTIZ, Ricardo; BELLMANN, Christophe; CHENG, Shuaihua (Ed.). **A Decade in the WTO: Implications for China and Global Trade Governance**. China, Trade and Sustainable Development Series. Geneva: ICTSD Programme on Global Economic Policy and Institutions, 2011. P. 37-50. Disponível em: <http://www.ictsd.org/downloads/2011/12/a-decade-in-the-wto-implications-for-china-and-global-trade-governance.pdf> >. Acesso em: 06 Nov. 2015.

JEFFRELOT, Christophe; VEER, Peter van der. Introduction. In: JEFFRELOT, Christophe; VEER, Peter van der. **Patterns of middle class consumption in India and China**. New Delhi: SAGE Publications India, 2008. P. 11-34.

JIA, Lijun; WU, Maoguo; LIU, Yixuan. The Evolution of Measurement Methods of Comparative Advantage and New Trends in IntraProduct International Specialization. **European Scientific Journal, ESJ**, v. 12, n. 7, 2016. Disponível em: <http://eujournal.org/index.php/esj/article/view/7120/6855>>. Acesso em: 11 Set. 2018.

JIABAO, Wen. **Premier Wen Jiabao's Press Conference**. Consulate-General of the People's Republic of China in San Francisco, 2007. Disponível em: <http://www.chinaconsulatesf.org/eng/xw/t304313.htm>>. Acesso em: 04 Jun. 2016.

JING, Yang. Understanding China's middle class and its socio-political attitude. **East Asian Policy Previous Issues**, v.2, n.4, 2010, p. 50-57. Disponível em: <

http://www.eai.nus.edu.sg/publications/files/Vol2No4_YangJing.pdf >. Acesso em: 09 jul. 2016.

JINTAO, Hu. **中央经济工作会议** (Conferência Central de Trabalho Econômico - 2004), 2004. Disponível em: <<http://people.com.cn/GB/jinji/222/2322/index.html>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

JINTAO, Hu. **Report to the Seventeenth National Congress of the Communist Party of China on Oct. 15, 2007**. Embassy of the People's Republic of China in the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland. 2007. Disponível em: <<http://www.chinese-embassy.org.uk/eng//xnyfgk/t376863.htm>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

KENESSEY, Zoltan. The primary, secondary, tertiary and quaternary sectors of the economy. **Review of Income and Wealth**, v. 33, n. 4, p. 359-385, 1987. Disponível em: <<http://www.roiw.org/1987/359.pdf>>. Acesso em: 04 Set. 2018.

KEOHANE, Robert O; NYE, Joseph S.. **Power and Interdependence**. Scranton, PA: Harper Collins, 1989.

KEQIANG, Li. **Report on the work of the government (2014)**, 2014. Disponível em: <http://english.gov.cn/archive/publications/2014/08/23/content_281474982987826.htm>. Acesso em: 20 Maio 2017.

KEQIANG, Li. **Report on the Work of the Government (2015)**, 2015. Disponível em: <http://english.gov.cn/archive/publications/2015/03/05/content_281475066179954.htm>. Acesso em: 05 jun. 2017.

KHARAS, Homi; GERTZ, Geoffrey. **The New Global Middle Class: A Cross-Over from West to East**. Washington, DC, Brookings Institute, Wolfensohn Center for Development, Mar. 2010. Disponível em: <http://www.brookings.edu/~media/research/files/papers/2010/3/china%20middle%20class%20kharas/03_china_middle_class_kharas.pdf>. Acesso em: 19 Jan. 2016.

KHARAS, H.. The Emerging Middle Class in Developing Countries. **OECD Development Centre Working Papers**, n. 285, OECD Publishing, Paris, 2010. Disponível em: <http://www.oecd-ilibrary.org/development/the-emerging-middle-class-in-developing-countries_5kmmp8lncrns-en>. Acesso em: 09 Jan. 2017.

KILJUNEN, Kimmo. La división internacional del trabajo industrial y el concepto centro-periferia. **Revista De La Cepal**, n° 30, p. 103-123, 1986. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/38055/RVE30_es.pdf#page=102>. Acesso em: 07 jun. 2017.

KONG, Veasna; MCKISSACK, Adam; ZHANG, Dong. China in a new period of transition. **Australian Government: The Treasury, Economic Group**, Issue 4, special edition: China, p. 43-62, 2012. Disponível em: <<http://www.treasury.gov.au/~media/Treasury/Publications%20and%20Media/Publications/2012/roundup-04/downloads/pdf/Economic-Roundup-4-2012-consolidated.ashx>> . Acesso em: 07 Set. 2015.

KPMG. **China's 12th five-year plan**: Overview, KPMG China, 2011a. Disponível em: <<https://climateobserver.org/wp-content/uploads/2014/10/China-12th-Five-Year-Plan-Overview-2011041.pdf>>. Acesso em: 08 Out. 2015.

KPMG. **China's 12th five-year plan**: consumer markets, KPMG China, 2011b. Disponível em: <<http://www.kpmg.com/CN/en/IssuesAndInsights/ArticlesPublications/Documents/China-12th-Five-Year-Plan-Consumer-Markets-201104.pdf>>. Acesso em: 08 Out. 2015.

KUO, Youchi. 3 great forces changing China's consumer Market, **World Economic Forum**, 2016. Disponível em: <<https://www.weforum.org/agenda/2016/01/3-great-forces-changing-chinas-consumer-market/>>. Acesso em: 16 Set. 2016.

LAKATOS, Csilla et al. China's slowdown and rebalancing: potential growth and poverty impacts on Sub-Saharan Africa. **World Bank Policy Research Working Paper**, n. 7666, 2016.

LAN, Lan. **New plan to reduce income inequality**. China Daily, 2012. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/china/2012-05/23/content_15360815.htm>. Acesso em: 19 Maio 2017.

LARDY, Nicholas. China: Toward a consumption-driven growth path. **Peterson Institute for International Economics**, Working Paper No. PB06-6, 2006.

LARDY, Nicholas R. **Sustaining China's Economic Growth after the Global Financial Crisis**. Washington: Peterson Institute for International Economics, 2012.

LEHMANN, Jean-Pierre. The next decade: the imperative of a harmonious world. In: MELÉNDEZ-ORTIZ, Ricardo; BELLMANN, Christophe; CHENG, Shuaihua (Ed.). **A Decade in the WTO: Implications for China and Global Trade Governance**. China, Trade and Sustainable Development Series. Geneva: ICTSD Programme on Global Economic Policy and Institutions, 2011. P. 64-67.

LEMOINE, Françoise; ÜNAL, Deniz. Le décollage du marché des biens de consommation en Chine et son impact sur le commerce mondial. **Panorama du CEPPII**. N°2017-01, Mar. 2017. Disponível em: <http://www.cepii.fr/PDF_PUB/panorama/pa2017-01.pdf>. Acesso em: 10 Maio 2018.

LI, Cheng. Introduction: The Rise of the Middle Class in the Middle Kingdom. In: LI, Cheng (Ed.). **China's emerging middle class: beyond economic transformation**. Washington, DC: The Brookings Institution, 2010. P.3-31.

LI, Cheng; LI, David Daokui; RIETVELD, Malan. **The big picture**: Debating China's rebalancing. Brookings Institution Interview, September 2015. Disponível em: <<http://www.brookings.edu/research/interviews/2015/08/big-picture-debating-chinas-rebalancing>>. Acesso em: 11 Abril 2016.

LI, Chunling. Profile of Middle Class in Mainland China. **Working Paper of Chinese Academy of Social Sciences**, 2009. Disponível em:

<<https://www.yumpu.com/en/document/view/5860484/profile-of-middle-class-in-mainland-china>>. Acesso em: 09 jan. 2017.

LI, Xihu et. al. Urbanization and health in China, thinking at the national, local and individual levels. **Environmental Health**, v. 15 (Suppl. 1), n. 32, p. 113- 123, 2016.

Disponível em:

<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4895783/pdf/12940_2016_Article_104.pdf>. Acesso em: 27 Ago. 2018.

LIN, Justin; CAI, Fang; LI, Zhou. **The China Miracle: Development Strategy and Economic Reform**. Hong Kong SAR: The Chinese University of Hong Kong Press, 1995.

LIPSEY, Robert; SJÖHOLM, Fredrik. **The Role of South–South FDI in the Economies of Developing Asia**. Asian Development Bank, 2011. Disponível em:

<<https://www.adb.org/sites/default/files/publication/29144/economics-wp273.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

LIQIANG, Hou. **Manure to resume its former glory as fertilizer in new plan**. China Daily. Atualizado em 10 maio 2017. Disponível em:

<http://english.gov.cn/state_council/ministries/2017/05/10/content_281475650956134.htm> . Acesso em: 30 jan. 2018.

MADDISON, Angus. **Chinese Economic Performance in the Long Run: 960–2030 AD**.

Second Edition, Revised And Updated. Development Centre Studies. Development Centre of the Organisation for Economic Co-operation and Development, 2007.

MAGALHÃES, Diego Trindade d'Ávila. Globalizadores e a globalização comercial: a China é um país globalizador? 2015. 239f. **Tese** (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

MARELLI, Enrico; SIGNORELLI, Marcello. China and India: Openness, trade and effects on economic growth. **The European Journal of Comparative Economics**, v. 8, n. 1, p. 129, 2011. Disponível em: <<http://eaces.liuc.it/18242979201101/182429792011080106.pdf>>.

Acesso em: 18 abr.2013.

MARIANERA, Manuela. **Trends in Private Consumption in China: The Development of Chinese High Income Class and its Global Relevance**. Confindustria Centro Studi Working Paper, 2010. Disponível em: <

[http://web2003.confindustria.it/studiric.nsf/e5e343e6b316e614412565c5004180c2/ea136c3c1937d1e3c125781b003d691e/\\$FILE/Cina_paper.pdf](http://web2003.confindustria.it/studiric.nsf/e5e343e6b316e614412565c5004180c2/ea136c3c1937d1e3c125781b003d691e/$FILE/Cina_paper.pdf)>. Acesso em: 09 Jan. 2017.

MARSHALL, John. **China: Urbanization and Hukou Reform**. The diplomat, 2013.

Disponível em: < <http://thediplomat.com/2013/10/china-urbanization-and-hukou-reform/>>.

Acesso em: 18 Maio 2017.

MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE. **Debt and (not much) deleveraging**. McKinsey and Company 2015. Disponível em:

<<https://www.mckinsey.com/~media/McKinsey/Global%20Themes/Employment%20and%2>

OGrowth/Debt%20and%20not%20much%20deleveraging/MGI%20Debt%20and%20not%20much%20deleveragingFullreportFebruary2015.ashx>. Acesso em: 07 abr. 2018.

MOHANTY, S K. **India-China Bilateral Trade Relationship**. New Delhi: Reserve Bank of India, 2014. Disponível em: < <http://www.ris.org.in/india-china-bilateral-trade-relationship>> . Acesso em: 03 Ago. 2017.

MORRISON, Wayne M. **China's Economic Rise: History, Trends, Challenges, and Implications for the United States**. CRS report, Jun. 14, 2015. Disponível em: < <https://www.fas.org/sgp/crs/row/RL33534.pdf>> Acesso em: 06 Nov. 2015.

MURPHY, Kevin M.; SHLEIFER, Andrei; VISHNY. Income Distribution, Market Size, and Industrialization. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 104, n. 3, p. 537-564, Aug. 1989. Disponível em: < https://scholar.harvard.edu/files/shleifer/files/inc_dist.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2017.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA. **Statistical Database**. 2018. Disponível em: < <http://www.stats.gov.cn/english/Statisticaldata/AnnualData/>> . Acesso em: 20 Abr. 2018.

NIGRO, Soraia. **Empresas brasileiras transferem produção para China para crescer**. Diário Comércio Indústria e Serviços, 2008. Disponível em: <https://www.dci.com.br/impresso/empresas-brasileiras-transferem-producao-para-china-para-crescer-1.145236>. Acesso em: 16 mar. 2018.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **OECD glossary of statistical terms**. Paris: OECD, 2007. Disponível em: <<http://stats.oecd.org/glossary/download.asp>>. Acesso em: 06 Jun. 2018.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Trade in value added: China**. Tiva 2015 Country Notes, 2015. Disponível em: <www.oecd.org/sti/ind/tiva2015countrynotes.htm>. Acesso em: 02 Ago. 2018.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. Services trade. **Services Trade Restrictiveness Index**. © 2016a. Disponível em: <http://www.oecd.org/tad/services-trade/services-trade-restrictiveness-index.htm>. Acesso: 23 Ago. 2016.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. FDI Regulatory Restrictiveness Index. **OECDStat**. © 2016b.

PALLEY, Thomas I. A new development paradigm domestic demand-led growth: why it is needed and how to make it happen. **Foreign Policy in Focus**, Discussion Paper Discussion Paper, Sept. 2002. Disponível em: < http://www.thomaspalley.com/docs/articles/economic_development/new_development_paradigm.pdf> . Acesso em: 22 de Fev. 2016.

PALLEY, Thomas I. China and the global economy: why China must shift from export-led growth to domestic demand-led growth. **Dollars and Sense**, Boston, Massachusetts/USA, 262, p. 14 – 18, Nov./Dec. 2005. Disponível em: < <http://www.dollarsandsense.org/archives/2005/1105toc.html>> . Acesso em: 22 Feb. 2016.

PALLEY, Thomas I. Palley, Thomas I. The rise and fall of export-led growth. **Levy Economics Institute of Bard College**, Annandale-on-Hudson, NY. Working paper n. 675, jul. 2011. Disponível em: < http://www.levyinstitute.org/pubs/wp_675.pdf> . Acesso em: 22 Fev. 2014.

PARK, Yoon. Living In Between: The Chinese in South Africa. **Migration Policy Institute**, 2011. Disponível em: < <https://www.migrationpolicy.org/article/living-between-chinese-south-africa>> . Acesso em: 01 Dez. 2017.

PEOPLE'S DAILY ONLINE. **Central economic conference makes arrangement for next year**, 2004. Disponível: http://en.people.cn/200412/06/eng20041206_166234.html. Acesso em: 14 jan. 2017.

PERMANENT MISSION OF CHINA TO THE WTO. **China in the WTO: Past, Present and Future**, 2011. Disponível em: < https://www.wto.org/english/thewto_e/acc_e/s7lu_e.pdf> . Acesso em: 20 Set. 2015.

PETTIS, Michael. **The great rebalancing**: trade, conflict, and the perilous road ahead for the world economy. New Jersey: Princeton University Press, 2013a.

PETTIS, Michael. **Avoiding the fall**: China's economic restructuring. Washington, D.C.: Carnegie Endowment for International Peace, 2013b.

PETTIS, Michael. **The four stages of Chinese growth**. China Financial Markets, Jun. 18, 2014a. Disponível em: < <http://blog.mpettis.com/2014/06/the-four-stages-of-chinese-growth/>> . Acesso em: 29 Maio 2014.

PETTIS, Michael. **How might a China slowdown affect the world?** China Financial Markets, Dez. 2014b. Disponível em: <<http://blog.mpettis.com/2014/12/how-might-a-china-slowdown-affect-the-world/>> . Acesso em: 30 Maio 2016.

PETTIS, Michael. **China's rebalancing timetable**. China Financial Markets, Nov. 29, 2015. Disponível em: < <http://blog.mpettis.com/2015/11/chinas-rebalancing-timetable/>> . Acesso em: 19 Maio 2016.

PETTIS, Michael. **Will China's new "supply-side" reforms help China?** China Financial Markets, Jan. 25, 2016. Disponível em: <http://blog.mpettis.com/2016/01/will-chinas-new-supply-side-reforms-help-china/> . Acesso em: 20 Maio 2016.

POCHMANN, Marcio. **Economia global e a nova Divisão Internacional do Trabalho**. IE/Unicamp, Campinas, 2000. Disponível em: < <http://decon.edu.uy/network/panama/POCHMANN.PDF>> . Acesso em: 07 jun. 2017.

PORTER, M.E. **The competitive advantage of nations**. New York: The Free Press, 1990.

PRASAD, Eswar. **The path to sustainable growth in China**. U.S. – China Economic and Security Commission. Abr., 2015. Disponível em: <
http://www.brookings.edu/research/testimony/2015/04/22-sustainable-growth-china-prasad?rssid=growth+through+innovation&utm_source=feedblitz&utm_medium=FeedBlitzRss&utm_campaign=FeedBlitzRss&utm_content=The+path+to+sustainable+growth+in+China>. Acesso em: 02 Jun. 2016.

RAMO FERNÁNDEZ, Guillermo. **El XII Plan Quinquenal de la República Popular China Shanghái: ICEX/Embajada de España**, 2011. Disponível em: <
<http://www.icex.es/icex/GetDocumento?dDocName=4498663&urlNoAcceso=/icex/es/registro/iniciar-sesion/index.html?urlDestino=http://www.icex.es/icex/es/navegacionprincipal/todos-nuestros-servicios/informacion-de-mercados/paises/navegacionprincipal/el-ercado/estudios-informes/4498663.html?idPais=CN>>. Acesso em: 07 Nov. 2017.

RAUTAVA, Jouko. Russia's economic policy and Russia-China economic relations. *In*: MOSHES, Arkady; NOJONEN, Matti (eds.). **Russia-China relations: Current state, alternative futures, and implications for the West**. FIIA REPORT 30. Filand: The Finnish Institute of International Affairs, 2011. Capítulo III. Disponível em: <
https://www.files.ethz.ch/isn/132874/FIIA_Report_30_web.pdf> . Acesso em: 30 Jan. 2018.

KAY, John. **Rent-seeking**. Financial Times Lexicon, 10 Nov. 2009 Disponível em: <
lexicon.ft.com/Term?term=rent_seeking>. Acesso em 20 ago. 2018.

AVERSA, Giovanni. **Socialist market economy**. Associazione Nazionale Enciclopedia della Banca Borsa, 2013. Disponível em: <<http://www.bankpedia.org/index.php/en/126-english/s/23712-socialist-market-economy>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

ROBINSON, Joan. Beggar-my-neighbour remedies for unemployment. *In*: Robinson, J. **Essays on the theory of employment**. 2ª ed. Oxford: Basil Blackwell, 1947, parte III, cap. 2.

ROCCA, Jean-Louis. Power of Knowledge: The Imaginary Formation of the Chinese Middle Stratum in an Era of Growth and Stability. *In*: JEFFRELOT, Christophe; VEER, Peter van der. **Patterns of middle class consumption in India and China**. New Delhi: SAGE Publications India, 2008. P. 127-139.

ROSENBERG, Matt. **The 5 Sectors of the Economy**. ThoughtCo, Jun. 25, 2018. Disponível: <
thoughtco.com/sectors-of-the-economy-1435795>. Acesso em: 04 Set. 2018.

ROSTOW, W.W. **Etapas do desenvolvimento econômico**. Um manifesto não comunista. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

RUSSIAN FEDERATION. Central Bank. **Macroeconomic Financial Statistics: External sector statistics - Russian Direct Investment Abroad**. 2018. Disponível em: <
<http://www.cbr.ru/Eng/statistics/?PrtId=svs>> . Acesso em: 30 Jan. 2018.

SALLY, Razeen. Chinese Trade Policy a Decade After WTO Accession. *In*: MELÉNDEZ-ORTIZ, Ricardo; BELLMANN, Christophe; CHENG, Shuaihua (Ed.). **A Decade in the WTO: Implications for China and Global Trade Governance**. China, Trade and Sustainable Development Series. Geneva: ICTSD Programme on Global Economic Policy and Institutions, 2011. P. p.22-27.

SANTOS, Leandro Teixeira dos; MILAN, Marcelo. Determinants of Chinese Foreign Direct Investment: Economic and Geopolitical Aspects. **Contexto Internacional**, v. 36, n. 2, p. 457-486, 2014.

SCHELLEKENS, Philip et al. A changing China: implications for developing countries. **World Bank-Economic Premise**, n. 118, p. 1-9, 2013. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/2013/05/17747448/changing-chinaimplications-developing-countries>>. Acesso em: 02 de Mar. 2016.

SHIBAI, Liu. A Great Revolution: Developing a Socialist Market Economic System. **Qiushi Journal**, v.1, n.1, 2009. Disponível em: <http://english.qstheory.cn/economics/201109/t20110924_112461.htm>. Acesso em: 23 mar. 2018.

SIMOLA, H.. Rebalancing of demand in china illustrating possible effects with an input-output analysis. **BOFIT Policy Brief**, n.9, 2015. Disponível em: <<http://csf.kiep.go.kr/file/download.do?fileId=6008>>. Acesso em: 29 jan. 2018.

SINGH, Harsha V. WTO membership: Impact on China and global trade. In: MELÉNDEZ-ORTIZ, Ricardo; BELLMANN, Christophe; CHENG, Shuaihua (Ed.). **A Decade in the WTO: Implications for China and Global Trade Governance**. China, Trade and Sustainable Development Series. Geneva: ICTSD Programme on Global Economic Policy and Institutions, 2011. Foreword, P. 3-5.

SOUBBOTINA, Tatyana P.; SHERAM, Katherine A. **Beyond economic growth: meeting the challenges of global development**. Washington, D.C: WBI learning resources series, 2000. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/15789/806610PUB0Beyo00Box379809B00PULBIC0.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> . Acesso em: 22 de Fev. 2016.

SOUTH AFRICAN GOVERNMENT. **STATISTICS SOUTH AFRICA**. 2017. Disponível em: <http://www.statssa.gov.za/?page_id=1866&PPN=P0351&SCH=7125> . Acesso em: 29 dez. 2017.

STEGER, Manfred B. **Globalization: A Very Short Introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

SUN, Zhenyu. CHINA'S EXPERIENCE OF 10 YEARS IN THE WTO. In: MELÉNDEZORTIZ, Ricardo; BELLMANN, Christophe; CHENG, Shuaihua (Ed.). **A Decade in the WTO: Implications for China and Global Trade Governance**. China, Trade and Sustainable Development Series. Geneva: ICTSD Programme on Global Economic Policy and Institutions, 2011. P. 11-16.

THE WALL STREET JOURNAL. **China's consumption paradox**, ©2017. Disponível em: <<http://www.wsj.com/news/interactive/CHINAMID0112>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

TILTON, Andrew et al. **Harnessing global capital to drive the next phase of China's growth**. Global Markets Institute/Goldman Sachs, 2015.

TISDELL, Clem. Economic reform and openness in China: China's development policies in the last 30 years. **Economic Analysis and Policy**, v. 39, n. 2, p. 271-294, 2009. Disponível em: < http://www.eap-journal.com/archive/v39_i2_05-tisdell.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2013.

TOWSON, Jeffrey; WOETZEL, Jonathan. Why China's consumers will continue to surprise the world. **Mckinsey: book excerpt**, Maio 2015. Disponível em: < <http://www.mckinsey.com/business-functions/strategy-and-corporate-finance/our-insights/why-chinas-consumers-will-continue-to-surprise-the-world>>. Acesso 09 Jan. 2017.

TÜSIAD. **Indian investment in China**. China Business Insight. Mar, 2012. Disponível em: < <http://tusiad.org/en/news-events/item/5400-indian-investment-in-china> >. Acesso em: 16 Ago. 2017.

TUREČKOVÁ, Kamila; MARTINÁT, Stanislav. **Quaternary sector and extended sectoral structure of the economy in the selected European countries**. Working paper in interdisciplinary economics and business research no. 10. Silesian University in Opava, School of Business Administration in Karviná, 2015. Disponível em: <http://www.iivopf.cz/images/Working_papers/WPIEBRS_10_Tureckova_Martinat.pdf>. Acesso em: 04 Ago. 2018.

UNITED NATIONS. **Classification by broad economic categories defined in terms of the standard international trade classification, revision 3 and the harmonized commodity description and coding system, third edition (2002)**. New York: United Nations publication, 2002. Disponível em: < http://ec.europa.eu/eurostat/ramon/other_documents/bec/BEC_Rev_4.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2018.

UNITED NATIONS. **UNcomtrade: Trade Statistics**. 2017. Disponível em: < <https://comtrade.un.org/data>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT – UNCTAD. **World Investment Report 2012: Towards a New Generation of Investment Policies**. Geneva, 2012. Disponível em: < <http://unctad.org/en/pages/DIAE/World%20Investment%20Report/WIR-Series.aspx>>. Acesso em: 26 Dez. 2017.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **World Investment Report 2013: Global Value Chains: Investment and Trade for Development**. Geneva, 2013a. Disponível em: < <http://unctad.org/en/pages/DIAE/World%20Investment%20Report/WIR-Series.aspx>>. Acesso em: 26 Dez. 2017.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **Key Trends in International Merchandise Trade**. New York and Geneva: United Nations Publication, 2013b. Disponível em: < http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/ditctab20131_en.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2018.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **World Investment Report 2014a: Investing in the SDGs: An Action Plan**. Geneva, 2014.

Disponível em: < <http://unctad.org/en/pages/DIAE/World%20Investment%20Report/WIR-Series.aspx>>. Acesso em: 26 Dez. 2017.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **Bilateral FDI Statistics**, 2014b. Disponível em: <http://unctad.org/en/Pages/DIAE/FDI%20Statistics/FDI-Statistics-Bilateral.aspx>. Acesso em: 13 Dez. 2017.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **World Investment Report 2016: Investor Nationality: Policy Challenges**. Geneva, 2016. Disponível em: < <http://unctad.org/en/pages/DIAE/World%20Investment%20Report/WIR-Series.aspx>>. Acesso em: 26 Dez. 2017.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **World Investment Report 2017: Investment and digital economy**. Geneva, 2017. Disponível em: < <http://unctad.org/en/pages/DIAE/World%20Investment%20Report/WIR-Series.aspx>>. Acesso em: 26 Dez. 2017.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **Data Center**. 2018. Disponível em: <<http://unctadstat.unctad.org/wds/ReportFolders/reportFolders.aspx>>. Acesso em: 29 jan. 2018.

UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE. **2014 Report to Congress On China's WTO Compliance**. USTR, 2014. Disponível em:< <https://ustr.gov/sites/default/files/2014-Report-to-Congress-Final.pdf> >. Acesso em: 21 Set. 2014.

UNAL, Françoise Lemoine Deniz. La Chine devient un grand importateur de biens de consommation, avec l'UE comme principal fournisseur. **CEPII**, 13 mar. 2017. Disponível em: < <http://www.cepii.fr/blog/bi/post.asp?IDcommuniqu=506>>. Acesso em: 23 Nov. 2017.

UTKULU, Utku; SEYMEN, Dilek. Revealed Comparative Advantage and Competitiveness: Evidence for Turkey vis-à-vis the EU/15. **European trade study group 6th annual conference, ETSG**, 2004. P 1-26. Disponível em: <www.etsg.org/ETSG2004/Papers/seymen.pdf> Acesso em: 11 Set. 2019.

VENABLES, Anthony J.; YUE, Linda. **The China effect**. Centre Piece, Outono 2006. P. 10-17. Disponível em: < <http://cep.lse.ac.uk/pubs/download/CP208.pdf>>. Acesso em: 23 Ago. 2016.

VERGERON, Karine Lisbonne de. **The impact of China's economic situation on Europe**. Fondation Robert Schuman, European Issues n°376, Dez. 2015. P. 1-5. Disponível em: < <http://www.robert-schuman.eu/en/doc/questions-d-europe/qe-376-en.pdf>>. Acesso em: 23 Ago. 2016.

VERNON, R. International investment and international trade in the product cycle. **Quarterly Journal of Economics**, v. 80, n. 2, p. 190-207, 1966.

XIAOPING, Deng. **Selected works of Deng Xiaoping (1983-1992)**. Beijing: Foreign Languages Press, 1994. Vol. 3. Disponível em: < <https://archive.org/details/SelectedWorksOfDengXiaopingVol.3>>. Acesso em 26 Maio 2018.

XIAOHONG, Zhou; CHEN, Qin. Globalization, Social transformation, and the construction of china's Middle class. *In*: LI, Cheng (Ed.). **China's emerging middle class: beyond economic transformation**. Washington, DC: The Brookings Institution, 2010. P.84-103.

XINHUA. **China to resume levying VAT on fertilizer sales, imports**. Xinhua. Atualizado em 11 ago. 2015. Disponível em: <http://english.gov.cn/news/top_news/2015/08/11/content_281475165791144.htm>. Acesso em: 30 jan. 2018.

XINHUA. **China pushes fertilizer-replacement program**. Xinhua. Atualizado em 15 jun. 2017. Disponível em: <http://english.gov.cn/state_council/ministries/2017/06/15/content_281475686709339.htm>. Acesso em: 20 jan. 2018.

WANG, Hongying. China's Long March Toward Economic Rebalancing. **CIGI Policy Brief**, n. 38, 2014. Disponível em: <http://observgo.quebec.ca/observgo/fichiers/10454_economiechinoise.pdf>. Acesso em: 23 Ago. 2016.

WANG, Yanling. **The journal of China and global economics**, v. 1, n. 1, p. 45–48, 2012. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.913.9440&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em 24 maio 2018.

WEZEMAN, Siemon T. **China, Russia and the shifting landscape of arms sales**, SIPRI/commentary, 2017. Disponível em: <<https://www.sipri.org/commentary/topical-background/2017/china-russia-and-shifting-landscape-arms-sales>>. Acesso em: 28 Ago. 2018.

WILDAU, Gabriel; MITCHELL, Tom. China income inequality among world's worst. **Financial Times**, 2016. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/3c521faa-baa6-11e5-a7cc-280dfe875e28?mhq5j=e1>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

WILSON, Harold. **Speech to the Consultative Assembly of the Council of Europe**, Strasbourg, France, 23 January 1967. Disponível em: <https://www.cvce.eu/content/publication/2002/7/19/3ea15ccc-11b8-4783-8083-405f2b2cf404/publishable_en.pdf>. Acesso em: 21 set. 2018.

WORLD BANK GROUP. **The World Bank Data**. ©2016. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/>> . Acesso em: 24 Ago. 2016.

WORLD BANK GROUP. **The World Bank Data**. ©2017. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/>> . Acesso em: 29 jan. 2018.

WORLD BANK GROUP. **World Integrated Trade Solution (WITS)**. 2018. Disponível em: <<https://wits.worldbank.org/>>. Acesso em: 29 jan. 2018.

WORLD CUSTOMS ORGANIZATION. **HS Nomenclature 2017 edition**. Bruxelas, 2017. Disponível em: <<http://www.wcoomd.org/en/topics/nomenclature/instrument-and-tools/hs-nomenclature-2017-edition/hs-nomenclature-2017-edition.aspx>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

WORLD TRADE ORGANIZATION . **Protocol on the Accession of the People's Republic of China**. Doha, 2001a. WT/L/432, 23 Nov. 2001.

<http://docsonline.wto.org/imrd/directdoc.asp?DDFDocuments/t/WT/L/432.doc>>. Acesso em: 18 Set. 2015.

WORLD TRADE ORGANIZATION. **Accession of the People's Republic of China**. WT/L/432, 2001b (01-5996). Disponível em: <

<http://docsonline.wto.org/imrd/directdoc.asp?DDFDocuments/t/WT/L/432.doc>>. Acesso em: 17 Set. 2015.

WORLD TRADE ORGANIZATION. **Protocols of accession for new members since 1995, including commitments in goods and services**, 2015. Disponível em: <

https://www.wto.org/english/thewto_e/acc_e/completeacc_e.htm#chn>. Acesso em 17 Ser. 2015.

WORLD TRADE ORGANIZATION. **I-TIP Goods**: Integrated analysis and retrieval of notified non-tariff measures. 2018. Disponível: < <http://i-tip.wto.org/goods/Default.aspx>>. Acesso em: 10 Maio 2018.

YAO, Shujie. On economic growth, FDI and exports in China. **Applied Economics**, v. 38, n. 3, p. 339-351, 2006.

YAO, Yang et al. The Chinese growth miracle. **Handbook of economic growth**, v. 2, p. 943-1031, 2014. Disponível em: < <https://pseudoerasmus.files.wordpress.com/2015/02/yao-chinese-growth-miracle-handbook2.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

YI, Xiaozhun. A decade in the WTO, a decade of shared development. In: MELÉNDEZORTIZ, Ricardo. FOREWORD. In: MELÉNDEZ-ORTIZ, Ricardo; BELLMANN, Christophe; CHENG, Shuaihua (Ed.). **A Decade in the WTO: Implications for China and Global Trade Governance**. China, Trade and Sustainable Development Series. Geneva: ICTSD Programme on Global Economic Policy and Institutions, 2011. P. 1-2.

义明, 戚 (YIMING, Qi). 改革开放以来扩大内需战略方针的形成和发展 (**A formação e o desenvolvimento da política estratégica de expansão da demanda doméstica desde a reforma e abertura**). 人民网-中国共产党新闻网 (People's Daily - Notícias do Partido Comunista Chinês). 2014. Disponível em:

<<http://dangshi.people.com.cn/n/2014/0504/c384616-24971862.html>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

YU, Yongzhen. Identifying the linkages between major mining commodity prices and China's economic growth-implications for Latin America. **IMF Working Papers 11/86**, p. 1-36, 2011.

YUAN, Yuan. Looking back 14 years after accession: Case of China. Intervention at Session 2 of Day 1: Transition from Accession to Membership—Maximizing the Benefits of WTO Membership and Global Economic Integration, **Third China Round Table on WTO Accessions**, Dushanbe, Tajikistan, Jun. 2015. Disponível em: <

https://www.wto.org/english/thewto_e/acc_e/Session2YuanYuanPostAccessionLookingback14yearafter.pdf>. Acesso em: 21 Set. 2015.

YUYANG, Li. **China's role in int'l division of labor changing**. People's Daily Online, 2011. Disponível em: <<http://en.people.cn/90780/7603341.html>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

ZEMIN, Jiang. **Build a well-off society in an all-round way and create a new situation in building socialism with Chinese characteristics**. Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. 2002. Disponível em: <http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/topics_665678/3698_665962/t18872.shtml>. Acesso em: 04 abr. 2018.

ZEMIN, Jiang. **Selected works of Jiang Zemin**. Beijing: Foreign Languages Press, 2012. Vol. 2. Disponível em: <<http://en.theorychina.org/ldbook/>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

ZHOU, Xiaohong. Chinese Middle Class: Reality or Illusion? *In*: JEFFRELOT, Christophe; VEER, Peter van der. **Patterns of middle class consumption in India and China**. New Delhi: SAGE Publications India, 2008a. P. 110-126.

ZHOU, Xun. Eat, drink and sing, and be modern and global: food, karaoke and 'Middle Class' consumers in China. *In*: JEFFRELOT, Christophe; VEER, Peter van der. **Patterns of middle class consumption in India and China**. New Delhi: SAGE Publications India, 2008b. P. 170-186.